

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA CIESLAK KAPP

TRADIÇÃO E EXPERIÊNCIA EM FERNANDO OLIVEIRA: REFORMAS
RELIGIOSAS, COSMOGRAFIA E HISTÓRIA EM PORTUGAL DO SÉCULO
XVI

CURITIBA
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA CIESLAK KAPP

TRADIÇÃO E EXPERIÊNCIA EM FERNANDO OLIVEIRA: REFORMAS
RELIGIOSAS, COSMOGRAFIA E HISTÓRIA EM PORTUGAL DO SÉCULO

XVI

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em História. Área de concentração: programa de Pós-graduação em História, linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª. Dra. Andréa Carla Doré.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA
DE BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS
HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELA

AUTORA

Bibliotecária: Rita de Cássia Alves de Souza –
CRB9/816

Kapp, Amanda Cieslak

Tradição e experiência em Fernando Oliveira: reformas religiosas,
cosmografia e história em Portugal do século XVI / Amanda Cieslak Kapp.
– Curitiba, 2018.
260 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.
Orientadora: Profa. Dra. Andréa Carla Doré.

1. Portugal – História – Séc. XVI. 2. Religião – Portugal – História.
3. Oliveira, Fernão de, 1507-1581. 4. Renovação da igreja – Portugal.
5. Humanismo – Portugal – Séc. XVI. I. Título. II. Universidade Federal
do Paraná.

CDD 946.9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **AMANDA CIESLAK KAPP**, intitulada: **TRADIÇÃO E EXPERIÊNCIA EM FERNANDO OLIVEIRA: REFORMAS RELIGIOSAS, COSMOGRAFIA E HISTÓRIA EM PORTUGAL DO SÉCULO XVI.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

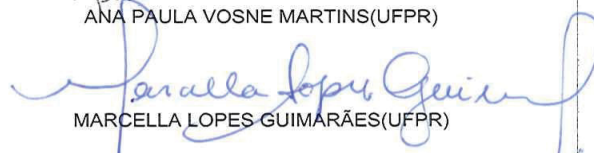
Curitiba, 24 de Agosto de 2018.


ANDRÉA CARLA DORÉ(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


JACQUELINE HERMANN(UFRJ)


ANTONIO SANCHEZ MARTINEZ(UAM)


ANA PAULA VOSNE MARTINS(UFPR)


MARCELLA LOPES GUIMARÃES(UFPR)



Para Catarina, que é luz dos meus olhos,
minha paz e aconchego. E também para
todas as mães que, apesar de todas as
adversidades, escreveram e escreverão suas
teses e suas histórias.

Agradecimentos

Não há outra forma de iniciar os agradecimentos senão me dirigindo à minha orientadora, Andréa Doré. Se podemos crer na existência da sorte, a minha foi a de ter a encontrado. Com o término do doutorado, encerramos um processo iniciado em 2010, quando da minha seleção para o mestrado. Nesses oito anos de caminhada, Andréa não foi responsável “apenas” por me apresentar os caminhos da história Moderna. Com ela, e especialmente por meio de seu exemplo irretocável, aprendi também a pesquisar, a confrontar as fontes, a dialogar com autores de tradições distintas, a questionar minhas conclusões. Mais do que isso, Andréa sempre foi o meu referencial de comprometimento, de atuação e de amor pelo ofício. Nunca esquecerei das vezes em que cheguei até a sua sala, desanimada com a escrita, mesmo sem transparecer, e, ao ouvi-la falar com tanto ânimo e foco, recobrei as forças. Obrigada por tantas e tantas leituras e correções, pelos livros emprestados, pelas disciplinas ofertadas, pela cobrança e pelo rigor e, sobretudo, pela confiança e incentivo.

Agradeço aos professores responsáveis por ministrar as disciplinas que cursei durante o doutorado: Clóvis Gruner e Martha Hameister. Ambas forneceram significativos aparatos teórico-metodológicos para esta tese, mas, sobretudo, me ajudaram a pensar sobre a escrita da História. Agradeço imensamente à professora Maria Luiza Andreazza. Tive o privilégio de cursar os Seminários de Pesquisa, tanto do mestrado como do doutorado, sob sua orientação. Seus ensinamentos sobre as etapas da pesquisa e os comentários precisos sobre o trabalho foram primordiais.

Aos membros da banca de qualificação, Ana Paula Vosne Martins e Antonio Sanchez, agradeço pela participação. Sou grata à prof. Ana Paula por se dispor a acompanhar meu trabalho desde o mestrado, por sua leitura cuidadosa e pelos significativos apontamentos, especialmente os relacionados ao Renascimento e ao humanismo. Ao prof. Antonio, agradeço imensamente pelo comprometimento ao ler meu texto e pela extrema generosidade com a qual realizou considerações centrais para o rumo que este trabalho seguiu, compartilhando seu imenso conhecimento sobre a ciência na Península Ibérica da primeira modernidade. A ambos agradeço igualmente pela participação na banca de defesa, que é também formada pelas professoras Marcella Lopes

Guimarães e Jacqueline Hermann, as quais agradeço pela leitura e pelas contribuições que alguns de seus trabalhos trouxeram para a presente pesquisa.

Agradeço à secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, Maria Cristina, pela prontidão e atenção com a qual sempre esclareceu as minhas dúvidas durante todo o percurso, e pela eficácia em resolver os assuntos burocráticos, que não foram poucos.

Ao curador da Biblioteca da Universidade de Leiden, Martijn Storms, pela disponibilidade na digitalização e envio das cartas náuticas de Fernando Oliveira.

Se a escrita de uma tese é também, no final das contas, um encontro com a solidão e com muitas xícaras de café, os colegas com os quais partilhei angustias, dúvidas e avanços com relação a pesquisa, auxiliaram neste processo, por muitas vezes, mais do que solitário; tortuoso e ansioso. Dentre estes estiveram Luís Cavaleiro, Tiago Bonato e os demais colegas das disciplinas. Não poderia deixar de agradecer também aos meus alunos do Centro Universitário Unibrasil e aos colegas de trabalho, que tantas vezes questionaram sobre os rumos da pesquisa e me incentivaram ao me ver escrevendo durante os intervalos.

À prima-irmã Flávia, por estar sempre presente em minha vida, pelo amor que sente por mim e especialmente por nossa pequena. À prima Ana Cláudia, pela companhia, pelos cafés da tarde, por me puxar para os exercícios, enfim, por ter feito parte da minha família em Curitiba. À amiga Veridiana, pelo carinho e prestatividade de sempre. Ao Nilton, por ter sido exemplo de pesquisador e de professor, mas sobretudo amigo leal e querido. Às amadas meninas do Tupperware, especialmente Liz, Simone, Larissa, Rosane e Bruna – vocês são inspiração, diversão e apoio. A todos os amigos e familiares, devo, mais uma vez, dizer obrigada e reiterar o lugar especial que ocupam em minha trajetória.

Ao meu pai Paulo, sou grata por ter apoiado minhas escolhas profissionais e pessoais e por ter me dado condições para tanto. Ao meu irmão Neto, por estar sempre presente. À Vilma, pelo amor pela Catarina e pelo cuidado conosco. Ao meu porto-seguro, meu amor maior, minha mãe Lucimara. Não tenho palavras para expressar minha gratidão por tudo, então demonstro todos os dias, estando sempre ao seu lado.

Ao Fábio, com quem tenho nos últimos anos compartilhado meu dia-a-dia, meus desafios e conquistas. Juntos nos tornamos professores e doutores, construímos um lar, enfrentamos a rotina, amaduremos com os problemas e geramos o melhor de nós: nossa filhinha. Sua tranquilidade foi o meio-termo para a minha ansiedade e conversar com você sobre os projetos, a pesquisa e a escrita foi essencial.

Catarina ficou por último de propósito, por merecer o maior de todos os agradecimentos. Iniciei o doutorado descobrindo sua existência e o encerro com sua tagarelice e doçura me chamando para brincar. Obrigada por me tornar mãe, e mais forte do que jamais imaginei que seria.

Resumo

O objetivo desta tese é investigar o desenrolar dos humanismos em Portugal do século XVI com base em duas noções primordiais: experiência e tradição. O percurso metodológico que baliza a pesquisa centra-se na análise da vida de Fernando Oliveira, a partir dos pressupostos da biografia-problema. A escolha deste indivíduo se deu por dois motivos: sua trajetória e produção multifacetada, típica dos humanistas, e pela forma como atuou no interior do sistema normativo em que se encontrava inserido – o Antigo Regime luso. Oliveira, de formação religiosa dominicana, foi também piloto náutico, mestre de filhos de nobres e revisor da Universidade de Coimbra. Sua produção escrita ultrapassou tais caracterizações, visto que suas obras abordam gramática, filologia, cosmografia, estratégia de guerra náutica, arquitetura naval, cartografia e história. A primeira parte do trabalho trata de episódios e produções oliveirianas em que prevalecem o recurso à experiência, aqui entendida tanto no que diz respeito à forma como os Clássicos foram retomados, como no que tange à defesa do testemunho de vista. São abordadas, sempre em consonância com o humanismo luso, as reformas religiosas e educacionais que perpassaram o reino e a forma como Oliveira as vivenciou. Entre diversos documentos gerais e institucionais, a fonte primordial é o processo inquisitorial que sofreu, no qual foi acusado de luteranismo. Ainda nesta primeira divisão são analisadas as produções e atuações náuticas de Oliveira, a fim de entendê-las no cenário da institucionalização das práticas cosmográficas, capitaneadas especialmente pela Casa da Índia. Deseja-se compreender como Oliveira, assim como alguns de seus coetâneos, representaram uma ponte entre a teoria e a prática e em que medida contribuíram para o desenvolvimento das bases do que se convencionou chamar de Revolução Científica Moderna. A noção de tradição serve de fio condutor da segunda parte da tese, pois neste recorte prevalecem as obras produzidas com vistas à manutenção da liberdade e da soberania de Portugal no contexto da crise sucessória que resultaria na União Ibérica. Intenta-se perceber que configuração epistemológica e metodológica adquiriu sua produção historiográfica. A articulação da análise desses cenários, livros e ações permitiu perceber a ressonância dos pressupostos humanistas na relação com o saber, notadamente na intervenção na natureza a partir da lógica da experiência, na tentativa de sistematização e divulgação da produção do conhecimento, no relacionamento entre teoria e prática e na utilização da história para fins políticos e religiosos.

Palavras-chave: Fernando Oliveira; humanismo ibérico; cosmografia e náutica; ciência moderna; historiografia moderna

Abstract

The aim of this thesis is to investigate the development of humanisms in Portugal in the 16th century based on two primordial notions: experience and tradition. The methodological path that leads to the research focuses on the analysis of the trajectory of Fernando Oliveira, based on the assumptions of the *biografia-problema*. The choice of this individual occurred for two reasons: his trajectory and multifaceted production, typical of humanists, and the way he acted within the normative system in which he was inserted – the *Antigo Regime* luso. Oliveira, of Dominican religious formation, was also a nautical pilot, master of children of nobles and reviewer of the University of Coimbra. His writing has gone beyond such characterizations, since his works deal with grammar, philology, cosmography, nautical warfare strategy, naval architecture, cartography and history. The first part of the work deals, in particular, with Oliveira episodes and productions in which the use of experience prevails, understood both as regards the way in which the Classics were taken up, as for the defense of the *testemunho de vista*. The religious and educational reforms that permeated the kingdom and the way in which Oliveira lived them are always approached in line with Portuguese humanism. Among several general and institutional documents, the primordial source is the inquisitorial process which he suffered, in which he was accused of Lutheranism. Also in this first division are analyzed the productions and nautical performances of Oliveira, in order to understand them in the scenario of the institutionalization of the cosmographic practices, captained especially by the *Casa da Índia*. We want to understand how Oliveira, like some of his contemporaries, represent a bridge between theory and practice and, to what extent, contributed to the development of the bases of what has been called the Modern Scientific Revolution. The notion of tradition serves as the guiding principle of the second part of the thesis, since in this clause the works in which the author produced with a view to maintaining the freedom and sovereignty of Portugal in the context of the succession crisis that would result in the Iberian Union prevail. The articulation of the analysis of these scenarios, books and actions made it possible to perceive the influence of humanistic presuppositions in relation to knowledge, notably in the intervention in nature from the logic of experience, in the attempt to systematize and disseminate the production of knowledge, in the relationship between theory and practice and in the use of history for political and religious purposes.

Keywords: Fernando Oliveira; Iberian humanism; cosmography and nautical; modern science; modern historiography

Resumen

El objetivo de esta tesis es investigar el desarrollo de los humanismos en Portugal del siglo XVI basado en dos conceptos fundamentales: la experiencia y la tradición. El recorrido metodológico que baliza la investigación se centra en el análisis de la trayectoria de Fernando Oliveira, a partir de los supuestos de la biografía-problema. La elección de este individuo se dio por dos motivos: su trayectoria y producción multifacética, típica de los humanistas, y por la forma como actuó en el interior del sistema normativo en que se encontraba insertado - el Antiguo Régimen luso. Oliveira, de formación religiosa dominicana, fue también piloto náutico, maestro de hijos de nobles y revisor de la Universidad de Coimbra. Su producción escrita superó tales caracterizaciones, ya que sus obras abordan gramática, filología, cosmografía, estrategia de guerra náutica, arquitectura naval, cartografía e historia. La primera parte del trabajo trata de episodios y producciones oliverianas en que prevalecen el recurso a la experiencia, aquí entendida tanto en lo que se refiere a la forma como los Clásicos se reanudan, como en lo que se refiere a la defensa del testimonio de vista. Se abordan, siempre en consonancia con el humanismo luso, las reformas religiosas y educativas que atravesaron el reino y la forma como Oliveira las vivenció. Entre diversos documentos generales e institucionales, la fuente primordial es el proceso inquisitorial que sufrió, en el que fue acusado de luteranismo. En esta primera división se analizan las producciones y actuaciones náuticas de Oliveira, a fin de entenderlas en el escenario de la institucionalización de las prácticas cosmográficas, capitaneadas especialmente por la *Casa da Índia*. Se desea comprender cómo Oliveira, así como algunos de sus coetáneos, representaron un puente entre la teoría y la práctica y en qué medida contribuyeron al desarrollo de las bases de lo que se convenció llamar de Revolución Científica Moderna. La noción de la tradición sirve como hilo conductor de la segunda parte de la tesis, para este cultivo prevalecerán las obras en las que el autor produce con el fin de mantener la libertad y la soberanía de Portugal en el contexto de la crisis de sucesión que resultaría en la Unión Ibérica. Se intenta percibir que configuración epistemológica y metodológica adquirió su producción historiográfica. La articulación del análisis de esos escenarios, libros y acciones permitió percibir la influencia de los presupuestos humanistas en la relación con el saber, notadamente en la intervención en la naturaleza a partir de la lógica de la experiencia, en el intento de sistematización y divulgación de la producción del conocimiento, en la relación entre teoría y la práctica y la utilización de la historia con fines políticos y religiosos.

Palabras clave: Fernando Oliveira; humanismo ibérico; cosmografía y náutica; ciencia moderna; historiografía moderna

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.

Lista de Imagens

Figura 1 - *Fac-símile* da primeira página do capítulo 1 do *Livro da Fabrica das Naus* - p.121

Figura 2 - Simetria e proporção dos navios. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naus* - p.122

Figura 3 - Lançamentos de popa e proa. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naus* - p.122

Figura 4 - Composição de um graminho, utilizado para marcar linhas paralelas às bordas e encontrar linhas de centro. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naus* - p.123

Figura 5 - Fundo do navio, sem inclusão da proa e da popa. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naus* - p.124

Figura 6 - *Hydrographia Universalis in forma quadrangular* de autoria de Fernando Oliveira. Carta em projeção cilíndrica e quadrada. Inserida na *Ars Nautica* - p.127

Figura 7 - *Hydrographia Universalis quadripartita* de autoria de Fernando Oliveira. Carta em quatro fusos. Inserida na *Ars Nautica* p. 128

Figura 8 - Planisfério Cantino (1502). Autoria anônima. Arquivado na Biblioteca Estense, Modena - p.129.

Figura 9 - Traçados da América do Sul em cartas náuticas de meados do século XVI a meados do século XVII. Disponível em *Portugaliae Monumenta*. v. 3 - p.140.

Lista de Siglas

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNF – Biblioteca Nacional de França

BUL – Biblioteca da Universidade de Leiden

Sumário

Introdução	16
-------------------------	-----------

Parte 1 – Em defesa da experiência

Capítulo 1 – Fernando Oliveira e os humanismos em Portugal.....	29
--	-----------

1.1. A historicidade das noções de Renascimento e humanismo.....	29
--	----

1.2. Fernando Oliveira e Portugal em tempos de reforma.....	38
---	----

1.2.1. As primeiras décadas e a formação religiosa e humanista.....	38
---	----

1.2.2. A temporada na Inglaterra protestante: adesão ao reformismo religioso e passagem pelas garras inquisitoriais.....	46
--	----

1.2.3. A breve atuação na Universidade de Coimbra e o cenário educacional durante o reinado de D. João III (1521-1557).....	62
---	----

Capítulo 2 - “Quantos benefícios El Rei e toda a República Cristã recebem da navegação”: saberes náuticos no alvorecer da modernidade portuguesa.....	72
--	-----------

2.1. A institucionalização da náutica: a ciência como projeto prático-social.....	72
---	----

2.2. Os Armazéns portugueses e a Casa da Índia: a atuação de Fernando Oliveira e a sistematização do conhecimento cosmográfico.....	92
---	----

Capítulo 3 – Entre o gabinete e o navio: o mundo teórico do humanismo e o experimental da expansão marítima.....	109
---	------------

3.1. Uma cosmografia a serviço da navegação.....	109
--	-----

3.2. A autoridade muda de mãos: os tratados náuticos e a experiência na superação dos Antigos.....	148
--	-----

Parte 2 – Os usos da tradição

Capítulo 4 – A história a serviço de uma causa	162
4.1. Fernando Oliveira historiador e a crise dinástica.....	162
4.2. O <i>Livro da Antiguidade</i> e a defesa de um rei natural.....	179
4.3. O recuo e a obediência na <i>História de Portugal</i>	193
 Capítulo 5 – O mito das origens e a determinação da liberdade lusa	209
5.1. O Dilúvio e a primazia portuguesa na povoação de Hespânia.....	209
5.2. As oscilações na narrativa do Milagre de Ourique.....	218
 Considerações finais	238
Obras de Fernando Oliveira	244
Fontes	244
Referências bibliográficas	247

Introdução

Apesar das incontáveis mudanças pelas quais a presente tese passou, houve sempre uma constância: Fernando Oliveira. Não foram poucos os questionamentos, entre os quais os primeiros foram os meus, sobre o porquê da escolha, bem como a dúvida frente a possíveis outras formas de abordar o mesmo contexto. No entanto, por razões que serão discutidas ao longo de todo o trabalho, primou-se pelo estudo de sua trajetória. Não foi o início do doutorado que me aproximou de seu nome. Essa é uma relação um pouco mais longa, que se entende desde a elaboração do projeto de pesquisa para o ingresso no mestrado, nesta mesma instituição, no ano de 2011.

Foi a leitura do livro de Charles Boxer, *The Portuguese seaborne empire* (1969), que me apresentou a Oliveira. O clássico possui duas grandes e significativas pretensões. A primeira é demonstrar, ainda que de forma geral, as vicissitudes do Império Marítimo Português “desde a captura de Ceuta em 1415, até o reconhecimento da independência do Brasil, em 1825.”¹ A segunda está na análise das interações entre Portugal e muitas das regiões que formavam seu Império. No interior desta grande proposta, o autor se debruçou sobre a presença das noções de “pureza de sangue” e de “raças infectas” na sociedade lusa e na sua relação com judeus, mouros, nativos indígenas e negros.²

Ao tratar do posicionamento de religiosos de diferentes ordens acerca da escravização de africanos e de nativos do Novo Mundo, chamou muita atenção sua menção a Fernando Oliveira. Isto porque Boxer o apresentou como “um dos poucos críticos do tráfico escravista em Portugal, ou na Europa”,³ durante o século XVI. A fim de comprovar a singularidade de tal postura, inseriu trechos escritos por Oliveira, nos quais este afirmou que não havia guerra justa contra muçulmanos, judeus ou pagão, que nunca haviam sido cristãos e que com os portugueses comercializavam pacificamente. Atacar as suas terras e, além do mais, escravizá-los,

¹ BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

² *Id. Ibid.* p.15-28.

³ *Id. Ibid.* p. 276.

caracterizava-se como “manifesta tirania”. Dizer que mantinham a prática de comercializar escravos uns com os outros não era justificativa, tendo em vista que quem compra algo que é vendido ilicitamente também comete pecado, já que se não existissem compradores europeus não haveria vendedores africanos.⁴

Boxer não se estendeu no assunto, finalizando sua visita a Oliveira com uma pequena biografia de sua vida. A anunciada postura incomum, bem com sua intensidade, foram estímulo para o desejo de investigar seu posicionamento sobre a escravidão e o tráfico. O contato com outras fontes e leituras mostrou que Oliveira não foi “uma voz a pregar no deserto”, muito menos completamente original e singular em suas proposições. Ao contrário, esteve inserido em um círculo de juristas e teólogos, tais como Luís de Molina e Francisco de Vitória, que inspirados especialmente nos clássicos, nas Escrituras e nos Pais da Igreja, formularam o denominado Direito das Gentes.⁵

Tal constatação não significou a desistência da proposta. Porém, o estudo de sua inserção nos debates sobre a guerra justa e a escravidão passou a fazer parte de um objetivo bem mais amplo. A trajetória de Oliveira, bem como suas produções, me impulsionou a analisar o desenrolar do humanismo no espaço temporal em que viveu e atuou – Portugal do século XVI. Uma das conclusões foi a de que, em grande medida, o humanismo português esteve atrelado, em primeiro lugar, com o comprometimento de um grupo de indivíduos letrados com o desenvolvimento das artes e das letras, especialmente a partir da retomada da herança greco-romana. A associação com propostas religiosas cristãs, fossem as provenientes os questionamentos efetuados por Erasmo de Roterdã ou das prerrogativas da Reforma Católica intensificada após o avanço do luteranismo pela Europa a partir da década de 1530, deram o tom às iniciativas e às produções.

⁴ *Id. Ibid.* p.276-277.

⁵ A temática deu origem ao capítulo três da dissertação, intitulado A guerra justa e a escravidão moderna. *In: KAPP, Amanda Cieslak. Fernando Oliveira e o humanismo português no século XVI.* 157 f. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Sobre a mesma questão escreveu-se o artigo Servidão natural, conversão pacífica e direito das gentes na concepção de guerra justa em Arte da Guerra do Mar (1555) de Fernando Oliveira. *In: Revista 7 Mares.* Vol. 2, n. 3. Out/2013. Seguindo a mesma direção, foram apresentados e publicados os seguintes trabalhos: Arte da Guerra do Mar de Fernando Oliveira e o debate sobre a guerra justa na Península Ibérica do século XVI. *In: Anais do XIII Encontro Estadual de História: a escrita da História.* Londrina: Anpuh-PR, 2012, p.875-886 e A trajetória de Fernando Oliveira e seu posicionamento frente ao poder da Igreja Católica e a questão da escravidão negra. *In: Anais do Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais: História e historiografia.* Cachoeira: UFRB, 2011, p.1-12.

Em segundo lugar esteve a tônica derivada da expansão marítima e da empreitada náutica que a seguiu, responsáveis pela valorização da observação e da experiência como pontos centrais da atuação humana e da produção do conhecimento. Tais conclusões demonstraram que outras questões poderiam ser investigadas, as quais, aliadas à riqueza e diversidade da produção e da trajetória oliveiriana, deram origem a esta tese de doutorado.

O principal objetivo deste trabalho é então, o de analisar, no espaço e temporalidade já mencionados, a relação entre o desenvolvimento e a consolidação das tendências humanistas em suas diversas facetas e a produção do conhecimento nas áreas da cosmografia e da náutica e na escrita história. Para tanto, investiga-se, por meio da atuação e das obras de Fernando Oliveira, o saber e sua sistematização e, especialmente, de que forma este processo contribuiu, a partir de seus princípios e metodologias, para os primórdios da ciência moderna, e, por meio de seus fins e motivações, para a consolidação do reino e império português.

A decisão de perseguir a trajetória de Fernando Oliveira foi uma escolha teórico-metodológica que não se assenta no desejo de preservação de sua memória ou de contar sua vida como um todo. A tentativa de reconstruir e problematizar alguns de seus momentos é mobilizada em razão da possibilidade que representa de contato com os contextos em que atuou, da percepção, ainda que gradual, do funcionamento dos sistemas normativos em que esteve e, especialmente, de sua atuação frente a estes. Trata-se, então, de um estudo centrado em uma perspectiva micro e individual, mas que se preocupa com um cenário mais amplo.

Uma afirmação de Stephen Greenblatt, já utilizada quando do estudo de Oliveira no mestrado continua sendo inspiradora. Ao atentar para a inevitabilidade da atuação, o autor pontuou que toda forma de comportamento se configura como uma estratégia, tendo em vista que “até mesmo a inação ou a marginalidade extrema têm sentido, e, portanto, implicam intenção”.⁶

Dessa forma, de acordo como as numerosas e profícuas discussões das últimas décadas em torno da historiografia que se ocupa de alguma forma com biografias, capitaneadas por nomes como o de Sabina Loriga e Giovanni Levi, parte-se da perspectiva de que os sujeitos não são simples coadjuvantes dos meios em que estão inseridos, mas também responsáveis, de diversas formas e mesmo que inconscientemente, pela intervenção nestes. Alinha-se, então, a

⁶ GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991, p. 246.

uma biografia-problema, que permite a percepção, mesmo que parcial e nebulosa, das infinitas inter-relações entre contexto e biografia.⁷

Frente a esta escolha não se definiu um momento exato e específico do texto para tratar da trajetória de Oliveira, apesar de o primeiro capítulo se ocupar de forma um pouco mais intensa com a questão. Muito em razão do próprio motivo pelo qual a sua biografia foi mobilizada, existem informações dispersas ao longo de todos os capítulos, de acordo com o tema e os objetivos pretendidos. Por muitas vezes, historiadores e pesquisadores de outras áreas pesquisaram Fernando Oliveira. No entanto, há nesta tese outro propósito, bem como outra metodologia, ambos ainda não adotados.

Duas formas foram as mais recorrentes para se tratar da vida de Oliveira. A primeira delas se encontra na obra de seu primeiro biógrafo, Henrique Lopes de Mendonça. O historiador, arqueólogo naval e também romancista, foi quem deu visibilidade ao humanista, quando publicou, em 1898, uma extensa biografia, acompanhada de uma de suas obras náuticas e de seu processo inquisitorial, que serão abordadas adiante. Escrita de acordo com os pressupostos historiográficos e nacionalistas da época, sua atual importância reside na rica pesquisa documental empreendida e disponibilizada por Mendonça.⁸

As segundas expressões fazem parte de um grupo mais amplo e heterogêneo. Tratam-se de trabalhos que não se ocuparam da trajetória de Oliveira *per se*, mas de algum aspecto específico de sua produção. Mesmo assim, à guisa de apresentá-lo, recorreram a episódios de sua vida. Muitas vezes estes foram conectados a um contexto mais amplo, não aparecendo de forma deslocada. Também foram mobilizadas novas informações sobre sua vida, bem como outras perspectivas de interpretação às disponibilizadas por Mendonça.⁹ No entanto, várias caracterizações permaneceram sem grandes questionamentos.

⁷ Cf. LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996 e LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

⁸ Cf. MENDONÇA, Henrique Lopes de. **O padre Fernando Oliveira e a sua obra nautica. Memoria comprehendendo um estudo biográfico sobre o afamado grammatico e nautografo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito Livro da Fabrica das Naos**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.

⁹ Tratam-se especialmente dos trabalhos de ALBUQUERQUE, Luís de. Fernando Oliveira, um português genial aventureiro e insubmisso. In: **Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses. Séculos XV-XVI**. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores e Caminho, 1987; BARKER, Richard. **Fernando Oliveira: The English Episode (1545-47)**. Lisboa: Academia de Marinha, 1992; DOMINGUES, Francisco Contente. Experiência e conhecimento na construção naval portuguesa do século XVI: os tratados de Fernando Oliveira. In: **Revista da Universidade**

Refiro-me, especialmente, às menções recorrentes acerca de sua personalidade: aventureiro, genial, insubmisso, irrequieto, imprudente, entre outras. Conforme se poderá verificar durante o trabalho, foi por mais de uma vez que Oliveira, em maior ou menor grau, agiu de forma contrária à normatividade esperada pelos contextos e instituições em que esteve inserido. Por tais ações, recebeu punições, tais como o cárcere inquisitorial ou a exclusão do círculo das letras portuguesas. Não se pretende aqui ofuscar estes episódios, essenciais para a análise proposta. No entanto, afasta-se de uma abordagem que os tornam o centro da sua trajetória, muitas vezes a partir de uma ótica estereotipada.

Se dessa forma agiu e produziu o humanista, foi porque existiam possibilidades para tanto, mesmo que desaprovadas ou cerceadas. Oliveira é analisado como fruto dos contextos em que viveu, como um indivíduo que estabeleceu relações com os pressupostos de seu tempo, e não como alguém totalmente alheio do cenário em que vivia, como algumas das caracterizações elencadas acima, e sua constante repetição, podem levar a crer.

Feitas estas considerações iniciais, passo a uma rápida apresentação de sua trajetória e produção. Fernando Oliveira nasceu em 1507 e, mesmo tendo crescido em Gestosa, uma pequena povoação no Couto do Mosteiro, considerava-se aveirense por lá ter sido gerado.¹⁰ Suas produções e outras documentações mostram que foi educado na Ordem de São Domingos, em Évora, onde ordenou-se sacerdote regular.¹¹ Aproximadamente com vinte e cinco anos desertou da Ordem, dando início a uma trajetória bastante acidentada. Sabe-se que esteve na Espanha, retornando a Portugal durante a década de 1530. Nesta época atuou como mestre de filhos de nobres, como os de João de Barros. Em 1536 publicou a sua *Gramática de Lingoagem Portuguesa*, a primeira neste campo, sendo seguida pela de João de Barros quatro anos depois.¹²

de Coimbra. Volume 32, 1985; Fernando Oliveira crítico de Pedro Nunes. In: **Oceanos**. N.º 49, 2002; Fernando Oliveira e o primeiro tratado português de arquitectura naval. In: **Os navios do mar Oceano. Teoria e empiria naval portuguesa dos séculos XVI e XVII**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004; FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal. A primeira história de Portugal e sua função política**. Lisboa: Roma Editora, 2000; MORAIS, Carlos (coord.) **Fernando Oliveira: Um Humanista Genial. V Centenário do seu Nascimento**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010.

¹⁰ Tais informações foram encontradas em seu processo inquisitorial datado de 1547 e arquivado no ANTT, sob o número 12.099. A transcrição completa foi realizada por Henrique Lopes de Mendonça e disponibilizada no livro acima citado. Também há informações sobre sua origem em um poema de apresentação inserido na obra **Ars Náutica**. *Apud* DOMINGUES, Francisco Contente. **Fernando Oliveira e o primeiro tratado português de arquitectura naval...** p. 42.

¹¹ Oliveira afirmou lá ter sido educado na **Grammatica de linguagem portugueza**. A edição, de 1536, foi publicada na casa de Germão Galharde, em Lisboa.

¹² BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Lisboa: *Lodovicum Rotorigium Typographum*, 1540.

Pouco antes da década de 1540 chegou à Itália, não se sabe como e porque razão. O desconhecimento de suas atividades não invalida sua presença em terras italianas, visto que em seus autos, datadas de 1547, relatou ter partido para Roma, de onde regressou em companhia de um núncio.¹³ Em 1543 encontrava-se novamente no reino e, logo depois, envolveu-se em um episódio bastante particular que, além de inspiração para os seus tratados náuticos, foi responsável pela sua passagem nos tribunais do Santo Ofício. Em 1547 embarcou como piloto em galés francesas que passavam pelo Tejo rumo a batalhas com a Inglaterra. Tendo sido os franceses derrotados, Oliveira adentrou na Inglaterra, não se sabe se como prisioneiro ou não. De volta a Portugal, após uma série de afirmações sobre o reinado de Henrique VIII, nas quais não contestou o cisma e se aproximou dos pressupostos reformadores e luteranos,¹⁴ foi preso pela Inquisição.

Solto três anos depois, participou de expedições marítimas enviadas por D. João III para a restituição do rei de Vélez, no Norte da África.¹⁵ Também atuou, ainda que por pouco tempo, como revisor de imprensa na Universidade de Coimbra.¹⁶ Em 1555 veio à tona sua segunda publicação, a primeira em que abordou temas náuticos: *Arte da Guerra do Mar*.¹⁷ Logo após foi novamente encarcerado. Não se sabe até quando permaneceu preso, já que não houve novo processo. Na década de 1560 recuperou a liberdade, pois foi encontrado o registro do pagamento de uma tença, ordenada por D. Sebastião, em razão dos serviços que prestava como clérigo de missa e leitor de casos de consciência, no convento de Palmela, em Setúbal.¹⁸

Nos anos seguintes produziu ainda duas outras obras de caráter náutico: *Ars Nautica* (c.1570), que permanece manuscrita, e o *Livro da Fabrica das Naus* (c.1580). Quando do contexto da crise sucessória de 1580, Oliveira escreveu as suas obras historiográficas, que permaneceram

¹³ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira.** *Op. Cit.* p. 119.

¹⁴ Cf. *Id. Ibid.* p. 100-116.

¹⁵ Oliveira tratou do ocorrido no capítulo doze da **Arte da Guerra do Mar**, intitulado De como se perderam os navios que foram com El Rei de Belez. Coimbra: Casa de João Alvarez, 1555.

¹⁶ Seu nome como lente da consta no tomo II da História da Universidade de Coimbra. BRAGA, Teóphilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa.** Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892. p.162-163.

¹⁷ OLIVEIRA, Fernando. **Arte da Guerra do Mar...**

¹⁸ **Alvará de el-Rei D. Sebastião, concedendo uma tença ao licenciado Fernão de Oliveira clérigo de missa.** ANTT. Chancellaria de el-rei D. Sebastião. 1º 16. Doações, f.356.

manuscritas. São elas o *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* (1579/80) e a *História de Portugal* (1580/1581).¹⁹

A divisão da tese baseia-se em duas noções presentes tanto na trajetória como nas obras de Oliveira. A primeira parte tem como mote a experiência. A segunda foi pensada tendo como base a tradição. Esta divisão parte de um viés metodológico, e não da crença na existência de uma dicotomia comportamental ou na utilização única de apenas uma delas em momentos específicos. Mesmo assim, algumas das obras e momentos de Oliveira foram marcados de forma a se perceber a prevalência mais acentuada de umas delas.

Em primeiro lugar, cabe afirmar que tanto a categoria de experiência, como a de tradição são aqui pensadas no interior de um movimento mais amplo e definido logo acima. Trata-se do humanismo e de suas ocorrências em Portugal. Ambas as noções, experiência e tradição, são definidas através da maneira como foram retomados e utilizados os Clássicos – característica comum a todos os humanismos. A primeira delas se encontra intimamente ligada a duas questões. São elas: o desejo de uma utilização “pura” dos autores da Antiguidade, e como tal intento influenciou as reformas religiosas e educacionais; e a valorização da observação e da prática no contexto da expansão marítima e de uma forma, cada vez mais comum, de relacionamento com a natureza e com a produção do conhecimento. Neste enquadramento, os Clássicos, para além de retomados, foram questionados e superados.

A parte 1 conta com três capítulos. O primeiro deles tem como objetivo principal encetar reflexões acerca do desenrolar do humanismo em terras lusas, a partir da trajetória de Oliveira. Para tanto, as primeiras discussões giram em torno da apresentação da historicidade dos conceitos de Renascimento e de humanismo. Atenta-se para a generalidade existente na definição de qualquer conceito, de acordo com Paul Veyne, segundo o qual estes são

¹⁹ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal e História de Portugal**. In: FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal. A primeira história de Portugal e sua função política**. Lisboa: Roma Editora, 2000.

construídos pela escolha de determinados elementos que se repetem ou se sobressaem em um “movimento histórico”.²⁰

A acentuação de determinados fenômenos e seu ordenamento segundo um ponto de vista, é o que possibilita, conformou já havia proposto Max Weber, a obtenção de um conhecimento inteligível e universal. Tem-se plena consciência da impossibilidade de sua ocorrência em determinada realidade, especialmente tal qual a sua pureza conceitual. No entanto, as definições a priori representam uma síntese, que se sabe parcial, mas que auxilia no acesso às expressões particulares e específicas, das diversas individualizações históricas que um conceito permite.²¹

Como uma categoria historiográfica e um tipo ideal, para retomar o autor citado acima, o Renascimento e, por conseguinte o humanismo, foram uma construção historiográfica iniciada no século XIX. Entre os modernos, ou até mesmo anteriormente, o termo possuía uma conotação bem menos geral, dizendo respeito, notadamente, ao intuito de renovação das letras, a partir da retomada dos clássicos em sua forma original.²²

A noção clássica de um Renascimento puro e ideal é fruto, por exemplo, de obras como *A cultura do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt.²³ As produções que a precederam, de diferentes formas e intensidades, foram marcadas pela ideia de um renascer completo, radical, como um corte entre o medievo e a Época Moderna. A consolidação de tais pressupostos deu origem à crença de que outras regiões europeias para além da Itália e do Norte europeu não teriam assistido ao desenvolvimento do movimento renascentista e humanista, a não ser por meio de expressões isoladas e incompletas.

Contradiz-se essa perspectiva, ao discorrer sobre o humanismo português, negando uma perspectiva de especificidade ou de simples adaptação. Tem-se como ponto de partida a

²⁰ VEYNE, Paul. Os conceitos em história. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p.120.

²¹ WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: **Max Weber. Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2010, p.106.

²² Cf. JOUANNA, Arlette. La notion de Renaissance: réflexions sur un paradoxe historiographique. In: **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**. n. 49, 2002, p. 5-9.

²³ BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália. Um ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

trajetória de Oliveira e como diferentes momentos de sua vida refletem determinados ângulos do humanismo luso. Após a apresentação das suas primeiras décadas, momento dedicado a discorrer os contornos de sua formação religiosa, passa-se a discutir sua temporada na Inglaterra protestante e sua rápida atuação na Universidade de Coimbra.

Os capítulos 2 e 3 colocam em evidência não só as produções cosmográficas e náuticas de Fernando Oliveira, mas também sua atuação nesta área. Assim como em relação ao humanismo, é comum afirmar que a Península Ibérica não contribuiu com as bases e desenvolvimento da Revolução Científica Moderna. Entende-se tal construção a partir de, pelo menos, dois fatores. O primeiro, constituído principalmente pelos próprios ibéricos nos séculos XVIII e XIX, diz respeito a noção de que o estabelecimento da Inquisição e a entrega das instituições de ensino aos jesuítas teriam sido responsáveis pelo início de um atraso científico e intelectual.²⁴ O segundo, mais amplo, centra-se em uma concepção tradicional sobre o desenrolar do conhecimento científico. De cunho teoricista, internalista e baseada em uma ideia de linearidade, progresso e grandes rupturas, essas narrativas reduziram o surgimento da modernidade científica especialmente aos contributos dos ingleses.

As reflexões aqui realizadas afastam-se desta noção, para aproximar-se de outras duas. A primeira, de âmbito mais geral, trata de uma concepção de ciência como projeto prático-social. Nela, a ciência deixa de ser entendida como uma atividade puramente cognitiva e neutra, disposta em equações e teoremas para assumir uma nova epistemologia. Refere-se, especialmente, as condições que permitiram seu desenvolvimento, aos diversos agentes que dele fizeram parte, aos aparatos técnicos-burocráticos criados.²⁵ Neste ponto, chega-se à uma

²⁴ São exemplos dessa concepção a de Frei Manuel do Cenáculo, que na obra **Histórico do estado da Universidade de Coimbra** (1771), enxergou o emudecimento das letras e do conhecimento em Portugal em razão do domínio exercício pelos jesuítas no setor educacional, e a de Alexandre Herculano, que ao longo dos três volumes da **História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal** (1854-1859) elencou o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em 1536 como responsável pelo pretenso atraso do desenvolvimento cultural português. CENÁCULO, Manuel do. **Compendio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas Sciencias e nos professores, e diretores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por elles fabricados**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771. HERCULANO, Alexandre. **História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal**. Porto Alegre: Editora Pradense, 2002.

²⁵ Referências centrais para a concepção de ciência aqui adotada estão nos trabalhos de BOWEN, Margarita. **Empirism and Geographical thought. From Francis Bacon to Alexander Humboldt**. New York: Cambridge University Press, 1981; JAPIASSÚ, Hilton. A Revolução Científica. Suas condições socioculturais. In: **A Revolução Científica Moderna. De Galileu a Newton**. São Paulo: Letras e Letras, 1997; KUHN, Thomas. Tradition mathématique et tradition expérimentale dans le développement de la physique. In: **Annales**. 30^o anné, n.5, 1975; ROSSI, Paolo. O cientista. In: VILLARI, Rosário (org.). **O homem barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 1995 e **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001.

importante historiografia que vem discutindo os processos ocorridos no mundo ibérico no contexto das grandes navegações e a forma também foram responsáveis para a construção do que se denomina de Revolução Científica Moderna.

Uma grande gama de trabalhos analisou e analisa temas centrais neste cenário, entre os quais estão o renascimento da cosmografia, a reconfiguração da ideia de globo, a decodificação do Novo Mundo a partir de saberes cartográficos e geográficos e as formas de relacionamento com os Clássicos. São a estes trabalhos que esta pesquisa se alinha, procurando demonstrar as tentativas de aproximação entre a teoria e a prática no universo da navegação.²⁶

A partir de reflexões em torno do renascimento da cosmografia e do caráter científico e prático que adquiriu em Portugal, abordam-se os manuais de navegação e a criação de cargos e aulas e as formas de relação destes com a cartografia e a arquitetura náutica. Por fim, trata-se da defesa da experiência efetuada por Oliveira. Questiona-se que tipo de experiência era por ele defendida e como ela situa-se em um meio termo entre a crítica da autoridade dos Antigos e a proposição de novas soluções.

A segunda parte foi organizada a partir da noção de tradição. Constituem-na as reflexões em torno da manutenção e da expansão do reino/império português no cenário da crise sucessória iniciada com o desaparecimento de Dom Sebastião em 1578. Neste momento, a utilização dos Antigos foi notória por meio de outros parâmetros e fins. Estes foram retomados notadamente na adequação da história, tanto epistemológica como metodologicamente, no que tange à escrita de narrativas sobre o reino e sua antiguidade. Tradição, neste sentido, significa tanto a tentativa oliveiriana de assegurar a configuração política vigente, como a forma de conformação da história como mestra da vida para atingir este propósito.

Por isso, os últimos capítulos terão como fio condutor principalmente o estudo de sua produção escrita, produtos notadamente da tradição humanista e religiosa da qual pertencia, mas que não deixam de ser resultado, ainda que em menor grau, de suas vivências. Se os escritos náuticos de Oliveira receberam análises, mesmo que esparsas a partir de meados do século XX,

²⁶ Fazem parte do norteamento dos capítulos 2 e 3, da forma como as fontes foram cotejadas e da definição dos problemas analisados, trabalhos que apesar da heterogeneidade temporal e metodológica, estão interligados pelo interesse no mundo ibérico da expansão marítima e da conquista e da sua influência para o desenvolvimento da ciência moderna. Dentre muitos, citam-se os nomes de Ursula Lamb, Maria M. Portuondo, Reijer Hooykas, Frank Lestringant, Francisco Contento Domingues, Luís de Albuquerque, Armando Cortesão, Avelino Teixeira da Mota, Antonio Barrera-Osorio, Henrique Leitão, Antonio Sánchez Martínez, Ramón María Serrera, Nuno Alexandre Martins Ferreira, e Mauricio Nieto Olarte.

seus trabalhos historiográficos permaneceram ocultos por mais tempo.²⁷ A transcrição e publicação ocorreu apenas em 2000. O primeiro capítulo, *A história a serviço de uma causa*, inicia com uma apresentação acerca do encontro das obras citadas acima, dos primeiros e mais relevantes trabalhos que se ocuparam delas, bem como do(s) contexto(s) que motivam sua escrita: a crise sucessória em Portugal e a decorrente União Ibérica (1580-1640). A presente abordagem privilegia as formas de escrita da história utilizadas, bem como as funções que esta assumiu.

Apesar de ter manifestado esta intenção, Oliveira não escreveu sobre episódios de seu presente. No entanto, o tratamento dado ao passado visava uma possível interferência neste. Trata-se da história como mestra da vida, como forma de acesso a um poço de ações virtuosas ou nefastas a serem ou não repetidas. Assim, para além de reflexões sobre a fórmula da *magistra vitae*, o capítulo se ocupa de uma concepção de tempo providencialista e continua, a qual orientou muitas produções desse momento. Embora as obras de Oliveira cedam espaço à atuação humana, o desenrolar dos acontecimentos ainda era tributado à Igreja e seu monopólio da esfera do sagrado, nas mãos da qual pertencia o futuro. Conforme apontou Reinhart Koselleck, não havia a manifestação de distanciamento histórico com relação ao passado. Se escrevia a história com as cores do que se vivia, baseando-se em um viés atemporal, em que havia espaço para a repetição ou não de determinadas ações.²⁸

Foram mobilizadas reflexões sobre as funções pedagógicas e políticas da história, sobre a defesa, mesmo que apenas retórica, da crítica das fontes e do compromisso com a verdade, sobre o confronto, como propôs Richard Kagan, entre a ideia de história que se deveria escrever e a que, ao fim, era narrada,²⁹ e acerca do recurso à filologia. Trata-se também da

²⁷ Ao longo do século XIX as obras receberam apenas menções. O primeiro estudo completo foi realizado no final dos anos 1950 por TEYSSIER, Paul. *L'Histoire de Portugal de Fernando Oliveira d'après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris*. In: **Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**. Lisboa, 1959, p.359 – 379. Pierre Valière foi responsável pela transcrição e anotação crítica das obras em 1975, na Universidade de Nantes e sob a orientação de Paul Teyssier. No entanto, esta somente passou a ser conhecida em Portugal há alguns anos. José Eduardo Franco publicou a transcrição que realizou das obras, acompanhada de estudo sobre a função política destas em **O mito de Portugal...**

²⁸ KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, Editora Puc-Rio, 2006, p.22.

²⁹ Cf. KAGAN, Richard. **Los cronistas y la corona. La política de la Historia en España en las Edades Media y Moderna**. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2010, p.24-27. Ao lado das proposições de Kagan sobre a historiografia produzida no Renascimento, constam no embasamento do 4º e do 5º capítulo, as de autores como as do já citado Kosseleck, Francisco Falcon, Arnaldo Momigliano, Michel de Certeau e Cesc Esteve.

fundamentação e legitimação advindas das Sagradas Escrituras, das obras dos Pais da Igreja e das crônicas medievais.

O quinto e derradeiro capítulo, *O mito das origens e a soberania de Portugal*, investiga que lugar ocuparam as origens nos livros em questão. Como vários de seus coetâneos, Oliveira determinou dois marcos cronológicos significativos e exemplares para determinar a antiguidade de Portugal: o Dilúvio Geral e o milagre de Ourique. Discorre-se sobre a importância da comprovação da antiguidade dos reinos com relação à sua soberania e nobreza a partir de uma concepção de tempo teleológica, e quais eram os limites de inserção de mitos e lendas no cumprimento deste intuito. Esta última questão se relaciona com a divulgação dos manuais sobre como a história deveria ser escrita, as *Ars Historicae*. Portugal não contou com publicações exclusivas nesse sentido, mas geralmente os prefácios, e até mesmo considerações realizadas ao longo do texto, como no caso de Oliveira, tinham também essa função. Tais exórdios revelaram, muito vezes, um confronto entre a ideia de história que se deveria escrever e a que, ao fim, era narrada. No entanto, este fato, para além de demonstrar o estatuto ambíguo da história naquele momento, aponta também para um processo de reestruturação da prática histórica iniciada, bem como do repensar de sua epistemologia.

Parte 1

Em defesa da experiência

CAPÍTULO 1

FERNANDO OLIVEIRA E OS HUMANISMOS EM PORTUGAL

1.1. A historicidade das noções de Renascimento e de humanismo

Começemos pelos títulos das obras de Fernando Oliveira. Ao longo de sua vida o português escreveu a *Grammatica da Lingoagem portuguesa* (1536), a *Arte da Guerra do Mar* (1555), o relato *Viage de Fernão de Magalhães, escrita p. hu home q foy na companhia* (c. segunda metade do século), uma tradução inacabada obra latina *Re Rustica*, de Columela (4 d.C), a *Ars Nautica* (c.1570), o *Livro da Fabrica das Naus* (c.1580), e, finalmente, o *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* (c.1579/80) e a *História de Portugal* (c.1580/1581).

Um rápido passar de olhos pelos títulos é suficiente para que se perceba sua variedade temática. Paralelamente a ela, esteve a trajetória multifacetada do personagem. Conforme irá se discutir adiante, era comum que os humanistas se dedicassem e atuassem em áreas e empreendimentos de ordens diversas. Escreviam e dedicavam-se ao direito, à história, à religião, à filologia, à cosmografia, à retórica e à gramática, visto que muitas dessas esferas não se encontravam divididas em campos completamente independentes e com modos de fazer específicos.

À esta caracterização, somam-se uma série de episódios de sua vida, os quais, conforme apontado na introdução, serviram para caracterizar Oliveira, em diversas temporalidades, como aventureiro, insubmisso, inovador e até mesmo genial. Não se nega aqui, o caráter diferenciado de muitas das opções que realizou. No entanto, estas não são analisadas de forma isolada, mas em conjunção com seu contexto de atuação, o alvorecer da Época Moderna, e as possibilidades de agir existentes.

O primeiro capítulo se ocupa em analisar o que considero como pano de fundo primordial para o entendimento das escolhas oliveirianas, bem como do cenário português do século XVI: o humanismo e suas variadas vertentes. Julga-se coerente pensar em como a herança Clássica foi retomada, reinterpretada e questionada de acordo com as necessidades e intenções dos reinos e de grupos específicos de indivíduos. É por isto que o capítulo se inicia

com uma rápida retomada da historicidade das noções de Renascimento e Humanismo e de como elas afetaram sobremaneira o entendimento dos humanismos ibéricos.

A influência dos então em voga *studia humanitatis* é clara para o século XVI e introduz a explicação sobre a diversidade de interesses que motivavam Oliveira. Tratar dos chamados “estudos das humanidades” leva, conseqüentemente, às possíveis definições e entendimentos de humanismo e de Renascimento – temas de numerosos trabalhos, muitos deles clássicos e recorrentemente discutidos. Destacam-se três possíveis abordagens que apesar de trabalharem com diferentes perspectivas de análise, normalmente se cruzam. Em primeiro, estão os estudos que buscam verificar o desenrolar de alguma faceta de tais noções, em seguida, os que se interessam pelo entendimento do que elas significavam aos seus contemporâneos, e, por último, os dedicados à construção e à utilização do uso historiográfico desses conceitos.

A terceira abordagem se relaciona com a ideia de que a Península Ibérica, por diversos motivos, não teria assistido, com o mesmo vigor e intensidade, ao desenvolvimento do Renascimento e, por conseguinte, do humanismo, da mesma forma que outras regiões, notadamente a Itália e os reinos do Norte. Tal ideia, aceita e reproduzida nos meios acadêmicos por bastante tempo vem sendo analisada e contestada a partir do entendimento e da problematização da construção das noções de Renascimento e humanismo e, principalmente, a partir de seus usos.

Paul Veyne, ao se debruçar sobre a escrita da História e suas metodologias, considerou que esta, da mesma forma que qualquer discurso, não fala por meio de palavras ou expressões singulares que não encontram precedentes em determinada época, língua ou lugar. Ao contrário, exprime-se por meio de conceitos. Caracterizados pela generalidade e abrangência, são construídos pela escolha e acentuação de determinados elementos que se repetem ou se sobressaem em um “movimento histórico”.³⁰

Max Weber, em ensaio clássico de 1904 sobre as possíveis metodologias a serem adotadas pelas ciências sociais para a obtenção de um conhecimento sociológico objetivo, com vistas a inteligibilidade e universalidade, propôs a definição do conceito de tipo ideal. Para o autor, interessado em propor caminhos que se distinguissem dos das ciências naturais e exatas, o tipo ideal é obtido:

³⁰ VEYNE, Paul. **Os conceitos em história...** p.120.

(...) mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou afastamento entre a realidade e o quadro ideal.³¹

A construção de um modelo puramente racional, porém não isento de valores e fins, e também ideal – que representa uma síntese, mas que se sabe parcial, auxilia no acesso às expressões particulares e específicas, das diversas individualizações históricas que um conceito permite. Apesar de ser ter consciência da impossibilidade da factibilidade integral de um tipo ideal ou de um conceito e de que eles somente funcionam como ferramentas quando utilizados em um jogo de escalas, ou seja, para a percepção do individual através do universal, permanece ainda certo desconforto ao utilizá-los.

Arlette Jouanna evocou o mal-estar existente entre os historiadores perante o uso historiográfico da noção de Renascimento. Há um acordo em entender a noção como um fato cultural, que representa um novo olhar para a Antiguidade, mas, especialmente, um sentimento de ressurgimento experimentado pelos letrados no início da Época Moderna. Questiona-se, então, se é apropriado utilizar o termo, de difícil definição e com manifestações distintas em várias regiões para operar um olhar cronológico em uma sequência de tempo e espaço tão longa.

Seria adequado fazer uso da noção para caracterizar todo um período e estendê-la para os domínios econômico, político, demográfico e social? Nestes setores, houve, significativamente uma especificidade profunda e meritória de ser denominada como um avivamento, ou uma mutação, representada pela letra maiúscula inexistente em outros renascimentos, tal como o carolíngio ou o renascimento do século XII? A preocupação se encontra na validação do conceito como uma ferramenta historiográfica, capaz de concatenar diversas áreas sob a mesma perspectiva. No que diz respeito à sua extensão social, alguns historiadores não a reconhecem, já que, de forma geral estima-se que suas expressões atingiram entre 5% a 10% da população europeia.³²

³¹ WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais...** p.106.

³² Cf. JOUANNA, Arlette. **La notion de Renaissance: réflexions sur un paradoxe historiographique...** p. 5-9.

Talvez a resposta não esteja na recusa da utilização do conceito, mas sim no cuidado, principalmente ao tomá-lo como uma referência a ser seguida fielmente. Neste caso, pode-se esbarrar na negação imediata e absoluta de qualquer expressão que não reproduza exatamente o tipo-ideal, ou, tão perigoso quanto, na tentativa de encaixar/enxergar em manifestações de outra natureza, ecos, influência e o desenrolar do Renascimento.

Como uma categoria historiográfica, um rótulo e uma proposta de chave de entendimento para todo um período, o termo Renascimento, da mesma forma que Humanismo, foi criado no século XIX. Antes disso, entre seus contemporâneos, possuía uma acepção bem mais restrita e específica. Ao se buscar uma genealogia do termo, é consenso entre estudiosos que a palavra, ainda nos séculos XIV e XV, dizia respeito, em sentido amplo, a uma renovação das artes e das letras. O culminar de tal processo foi expresso, conforme apontou Jouanna, a partir da utilização das palavras restituição, restauração.³³

Restituição não no sentido de existência de um corte entre a Antiguidade e o Medievo, ideia que parte da historiografia do século XIX foi responsável por propagar, mas no sentido de resgatar tais “tesouros” em toda sua pureza e originalidade, a fim de acessar a produção e o saber dos Antigos não mais por meio dos filtros dos comentaristas medievais ou das falhas de tradução dos copistas.³⁴

Apesar da diversa configuração política, econômica e religiosa característica da Europa na primeira modernidade, os humanistas de vários locais sentiam-se unidos por um elo atado a partir de sua relação com o conhecimento, pela ideia da *paideia*, que tomavam como guia. Este entrelaçamento pode ser entendido a partir da ideia de uma “República de Intelectuais”. A busca

³³ *Id. Ibid.* p. 6.

³⁴ Um trecho da troca de correspondências entre Erasmo de Rotterdã e o também humanista Guilherme Budé, traduz o sentimento de reavivamento em relação à Antiguidade e o desejo/necessidade de beber na própria fonte. No final do século XV, em carta escrita a Erasmo, o francês exaltou a importância da filologia, uma das pedras fundamentais do humanismo. Afirmou que, diferentemente do que acreditavam, a Antiguidade não havia sido ignorada durante a Idade Média. Porém, em seu decorrer os textos foram “desfigurados pelas glosas e pelos erros de transcrição e de tradução”. Por isso, a ação dos filólogos lhe lembrava a vida, a ressurreição que se completava com a descoberta de novos manuscritos e objetos arqueológicos. Aos seus antecessores, chamavam de bárbaros. Não no sentido generalizante inaugurado posteriormente, de uma Idade das Trevas e de ignorância. Referiam-se, especialmente, aos letrados, em sua grande maioria os religiosos, e ao uso que faziam dos escritos gregos e latinos. Erasmo, começou a escrever o seu primeiro livro em 1480. Trata-se do *Antibarbaros*, editado em 1520 na Basileia, e reeditado nove vezes até o seu falecimento, dezesseis anos mais tarde. Batt, o personagem principal, representou a construção de um novo tipo de erudito, o renascentista – que buscava expressar-se de acordo com a livre interpretação da herança clássica, e refutava, conforme Carlo Ginzburg, duas tradições: a das ordens monásticas e a forma como lidavam com o conhecimento e da escolástica. Cf. *Id. Ibid.* p.6; GINZBURG, Carlo. O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: **Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 96.

pelo conhecimento vinha se tornando uma premissa tão significativa que os eruditos viviam, ou ao menos aspiravam viver, conforme apontou Ginzburg, em uma grande fraternidade, na qual a característica que mais importava eram as trocas intelectuais e não os compromissos políticos ou religiosos.³⁵ Elisabeth Hirsch, em estudo sobre Damião de Gois e sua relação com diversos indivíduos, também notou que nesta época “os humanistas muitas vezes se consideravam “amigos”, não devido a uma relação pessoal, mas a um terreno intelectual comum”.³⁶

A noção de “República de Letras”, empreendida por Anthony Grafton, e bastante consonante com a proposta por Ginzburg também serve para o entendimento do cenário. Para o autor, estes indivíduos encarnavam, em decorrência de suas formações humanistas, bibliotecas ambulantes de saberes variados, mas também laboratórios, respondendo às demandas de uma sociedade gradativamente mais utilitarista e especializada. Era uma comunidade sem fronteiras, sem governo e capital, que em um mundo organizado a partir de hierarquias sociais bem definidas, insistia na igualdade a partir do conhecimento.^{37 38}

A designação humanista enquanto uma referência para a centralidade dos clássicos nos planos de estudos do Renascimento é relativamente recente, conforme atentou Paul Kristeller. A palavra adquiriu esta significação após o professor alemão F. J. Niethammer, em 1808, utilizá-la para especificar uma educação secundária centrada, antes de tudo, nos clássicos, como forma de se opor a um ensino com viés estritamente científico e prático. Depois disso, vários historiadores do século XIX passaram a apropriar-se do termo para se referir aos homens de letras do Renascimento, os quais também prezavam pelos clássicos como guias de estudo e que fundaram, em algumas cidades alemãs no Quinhentos, escolas com este propósito e que serviram de modelo para as referidas por Niethammer.

³⁵ *Id. Ibid.* p. 114.

³⁶ HIRSCH, Elisabeth Feist. **Damião de Góis**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p.67.

³⁷ Cf. GRAFTON, Anthony. A sketch map of a lost continent. The Republic of Letters. In: **World made by words: scholarship and community in the modern west**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

³⁸ Tal “comunidade” começou a se delinear tempos antes, a partir da retomada dos Clássicos. A empreitada de busca aos textos e da valorização da filologia é datada do século XIV, quando foi capitaneada pelos italianos. Stephen Greenblatt, em escrito sobre a descoberta da obra *De rerum natura*, de Lucrécio, no século XV e a formação dos elementos que influenciaram a concepção de mundo moderna, tratou da questão, frisando que desde que Petrarca atingiu a glória, ainda no início do século XIV, ao recuperar obras de Lívio, Cícero e outros, os eruditos italianos iniciaram uma aventura obcecada pelo que consideravam seus maiores tesouros. Depois de encontrados, os textos eram copiados, comentados e passavam a circular, “conferindo distinção àqueles que as haviam encontrado e formando a base do que ficou conhecido como o “estudo das humanidades”. Cf. GREENBLATT, Stephen. **A Virada. O nascimento do mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 28.

A associação recente entre o termo humanismo e um programa, um ideal de educação clássica não pode ser invalidada em razão da não existência do mesmo termo durante o Renascimento. Isto porque *humanismo* provém de outro termo similar, *humanista*, este sim próprio do início da Época Moderna. Humanista servia para designar professores, mestres ou mesmo estudantes de humanidades. Sua primeira aparição parece ser “proveniente do jargão estudantil das universidades italianas, nas quais o professor de humanidades passou a ser chamado de *umanista*, em comparação com seus colegas de disciplinas mais antigas, para os quais por séculos se havia aplicado os termos de legista, jurista, canonista e artista”.³⁹

Humanista, no final do século XIV, era uma palavra originária de outra, bem mais remota – o termo humanidades, os *studia humanitatis*. Este era empregado por romanos como Cícero (106 – 46 a.C) e Aulo Gélcio (2 d.C) para designar uma educação liberal ou literária. Apropriada pelos humanistas, a expressão passou a dar conta de um conjunto de disciplinas acadêmicas, sendo elas a gramática, a retórica, a história, a poesia e a filosofia moral, que eram estudadas a partir das referências antigas.⁴⁰ As letras, representadas nesse conjunto de matérias, eram vistas como perpetuadoras do saber acumulado ao longo do tempo, e poderiam auxiliar na compreensão ontológica do homem. Esta resposta poderia ser encontrada na Bíblia, mas, para além dela, os humanistas acreditavam que o homem culto deveria fazer uso das fontes primitivas, e não de um saber corrompido.⁴¹

É por esta razão, ou seja, pela centralidade da retomada dos Clássicos, de seu reconhecimento, interpretação e pureza que a filologia é vista como um dos elementos centrais da cultura humanista. Esta vertente educacional, que ao menos nas primeiras décadas da Época Moderna dizia respeito a uma tradição literária e retórica encontrava-se ainda envolvida em uma noção grega proveniente aproximadamente dos séculos V e IV a.C, a de *paideia*, que, em suma, exprimia uma noção da educação enquanto formadora da personalidade humana. O objetivo principal era a educação intelectual e moral do homem.⁴²

³⁹ (...) parece haber surgido de la jerga estudiantil de las universidades italianas, en las cuales el profesor de umanidades por analogia con sus colegas de disciplinas más antiguas, a quienes por siglos se habían aplicado los términos de legista, jurista, canonista y artista. KRISTELLER, Paul Oskar. **El pensamiento renascentista y sus fuentes**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 39.

⁴⁰ *Id. Ibid.* p. 39.

⁴¹ OSÓRIO, Jorge Alves. Crítica e humanismo no Renascimento. In: **Humanitas**. Coimbra, v. 26/27, 1975, p.27.

⁴² Cícero defendia que estava ao alcance do homem atingir o mais alto nível de excelência e que a educação era a condição para tanto. O conteúdo primordial deveria concentrar-se no estudo interligado da filosofia e da retórica. Da mesma forma, Quintiliano (35-95 d.C.), ainda que mais de um século depois, dedicou-se à retórica e também

De um lado estava a crença no poder de atuação do homem, e de outro, a associação, de acordo com o horizonte religioso do período, da busca do saber e a humildade. Parece claro que os cristãos não possuíam toda liberdade de utilização das obras dos gregos e romanos. Apesar do citado manifesto de Erasmo contra a barbárie praticada aos textos antigos, como também fizeram vários de seus antecessores e sucessores, e da defesa da busca do saber como uma virtude e não um pecado, o conhecimento somente teria um propósito se servisse ao espírito cristão. O uso dos antigos era justificado até certo limite. Prevalecia a ideia, conforme Jorge Alves Osório, de que o homem deveria possuir cultura e erudição cuidadas, ou seja, que o material grego e romano deveria estar subordinado a fé e servir para engrandecê-la.⁴³

Frente a este cenário pode-se afirmar, mesmo levando em consideração a distância temporal entre seus adeptos que, em seu cerne, o humanismo, e essa é a característica que aproxima todas as suas tendências, foi um movimento erudito, cultural e letrado interessado pela renovação da herança clássica enquanto guia de atuação humana, em compatibilidade com os ideais cristãos, ao menos os primitivos, os quais se intentava resgatar

No século XIX o Renascimento, do qual uma das tendências mais significativas foi o humanismo, ganhou letra maiúscula e passou a servir como uma categoria histórica para entender e definir toda uma civilização. Jacob Burckhardt e seu clássico *A Cultura do Renascimento na Itália - um ensaio*, de 1859, são o grande exemplo desta construção, da qual destacam-se dois pilares.⁴⁴ O primeiro trata “do verdadeiro espírito renascentista” e sua associação com a Itália. Já o segundo, diz respeito a ideia de uma passagem abrupta e radical entre o medievo e a Época Moderna. Durante esta finalmente, “o véu medieval dispersou-se ao vento”, e foram deixadas para trás a ignorância e o obscurantismo, tantos nas artes, como nos costumes, de acordo com a concepção de cultura proposta por Burckhardt. O mesmo corte foi defendido por Jules Michelet.⁴⁵ Em *A Agonia da Idade Média* - prefácio do sétimo e oitavo

à oratória. A maestria nesta última, conforme Quentin Skinner, não consistia apenas em expressar-se bem, mas na capacidade de elaborar, apresentar ou criticar um conceito ou argumento, característica marcante nas produções humanistas de diversas áreas. Cf. SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.10.

⁴³ Cf. OSÓRIO, Jorge Alves. **Crítica e humanismo...** p.30.

⁴⁴ O livro foi editado em 1860 com o título *Die Kultur der Renaissance in Italien*. Posteriormente, o escrito ganhou traduções em língua portuguesa com o título de *A Civilização do Renascimento na Itália*, fato que pode ser explicado pela associação entre os termos cultura e civilização tão característica do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

⁴⁵ Apesar de ser lugar-comum afirmar que o grande defeito da análise de Burckhardt consistiu em isolar a Renascença de suas raízes medievais, é perceptível que este mesmo tipo de pressuposição, conforme afirmou

volume da *História da França* (1855), considerou que muitas expressões renascentistas aconteceram durante a Alta Idade Média. Do apanhado - que partiu do século XII, fizeram parte ritos populares, canções cavaleirescas, poesias, costumes pagãos, etc.. Decepcionado, concluiu que apesar da força das manifestações, a religião e a Igreja Católica conseguiram dar cabo ao desenvolvimento cultural do homem, mantendo por mais alguns séculos, ainda, o obscurantismo a as trevas, adjetivos com os quais caracterizou o período.⁴⁶

A ruptura abrupta entre medievo e Época Moderna foi questionada posteriormente por autores como Kristeller e Allan Bullock. Para eles outros modos de pensamento medieval, além do escolastismo sobreviveram durante o século XVI. Além disso, há muitos precedentes no medievo da visão que teve o Renascimento do homem e do mundo. Como não poderia ser diferente, a Idade Média ocidental sofreu influência direta da Antiguidade, principalmente da romana. A língua da Igreja, das pessoas eruditas, da aprendizagem e de grande parte da literatura foi o latim. O saber antigo pautou muitas das práticas medievais e esteve presente no direito, na matemática, na astronomia e na literatura. Bullock ressaltou que “nenhum poeta foi tão lido na Europa medieval como foram Ovídio e Virgílio, e foi o último o escolhido de Dante para ser seu guia na primeira parte da sua Divina Comédia, a suprema representação da visão medieval da vida”.

Não é nenhuma novidade salientar o uso que a Igreja medieval fez da filosofia romana, já uma apropriação da grega, especialmente no que tange a sua teologia. O esforço de São Tomás de Aquino e outros padres da Igreja em conciliar as ideias de Aristóteles com o cristianismo, dando origem à escolástica, são provas da presença da Antiguidade durante a Idade Média. O que se alterou, parece claro, foi a intensidade e a aceitação da utilização dos antigos, bem como os propósitos.⁴⁷

Não se pretende criticar as construções de Burckhardt e Michelet. Além de serem datadas e típicas de influências historiográficas do período em que foram escritas, já foram suficientemente relativizadas e discutidas a partir de diferentes vieses, como se elucidou no

Quentin Skinner, continuou presente em grande parte dos estudos sobre o pensamento renascentista. O autor referia-se a trabalhos das últimas décadas do século XX. Como exemplo, utilizou a concepção de Hans Baron que, entre outros, insistiu em assinalar uma nítida ruptura por volta de 1400, afirmando que – “enquanto um pensador como Salutati se conserva firmemente medieval – o fato de logo depois aparecer uma obra do feitiço do *Elogio* de Bruni, nos mostra que foi transposto o limiar que separa o medievo da Renascença.” SKINNER, Quentin. *Op. Cit.* p. 123.

⁴⁶ Cf. MICHELET, Jules. **A agonia da Idade Média**. São Paulo: Educ/ Imaginário, 1992, p. 15-79.

⁴⁷ KRISTELLER, Paul. *Op. Cit.* p.20-21.

parágrafo acima. Voltou-se a elas por um motivo especial e que se traduz no peso que elas e os trabalhos que inspiraram tiveram sob a ideia de Renascimento e humanismo. A noção clássica de um Renascimento puro e ideal, completo e responsável por mudanças radicais, associada, por exemplo, a uma concepção de ciência racionalista e linear da qual se falará adiante, fortaleceu a impressão, consolidada por muito tempo, de que outras regiões europeias para além da Itália não assistiram ao desenvolvimento desses movimentos.

Em grande medida, foram elas as responsáveis pela configuração da categoria histórica Renascimento - intimamente ligado com o humanismo, ou seja, pela transformação de um substantivo em um conceito. As obras em questão autorizaram e inauguraram esta mutação e aqui são analisadas, antes de tudo, pela historicidade que permitem inferir no que tange à noção em questão. Burckhardt tratou do Renascimento italiano, Michelet do francês. Não se pode esquecer também de Johan Huizinga e de sua clássica obra de 1919 enfocando o Renascimento do Norte europeu, *O Declínio da Idade Média*, traduzida para o português em 1924, como *O outono da Idade Média*.⁴⁸

Não existiu nenhuma obra desta circulação tratando sobre o Renascimento ibérico. Assim, por muito tempo, a noção de Renascimento permaneceu engessada e circunscrita apenas aos locais acima citados. Seguindo à risca tais tipos ideais, que não são frutos de tais autores, mais especialmente de suas interpretações, Portugal não teria assistido ao desenvolvimento do Renascimento e, por conseguinte, do humanismo. Teriam sido encontradas apenas algumas expressões isoladas do humanismo. Assim, depois de elucidar, de forma geral, tanto o entendimento de tais movimentos por seus contemporâneos, bem como suas conceitualizações posteriores, prefere-se falar em humanismos, e não em humanismo. Parte-se de alguns referenciais comuns para enxergar diferentes expressões, com o cuidado de não esbarrar em contradições ou forçar caracterizações. O tópico a seguir se ocupa, a partir da trajetória de Oliveira, do desenrolar dos humanismos lusos e sua relação com as reformas religiosas e educacionais no reino.

⁴⁸ Cf. HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

1.2. Fernando Oliveira e Portugal em tempos de reformas

Faz parte da miséria do homem o não poder
conhecer mais do que fragmentos daquilo que
já passou, mesmo no seu pequeno mundo, e
faz parte da sua nobreza e da sua força o
poder conjecturar para além daquilo que pode
saber.⁴⁹

1.2.1. As primeiras décadas e a formação religiosa humanista

Na Península Ibérica, os programas dos *studio humanitatis* ganharam significado e foram expandidos por dois fatores essenciais: a expansão marítima e as reformas religiosas. Este cenário esteve aliado ao desenvolvimento, gradual, de uma sociedade europeia mais mercantilizada e comercial, e interessada nas potencialidades que a natureza poderia oferecer. A trajetória e as produções de Fernando Oliveira ressoam tais pressupostos. Como objetivo principal, seus escritos, da mesma forma que os de muitos de seus coetâneos, apresentavam sempre, para além do teor retórico e funcional, uma proposta maior de benefício para as esferas de atuação em que se inseria. Em primeiro lugar, deveriam servir à cristandade. Em seguida, de alguma forma, às produções deveriam ser voltadas para o reino, que, ao lado da Espanha, se constituía como baluarte da fé católica na Europa. Correlato ao sentimento de manutenção e expansão da cristandade, estava o pertencimento a uma sociedade corporativa, caracterizada pela existência de corpos sociais hierarquizados, aos quais eram destinados atribuições e direitos determinados.⁵⁰

⁴⁹ MANZONI, Alessandro. *Apud* GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de *Il ritorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991, p.197.

⁵⁰ Os estudiosos identificam que o projeto de reino e de sociedade ibérica foi pautado no chamado paradigma político corporativista. De origem medieval, o cerne desta concepção, conforme Antonio Manuel Hespanha, baseou-se na crença da existência de uma ordem universal, o cosmos, que orientava todos os homens para um objetivo último, reconhecido no pensamento cristão com o próprio Criador. A realização do destino cósmico, do qual o mundo físico e o mundo humano constituíam apenas a face visível, dependia da cooperação, de forma distinta, de cada parte do todo. A criação em sua totalidade correspondia então a unidades de ordenação, ao arranjo de todas elas. O alcance do bem comum, objetivo último da organização e cooperação de todas as partes, não deveria comprometer a especificidade de cada grupo social, ao contrário, deveria respeitá-la. Cf. HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, Antonio Manuel (org.); MATOSSO,

Oliveira reconhecia-se aveirense, conforme declarou em seu processo inquisitorial. Segundo suposição de Diogo Barbosa Machado, em sua *Biblioteca Lusitana*, era filho de Heitor de Oliveira, juiz de órfãos que atuava na comunidade de Pedrógão, e de Branca da Costa.⁵¹ No hexâmetro de *Ars Nautica* assim apresentou-se:

Hexâmetro sobre a pátria do autor, os seus pais e os nomes destes:

Aveiro é o lugar onde meus pais me geraram.
 Da ordem da Cavalaria, de costumes modestos e fortuna vulgar.
 Mas o recém-nascido soltou os primeiros vagidos em Gestosa.
 A Igreja Matriz de Santa Columba deu-lhe o batismo de fê.
 Fernão Oliveira foi me posto como nome
 Como oliveira produtiva dou frutos ao navegante.⁵²

Frente às duas indicações, a realizada nos autos e no poema de abertura do tratado náutico, supõe-se que, mesmo natural de Gestosa, uma pequena povoação no Couto do Mosteiro, considerava Aveiro sua cidade natal, pelo fato de lá ter sido gerado. O que de fato interessa, para além do local de nascimento, foram os anos de sua juventude e a formação humanista que recebeu. Por esparsas indicações em seus livros, nesse caso a *Gramática de Língua Portuguesa* (1536), sabe-se que “(...) sendo eu moço pequeno fui criado em São Domingos de Évora.”⁵³ O convento existia desde o final do século XIII e a partir de meados do século XV passou a formar jovens religiosos. Estima-se que lá chegou aproximadamente pelos

José (coord.). **História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa, 1998, p.114. O capítulo 2 tratará de forma mais aprofundada dessa questão.

⁵¹ MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana**. Volume II. Coimbra: Atlântida Editora, 1966, p.47. A indicação proposta por Machado foi encontrada no estudo de Francisco Contente Domingues sobre Oliveira e citado na nota a seguir.

⁵² *Auctoris de patria, parentibus et nominibus suis, exametrum. Auiger est locus, in quo me genuere parentes. Ordine equestres, more modesti, et re mediocres. At primos uagitur Gestosae edidit ortus. Baptismum fidei dedit ecclesia alma Columbae. Ferdignādus Oliueris postum est mihi nomen. sicut oliua ferax, dignos nautae affero fructus. In: Ars Nautica. Apud DOMINGUES, Francisco Contente. Fernando Oliveira e o primeiro tratado português de arquitectura naval... p. 42.*

⁵³ OLIVEIRA, Fernando. **Gramática da Linguagem Portuguesa**. Edição crítica organizada por ASSUNÇÃO, Carlos; COSERIU, Eugenio; TORRES, Amadeu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000, p.232.

dez anos. A ida de meninos dados ao estudo para formarem-se religiosos nos mosteiros e conventos era prática comum.

Encontrava-se também no convento no mesmo período o humanista André de Resende, poucos anos mais velho do que Oliveira, fato que indica que podem ter convivido.⁵⁴ Henrique Lopes de Mendonça, historiador do século XIX e quem primeiro notabilizou Oliveira por meio de uma biografia, da publicação do *Livro da Fabrica das Naus* e de seus autos inquisitoriais, afirmou ter sido Resende mestre de biografado.⁵⁵ Depois disso, grande parte dos pesquisadores reproduziram tal relação, que não parece plausível, primeiro, em razão da proximidade de idade entre ambos quando se encontram no convento, aproximadamente sete anos.⁵⁶

Resende o deixou ainda antes da década de 1520. Depois, estudou em centros de referência do humanismo espanhol, primeiro em Alcalá de Henares e depois na Universidade de Salamanca, onde aprofundou seus estudos de grego, latim e retórica, sendo discípulo de Antônio de Nebrija. Mais tarde, esteve na Basileia e em Lovaina, tornando-se próximo de Erasmo e das correntes humanistas por ele preconizadas. Após frequentar ainda a Universidade de Paris, retornou a Portugal em 1533, quando, ao receber uma ordem para atuar como padre secular, passou a lecionar para filhos de nobres, função comum para os humanistas, e também na Universidade de Lisboa e depois Coimbra, quando esta foi transferida.

A pequena descrição da trajetória de Resende, a qual não menciona suas inúmeras produções em português e latim, e entre as quais estiveram epistolografias e narrativas de fundo histórico, serve também para demonstrar o desenvolvimento desse grupo de eruditos humanistas em Portugal no início do século. Embora com áreas de interesses futuras distintas, que poderiam variar entre a poesia, a gramática ou ramos mais aplicados, como a náutica, esses

⁵⁴ Ensinaram no Convento décadas mais tarde nomes como os de Frei Jerônimo de Azambuja, Frei Bartolomeu dos Mártires e de Francisco Foreiro. Todos estes estiveram de alguma forma envolvidos com a Reforma e a ortodoxia reforçada pela Igreja Católica após o Concílio de Trento (1545-1563), atuando, por exemplo no Tribunal do Santo Ofício.

⁵⁵ MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op.Cit.* p. 3, 4.

⁵⁶ Como não poderia ser diferente, o livro de Mendonça é fruto de seu tempo. Sendo assim, apresenta muitas das características da prática historiografia do século XIX. Tem-se a construção de uma narrativa linear, preocupada em “contar” a totalidade da vida do personagem. De acordo com outra tópica do período, há uma intensa crítica à atuação da Inquisição e de sua pretensa contribuição para o atraso científico de Portugal. Mendonça reuniu e disponibilizou uma significativa gama de fontes referentes a Oliveira, fato que alça a obra como indispensável para o estudo do humanista. É perceptível que a maioria dos pesquisadores que se debruçaram à alguma questão referente a sua trajetória e/ou a produção utilizaram como ponto de partida a biografia de Mendonça. Neste processo, algumas acabaram reproduzido, sem grandes questionamentos, afirmações realizadas pelo autor, tal como a de que Oliveira teria sido aluno de Resende, entre outras, que serão retomadas em momento oportuno.

letrados, na maioria das vezes tiverem formações iniciais em comum, e, passaram temporadas fora do reino, mantendo contato com eruditos da República das Letras de diversas regiões.

Para os mestres, mais do que uma forma de sobrevivência financeira, o ensino de filhos de nobres significava prestígio e acesso à corte. Da mesma forma era vantajoso aos contratantes que, em uma sociedade na qual as letras passavam a ser cada vez mais valorizadas, por certo desejavam que seus filhos e próximos fossem educados. Esta uma prática que passava pela importância decisiva dos humanistas para o engrandecimento da corte e do próprio rei.

Burckhardt, apesar de se referir, principalmente, mas não exclusivamente à Itália, atentou que estes homens, por meio de seu culto à Antiguidade e da retomada da literatura antiga, não interferiram apenas na educação e na cultura, mas tomavam, em alguns casos, a dianteira nas questões referentes ao Estado, por meio de seus aconselhamentos.⁵⁷ Damião de Góis, em elogio à Lisboa e Sevilha, as elegeu, conforme apontou o estudioso do Renascimento luso Joaquim Veríssimo Serrão, como “capitais do Atlântico”. Na obra, que escreveu em latim e que “teve, por isso mesmo, uma audiência mais larga na Europa culta”⁵⁸, Góis afirmou:

Há duas cidades que, nestes nossos tempos, se podem chamar com razão senhoras e rainhas do Oceano, pois, por sua direção e domínio, as naus percorrem, hoje em dia, todo o Oriente e todo o Ocidente.

A primeira, Lisboa, situada na boca do Tejo, arroga-se o domínio daquela parte do Oceano que, num abraço imenso do mar, rodeia a África e a Ásia. A outra, Sevilha, voltada para o Ocidente, desde o rio Guadalquivir, patenteou à navegação a parte do Orbe que hoje se chama Novo Mundo. Deixo, porém, a descrição desta cidade aos que tratarem expressamente da história do Novo Mundo, e que hão-de-contar, com certeza, nos seus escritos, a este propósito, muitas coisas dignas de menção (...).⁵⁹

No início da década de 1530, quando tinha vinte e cinco anos, Oliveira desertou da Ordem de São Domingos. Mais tarde, em seu processo inquisitorial, afirmou que recebeu permissão, sendo transformado em religioso secular – documentação que nunca apresentou.

⁵⁷ BURCKHARDT, Jacob. *Op. Cit.* p. 200.

⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, p. 103.

⁵⁹ GÓIS, Damião de. **Descrição de Lisboa**. *Apud Id. Ibid.* p. 103.

Mendonça concluiu que teria fugido do Ordem, afirmação que continuou sendo repetida por seus biógrafos sem muitos questionamentos.⁶⁰

Fato é que, realmente, não era tarefa simples e costumeira desfazer-se dos laços e obrigações religiosas, ainda mais em seu caso – o de religioso regular. Porém, uma pista para a situação pode ser encontrada na secularização da Ordem dos Pregadores, efetuada por Paulo III (1468 – 1549) em uma tentativa de aproximar os frades da sociedade.⁶¹ Autorizada ou não, o abandono da ordem lhe traria problemas anos mais tarde. Em seus escritos, como no *Livro da Fabrica das Naus*, e utilizando tal informação como argumento de autoridade, declarou ter “(...) andado por muitos portos de mar na Espanha, na França, na Itália, na Inglaterra e em alguns de terras de mouros (...)”.⁶² Além disso, em seus autos afirmou “ter andando em Castela algum tempo”, após abandonar a ordem.⁶³ Retornou a Lisboa pouco tempo depois, quando passou a ensinar. Nesse tempo, “havia três anos mais ou menos havia deixado o hábito de clérigo”, passando a utilizar o “hábito de leigo”.⁶⁴

Oliveira atuou como tutor de filhos de nobres, fato que serviu para estreitar seus laços com a nobreza e possivelmente para resolver as questões de seu sustento financeiro. Pouco tempo depois, utilizou tal experiência para atestar sua “limpeza de vida e doutrina” perante os inquisidores. Sabe-se que foi mestre dos filhos do barão de Alvito, oficial da corte de D. Afonso V, desembargador e chanceler, na casa de quem residiu.⁶⁵ Também acompanhou os filhos de

⁶⁰ MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op. Cit.* p. 4.

⁶¹ Os últimos séculos do medievo foram marcados por diversos questionamentos impostos à Igreja Católica. Movimentos como os dos cátaros e dos albigenses, heresias medievais, defendiam, desde o século XIII, a imitação da vida dos apóstolos, uma maior aproximação do Evangelho e a recusa da hierarquia e do luxo da Igreja. Assistiu-se à intensificação da *devotio moderna*, ou seja, da meditação pessoal em contraposição às cerimônias litúrgicas suntuosas. Como resposta, foram criadas Ordens religiosas como a dos franciscanos e a dos dominicanos as quais, apesar de suas diferenças, propunham uma vida mais simples e um apego mais sincero à religião e ao Evangelho. Originada em 1216 a dos dominicanos foi pautada na pregação e no contato com a população. Dessa forma, nem mesmo os monges voltados à santificação pessoal e à total reclusão nos mosteiros deveriam se esquivar dos problemas enfrentados pela Igreja. A secularização da Ordem efetuada dois séculos mais tarde é resultado deste esforço, acentuado com o avanço das reformas protestantes. Sobre a questão da mudança na forma de vivenciar a religião e as reformas religiosas cf. CHAUNU, Pierre. **O tempo das reformas. (1250 – 1550). II – A Reforma Protestante**. Lisboa: Edições 70, 1975. Acerca da institucionalização da Ordem dos Dominicanos cf. ROCHA, Mateus. **A origem da Ordem dos Pregadores**. Disponível em: www.dominicanos.org.br Acesso em: 27/06/2017.

⁶² OLIVEIRA, Fernando. *Livro da Fabrica das Naus*... p. 149.

⁶³ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira**... p. 108.

⁶⁴ *Id. Ibid.* p. 108.

⁶⁵ *Id. Ibid.* p. 120. As informações sobre em que famílias atuou como mestre também se encontram dispersas ao longo do processo.

João de Barros, reconhecido, para além de sua atuação na Casa da Índia, pela *Gramática*, e, principalmente, pelas crônicas dos feitos lusos nas Índias, as *Décadas da Ásia*. A *Gramática* de Barros foi publicada em 1540. Quatro anos antes, em 1536 Oliveira publicou sua obra sobre o assunto. No entanto, ainda hoje, a produção de Barros, em razão de sua ampla divulgação, tanto no período, como posteriormente, ocasionada provavelmente pela sua posição e prestígio, é tida por muitos como a pioneira no gênero em Portugal.

A escrita deste livro possui várias significações para além do pendor que, como humanista, Oliveira poderia dispensar às letras. Sua formalização e publicação se relacionam, parece claro, à expansão do reino português e ao entendimento da língua como um instrumento de poder e dominação. Por certo, a produção foi influenciada pelo contato com a *Grammatica sobre la lengua castellana* (1492), de autoria de Antonio de Nebrija. Oliveira pode ter tido contato com a obra em Portugal, já que a circulação de livros e manuscritos entre humanistas não era incomum. No entanto, como afirmado acima, declarou em seu processo inquisitorial ter estado em Castela. Por essa razão, é possível que o acesso a obra tenha ocorrido na Espanha. Além disso, foi encontrada no *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de França, uma cópia da *Gramática* de Nebrija realizada por Oliveira, fato que comprova seu conhecimento da obra do espanhol.⁶⁶

Nebrija foi um dos mais importantes latinistas da época e atribuiu a si a tarefa de lutar contra a degradação da língua. Escreveu várias obras em latim, e não foi sem surpresa e espanto que sua gramática da língua castelhana foi recebida. A obra foi dedicada à rainha Isabel, que o teria perguntado que utilidade teria aquele livro. Em resposta, disse que “era importante definir normas, fixar os usos e eliminar os desvios, a fim de dar à língua sua unidade”. Apesar de parecer comum, essa “orientação, por si só, era revolucionária, porque, ao agir dessa maneira, ele elevou a língua castelhana à categoria até então reservada, no mundo cristão, ao latim e ao grego”. Mas, mais importante ainda era a contribuição que a língua unificada poderia dar para a unidade da nação. Para ele, o idioma era tão importante quanto a fé, as armas e as leis.⁶⁷

Oliveira, na dedicatória de sua *Gramática*, a ofereceu ao conde Dom Fernando de Almada, de cujos filhos era mestre. O conde em questão era filho de Dom Antão, nobre e

⁶⁶ A parte 2 da tese tratará sobre o *Fonds Portugais* e acerca do paradeiro de algumas produções oliveirianas neste arquivo.

⁶⁷ VINCENT, Bernard. Os acontecimentos. In: **1492 – Descoberta ou Invasão?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 56,57.

importante capitão dos descobrimentos portugueses durante o século XV. Na justificativa, assim como fez Nebrija, consta que pretendia “apontar algumas partes necessárias da ortografia: acento, etimologia e analogia da nossa linguagem.” com o objetivo de a língua portuguesa se estender pelo mundo.⁶⁸

Trata-se de um período no qual o latim, longe de perder sua importância, passou a servir como modelo para a sistematização das línguas vernáculas, seja por comparação, semelhança ou distanciamento. O esforço de padronização esteve relacionado muito mais do que a um aspecto formal, mas a um processo mais geral de instrução e de ampliação dos leitores.⁶⁹ Compartilhava-se entre os eruditos a noção que a língua vernácula era instrumento de fixação, de construção de identidades e de eternização. Em Portugal, e essa característica marca a produção de Oliveira, o contexto da expansão levou a valorização do registro do que se vivenciava, descobria. Para tanto, fazia-se necessário padronizar a oralidade. A imprensa e as casas tipográficas contribuíram nesse intento. A publicação das denominadas *Cartinhas ou Cartilhas* foi também comum. Estas se constituíram como livrinhos, lançados em grande tiragem e de natureza didática. Ocupavam-se com as primeiras letras, mas também com a evangelização e a vinculação da nacionalidade portuguesa, também no além-mar.⁷⁰

Tal como fez em obras que serão analisadas nos próximos capítulos, Oliveira manteve na *Gramática* uma postura de recorrência aos Clássicos, entre os quais estiveram Cícero, Quintiliano, Plínio, Ptolomeu e Pomponio Mela. No entanto, longe de apenas identificar a influência do latim para a língua portuguesa, procurou, nos cinquenta capítulos que a compõem, demonstrar a antiguidade desta. Isto porque a que considerava ensinada e bem conversada e também escrita em bons termos há tempos, possuindo as mesmas potencialidades do latim.⁷¹

⁶⁸ Cf. OLIVEIRA, Fernando. **Grammatica de...** p. 4,5. Uma segunda edição veio à tona em 1871, organizada por Visconde de Azevedo e Tito de Noronha, a terceira em 1936, sob coordenação de R. de Sá Nogueira e A. Ferreira Henriques, outra em 1975, com introdução e comentários de Maria Leonor Carvalhão Buescu e a última nos anos 2000, organizada por Amadeu Torres e Carlos Assunção e introduzida por Eugénio Coliseu.

⁶⁹ Cf. MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In: MATTOS e SILVA, MACHADO FILHO (orgs). **O Português Quinhentista: estudos lingüísticos**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFPS, 2002, p.27-33.

⁷⁰ Cf. *Id. Ibid.* p.32-33; CORTEZ PINTO, Américo. **Da Famosa Arte da Imprimição: da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar**. Lisboa: Ulisseia Limitada, 1948, p.80-87; p.240-290.

⁷¹ Cf. RADULET, Carmen M. Fernando Oliveira: a primeira anotação da língua portuguesa. In: DOMINGUES, Francisco Contente; GUERREIRO, Inácio (org.). **Fernando Oliveira e seu tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento europeu (1450 – 1650)**. Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Cascais: Patrimonia, 1999, p. 22-23. Sobre as gramáticas publicadas no período, sua estrutura e motivações cf. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Portugal: Instituto

Sua preocupação foi a de fixar regras para o português, a fim de garantir sua unidade. Assim, conforme apontou Carmen Radulet, Oliveira escreveu sua Gramática “(...) não apenas como tratado descritivo, mas prevalentemente, como obra pedagógica, instrumento para o ensino e a regularização de determinados aspectos da língua portuguesa, neste caso sobretudo da fonética.”⁷² O capítulo a seguir demonstrará como em Oliveira a utilização do vernáculo nos tratados náuticos cumpriu uma função utilitarista e prática, de formação de pilotos e demais agentes da expansão.

Não se sabe ao certo seu destino no início da década de 1540. Mendonça chegou a cotejar a ideia de que participou na Itália das negociações em torno do “reconhecimento definitivo do tribunal inquisitorial pela Santa Sé”. A possibilidade não seria de todo estranha, tendo em vista que, conforme apontou seu biógrafo, “enxameiavam nas terras de Itália, e sobretudo em Roma, os agentes de D. João III, destinados a atuarem sobre os personagens influentes na cúria”.⁷³ Após especulações, a partir das quais tentou provar verdade por meio de uma série de documentações, seu primeiro biógrafo, seguindo à risca as tendências historiográficas de sua época, concluiu que a hipótese não se sustentava.⁷⁴ A ignorância em torno de suas atividades, não invalida sua presença na Itália, a qual atestou em passagem evidenciada acima e relatou nos autos, quando afirmou, em 1547, que fazia sete anos que havia abandonado a casa do Barão de Alvito e partido para Roma. De lá, “regressara em companhia do nuncio D. Luiz Lippomano, o qual há mais de três anos que veio a este reino”.⁷⁵ Assim, sabe-se que em 1543 encontrava-se novamente em Portugal.

de Cultura Portuguesa, 1978 e, da mesma autora, **Babel ou A ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981.

⁷² RADULET, Carmen M. **Fernando Oliveira: a primeira anotação da língua portuguesa...** p.21.

⁷³ MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op. Cit.* p. 5.

⁷⁴ As proposições de Mendonça sobre se localizam na obra citada acima, nas páginas 5 a 13.

⁷⁵ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...** p. 119. A permanência de Oliveira na Itália influenciou sobremaneira no desenrolar de seu processo inquisitorial, conforme se tratará adiante. Isto porque alguns de seus delatores, cristãos-novos, acreditavam que havia participado das negociações a favor do estabelecimento da Inquisição.

1.2.2. A temporada na Inglaterra protestante: adesão ao reformismo religioso e passagem pelas garras inquisitoriais

Nos anos que se seguiram Fernando Oliveira adentrou ao universo náutico que marcaria o restante de toda a sua trajetória por meio de uma circunstância bastante incomum. Conforme os autos do processo, abandonando as vestes e as insígnias clericais ingressou como piloto fazendo uso do nome de Martinho, em uma das vinte e cinco galés francesas que passavam pelo rio Tejo, tendo o objetivo de atacar a Inglaterra. Em sua defesa, alegou que:

(...) é verdade que ele se foi daqui para a França no ano de quarenta e cinco em hábito de clérigo e companhia de um frade de São Domingos de nome Frei Miguel Lobo e constringido por muita necessidade de pobreza que tinha fome que padecia pelos anos serem muito apertados nesta terra e que em hábito de clérigo começou a servir nas galés do Rei da França como piloto até que os ingleses os tomaram no ano de quarenta e seis na galé do Barão de São Brancarte e desde que foi tomado pelos ingleses sempre trabalhou para voltar a Portugal (...).⁷⁶

Muitas das informações deste subitem, assim como da primeira parte da tese como um todo, advêm de seu processo inquisitorial. A utilização desta espécie de documentação suscita questionamentos específicos. Um deles, apontado por Carlo Ginzburg diz respeito a dúvida quanto à capacidade e possibilidade do historiador em reconstruir as crenças presentes nos autos dos acusados e ir além dos estereótipos e conclusões formuladas pelos inquisidores.⁷⁷ Os processos, embora muitas vezes riquíssimos, são inevitavelmente insuficientes, visto que: “uma infinidade de questões que o historiador se põe (...) não as formularam os inquisidores nem podiam fazê-lo. Não se trata apenas de distância cultural, mas de diferença de objetivos.”⁷⁸ Mesmo frente a esses impasses, presentes, cada qual ao seu modo, em todo o tipo de fontes, Ginzburg enxergou uma possibilidade para este tipo de pesquisas, com a qual coaduna-se, afirmando que, como solução, o historiador deve voltar-se aos “dados involuntários”, isto é, os

⁷⁶ *Id.* p. 102.

⁷⁷ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 1, nº 21, set. 1990, fev.1991, p. 14.

⁷⁸ *Id.* **Provas e possibilidades à margem de *Il ritorno de Martin Guerre*...** p. 181.

não procurados pelos juízes: “Os processos devem ser lidos como o produto de uma inter-relação peculiar, claramente desequilibrada. Para decifrá-los, devemos aprender a captar, por baixo da superfície uniforme do texto, uma interação sutil de ameaças e temores, de ataques e recuos.”⁷⁹ De acordo com tais premissas, e com a discussão sobre biografias realizada na introdução, recorre-se, tanto para a análise do processo, como para a de sua trajetória, ao talvez e ao pode ser, estabelecendo relações possíveis e significativas para o contexto de inserção de Oliveira.⁸⁰

As disputas em que se envolveu foram travadas pela França e pela Inglaterra. O ataque, que partiu dos franceses, para além da componente religiosa assentada na defesa do catolicismo contra as heresias protestantes do monarca inglês, deu-se pela antiga rivalidade territorial entre os dois reinos. Os nomes dos personagens e as datas indicam que possivelmente a disputa fez parte do contexto das guerras italianas (1542-1546).

Estas ocorreram entre Francisco I da França e Solimão I, do Império Otomano, contra Carlos V e a Inglaterra de Henrique VIII. Os conflitos iniciaram devido às reivindicações da posse do Ducado de Milão, entre Carlos V e Francisco I. Desde o episódio, uma série de movimentações bélicas ocorreram entre os envolvidos. O Tratado de Crépy, de 1544, selou o acordo de paz entre os reis da Espanha e da França. No entanto, a morte do Duque de Orléans, filho mais novo de Francisco I e prometido em casamento para uma parente de Carlos V, interrompeu o acordo. Henrique VIII, no momento ainda aliado ao rei espanhol, adentrou à disputa, pois não quis devolver o território da Borgonha à França, inimiga de Carlos V. Portanto, os franceses resolveram atacar a ilha de Wight, na Inglaterra. Algumas batalhas tornaram-se conhecidas na disputa, como as de Solent, de Bonburch e Bembridge. Ao final, a França foi vencida, e em 1546 assinou-se o tratado de Ardres, selando a paz entre os dois países.⁸¹

Entre as estratégias dos franceses, esteve a de atacar a parte meridional da ilha inglesa com uma armada de navios de vela comandada pelo almirante Annebaut, e outra formada por vinte e cinco galés, conduzida pelo barão de La Garde, a qual Oliveira passou a integrar. Em 1544, La Garde partiu de Marselha em direção aos domínios ingleses e, em razão do extravio

⁷⁹ *Id. O inquisidor...* p.15.

⁸⁰ *Id. Provas e possibilidades à margem de Il ritorno de Martin Guerre...* p.183.

⁸¹ Cf. KNECHT, Richard J. *Renaissance Warrior and Patron: The Reign of Francis I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.395-400.

de mantimentos na saída do Mediterrâneo, em junho, após autorização de Dom João III, as galés adentraram no Tejo, em Lisboa, para reabastecer.

Foi a ocasião oportuna para Oliveira, que embargou como piloto na nau comandada pelo barão de Saint-Blancard.⁸² Independentemente das motivações que o levaram à empreitada, o que surpreende foi seu embarque como piloto. Até onde se sabe, não possuía nenhum tipo de experiência na atividade. Pode ter aprendido por meio da prática a bordo, mas tal suposição não parece verossímil, levando-se em conta a responsabilidade da função e o tempo necessário para aprendê-la. De qualquer forma, desde então os assuntos marítimos passaram a fazer parte de sua trajetória, já que em outras ocasiões voltou a envolver-se em operações de mesma natureza. Tais experiências importam, sobretudo, pelo subsídio que representam para a escrita dos tratados que serão analisados no próximo capítulo.

Derrotados, os franceses tiveram as galés apreendidas e foram conduzidos para a Inglaterra, onde devem ter chegado em meados de 1546. O tratado de paz entre ambos os reinos foi assinado na mesma época. Nações reconciliadas, não se pode saber se chegou como prisioneiro ou por vontade própria, porém, pelas declarações que realizou sobre o período, parece que foi muito bem recebido na corte inglesa, ou, ao menos essa foi a intenção que almejou transmitir quando de seu retorno a Portugal.

As disputas entre reinos e potências, significavam e significam, quando analisadas em menor escala, além de entraves econômicos, políticos e religiosos, a mobilização de indivíduos que de alguma forma tem suas trajetórias transformadas. No caso dos prisioneiros de guerra, esta significava muitas vezes um estigma. Por outro lado, o período no cárcere poderia resultar também em uma forma de experiência cultural. Lisa Voigt analisou a importância das informações obtidas no cativeiro para a produção do conhecimento no início da modernidade. A vivência em um ambiente diferente, hostil ou não, forçada como no caso das prisões, mas que também poderia ser voluntária, serviu em muitos casos como base para a conquista. Isto porque as produções originárias, ou mesmo apenas a experiência adquirida serviam como guias para a expansão.⁸³

⁸² Para mais detalhes acerca das batalhas e do andamento dos conflitos, cf. MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op Cit.* p. 13-22.

⁸³ No caso português nomes como os de João Fernandes e Diogo Alvares são representativos desta situação. O primeiro, à época das expedições de Antão Gonçalves na década de 1540, permaneceu por um período entre os habitantes no Rio do Ouro, no deserto do Saara. Alvares, o Caramuru, decidiu viver entre os índios da costa brasileira em meados do século XVI. Ambos foram vistos pela coroa como como mediadores e facilitadores da experiência expansionista. Cf. VOIGT, Lisa. Introduction. In: **Writing captivity in the Early Modern Atlantic.**

Oliveira não foi preso quando agia em nome da corte lusa, nem mesmo se tornou cativo em uma área de domínio português. Mesmo assim, seu tempo de exílio é significativo em razão das tendências culturais a que teve acesso e posteriormente “levou” para o reino pátrio. Tornou-se, propositalmente ou não, um divulgador do cenário em que esteve inserido. Apesar de muitos cativos terem sido representados com glória por facilitarem o acesso à cultura de lugares distintos, alguns, quando de seu retorno, como atentou Voigt, começaram a ser vistos com desconfiança e desprezo, visto que poderiam ter adquirido os costumes e crenças alheios.⁸⁴ A experiência de Oliveira é distinta das estudadas pela autora, mas é possível relacionar a desconfiança com a qual passou a ser visto, com a que sofreram os prisioneiros que retornaram de áreas de domínio português. Estes poderiam ter adquirido as crenças dos gentios enquanto Oliveira poderia ter passado a crer nas premissas luteranas.

Nos autos, por mais de uma vez, afirmou ter muita simpatia por Henrique VIII, dizendo que era seu criado, comia do seu pão e que havia voltado a Portugal com uma carta sua para o rei, na qual obtinha licença do monarca inglês para regressar a terras lusas e a seu “estado de salvação”.⁸⁵ Não há notícia sobre a carta na documentação referente a Oliveira, mas, de qualquer forma, o que interessa foi o seu suposto bom relacionamento na corte, o qual, se realmente existiu, pode ser explicado pela já citada valorização da presença de humanistas entre a nobreza. Outra razão pode ser encontrada na fraternidade que unia os membros da “república dos intelectuais”. Mesmo de diferentes origens, e professando diferenças crenças, desde que pertencentes ao cristianismo, auxiliavam uns aos outros em razão do interesse comum pelo conhecimento.

Logo após regressar a Portugal, depois de ter passado “nove meses ou dez”⁸⁶ na Inglaterra, tiveram início os seus problemas com a Inquisição, os quais se relacionaram com uma problemática mais ampla e reformista. Por meio de seu processo inquisitorial, sabe-se que, ao percorrer a Rua Nova dos Mercadores, uma das mais famosas e movimentadas de Lisboa, local de encontros e conversas, adentrou a livraria de João Fernandes, naquele momento

Circulations of Knowledge and Authority in the Iberian and English Imperial Worlds. Williamsburg: University of North Carolina Press, 2009, p.1-39.

⁸⁴ *Id. Ibid.*

⁸⁵ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...** p. 102.

⁸⁶ *Id. Ibid.* p.108.

dirigida por Francisco Fernandes, com o intuito de buscar um livro que havia mandando encadernar e outro que tinha encomendado. Era o *Tratado da Esphera*, de Sacrobosco.⁸⁷

Do outro lado da rua, encontrava-se, na livraria de João de Borgonha, André de Resende, de quem se tratou. Conhecido de Oliveira, alarmou sua presença a Borgonha, que procurou o dominicano para uma conversa, questionando por onde ele andava. Segundo testemunhas do processo, ao ser perguntado sobre sua temporada na Inglaterra teria afirmado que os ingleses fizeram bem em se retirar da obediência do Santo Padre, pois os príncipes não devem obediência aos papas. Mais ainda, afirmou que por este motivo não eram hereges os ingleses, já que para ser cristão e ir ao paraíso bastaria crer em Deus.

No seu primeiro interrogatório, em 1547, confirmou parte das acusações. Afirmou que acreditava “existirem muitos cristãos pelo mundo que não conheciam, nem obedeciam ao papa, alguns deles eram os habitantes do reino de Preste João”. Como se não bastasse, disse ainda que “reconhecia os ingleses como cismáticos, entretanto não os reconhecia como hereges”. Sobre Henrique VIII, declarou ser este um bom governante, “muito prudente, liberal e animoso”, e que o fato de negar obediência ao santo padre não o impedia de ser um bom príncipe. O mesmo poderia ser considerado “para um turco ou outro infiel”.⁸⁸ Havia sido acusado também de defender “a opinião herética de não existirem frades nem ordens, e por esse motivo ter deixado a Ordem” e de ter “aprovado a destruição, por parte dos ingleses, dos mosteiros e Igrejas (...)”. Quanto à queima dos mosteiros, teria afirmado não julgar o rei como pecador, visto que no tempo de Cristo não havia frades.⁸⁹

Durante o transcorrer do processo, questionou aos inquisidores sobre os nomes das testemunhas de seu processo, os quais obteve. Foram eles o livreiro João de Borgonha, com quem declarou possuir inimizada de longa data, Francisco livreiro, cristão – novo que por ele nutria desconfiança por saber da relação que nutriu com o Núncio Lipomanno, quando do

⁸⁷ O historiador e arqueólogo português Sousa Viterbo, em sua obra **O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua história**, publicada em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, em 1924, destacou que João Fernandes, ao lado de nomes como os do francês Germão Galharde, foi o proprietário de umas das mais importantes tipografias de Portugal desta época. A referida rua possuía inúmeros estabelecimentos, entre os quais livrarias e lojas que vendiam produtos advindos do comércio marítimo. Para ser ter ideia da variedade que poderia ser encontrada Serge Gruzinski pontou que na década de 1580 poderiam ser encontradas na rua ao menos seis lojas de porcelana chinesa. **As quatro partes do mundo. História de uma mundialização**. São Paulo, Belo Horizonte: Edusp, Editora da UFMG, 2014, p. 52.

⁸⁸ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...** p.101-102.

⁸⁹ *Id. Ibid.* p. 100-116.

estabelecimento da Inquisição em Portugal, como explicitado acima, Luís Lasso Castelhana, obreiro na casa de seu contrário Francisco livreiro, Pedro Luiz, a quem não conhecia, mas que sabia também amigo de seu contrário e o doutor Manuel Ferreira, de quem não tinha suspeitas, mas com quem havia tido algumas desavenças no passado.⁹⁰

Durante os primeiros interrogatórios defendeu as suas afirmações, tentando demonstrar que estas não o afastavam do catolicismo. Por fim, formulou o pedido de perdão e misericórdia de Deus e dos inquisidores, reconhecendo as ações heréticas que havia cometido e proferido. Recorreu assim, a um expediente muito comum entre os acusados, que era o de confessar os crimes e abjurar, pedindo nova aceitação pela Igreja. Tal ação era utilizado por muitos dos acusados, porque se sabia que a Inquisição estava mais empenhada em os “reduzir” ao catolicismo do que os punir com a morte. Condenado por apostasiar e propagar opiniões heréticas luteranas, permaneceu encarcerado por dois anos, liberado, após queixar-se de ter estado doente, sendo enviado para o Mosteiro de Belém, onde deveria ocupar-se de exercícios virtuosos.⁹¹

Seu caso se parece com muitos outros de mesma tônica e que se desenrolaram na Península Ibérica, especialmente a partir de meados do século XVI. Embora com intensidades distintas, as acusações são pistas de adesões aos questionamentos às superstições populares como prejudiciais à verdadeira fé, da defesa da extinção dos mosteiros e dos claustros em prol de um sacerdócio mais ativo e do incentivo à interpretação das Escrituras. Eles revelam muito mais indivíduos desejosos em reformar a Igreja, do que propriamente cismáticos e adeptos da teologia proposta por Lutero – mesmo não sendo possível esclarecer se, e em que medida, eles simpatizavam com ela. Questiona-se, então, por quais razões em seus processos estes indivíduos foram acusados de adesão ao luteranismo?

A resposta é encontrada na situação em que se encontrava o catolicismo. A necessidade de renovação da fé possuía raízes bem mais longínquas e esteve atrelada ao cenário de fins da Idade Média.⁹² Esta problemática se prolongava, pelo menos, desde o século XIII. Movimentos

⁹⁰ *Id. Ibid.* p. 105-106.

⁹¹ *Id. Ibid.* p. 126-127. A estratégia, de confessar os crimes e abjurar, pedindo nova aceitação pela Igreja era comum entre os acusados, porque se sabia que a Inquisição estava mais empenhada em “reduzir” os acusados ao catolicismo do que condená-los a morte. Cf. VAINFAS, Ronaldo. Identidades fragmentadas. In: **Jerusalém Colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 286.

⁹² Este cenário é exemplificado pela peste negra, a fome frequente, a ameaça turca, guerras e conflitos em diversas regiões da Europa e o saque de Roma em 1527, o qual havia sido antecipado pelo frei Girolamo Savonarola. Cf.

como o dos cátaros e albigenses, considerados heresias medievais, defendiam a imitação da vida dos apóstolos, com o objetivo de se oporem ao luxo da Igreja, das cerimônias religiosas e do clero. Além disso, negavam a hierarquia eclesiástica, o sacerdócio, a veneração dos santos e as indulgências. Segundo Pierre Chaunu, desde os séculos XIII e XIV se verificou na Europa o desenvolvimento e a intensificação da *Devotio Moderna*, ou seja, da crítica e da depreciação da celebração litúrgica e da hierarquia da Igreja em benefício da meditação e oração pessoais.⁹³

A crise viu-se ainda mais fortificada no século seguinte, com o Grande Cisma do Ocidente (1378-1417), responsável por dividir a Igreja e eleger dois papas: Urbano VI e Clemente VII. Assim, na passagem para a Idade Moderna, o catolicismo carregava uma herança de vários problemas que se intensificaram durante o século XVI. Lucien Febvre atentou que se deve levar em consideração a intensa religiosidade vivida na Europa, no final do século XV e início do XVI, para que o advento das reformas faça sentido. A nova relação com a religião significava fidelidade às velhas crenças, devoção tradicional e o sucesso de livros escritos no século XV, como a *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis. Esta foi uma das obras de referência para os Irmãos da Vida Comum, “(...) uma ordem monástica que, ao contrário de muitas outras, se aplicava a viver os ensinamentos do catolicismo. Avessos ao misticismo e às teorias teológicas, consagravam-se à imitação da vida e das ideias de Cristo”.⁹⁴

O quadro foi chamado por Michael Mullet de regenerações religiosas individuais acumuladas. Os europeus em geral atravessaram a mesma sequência de angústia espiritual, colapso nervoso e libertação através da conversão, por exemplo. A mudança na forma de vivenciar a religião, apoiada pela crise social, iniciada no século XIV e acentuada nos dois séculos seguintes, acarretou uma tendência reformadora, que produziu a Reforma e a Contrarreforma Católica e também serviu de inspiração para o humanismo que se desenvolveu em consonância com os princípios cristãos.⁹⁵

MULLET, Michael. **A Contra - Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna Europeia**. Lisboa: Gradiva, 1985, p.16.

⁹³ CHAUNU, Pierre. **O tempo das Reformas. (1250-1550)**. Lisboa: Edições 70, 1975, p.9.

⁹⁴ FEBVRE, Lucien. Rabelais, Erasmo e a filosofia de Cristo. In: **O problema da incredulidade no século XVI. A Religião de Rabelais**. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p.267-288 e DRESDEN, Sem. **O Humanismo no Renascimento**. Porto: Editorial Inova, 1968, p.115.

⁹⁵ MULLET, Michael. **A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna Europeia...** p 14.

O avanço do protestantismo e o início de uma Contrarreforma Católica, inspirada nas premissas do Concílio de Trento (1545-1663), fez com que qualquer defesa do humanismo cristão que pudesse abalar a já desestabilizada Igreja e propor dúvidas em relação aos seus dogmas fossem reprimidas. Erasmo, principal referência de uma Igreja reformada nunca propôs um cisma, ou uma reforma substancial nas bases do catolicismo, como fez Lutero. Entre ambos, e, assim sendo, entre o protestantismo e o humanismo existiam diferenças cruciais. Conforme apontou Jean Delumeau, considerando-se que protestantismo se apoiou em três doutrinas: da justificação pela fé, do sacerdócio universal e da infabilidade baseada apenas na Bíblia, seria pouco convincente a noção de que os reformadores abandonaram a Igreja de Roma “apenas” “porque esta estava corrompida pela libertinagem e dominada pela impureza.”⁹⁶

No início do século XVI, muito mais do que desejos de cisma por motivos religiosos, se verificou na Inglaterra a tentativa de renovação da fé e reforma dos costumes, conforme os preceitos humanistas cristãos.⁹⁷ Sendo assim, um grande equívoco que se pode cometer sobre os primeiros reformadores ingleses – e também sobre vários humanistas em Portugal – é o de os classificar como precursores de um movimento contrário ao catolicismo ou que desejasse o cisma. O que propunham era reformar os costumes e o espírito do clero.⁹⁸

No século XV, a Coroa inglesa promulgou duas leis: a *Provisors* e a *Preamunire*. Ambas versavam contra a interferência papal nos direitos jurisdicionais dos reis, principalmente

⁹⁶ DELUMEAU, Jean. **La Reforma**. Calabria/Barcelona: Editorial Labor, 1967, p.5. Acerca da visão agostiniana da onipotência divina e da incapacidade humana e a teoria pessimista da dupla predestinação formulada por Lutero e de sua consequente divisão entre esferas de atuação religiosa e civil cf., de autoria do reformador **Sobre a autoridade secular**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 27. A primeira publicação dos escritos data de 1523. Skinner propôs uma reflexão acerca do impasse/debate ocorrido entre Erasmo e Lutero no que diz respeito a atuação humana em Os princípios do luteranismo. In: **As fundações do pensamento político moderno...** p.285 - 291.

⁹⁷ Um exemplo de um humanista cristão inglês se encontra em John Colet. Latinista do século XV que, além de estudar em Oxford, viajou para a França e para a Itália. De volta à universidade de origem deu início a um curso sobre as *Epístolas* de São Paulo. Algum tempo depois, criou em Londres a Escola de São Paulo, onde além do ensino do *trivium* da Idade Média - dialética, gramática e retórica – incluía-se o grego, o latim e o inglês. A primeira gramática da língua inglesa, escrita por William Bullokar, foi publicada um pouco mais tarde, em 1586. DRESDEN, Sem. **O Humanismo no Renascimento...** p.92.

⁹⁸ Entre as questões políticas que incentivaram a separação da Igreja Católica esteve foi o papado excessivamente longínquo. A longa distância entre o reino e o centro da cristandade sacrificava os interesses ingleses frente aos dos príncipes continentais que, por serem mais próximos, recebiam mais atenção. Uma das razões que incomodava os ingleses era ver que boa parte de sua soberania e decisões estavam delegadas a um local estrangeiro – Roma. Muito tempo antes do reinado de Henrique VIII a relação entre a Inglaterra e a Sé Romana já era frágil e complicada. As querelas aconteciam, sobretudo em decorrência das pretensões dos papas em centralizar o poder da Igreja no que tange à defesa da autonomia jurisdicional da Igreja na Inglaterra. Cf. ABREU, Maria Zina Gonçalves de. **A Reforma da Igreja em Inglaterra. Acção feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.11-16

no que dizia respeito aos seus poderes de nomeação de benefícios eclesiásticos. Desde o início de seu reinado, em 1509, Henrique VIII fez amplo uso dessas leis. Em 1516, o clero inglês foi acusado pelo parlamento de infringir a *Praemunire*. Na ocasião, declarou o monarca em um concílio plenário: “Os reis da Inglaterra nunca tiveram nenhum superior além de Deus.” Além disso, frisou que era sua intenção: “manter o direito da nossa coroa e da nossa jurisdição temporal.”⁹⁹

Em 1521, Henrique VIII escreveu o tratado teológico *Assertio Septem Sacramentorum*, que dedicou ao papa Leão X. A intenção foi atacar a doutrina proposta por Lutero, principalmente sua contrariedade às indulgências e reafirmar os dogmas católicos. Em razão da obra recebeu o título de *Fidei Defensor*. Mas, mesmo permanecendo fiel aos preceitos católicos e fazendo questão de defendê-los, o monarca deixou muito clara no livro a posição já adotada anteriormente, de que a obediência ao papa não era nem deveria ser extensível a assuntos temporais.¹⁰⁰

Tendo em vista este cenário de descontentamento em relação ao poder exercido pelo papado em assuntos temporais, o divórcio entre Henrique VIII e Catarina de Aragão, conforme apontou Ernest L. Woodward, não deve ser considerado causa da Reforma Inglesa, mas sim ocasião. Ou seja, independentemente do fato do divórcio, o cisma teria ocorrido por motivos já explicitados.¹⁰¹

A presença e a receptividade dos já citados religiosos e políticos de confiança de Henrique VIII às doutrinas luteranas, em consonância com o desejo do monarca de utilizá-las a serviço de sua causa, tornou a Reforma mais radical do que a princípio o soberano idealizou e pretendeu. Em parte, esse acirramento das medidas reformistas foi aceito pela população em razão de um sentimento de nacionalismo nascente em alguns ingleses, que não suportavam mais uma jurisdição estrangeira, já que o papado sempre se mostrava aliado ora da França, ora da Espanha. Fora isso, os tribunais eclesiásticos e as enormes riquezas e bens destinados às

⁹⁹ Cf. *Id. Ibid.* p.16.

¹⁰⁰ *Id. Ibid.* p. 11-20.

¹⁰¹ Uma das únicas razões que ainda mantinham o monarca interessado em seu casamento era o fato de Catarina ser sobrinha do rei da Espanha e imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Carlos V. O parentesco dava esperanças a Henrique de que sua filha Maria fosse desposada por Carlos V. Entretanto, o imperador casou com uma herdeira portuguesa e esfacelou a esperança dos ingleses em manter uma aliança com um dos soberanos mais importantes e poderosos da época. Cf. WOODWARD, Ernest Llewellyn. **Uma história da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 91-92.

ordens religiosas e aos mosteiros não agradavam nem um pouco os homens de negócio e a população pobre. Tampouco faziam jus às propostas humanistas de uma Igreja livre do luxo e da ostentação e presente e atuante na sociedade, ao invés de retida e confinada no interior das muralhas dos mosteiros.

A perspectiva tradicional da Reforma Inglesa, construída por pesquisadores como A.G Dickens, G.R. Elton e Patrick Collinson, defendia que a contestação à autoridade da Igreja de Roma à Inglaterra iniciada por Henrique VIII e aprovada pelo parlamento na década de 1530, recebeu amplo apoio popular.¹⁰² Além das causas sociais e econômicas, citadas acima, entendia-se tal aceitação, invocando o anticlericalismo da população, explicado pela venda de bens espirituais e cargos religiosos, pelo abandono dos bispos e padres de suas funções de orientação pastoral e pela degradação do nível de religiosidade da Igreja inglesa.

Entretanto, principalmente a partir da obra *The Stripping of the Altars*, de Eamon Duffy, publicada em 1992, a afirmativa em relação ao grande apoio da população para a nova forma de religião protestante foi invalidada, ao menos até a década de 1570. Duffy demonstrou que apesar da insatisfação em relação ao mando de Roma sobre várias das questões em que a Inglaterra deveria manter sua autonomia, o apego à religião católica e a muitos de seus ritos foi majoritário entre a população. Vários símbolos representantes do catolicismo, como os santos e a Virgem Maria eram escondidos ou enterrados pelos fiéis. Henrique VIII, com a publicação do *Act of Six Articles*,¹⁰³ em 1539 “estipulava o respeito por doutrinas católicas como a transubstanciação, o celibato, os votos de castidade e a confissão”.¹⁰⁴

A questão do culto às imagens e relíquias foi o aspecto que mais chamou a atenção na Reforma inglesa. Entre as ações idealizadas pelos bispos Cromwell, Cranmer e Latimer estiveram a queima das estátuas da Virgem Maria e a ordem para que as relíquias fossem examinadas, a fim de verificar se eram mesmo legítimas. Sem dúvida, mesmo para parte da população que estava descontente com a situação da Igreja, esta não foi uma questão fácil de

¹⁰² Para uma discussão acerca da historiografia sobre a Reforma Inglesa, cf. HAIGH, Christopher. **The English Reformation Revised**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

¹⁰³ Gerald Bray publicou uma compilação de muitos dos documentos referentes à Reforma Inglesa, dentre os quais estão várias declarações de Henrique VIII, as votações do parlamento, os seis artigos dos quais se falou, as ordens de proibições aos religiosos e aos mosteiros, entre muitos outros. Cf. **Documents of the English Reformation**. Cambridge: James Clarke, 1994.

¹⁰⁴ FERREIRA, J. Carlos Viana. **Primórdios da modernidade em Inglaterra. Um estudo de cultura inglesa**. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 55-57.

ser aceita. Para os humanistas que tiveram contato com as obras escritas sobre esse assunto, a condenação do culto as imagens e a crítica aos mosteiros foi uma tópica de maior aceitação. Entretanto, para a maioria dos fiéis, este foi um processo que demandou tempo e convencimento.¹⁰⁵

Em seu processo inquisitorial Fernando Oliveira foi acusado de concordar “com a opinião herética de não existirem frades nem ordens, e por esse motivo ter deixado a Ordem”. Em outro momento dos seus autos, continuou sendo acusado de ter “aprovado a destruição, por parte dos ingleses, dos mosteiros e Igrejas e de estes terem matado os varões eclesiásticos e queimado as relíquias dos ossos venerados do bem aventurado Santo Tomás, negando que este era santo, sendo ele canonizado pela Igreja”. Um de seus delatores, o livreiro João de Borgonha, afirmou que o acusado lhe disse que os ossos de Santo Tomás foram queimados para que não o idolatrassem porque este não era santo e isto seria idolatria. E quanto à queima dos mosteiros, disse que não julgava o rei como pecador, visto que no tempo de Cristo não havia frades.¹⁰⁶

Esta crítica ao culto e adoração de imagens e relíquias foi extremamente difundida pelos humanistas da época. Erasmo afirmou:

Uma quantidade de gente acredita, por exemplo, honrar muito a Virgem queimando, em plano dia, uma pequena vela diante de uma de suas imagens. Como são poucos, ao contrário, os que procuram imitar sua castidade, sua modéstia e seu amor pelas coisas espirituais e divinas! Seria esse, no entanto, o verdadeiro culto (...).¹⁰⁷

Apesar de Cromwell, Cranmer e Latimer terem sido influenciados pelas premissas protestantes e almejem instaurar a nova religião no país, o desejo de Henrique VIII não era o mesmo. Ele ainda mantinha raízes com o catolicismo, apesar de ter ordenado perseguir os católicos, assim como também fez com os protestantes declarados. Sua intenção era a de criar uma Igreja nacional, livre dos mandos e da autoridade, considerada exagerada por ele, da Sé romana. Para isto, precisou negar obediência a autoridade do papa e da cúria de Roma. Esta decisão favoreceu o desenvolvimento das premissas protestantes no país, visto que a Reforma

¹⁰⁵ Sobre a resposta da população à Reforma, cf. SHAGAN, Eyhan H. **Popular politics and the English Reformation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

¹⁰⁶ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...** p. 100-116.

¹⁰⁷ DESIDÉRIO, Erasmo. **Elogio da Loucura**. Porto Alegre: LP&M, 2003, p.73-74.

e a quebra com a Igreja Católica havia sido iniciada. Mas, não há razão para questionar que Henrique VIII, ao menos, tentou frear este processo e manter muitas das premissas católicas na Inglaterra.

Prova disso, foram os *Six Articles*, os seis primeiros artigos da religião anglicana, aprovados pelo parlamento em 1539. Eles continham prerrogativas claramente católicas, como a crença na transubstanciação, a validade dos votos de castidade, a afirmação do celibato clerical e a confirmação da confissão. Foi constante durante todo o reinado henriquino a luta entre uma classe mais conservadora da reforma e outra mais entusiasta e radical.¹⁰⁸

Além da aprovação dos *Six Articles* outra medida tomada por Henrique VIII a fim de conter o avanço de uma Igreja Protestante ou apenas mais esclarecida, conforme os pressupostos do humanismo cristão, foi a proibição de que toda a população tivesse acesso a leitura da Bíblia. Em 1543, impôs que apenas aos mercadores e a pequena nobreza fosse permitida a leitura da Sagrada Escritura.¹⁰⁹ Durante todo o seu reinado, que durou até 1547, ano de sua morte, tentou orquestrar os rumos para que a Reforma fosse mais amena e para que a Igreja Inglesa não seguisse completamente o caminho do protestantismo.¹¹⁰ Entretanto, no final da sua vida, o casamento com Catarina Parr, grande entusiasta do protestantismo, acarretou, entre outras razões, na derrota do grupo conservador pelos declaradamente protestantes, dirigidos por Edward Seymor. Com a morte de Henrique VIII, Seymor, mais conhecido como Duque de Somerset, se tornou regente do reino inglês até que Eduardo VI pudesse assumir. Em sua regência, proibiu totalmente o uso e a adoração de imagens, além de editar e divulgar para toda a população, um livro de orações em inglês com clara tendência luterana. Seu sucessor, John Dudley, que assumiu em 1549, foi ainda mais radical. Durante sua atuação fez com que todas as novas edições da Bíblia fossem publicadas com recomendações anticatólicas, substituiu os religiosos ainda fiéis ao catolicismo por protestantes declarados e deu início à perseguição religiosa.¹¹¹

¹⁰⁸ ABREU, Maria Zina G. de. *Op. Cit.* p. 23.

¹⁰⁹ WOODWARD, Ernest. *Op. Cit.* p. 98.

¹¹⁰ Em consonância com Maria Zina de Abreu, escolheu-se utilizar o termo Igreja Inglesa ao invés de Igreja Anglicana, visto que no século XVI esta designação não existia. O termo surgiu somente no século XIX. *Id. Ibid.* p. 21.

¹¹¹ WOODWARD, Ernest. *Op. Cit.* p. 97-98.

Nessa época, pouco tempo depois da estada de Oliveira na Inglaterra, o reino era considerado “a meca” para onde iam, em razão da liberdade que lá desfrutavam, protestantes e simpatizantes da Reforma de vários locais da Europa.¹¹² Possivelmente este foi o caso do personagem em questão. Devido a sua simpatia por uma Igreja reformada em seus princípios, uma temporada na Inglaterra, palco onde estas tais mudanças e debates estavam fervilhando, o interessou e empolgou muito. Apesar de as prerrogativas protestantes apenas terem sido, efetivamente, postas em prática como religião oficial a partir do reinado de Eduardo VI, em 1548, a circulação de princípios reformistas, luteranos e mais tarde, calvinistas, foi intensa, afinal, até mesmo os principais colaboradores da monarquia alimentavam e incentivavam tendências claramente protestantes. Além disso, não havia, como em Portugal, uma apertada malha inquisitorial preocupada em perseguir os hereges luteranos ou até mesmo os desejosos de uma Igreja Católica reformada a partir dos princípios humanistas cristãos.

A recepção às propostas de cunho erasmista foi franca na Península a partir da entrada do século. Assim, letrados e religiosos, além de nutrirem aptidão tanto pelo cerne do humanismo erudito - pela ressurreição dos clássicos e sua interpretação associada a crença neoplatônica da potencialidade de atuação e reflexão humana, manifestaram de formas distintas, o desejo de renovação da fé e dos costumes. José Sebastião da Silva Dias enfatizou que o humanismo português não foi apenas uma atitude literária, mas sim “uma tentativa de reconsideração, ao mesmo tempo estética e filosófica, dos costumes e concepções do homem cristão”.¹¹³ José Pina Martins também notou esta conjunção e ressaltou que, embora seja comum dizer que na Península o humanismo se manifestou, sobretudo na ação, como na empresa da navegação ou nas atitudes religiosas diárias, houve vários pensadores lusos que se destacaram e se sobressaíram por meio da inserção no campo das letras.¹¹⁴

Nesse momento, aproximar-se dos ideais erasmistas e defendê-los de forma despreocupada já não era tão fácil. Esse cenário explica o processo de Oliveira e vários outros de mesmo tom. Na Espanha, a preocupação, mesmo antes da segunda metade do século, também era evidente. Em 1527, D. Alonso Manrique, inquisidor-mor, convocou uma

¹¹² ABREU, Maria Zina G. de. *Op. Cit.* p. 26.

¹¹³ DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura Europeia...** p.55.

¹¹⁴ MARTINS, José V. de Pina. **Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI. Estudo e textos.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1973 p.160.

assembleia para analisar o pensamento teológico de Erasmo. Ao todo foram discutidos trinta pontos. Francisco de Vitória, jurista, considerou que:

É muito provável que todas as frases repreendidas na obra de Erasmo sejam entendidas por ele no sentido mais católico; e isso é crível. Mas dele não se pode esperar nada bom para a consolidação da fé e sua leitura pode prejudicar de grande maneira a fé dos fracos, dos irreflexivos e dos jovens. Com efeito ao lê-las podem se ver levados a dúvidas diversas e a dizer que as verdades da fé não estão talvez tão bem estabelecidas como até então haviam acreditado. Não se pode perder de vista o escândalo dado assim aos humildes, e é preciso evitar que semelhantes assuntos andem de boca em boca, o que não é possível a não ser com a condição de corrigir ou suprimir estas frases de Erasmo e outras parecidas. E eu creio que Erasmo mesmo não me tomara mal por ter lhe dito.¹¹⁵

A declaração atesta o receio que o erasmismo causava. A ambiguidade percebida na obra de Erasmo, conforme afirmou seu contemporâneo português, o frei Amador Arrais, em 1589, era mais perigosa do que a heresia declarada, pois esta era mais fácil de identificar e combater.¹¹⁶ Além disso, a associação de suas proposições ao luteranismo se dava pelo próprio desconhecimento que ainda se tinha em relação a este. É difícil precisar, mas, muito provavelmente, a maioria dos acusados de heresia protestante manifestavam muito mais um desejo de reforma dos costumes, em diferentes graus, do que uma adesão a teologia da *sola fide*. No primeiro *Monitório* publicado quando do estabelecimento da Inquisição em 1536, entendia-se por luteranismo todos os movimentos cismáticos do período.

As prerrogativas consideradas como luteranas somavam vinte e oito artigos, entre os quais estavam a recusa da confissão dos pecados, a crença na salvação, independentemente da pertença religiosa, a crença na transmigração das almas, a incredulidade na vida além da morte, bem como na existência do paraíso e do inferno, a recusa e a crítica a qualquer culto mariano e o não reconhecimento de sua virgindade, a incredulidade na presença de Cristo na Eucaristia, a dúvida no que concerne ao efeito de orações, sacrifícios e missas em sufrágio das almas, a recusa do reconhecimento da autoridade religiosa do Papa e dos bispos, a não aceitação do sacramento do matrimônio, a invocação de demônios e a bruxaria, a posse de livros heréticos e proibidos e as dúvidas quanto à divindade de Jesus.

¹¹⁵ *Apud* RODRIGUES, Manuel Augusto. **Do humanismo à Contra-Reforma...** p.149.

¹¹⁶ MARTINS, José V. de Pina. *Op. Cit.* p.153.

Em novo documento, publicado em 1595, as reformas passaram a ser chamadas de protestantismo e dos itens citados, restaram apenas cinco: a negação do sacramento da Eucaristia, do sacramento da Confissão, do purgatório, dos artigos de fé e da maioria dos sacramentos da Igreja e do livre-arbítrio e do valor das obras na salvação. As mudanças são explicadas por duas questões. A primeira diz respeito à manutenção de elementos que eram essenciais e faziam parte de todos os movimentos reformadores, para além de suas especificidades e a segunda é resultado do conhecimento que os católicos adquiriram, progressivamente, sobre a teologia protestante, para poderem excluir do *Monitório* itens que em nada se encaixavam ao protestantismo.¹¹⁷

Entretanto, no início da segunda metade do século XVI, o conhecimento sobre o que significava a doutrina protestante era muito pequeno. Segundo Osório, para a maioria dos portugueses, luteranismo era uma palavra cujo significado pouco tinha relação com a doutrina proposta por Lutero. Na perspectiva dos religiosos ortodoxos, qualquer um que fosse inclinado a uma teologia mais evangélica “cheirava à farinha de Lutero”. Para os inquisidores, o nome de Erasmo acionava receios, já que sua leitura e influencia poderiam conduzir a desprezo pelas cerimônias e pelos sacramentos. Sendo assim, simpatizar com ideias expostas por Erasmo, possuir livros de sua autoria ou corroborar com alguns dos princípios humanistas cristãos passou a ser motivo de desconfiança e argumento para acusação de simpatia por luteranismo.¹¹⁸

O seu caso de Oliveira insere no interior de outros com o mesmo teor, pelos quais se verifica a presença de reformistas com tendências protestantes em Portugal. Segundo Francisco Bethencourt, em seu estudo sobre a história das Inquisições, a perseguição contra os protestantes apenas se desenvolveu de forma sistemática durante as décadas de 1540 e de 1550, tanto na Península Ibérica como também na Itália. Ao menos no caso hispânico e luso, o nível de violência empreendido contra os protestantes nunca foi o mesmo que o verificado para com outros grupos, como os cristãos novos. Isto não significa que não houve perseguições e execuções públicas de reformistas. Como exemplo, podem-se citar cinco autos de fé, ocorridos entre 1599 e 1562, em Valladolid e em Sevilha. Foram condenadas mais de duzentas pessoas,

¹¹⁷ O documento encontra-se publicado em TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Judaísmo e Inquisição**. Estudos. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 194-199.

¹¹⁸ OSÓRIO, Jorge Alves. **O humanismo português e Erasmo. Os Colóquios de Erasmo editados em Coimbra no século XVI. Estudo e apresentação crítica do texto**. 2 tomos. 860 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1978, p. 254-246.

entre elas religiosos, homens e mulheres. Desse total, mais de cinquenta foram queimadas na fogueira.¹¹⁹

Para Bethencourt, ações como essa, em sincronia com outras parecidas orquestradas em outros locais onde a Inquisição exercia seu poder, levou a um fluxo de refugiados, originários principalmente da Itália e da Espanha, para regiões protestantes da Suíça, da Alemanha e dos Países Baixos. A imigração dos protestantes, ou, como os denomina Bethencourt, cristãos heterodoxos, nunca adquiriu uma proporção demográfica tão expressiva como a dos judeus e cristãos-novos, em razão de seu caráter minoritário em um contexto adverso. Outra característica da imigração protestante era a existência de países ou regiões protestantes que podiam receber os perseguidos e até mesmo exercer pressão sobre os governos menos influenciados e dependentes de Roma, incitando-os a desenvolver uma política mais sutil em relação à dissidência religiosa. Tais concessões eram realizadas, na maioria das vezes, por motivos de ordem militar, financeira ou comercial.¹²⁰ Em Portugal, foi tardia e pouco expressiva a presença de protestantes. Sobre este assunto, um contemporâneo da época, Dom Jerónimo de Azambuja, delegado português, afirmou no Concílio de Trento, em 1563, que “graças à Providência divina e aos cuidados no nosso rei mui cristão, não se vislumbram em Portugal quaisquer sinais da heresia luterana que enche o mundo”.¹²¹ Este sucesso e permanência do catolicismo não se deviam à recusa da população em abandonar as práticas religiosas tradicionais, mas sim pela apertada malha da vigilância inquisitorial e pelas propostas de reforma no comportamento dos membros da Igreja Católica, advindas da reforma tridentina. Outra possível razão para o escasso número de protestantes presentes em terras lusas é a já explicada por Bethencourt.

Os indivíduos realmente protestantes, que haviam aderido à teologia de Lutero ou a qualquer outra, dificilmente permaneceriam em Portugal, local em que não teriam nenhuma liberdade religiosa e viveriam às escuras. Estes, sem dúvida, se possuísem condições financeiras, imigravam para regiões da Europa em que fossem aceitos. Mas muitos, que nutriam esperanças reformistas, ou que estavam divididos perante o catolicismo, as prerrogativas

¹¹⁹ BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália**. Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.344-345.

¹²⁰ OLIVEIRA, Rui A. Costa. Resquícios históricos da presença da Reforma no espaço lusófono durante o século XVI. In: **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano V, 2006, nº9/10.

¹²¹ MARQUES, João Francisco. Para uma história do protestantismo em Portugal. In: **Revista da Faculdade de Letras**. Porto, II série, v. XII, 1995, p.81-82.

humanistas e as tendências protestantes viveram e atuaram em Portugal do século XVI. Faz-se necessário interpretar, por meio das denúncias e obras de próprio cunho dos acusados, os casos que envolveram acusações de protestantismo. Mesmo não sendo tão expressivos como os julgamentos dos judeus, por exemplo, esses fizeram parte da sociedade lusa e contribuíram para os rumos do desenvolvimento das instituições religiosas e educacionais.¹²²

A experiência de Oliveira e sua passagem pela Inquisição demonstram que os ideais humanistas cristãos desenvolvidos e cultivados durante o século XVI significaram, antes de tudo, uma postura inédita em relação ao conhecimento. O comportamento, de aprofundamento e discussão do saber instituído, acarretou na desestabilização e em mudanças de campos antes considerados imutáveis, como a religião, a natureza, a fé e as próprias instituições religiosas. Em relação à temporada na Inglaterra e sua acusação, não se tem evidências suficientes para considerar o religioso um protestante. Mas certeza pode-se ter em relação à influência que as críticas nutridas pelos protestantes acerca de muitas das práticas e dogmas mantidos pela Igreja Católica, foram essências para Oliveira e muitos outros pensadores, na construção de suas posturas de humanistas cristãos desejosos de uma Igreja Católica reformada.

1.2.3. A breve atuação na Universidade de Coimbra e o cenário educacional durante o reinado de D. João III (1521-1557)

Nas primeiras décadas de seu reinado, que perdurou de 1521 até 1557, Dom João III apoiou o desenvolvimento de correntes humanistas e demonstrou uma postura de simpatia à renovação cultural. Tal esforço pôde ser verificado, principalmente, na tentativa de reestruturação do sistema educacional. Vários foram os mestres de diversos locais contratados para lecionar nas universidades e colégios, enquanto muitos portugueses, entre os quais André de Resende, Diogo Pacheco, Francisco de Holanda, Aires Barbosa e Damião de Góis receberam apoio para estudar em locais como Bordeaux, Lovaina, Florença, Bolonha, Pisa e Paris. No estrangeiro, conviveram com nomes como o de Erasmo, Luís Vives, Guilherme Budé e

¹²² Casos de indivíduos condenados por luteranismo, bem como o cenário de reformas religiosas desse período foram abordados por mim em A 'heresia luterana' em Portugal de Quinhentos: ecos do humanismo e das Reformas Religiosas. In: **Temporalidades**. v. 8, 2016 p. 23-46 e Reformas religiosas em Portugal do século XVI: protestantismo e humanismo erasmista nos autos da Inquisição. In: **Escritas**. v. 7, 2015, p. 211-229.

Melanchton, retornando à Portugal inspirados pelas tendências humanistas literárias e religiosas.¹²³

Em Portugal, os esforços de D. João III foram traduzidos na transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, cidade em que o corpo docente foi substituído, juntamente com o sistema pedagógico. Segundo Manuel Rodrigues, alguns mestres substituíram os ensinamentos escolásticos e observou-se grande interesse pelo estudo das Escrituras, da mesma forma que ocorria em grande parte das instituições espanholas. Em 1545, foi criada uma cadeira exclusiva para a exegese, a qual foi dividida entre a análise do Antigo e do Novo Testamento.¹²⁴ Ao lado das tradicionais disciplinas dos estudos humanistas, começaram a fazer parte do currículo com mais ênfase, as voltadas para o universo da navegação. Nas orações de abertura na Universidade, conforme observou Maria Paula Paes, “a expansão ultramarina era exaltada em meio às menções à Matemática e à Astronomia usadas como mote para abordar as navegações marítimas portuguesas.”¹²⁵

A grande promessa de desenvolvimento do ensino a partir dos pressupostos humanistas foi o Colégio Real das Artes e Humanidades, inaugurado em 1548, que era frequentado por membros de ordens religiosas e todos os que aspirassem matrículas nas universidades. Desde anos antes o monarca negociava com mestres estrangeiros sobre a possibilidade de lá lecionarem. O português André de Gouveia, que se encontrava em Paris e havia dirigido o Colégio de Santa Bárbara e o Colégio de Guyenne foi nomeado diretor. Acompanharam Gouveia na docência, entre outros, os franceses Nicolau Gruchio, Guilherme Guerente, Elias Vinet e Arnold Fabrice, o escocês Jorge Buchanan e os portugueses Diogo de Teive e João da Costa.

Ainda em 1548 faleceu o principal André de Gouveia. Em seu lugar assumiu seu primo, Diogo de Gouveia Junior -Diogo, o Moço. Ambos eram sobrinhos de Diogo de Gouveia, que atuava no Colégio de Santa Bárbara em Paris. Diogo, o Velho, tornou-se conhecido por sua ortodoxia e defesa do escolasticismo. Na Universidade de Paris, foi o representante máximo de um grupo de teólogos e professores que rejeitaram Erasmo e a tentativa de consolidação de um

¹²³ RODRIGUES, Manuel Augusto. Do humanismo à Contra-Reforma em Portugal. In: **Revista de História das Ideias**. Coimbra, v. 3, 1981 p. 154-157.

¹²⁴ *Id. Ibid.* p.157-158.

¹²⁵ PAES, Maria Paula Dias Couto. *De Romatinas a Christianitas: o Humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso*. In: **Varia História**. Belo Horizonte. v. 23, número 38, jul/dez 2007, p. 502.

humanismo cristão. Foi um dos primeiros beneficiados com a política de bolsas de estudo para o exterior, ainda durante o reinado de Dom Manuel I. Em 1520, com patrocínio do mesmo monarca, Diogo, o Velho, comprou o Colégio de Santa Bárbara, em Paris. O teólogo tornou-se seu reitor e o transformou em uma instituição portuguesa na Universidade de Paris. Nela estudaram nomes como os dos futuros jesuítas Inácio de Loyola e Francisco Xavier.

Diogo, o Moço, seguiu os passos de seu tio no que tange à ortodoxia. A diferença crucial entre ele e André de Gouveia na forma de conduzir o ensino criou um ambiente de desavença. Ainda em 1549, Arnold Fabricio e Elias Vinet deixaram suas funções.¹²⁶ Dom João III, frente à situação e, ainda demonstrando esforço em manter a instituição nos rumos que havia planejado, nomeou para o cargo de principal João da Costa. No entanto, sua atuação durou pouco tempo, visto que no ano seguinte ele e seus companheiros Diogo de Teive e Jorge Buchanan foram processados pela Inquisição acusados de luteranismo.¹²⁷ Condenados e afastados de suas funções, foram enviados para mosteiros, da mesma forma que ocorreu com Oliveira. No mesmo ano, 1551, foram liberados. Não interessava mantê-los permanentemente em reclusão, mas retirá-los do meio de circulação dos letrados. Em substituição a Costa, foi nomeado diretor do Colégio, Paio Rodrigues de Vilarinho, professor de teologia que manifestava tendências humanistas “contidas”, em consonância com a ortodoxia católica. Permaneceu até 1554, quando, mais uma vez, Dom João III interferiu, escolhendo o recentemente acusado de adesão ao protestantismo, Diogo de Teive.¹²⁸

A partir da segunda metade do século XVI o cenário começou a se modificar. O avanço do protestantismo e o receio de que as premissas humanistas cristãs abalassem a já desestabilizada Igreja fez com que ameaças aos dogmas católicos fossem contidas e reprimidas

¹²⁶ Cf. SOARES, Luís Ribeiro. Diogo de Gouveia, O Velho, e os “Negócios Estrangeiros” da Expansão Portuguesa. In: **Presença de Portugal no Mundo, Atas do Colóquio**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982, p. 265-283.

¹²⁷ TAVARES, Severino. Centenário do Colégio das Artes (1548-1948). In: **Revista Portuguesa de Filosofia**. Tomo 4, fascículo 2, abril-junho, 1948, p. 117. Os processos de João da Costa, Diogo de Teive e George Buchanan encontram-se arquivados no ANTT, respectivamente sob os números 9510, 3209 e 6469. Os autos referentes ao julgamento de Buchanan foram transcritos e traduzidos integralmente para o inglês por Guilherme Henriques na obra **George Buchanan in the Lisbon Inquisition. The records of his trial, with a translation thereof into English, fac-similes of some of the papers and an introduction**. Lisboa: Typographia da Empreza da História de Portugal, 1906.

¹²⁸ Para mais informações sobre a criação do Colégio das Artes e seu funcionamento durante o século XVI cf. BRANDÃO, Mário. **O Colégio das Artes**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924; DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura Europeia. Séculos XVI a XVIII**. Porto: Campo das Letras, 2006 e TAVARES, Severino. *Op. Cit.*, 1948.

com mais intensidade. Dom João III, mesmo favorável a uma posição mais maleável, viu-se obrigado a retroceder e, em 1555, entregou a direção do Colégio das Artes à Companhia de Jesus. A instituição continuou a ser referência tanto em Portugal como em parte da Europa, porém, a partir deste momento não mais como um centro de livres e claras tendências humanistas erasmistas.

Pedro Calafate, ao organizar uma coletânea de fontes comentadas que dizem respeito a diversos aspectos da sociedade lusa do século XVII e XVIII, observou que uma visão muito negativa da cultura do país permeou estes documentos. Para seus autores, as “trevas culpáveis” tiveram início em Portugal, na segunda metade do século XVI. O marco deste declínio foi, para os críticos, a entrega do Colégio das Artes à recém-fundada Companhia de Jesus. A maior decepção era a que ali haviam ensinado até pouco tempo atrás, os mestres humanistas que o monarca mandara vir da França e que representavam o avanço do humanismo no país.¹²⁹ Frei Manuel do Cenáculo, ordenado franciscano, no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, publicado em 1771, do qual participou como membro da Junta de Instrução Literária, exprimiu o seguinte posicionamento:

Mas logo que a profissão e direção dos mesmos estudos foi arrancada das mãos dos célebres professores, que ensinavam com tão grande louvor, para ser entregue aos jesuítas, logo, dizemos, que esta nova Cartago veio estabelecer o seu campo no País dos Latinos (...) as línguas começaram a emudecer, as belas letras a perder o seu natural agrado, amenidade e beleza; a filosofia a sentir as terríveis influências dos charcos em que se bebia.¹³⁰

O excerto é representativo de uma concepção muito difundida que identifica em Portugal um período de trevas e de fracasso do movimento humanista. Esta advém principalmente dos escritos de pensadores do século XVIII e XIX que ansiavam “colocar Portugal a par da Europa, entendendo por Europa a que se abria ao movimento das Luzes”.¹³¹ Charles Boxer atentou que essas condenações tão radicais à suposta falta de curiosidade intelectual dos portugueses não devem ser levadas tão a sério, em razão de serem exageradas. Entretanto, não devem ser desconsideradas, pois refletem acusações dirigidas à sociedade

¹²⁹ *Apud* CALAFATE, Pedro (organizador e comentador). **Portugal como problema, séculos XVII e XVIII. Da obscuridade a evidência geométrica**. v. II. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2006, p. 152-153.

¹³⁰ *Id. Ibid.* p. 153.

¹³¹ *Id. Ibid.* p. 154.

portuguesa por mais de três séculos, tanto por seus compatriotas como por residentes estrangeiros ou visitantes. Segundo o autor, na própria visão de alguns portugueses muito deste cenário se devia à ortodoxia católica dominante no país e ao domínio jesuítico na esfera educacional, a partir da segunda metade do século XVI.

O objetivo principal dos jesuítas era o de desenvolver nos alunos a utilização do latim, escrito e oral e fomentar a capacidade de argumentação escolástica, mas sempre dentro dos limites de um catolicismo conservador. Os estudantes e seus mestres eram “em geral, desestimulados a cultivar juízo crítico independente, ou a avançar em proposições que não estivessem em tudo apoiadas em fontes autorizadas e reconhecidas, ou que colocassem em dúvida a autoridade e os princípios de Aristóteles e de São Tomás de Aquino”.¹³²

Ana Isabel Buescu, em trabalho biográfico sobre Dom João III, atentou para a construção de um período de decadência em Portugal, que teria impedido um possível progresso posterior. Segunda a autora, até o século XVIII, o monarca recebeu de cronistas e historiadores uma apreciação que procurava destacar um conjunto de qualidades próprias de um rei – seguindo o modelo convencional de biografia deste período. Entretanto, em relação à descrição da vida e dos feitos de outros reis, se percebe “um entusiasmo moderado, pouco vibrante, quase seco” acerca da trajetória de Dom João III. A autora questiona então, assim como outros historiadores, se esta representação estaria ligada ao episódio considerado mais sombrio de seu reinado – a instituição da Inquisição em 1536.¹³³

O estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício foi o que pautou a percepção de uma historiografia romântica e liberal, iniciada no século XIX, com Alexandre Herculano e a publicação de seus três volumes da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição* em Portugal. O objetivo do historiador nestes volumes foi o de, por meio do desvelamento dos “documentos incontestáveis de crimes que pareciam escondidos para sempre debaixo das lousas”, chamar a atenção da sociedade portuguesa para o grande perigo que a religião representava para o desenvolvimento cultural do país. Assim, principalmente em razão do prestígio e da circulação das obras de Herculano, a figura de Dom João III e seu reinado se

¹³² BOXER, Charles R. “Os cafres da Europa”, o Renascimento e o Iluminismo. In: **O império marítimo...** São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 358-359.

¹³³ BUESCU, Ana Isabel. Jogo de espelhos. In: **Dom João III. (1502-1557). Lisboa: Círculo dos Leitores, 2005** p.9.

tornaram indissociáveis da instituição da Inquisição em detrimento da continuidade do desenvolvimento de um humanismo que estava florescendo.¹³⁴

Como compreender que o mesmo monarca que enviou bolsistas para estudar em toda a Europa e convidou renomados professores para atuar em Portugal, inclusive cogitando a presença de Erasmo na Universidade de Coimbra, que reformou o Colégio das Artes e toda a sua grade de ensino, ao mesmo tempo lutou pelo estabelecimento da Inquisição e desistiu do apoio aos humanistas, sendo condescendente com a repressão e a perseguição? Talvez a chave de entendimento para esta aparente contradição esteja em uma questão mais abrangente que afetou grande parte da Europa deste período. Até, pelo menos, o início dos anos 30 dos Quinhentos, a figura e as obras de Erasmo e de outros pensadores que seguiam os preceitos do humanismo cristão eram relativamente bem aceitas nos círculos cultos. Tal aceitação e até mesmo admiração pode ser explicada pelo desejo de renovação e de reforma que perpassava boa parte dos pensadores que faziam parte do catolicismo, visto que Erasmo e seus seguidores sempre almejavam uma mudança dentro da própria Igreja, e não fora dela. A Península Ibérica, devido à sua forte tradição de religiosidade, foi uma leitora muito especial de algumas das obras de Erasmo, conforme Osório.¹³⁵

Entretanto, a situação começou a mudar quando a Igreja Católica e seus representantes perceberam que não havia mais condições de tentar manter Lutero dentro da Igreja, e que o cisma que representava grandes ameaças ao catolicismo e seus dogmas, se encontrava em pleno desenvolvimento. Ainda em 1536, em uma primeira convocação conciliar ocorrida em Mântua, na região da Lombardia, se tentou manter a esperança de reunir os representantes do catolicismo e do protestantismo para um possível acordo. Entretanto, a radicalização e a evolução da posição dos dois lados inviabilizou esse projeto. Mesmo assim, “quando a ruptura da cristandade já era uma realidade sem retorno, Erasmo (...) lutou até o fim por uma transformação interna, no quadro de uma Igreja que nunca abandonou”.¹³⁶ Por este motivo, Erasmo, que nunca propôs uma dissolução, foi identificado como uma perigosa influência para os pensadores e fiéis católicos, e, se anteriormente, a sua proposta de um humanismo cristão era bem vinda, agora representava uma ameaça perigosa para a Igreja. Provavelmente, o que mais preocupou os católicos é que Erasmo, quando percebeu que não havia mais como impedir

¹³⁴ *Id. Ibid.* p.9.

¹³⁵ OSÓRIO, Jorge Alves. **O humanismo português e Erasmo...** p.243.

¹³⁶ BUESCU, Ana Isabel. **Dom João...** p. 253.

o cisma da Igreja, ao invés de condenar os cismáticos, defendeu uma posição de tolerância e reconciliação com os protestantes.

Para muitos, Erasmo foi o precursor de Lutero, o semeador das dúvidas que dividiram a cristandade. Em razão desta associação, o humanista, mesmo mantendo seu prestígio e importância no interior do círculo das letras, passou a ser visto como um inimigo ou como uma má influência para muitos religiosos, já que apesar de manter-se católico, sempre recusou obedecer a uma ortodoxia com a qual não concordava. Pina Martins atentou que com a repressão da heterodoxia, principalmente a partir da década de 1540, “reservou-se à obra de Erasmo, que nunca se afastou de Roma, o destino inglório das vítimas por equívoco”.¹³⁷

Para o autor, coexistiram nesse momento em Portugal duas expressões. Uma que defendia as ideias irénicas do humanismo cristão e outra pautada em um catolicismo mais rígido e ortodoxo, preocupado com a manutenção do poder da Igreja Católica e de seus dogmas. Essas duas tendências não estiveram sempre de todo em desacordo, e em alguns momentos se entrelaçaram, principalmente na trajetória e consciência de muitos pensadores. Mas, principalmente a partir de década de 1550 se percebeu o aumento da hostilidade e da repressão, vindas das instituições eclesiásticas e universitárias, às tendências humanistas e erasmistas. As principais ameaças estavam na livre interpretação dos textos clássicos e da Bíblia, na difusão da crítica textual, e talvez na mais perigosa de todas: a consciência da primazia do homem no mundo, o conhecimento de sua dignidade e liberdade que estariam sujeitas apenas a Deus e a Cristo, no plano espiritual, e não a demonstrações terrenas e materiais.¹³⁸

Foi comum parte da historiografia enxergar neste processo uma dicotomia presente no reinado joanino. Tal imagem, muito tributária de produções novecentistas, como a de Alexandre Herculano e de sua crítica à religião e especialmente ao estabelecimento da Inquisição, deve ser problematizada. As interpretações que persistem na divisão de dois períodos bem definidos são rasas, tendo em vista uma conjuntura bem mais complexa e não a simples separação entre um momento inicial, positivo e relacionado com a proteção dos intelectuais e à abertura laica do

¹³⁷ MARTINS, José de Pina. *Op. Cit.* p. 152. Damião de Góis também foi denunciado por simpatia ao protestantismo ao Tribunal da Inquisição em 1545 e 1550. Em razão de sua proximidade com Dom João III e nobres da corte, e também do reconhecimento de sua trajetória e obras, os processos foram arquivados. As acusações foram motivadas em razão das amizades que manteve na Europa protestante quando exercia sua função de diplomata. Entre outros, manteve contato com Melanchthon e Lutero. Em 1572 foi mais uma vez acusado, sendo, dessa vez condenado como “herege, luterano, pertinaz e negativo”. Sobre as questões políticas que também perpassaram as acusações e a trajetória e produção de Góis cf. HIRSCH, Elisabeth Feist. *Op. Cit.* p. 222-224.

¹³⁸ MARTINS, José de Pina. *Op. Cit.* p.162.

humanismo e um segundo, considerado como obscurantista, marcado pela Inquisição e pelo “retrocesso” político, social e intelectual no Reino.¹³⁹

Dom João III esteve interessado na “construção de uma representação política, social de um império em grande expansão e cuja justificação moral e religiosa estava assentada no registro da dilatação da Fé”. O intento era o de equiparar-se “aos grandes centros político-intelectuais contemporâneos para que Portugal fosse ouvido nas grandes questões europeias”. Para tanto, ao lado das medidas para incentivar a intelectualidade, e da construção de sua própria imagem como rei letrado, o monarca cuidou de várias outras reformas. O Reino foi dividido em novas correições e foram criadas novas dioceses e tribunais como a Mesa de Consciência e Ordens e o Santo Ofício da Inquisição. Foram redefinidas as funções de chanceler-mor, de chanceler da Casa de Suplicação, de juiz da Chancelaria e o Regimento dos desembargadores do Paço foi atualizado.¹⁴⁰

Dessa forma, é possível adensar a questão em torno do humanismo, pensando nos demais propósitos que se instauravam. Para além da necessidade de submeter o ensino e a produção a vertentes mais ortodoxas, frente ao luteranismo e Trento, havia também um intento mais amplo, assentado na cristianização do Império e na conservação da dominação política.

Tais escolhas são melhor compreendidas quando se pensa em Dom João III como a cabeça do corpo da Nação, da mesma forma que o monarca espanhol. Faziam parte de suas funções “a tarefa de vislumbrar a totalidade de seus súditos, das terras e das gentes que viviam sob seu poder, ou seja, cabia-lhe a consciência acerca das outras partes do corpo político-social”.¹⁴¹ Assim, e de acordo com a racionalidade da época, não cabe pensar em um retrocesso após um período de franca progressão, mas de caminhos que foram sendo construídos a partir das demandas que se relacionavam com a identidade que o reino construía para si - a da expansão e da missão. Foram os jesuítas os principais responsáveis por “aproveitar do humanismo” o que lhes cabia e “selar a síntese dos valores dos Antigos com as atitudes de vida que o cristianismo exigia”.¹⁴²

¹³⁹ Cf. PAES, Maria Paula Dias Couto. *Op Cit.*

¹⁴⁰ *Id. Ibid.* p. 501.

¹⁴¹ *Id. Ibid.* p. 507.

¹⁴² *Id. Ibid.*

Oliveira ainda que por pouco tempo, como revisor na Universidade de Coimbra. A nomeação data de fins de 1554, entretanto a experiência não durou muito tempo, já que em outubro de 1555 houve nova indicação.¹⁴³ Logo depois, publicou sua *Arte da Guerra do Mar* e mesmo longe da universidade parecia ainda digno de prestígio entre seus colegas, o que é perceptível no trecho da carta do poeta e lexicógrafo Jéronimo Cardoso. Nela, em seu nome e de seus companheiros, saudou Oliveira por sua erudição e agradeceu os comentários e interpretações feitas por ele acerca de Quintiliano. Em suas palavras o próprio Fábio (Quintiliano), devia a Oliveira, pois:

(...) até agora escondido as nossas vistas, tu o livraste do bafio e da carcoma, para que d'aqui para o futuro se insinue no espírito de todos, tanto dos eruditos como também dos ignorantes. Assim, pois as regras de retórica, que antes estavam obliteradas, só agora se nos tornam claras por meio dos teus comentários eruditíssimos e perfeitíssimos. Pelo que se torna necessário felicitar-se por essa fortuna, a qual peço a Deus que experimentes perpetuamente.¹⁴⁴

Depois da escrita do tratado, foi, mais uma vez, preso pela inquisição. Sabe-se, apenas, que passou aproximadamente dois anos no cárcere, tendo em vista que um novo processo não foi realizado. Conjectura-se que a prisão tenha sido motivada, de um lado, pela não recomendação de que permanecesse ocupado com exercícios virtuosos. De outro, pode ser explicada por várias declarações que realizou em *Arte da Guerra do Mar*.

O tratado, que será abordado adiante, foi resultado, para além da erudição advinda do estudo dos Antigos, de sua experiência nos conflitos entre França e Inglaterra e da participação em missão enviada por D. João III para a restituição do então rei de Velez no norte da África, assuntos que serão apresentados no capítulo a seguir. Na obra, além de colocar em dúvida o mito fundador, o milagre de Ourique,¹⁴⁵ construiu críticas contundentes ao modo de condução

¹⁴³ Seu nome como lente da consta no tomo II da História da Universidade de Coimbra. BRAGA, Teóphilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Publica Portuguesa**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892, p.162-163.

¹⁴⁴ A carta foi publicada pela primeira vez na obra de MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op. Cit.* p. 71-72, p. 143-144.

¹⁴⁵ O capítulo três tratará sobre esta questão.

da armada quando do episódio de Velez, especialmente às ações do comandante Inácio Nunes e ao comportamento dos soldados e demais oficiais.

Se este capítulo se ocupou, especialmente, em analisar o desenrolar dos pressupostos humanistas em Portugal no âmbito religioso e educacional, os capítulos a seguir tratarão de outra faceta do humanismo luso: o relacionado ao universo cosmográfico, de natureza experimental. Para tanto, o foco estará na atuação de Oliveira como náutico e em seus escritos sobre o assunto, nos quais intentou uma aproximação entre teoria e prática no contexto da expansão marítima e da dilatação do império português.

CAPÍTULO 2

“QUANTOS BENEFÍCIOS EL REI E TODA A REPÚBLICA CRISTÃ RECEBEM DA NAVEGAÇÃO”: SABERES NÁUTICOS NO ALVORECER DA MODERNIDADE PORTUGUESA.

2.1. A institucionalização da náutica: a ciência como projeto prático-social

Fernando Oliveira, ainda no preâmbulo de sua *Arte da Guerra do Mar* escreveu sobre os ofícios e suas motivações. Segundo ele, atribuindo mais liberdade e possibilidades de escolha do que parecia ser o usual no Antigo Regime em que se encontrava inserido, “cada um fala do que gosta e usa”. Assim, “os cavaleiros falam da guerra, os pacíficos da paz, os lavradores da terra e os marinheiros do mar.” Sobre o mar, objeto que utilizou para formular uma metáfora em relação ao conhecimento e à atuação, disse que sabia muito pouco um velho que encontrou em uma varanda do Douro, quando passava por aquelas terras, não dando detalhes de quando. Este, que deveria ter sessenta anos a mais de idade, a qual havia passado toda em repouso, não sabendo ao menos em que parte se encontrava de Portugal, o questionou então como era feito o mar.¹⁴⁶

Do referido homem e sua condição, afirmou que diriam ser ditoso, ou seja, que era afortunado, abençoado, feliz, e questionou então, por que razão se pode chamar de ditoso alguém que não saiu do ninho? Ancorando-se, como era de costume, nas Escrituras, desta vez em São Paulo, como o fez em várias outras oportunidades, concluiu que a ociosidade não era sinônimo de quietação, de calma e tranquilidade, já que aos que não trabalham o apóstolo chamou de inquietos. Seriam os ociosos os inquietos, visto que tais, não se aplicando a nenhum exercício, viviam distraídos e incertos. Segundo este raciocínio e buscando justificar suas ações por meio da autoridade que as palavras paulinas representavam, considerou que não eram inquietos “os que correm pelo mundo ocupados com alguma coisa proveitosa para si ou outrem”. Se dessa forma fosse - e o trabalho e a peregrinação pudessem ser chamados de

¹⁴⁶ OLIVEIRA, Fernando. *Arte da Guerra do Mar...* p.1.

inquietação, o apóstolo poderia ser chamado inquieto, “pois toda a sua vida peregrinou e trabalhou”, da mesma maneira que os demais apóstolos e muitos dos santos, os quais, “ao invés de terem aqui um pouco de repouso, mostram que vão de encontro para onde há a verdadeira quietação que esperam”. Da mesma forma que fizeram, fazem outros agora, entre os quais se incluiu sem parcimônia.¹⁴⁷

Os ociosos e repousados, que não se ocupavam de defender o reino dos inimigos, desperdiçavam suas vidas, as quais, desta vez ancorando-se em Salústio, poderiam ser apenas estimadas como a morte, “porque não fazem mais os tais vivendo aqui do que se fossem mortos”. Aos vivos, e mais do que isso, dignos de vida, cabia fazer proveito para si e outros. Os afeiçoados ao trabalho, quanto mais a ele se dedicassem, mais amor por ele teriam e, ainda, mais teriam “gosto das práticas que dele tratam, porque com ele alcançam muitos bens e colhem dele frutos de muita suavidade”.

Ao contrário do sentimento de tranquilidade e realização, sentiam “os que olham de fora sem conversar com ele”. O trabalho “parece-lhes feio e áspero, e fogem dele como podem fugir do ouriço ou da noz verde quem não sabe o que tem dentro”, sem vivenciar “que gostoso contentamento sentem agora, e maior sentirão no céu, os que possuem de seus trabalhos fruto e glória”.¹⁴⁸

Para além de uma exortação à atuação e aos benefícios que ela traria para o reino, conforme pontuou a seguir, o preâmbulo visava também explicar o porquê de seu envolvimento com assuntos que não diziam respeito apenas à esfera religiosa, da qual fazia parte. O capítulo anterior tratou do processo inquisitorial movido contra Oliveira. Acusado de luteranismo após uma temporada na Inglaterra, reino onde chegou depois de ter participado de batalhas náuticas entre franceses e ingleses, foi preso. Liberado do cárcere, recebeu recomendações de que se ocupasse apenas com assuntos virtuosos associados ao seu ofício de padre.¹⁴⁹

Frente a esta situação, escrever sobre matérias náuticas, ainda mais as condizentes com a guerra e suas estratégias, certamente poderia parecer uma afronta às exortações recebidas, desde que o intuito de seu livro não fosse muito bem justificado. Para além de sua passagem

¹⁴⁷ Cf. *Id. Ibid.* p. 1-2.

¹⁴⁸ Cf. *Id. Ibid.* p. 2-3.

¹⁴⁹ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...** p. 126-127.

pela Inquisição, estava, em primeiro plano, a sociedade hierarquizada em que vivia. O Antigo Regime português foi fundamentado em uma concepção corporativista de sociedade, que resultou em um reino caracterizado pela existência de corpos sociais hierarquizados, aos quais eram destinadas atribuições e direitos determinados. De origem medieval, o cerne desta concepção, conforme apontou Antonio Manuel Hespanha, esteve centrado na crença em uma ordem universal, o cosmos, que orientava todos os homens para um objetivo último, reconhecido no pensamento cristão com o próprio Criador. A realização do destino cósmico, do qual o mundo físico e o mundo humano constituíam apenas a face visível, dependia da cooperação, de forma distinta, de cada parte do todo. A criação em sua totalidade correspondia então a unidades de ordenação, ao arranjo de todas elas. O alcance do bem comum, não deveria comprometer a especificidade de cada grupo social, ao contrário, respeitá-la.¹⁵⁰

Uma de suas legitimações adveio do tomismo. Em seu *Regimento de Príncipes*, São Tomás de Aquino, quando da determinação da superioridade da monarquia sobre todas as outras formas de governo, construiu analogias com o corpo humano, com a alma, com o mundo natural e com o Universo – o próprio Deus. À imagem do corpo humano, a cabeça, que comandava e ordenava, correspondia ao rei, já os súditos, em razão dos estados e da condição social que preenchiam, constituíam o corpo da monarquia. Em termos ideológicos, segundo Ana Isabel Buescu, a metáfora do corpo dizia respeito a uma dimensão hierárquica, que não deixava se de fundamentar na indiscutível supremacia do rei e na sua função unificadora e reguladora, mas igualmente solidária, por meio da união funcional entre os vários e diferentes membros de um mesmo corpo.¹⁵¹

A noção de indispensabilidade de todos os setores da sociedade encontrava-se atada à impossibilidade de um poder político não partilhado, que era, por natureza, repartido. A partição natural se traduzia na autonomia político-jurídica de cada corpo social, porém, estes deveriam manter-se sempre em consonância com a articulação natural de todo o corpo. Assim, “entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermediárias”.¹⁵² Ao soberano, além de zelar pela harmonia entre todos os seus membros, cabia atribuir a cada corpo social aquilo que lhe era específico, que lhe era próprio, garantindo assim os estatutos sociais. Dava-se, ou ao menos pretendia-se, a

¹⁵⁰ HESPANHA, Antonio Manuel. **A representação da sociedade e do poder...** p.114.

¹⁵¹ BUESCU, Ana Isabel. O poder régio. In: **Dom João III...** p. 182-183.

¹⁵² *Id. Ibid.* p.115.

manutenção da ordem social e política estabelecida e realizava-se a justiça, considerada como o primeiro e único fim do poder político.¹⁵³

A crença na sentença “a cada um o que lhe é de direito” fazia sentido em razão da estratificação, ou seja, imperava um ideal de justiça distributiva. As condições sociais e os diferentes pertencimentos, aos quais se reconheciam funções e privilégios específicos, eram definidos de maneira estável. Acima de tudo, a ação deveria estar presidida pela “superioridade moral da Igreja, com sua função corretiva e de controle”.¹⁵⁴ Mesmo o modelo político sendo fruto do livre-arbítrio dos homens, de um acordo entre os corpos sociais, a liberdade existia sob tutela. As funções sociais correspondiam, como atentou Hespanha, a estatutos jurídico-institucionais irredutíveis. Cabia ao direito e ao governo temporais ratificar e cuidar desta ordenação. Já a cada homem era destinada a obrigação de assumir atitudes sociais que correspondiam ao seu estado social.¹⁵⁵

Se na teoria, este sistema pretendia-se normativo e ortodoxo, na prática, como não é difícil supor, possibilitava, de diferentes formas e intensidades, brechas, incongruências e certa elasticidade. É o que se percebe na trajetória de Oliveira e de muitos outros indivíduos. No caso do humanista em questão, o afastamento em relação às funções que lhe cabiam e ao comportamento esperado de sua posição foi recorrente, como se tratou no primeiro capítulo. Por certo, o reino e suas instituições respaldaram-se em mecanismos que objetivavam a coerção com vistas a manter a harmonia pretendida. Dentre muitos, basta lembrar da Inquisição.

Jean-Pierre Dedieu, ao examinar as conexões da Inquisição com a esfera política, descreveu o aparato institucional do Santo Ofício a partir das múltiplas vias que o relacionavam com a constituição e a manutenção do Estado. Para o autor, o tribunal atuou de forma direta, juntamente com outros aparatos, como a Igreja, a Universidade, e as Ordens, a serviço da monarquia. Por meio de medidas que envolviam redes de tribunais, métodos de controle, comunicação de massa e manipulação da opinião pública, a Inquisição foi utilizada pelo poder político a fim de afastar qualquer perigo exterior, mas também com o intuito de zelar pela conquista e manutenção de almas no interior do reino e cuidar do magistério moral. Dedieu atentou também para a liberdade e para a plasticidade com que inúmeros casos eram tratados

¹⁵³ *Id. Ibid.* p.115.

¹⁵⁴ Cf. LEVI, Giovanni. Reciprocidade mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2009, p.52-63.

¹⁵⁵ HESPANHA, Antonio Manuel. *Op. Cit.* p. 120.

pelos agentes inquisitórias e pelos juízes. Sendo assim, a realização de certas denúncias e a maneira como estas foram averiguadas e processadas devem ser entendidas à luz do que significavam, naquele momento, para a manutenção da normatividade dos reinos. Isso explica o porquê de casos com tónicas parecidas terem sido julgados de formas distintas. As redes de sociabilidades e os jogos de poder que envolviam os corpos sociais das sociedades ibéricas também explicam muitas acusações e a forma como elas foram levadas a cabo. Tal cenário é perceptível no processo de Oliveira, analisado no capítulo 1, visto que em vários momentos foram expostos jogos de intrigas, interesses e de relações de poder entre ele, seus delatores e também seus benfeitores.¹⁵⁶

Tendo passado por esta e recebido as recomendações de seus algozes, o afastamento das atividades estritamente religiosas deveria ser muito bem respaldado. Isso explicaria o cuidado de Oliveira na justificativa da escrita de seu tratado.¹⁵⁷ Este cenário foi mobilizado, para além de explicitar as configurações daquela sociedade, na medida em que tal pretensão nos é possível, com o intuito de explicitar o quanto as ações que envolviam a produção do conhecimento e a exploração de temas entendidos como restritos ao alto, como eram os relacionados com a natureza, os *arcana naturae*, não eram atividades simples, isentas de coerções e que podiam ser desenvolvidas em ambientes tranquilos e institucionalizados.

Tratar da relação dos ibéricos com a natureza durante os séculos XV e XVI nos remete, quase de forma automática, às temáticas dos descobrimentos e do nascimento da ciência moderna. Sobre a primeira, atenta-se, de acordo com as reflexões de Antonio Sánchez Martínez e Henrique Leitão, para o incômodo de escrever e falar sobre ela. O mal-estar resultaria do próprio exercício de autocrítica sobre as narrativas historiográficas que os antecederam e a forma como estas se apropriaram dos descobrimentos e das conquistas. Refere-se, por exemplo, às construções políticas e nacionalistas e às decorrentes simplificações populares.¹⁵⁸

Paradoxalmente, as historiografias gloriosas e a disseminação de tal sentimento entre significava parcela da população ibérica, não foram acompanhadas de uma convicção de

¹⁵⁶ Cf. DEDIEU, Jean-Pierre. La inquisición en el reinado de Felipe II. In: **Chronica Nova**. n. 26, 1999, p. 79-110.

¹⁵⁷ Muito possivelmente, caso tivesse mantido o conteúdo do livro restrito às temáticas náuticas e às estratégias de guerra, não teria tido tantos problemas posteriores, tendo em vista o caráter expansionista de Portugal. Entretanto, também tratou do Milagre de Ourique, colocando-o em xeque, além de criticar, as ações de nobres oficiais em empreitadas envolvidas com a expansão. OLIVERA, Fernando. **Arte da guerra...**p.48;110;.120-125.

¹⁵⁸ LEITÃO, Henrique; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. La ciencia ibérica: aparte o parte de la ciencia moderna? In: **Revista de Occidente**. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. n. 433, junho/2017, p. 5.

superioridade. Ao contrário, coexistiram ao “(...) sentimento de uma cultura inferior e subordinada a outras, mais sofisticadas e mais ricas.”¹⁵⁹ O mesmo cenário é estendido também a segunda temática, a da ciência moderna ibérica. O incomodo e as polêmicas geradas giram, em suma, em torno do questionamento sobre a participação do mundo ibérico na construção da modernidade científica europeia. Como bem apontaram os autores, esta não é uma questão inédita e nem recente. No entanto, apesar de inúmeros trabalhos acerca dos avanços técnicos e geográficos decorrentes das navegações oceânicas, nenhum expressou totalmente a vinculação entre a modernidade e a ciência ibérica.

Nenhum deles, conseguiu apontar, de forma clara, uma relação possível e causal entre as intensas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas do século XVI, muitas deles decorrentes da expansão marítima, e as transformações científicas do século posterior.¹⁶⁰ Tal apontamento introduz o posicionamento ao qual esta pesquisa se alinha e as inúmeras produções historiográficas que nos servem como aporte e inspiração. Sánchez Martínez e Leitão entenderam as características dos trabalhos historiográficos acima referidos a partir da própria concepção de ciência que orientou aquelas produções.

Trata-se, conforme, se discutirá a seguir, de uma ideia de ciência internalista, teórica e construída em torno de rupturas. Seguindo estes padrões “modernos foram os que possuíam telescópios entre suas mãos, os que avistavam Júpiter, e não os que chegaram a América e a Índia, ou revelaram os contornos geográficos da Terra”.¹⁶¹ No interior desses parâmetros coube aos historiadores dedicados à Península Ibérica, analisar episódios e contribuições esparsas e limitadas frente às narrativas já constituídas acerca do desenvolvimento da ciência moderna.

Subjaz a este processo a concepção, significativamente mais antiga, de que a Península Ibérica não teria assistido nem contribuído para o florescer, ainda que tal termo conote uma noção de naturalidade que não existiu, da ciência moderna. Entende-se tal construção como fruto de dois processos que não se excluem. O primeiro, de responsabilidade dos próprios ibérios. Especialmente a partir do século XIX, buscando aproximar-se dos então tão estimados pressupostos das Luzes, estes culpavam a religião e a Inquisição pelo atraso científico em seus reinos, disseminando a lenda negra, conforme abordado no primeiro capítulo. O segundo, de

¹⁵⁹ *Id. Ibid.* p.6. “(...) *sentimiento de una cultura inferior y subordinada a otras, más sofisticadas y más ricas.*”

¹⁶⁰ *Id. Ibid.* p. 6-7.

¹⁶¹ *Id. Ibid.* p. 7. “Modernos eran los que sostenían telescópios entre sus manos, los que avistaban Júpiter, y no los que llegaron a América y a India o revelaron los contornos geográficos de la Tierra.”

maior alcance, é traduzido na tradição de uma história da ciência teoricista progressista e notadamente anglo-saxônica.

Na Espanha em 1782 veio à tona o primeiro volume da *Geografía Moderna*, o qual fazia parte da *Enciclopédia Metódica*, organizada por editores franceses. Em livro destinado à Espanha, o enciclopedista Nicolas Masson de Morvilliers relegou a esta o papel de nação mais ignorante da Europa. Em trecho clássico, vociferou:

Mas o que se deve a Espanha? Há dois, quatro, dez séculos? O que esta fez pela Europa? Hoje se parece a essas colônias débeis e desgraçadas, que necessitam sem cessar o abraço protetor da metrópole: é preciso ajudá-la com nossas artes, como nossos descobrimentos, se parece, inclusive, aos enfermos desesperados que, sem consciência de sua enfermidade, rechaçam o braço que lhes dá a vida. Sem dúvidas, falta uma crise política para retirá-la deste letargio vergonhoso. O que eles ainda estão esperando? As artes encontram-se adormecidas, as ciências, o comércio! Necessitam de nossos artistas em suas manufaturas! Os letrados são obrigados a instruir-se ocultando os nossos livros! A Espanha precisa de matemáticos, de físicos, de astrônomos, de naturalistas!¹⁶²

A seguir, conforme Carlos Casado, apareceram respostas exaltando “as figuras científicas e personalidades artísticas e literárias espanholas”. A polêmica, incluída em uma tendência mais ampla, assistiu a uma segunda fase. Em 1866 José de Echegaray, matemático e engenheiro, quando de seu ingresso na Real Academia de Ciências, em Madri, proferiu um discurso no qual mobilizou uma tópica recorrente: culpou a Inquisição pela ausência de ciência na Espanha. As discussões continuaram acaloradas com o passar dos anos e, na primeira década do século XX a expressão lenda negra, para se referir à atuação da Inquisição, passou a ser divulgada.¹⁶³

¹⁶² “¿Pero qué se debe a España? Y desde hace dos siglos, desde hace cuatro, desde hace diez, ¿Qué ha hecho ésta por Europa? Se parece hoy a esas colonias débiles y desgraciadas, que necesitan sin cesar el brazo protector de la metrópoli: hay que ayudarla con nuestras artes, con nuestros descubrimientos; se parece incluso a esos enfermos desesperados que, sin conciencia de su enfermedad, rechazan el brazo que les da la vida. Sin embargo, si hace falta una crisis política para sacarla de este vergonzoso letargo, ¿qué es lo que espera aún? ¡Las artes están dormidas en ella; las ciencias, el comercio! ¡Necesita nuestros artistas en sus manufaturas! ¡Los savants están obligados a instruirse ocultando nuestros libros! ¡España carece de matemáticos, de físicos, de astrónomos, de naturalistas!” MORVILLIERS, Nicolas Masson. España. In: **Encyclopedia metódica dispuesta por orden de materias. Geografía moderna**. Vol. II. Madrid: Imprenta de Sancha, 1792, p. 25-26.

¹⁶³ CASADO, Carlos. España y la Revolución Científica: estado de la cuestión de una polémica secular. In: **Circumscribere**. v. 13, 2013, p.2.

O segundo processo definidor da compreensão histórica sobre ciência e modernidade na Península Ibérica centra-se em uma concepção tradicional sobre o desenvolvimento do conhecimento científico. Pautada no teorismo e no internalismo esteve ligada, segundo Casado, a esquemas progressistas. Dessa forma, o atraso científico ibérico seria compreensível se relacionado a esta vertente linear e progressista. Esta foi devedora dos pressupostos historiográficos do século XIX, que nos legaram “uma narração da história da ciência cujo fio condutor depende basicamente de um rosário de grandes figuras, descobrimentos e teorias que se sucedem em um progresso continuo até o presente”.¹⁶⁴

A notável anglicanização das narrativas sobre a história da ciência acentuou ainda mais este cenário. Conforme apontaram Leitão e Sánchez Martínez, a ascensão dos Estados Unidos como potência intelectual após a Segunda Guerra Mundial foi acompanhada da construção de um programa historiográfico que centrou o surgimento da modernidade em torno da Inglaterra e dos países do centro europeu. Pautada em uma vertente claramente política, reduziu contribuições geográficas e de diferentes atores sociais, centrando-se claramente na pretensa excepcionalidade inglesa.

De forma geral, os historiadores e demais pesquisadores internacionais, já adeptos da perspectiva de uma ciência internalista e teorista, reproduziram a construção inglesa, relegando à Península Ibérica a nulidade ou a contribuição com episódios esparsos e feitos que não foram prescindíveis. Dessa forma, se reduziu a Revolução Científica moderna e seu nascimento ao século XVII e aos processos ocorridos na Europa Central.¹⁶⁵

Inúmeros trabalhos da segunda metade do século XX, foram centrais para a difusão desta concepção e do entendimento do fazer científico a partir da epistemologia do teorismo e das grandes rupturas paradigmáticas. Um exemplo se encontra em artigo de George Basalla, datado de 1967, sobre a difusão da ciência para fora da Europa, e bastante comentado e criticado. Adepto de uma metodologia tradicional, para o autor a produção científica representava um conhecimento universal, expresso no desenvolvimento conceitual e movido

¹⁶⁴ (...) una narración de la historia de la ciencia cuyo hilo conductor depende básicamente de un rosario de grandes figuras, descubrimientos y teorías que se suceden en un progreso continuo hasta el presente. *Id. Ibid.* p. 8.

¹⁶⁵ Cf. LEITÃO, Henrique; SÁNCHEZ MARTINEZ, Antonio. *Op. Cit.* p. 8-9.

por fatores internos. A ação dos fatores sociais estaria restrita a aspectos externos à cognição, como as formas institucionais e o uso dos conhecimentos científicos.¹⁶⁶

Se tal concepção sofreu grande difusão na historiografia ocupada com a ciência, as últimas décadas vem observando importantes e definidores questionamentos desta noção. Antes de tratar sobre os próprios trabalhos ibéricos, atenta-se para produções mais gerais, em parte responsáveis por uma nova percepção sobre a produção do conhecimento científico. Entendê-la permite, em grande medida, perceber o porquê da possibilidade de inserção da contribuição dos ibéricos no processo de nascimento da ciência moderna. Esta “nova” epistemologia da ciência não pode ser pensada sem a referência aos escritos da Thomas Kuhn, datados da década de 1970. Ao tratar especificamente do desenvolvimento da física, o filósofo e físico debruçou-se sobre as origens da ciência moderna. Para tanto, questionou: “em que o movimento experimental do século XVII foi inovador?”¹⁶⁷

Ao responder, rebateu historiadores que afirmaram que a própria ideia de fundar a ciência a partir de informações perceptíveis era, por si só, uma novidade. Segundo o autor, eram absurdas as proposições que diziam que, conforme Aristóteles, as conclusões científicas poderiam ser deduzidas primeiramente a partir dos princípios axiomáticos. Os seus escritos sobre o método, ao contrário, contém passagens substanciais que insistem na “(...) necessidade de observação, tão atentas quanto aquelas preconizadas por Francis Bacon”.¹⁶⁸ Autores do medievo também foram enfatizados em sua importância para o nascimento de uma tradição metodológica que estabeleceu regras para se chegar a conclusões a partir da observação e da experimentação. Assim, é correto afirmar que a Revolução Científica não foi responsável pela origem de uma filosofia empírica que renovou a ciência, mas permitiu uma significativa difusão dela.

Kuhn problematizou igualmente a noção de aparatos técnicos, tais como o microscópio e o telescópio, como evidências materiais de uma nova relação que pretensamente nascia a partir da observação. Para ele, muitos episódios das tradições antiga e medieval demonstraram que situações experienciais foram realizadas na mente e no pensamento. Os resultados eram

¹⁶⁶ Cf. BASSALA, George. The spread of Western Science. In: **Science**. v. 156, 1967.

¹⁶⁷ KUHN, Thomas. **Tradition mathématique et tradition expérimentale...** p. 980. “*En quoi le mouvement expérimental du XVII fut-il novateur?*”

¹⁶⁸ *Id. Ibid.* “*Les écrits Aristote sur la méthode renferment maints passages qui insistent au contraire sur la nécessité observations aussi attentives que celles préconisées ensuite par Francis Bacon.*”

obtidos por meio da vivência diária. No entanto, os historiadores frequentemente malograram as experiências imaginadas.¹⁶⁹

Ao propor tais considerações, Kuhn foi um dos que abriu caminho para a construção de uma nova percepção acerca da ciência. De forma geral, afirma-se que se transformaram as maneiras de enfoque, tanto epistemológico como metodológico. A prática científica deixou, progressivamente, de ser vista e analisada apenas como atividade teórica, de caráter lógico e racional.

Na esteira do proposto por Kuhn, o filósofo Hilton Japiassú construiu considerações elementares a respeito do caráter mais amplo do fazer científico. Para ele, a ciência é, antes de tudo, um produto da cultura e não nasceu como uma atividade puramente cognitiva e neutra, mas sim como um projeto prático social, que tomou forma, progressivamente, a partir das novas necessidades instauradas por uma sociedade cada vez mais urbanizada e pautada nas atividades comerciais e técnicas das quais faziam parte a produção, a eficácia e o lucro. A ciência começou a adquirir uma nova ontologia, ainda que baseada em pressupostos há muitos discutidos e adotados de forma isolada. Para além da contemplação do real, como forma homogênea, mas não única, de relacionar-se com a natureza, engendrou-se, como um comportamento cada vez mais comum, o da ação, do domínio da natureza, com ênfase, por exemplo, na previsão, e, como consequência, na manipulação. Segundo Japiassú, não foram criadas apenas as condições favoráveis para o surgimento de um novo saber científico, mas a necessidade de tal saber e de novos métodos experimentais e práticos que se traduziram em uma nova relação com a produção do conhecimento.¹⁷⁰

O filósofo e historiador Paolo Rossi também foi um dos primeiros a propor uma nova epistemologia para a ciência, alterando assim as formas de percepção sobre seu desenrolar. Para ele, as atividades e incursões que permitiram o desenvolvimento científico não estiveram inseridas na estabilidade de laboratórios ou similares. As universidades, em sua maioria, estiveram voltadas para a tradição medieval baseada em discussões escolásticas. Em geral, o ensino girava em torno de conhecimentos sólidos, de continuidade secular, especialmente nos currículos relacionados com a astronomia, a matemática e a medicina, tendo em vista que a jornada universitária formava para as carreiras eclesiásticas, da jurisprudência e da medicina.

¹⁶⁹ Cf. *Id. Ibid.* p.981-982.

¹⁷⁰ Cf. JAPIASSÚ, Hilton. **A Revolução Científica...** p. 155-157.

Os conteúdos abordados visavam, em suma, “o aprofundamento dos problemas com base em regras codificadas, existindo espaço para a figura do mestre e do discípulo, mas não para a do inventor.” Ao contrário, o saber pretendido pelos modernos, e que nem sempre encontrava espaço nessas instituições, se parecia mais “com a exploração de um novo continente”.¹⁷¹ Tais divisões estanques parecem reducionistas e o são, caso sejam aceitas sem uma análise pormenorizada. Mas, neste caso, servem para explicitar o descompasso entre o saber universitário e o construído em outros espaços.

Foram poucos os cientistas, termo contemporâneo utilizado por Rossi, cuja carreira tenha se desenvolvido e despontado, quando isto foi possível, inteiramente nas universidades. Poucos, igualmente, tiveram suas trajetórias dedicadas com tranquilidade à pesquisa. Se não imersos em cenários coercitivos, como os protagonizados pelos reinos em que existiam tribunais inquisitoriais, muitos deles produziram em ambientes marcados pela guerra, ou pela peste, por exemplo. Suas produções, várias vezes, foram decorrentes das adversidades e das necessidades que apresentavam. Rossi mobilizou um episódio da vida de Johannes Kepler, que embora em uma temporalidade mais tardia e em outro contexto, ilustra o cenário descrito. Na cidade de Leonberg, na Suécia, no inverno de 1615-16 foram queimadas seis bruxas. Em um povoado vizinho, cuja população não passava de duzentas famílias, entre 1615 e 1629, foram queimadas dezoito bruxas. Katherine, uma velha, foi acusada de ter feito adoecer uma vizinha com uma poção mágica, de ter lançado o mau-olhado nos filhos de um alfaiate que acabaram morrendo e de negociar com um coveiro para adquirir o crânio do próprio pai que queria dar de presente como taça a um dos seus filhos. De acordo com os relatos:

Uma menina de doze anos que estava levando tijolos para cozer no forno, ao encontrar ao longo do caminho aquela velha, sentiu no braço uma dor terrível que lhe paralisou o braço e os dedos durante dias. Não é por mero acaso que a *lumbango* e o torcicolo na Alemanha são chamados ainda hoje de *hexenschuss*, na Dinamarca *heksesked* e, na Itália, *colpo della strega* (golpe da bruxa). Aquela velha, que na época tinha setenta e três anos de idade, foi acusada de feitiçaria, foi mantida acorrentada durante vários meses, foi intimada a desculpar-se de quarenta e nove acusações de crimes, foi submetida à *territo*, isto é, a um interrogatório com ameaça de tortura diante do algoz e a ouvir seguidamente uma descrição detalhada dos muitos instrumentos a serem usados pelo mesmo. Após ficar detida na prisão por mais de um ano, foi finalmente absolvida em 4 de outubro de 1621, seis anos depois das primeiras acusações. Não lhe foi possível voltar a viver em Leonberg porque teria sido linchada pela população. Aquela velha tinha um filho famoso, que

¹⁷¹ ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna...** p. 17.

se chamava Johannes Kepler, o qual se empenhara desesperadamente na defesa da própria mãe e que, durante os anos do processo, além de escrever uma centena de páginas para salvá-la da tortura e da fogueira, escreveu também as páginas do seu tratado.¹⁷²

Tal leitura serve também como chave de interpretação para o contexto ibérico aqui abordado e para a atuação de Oliveira. Da mesma forma que muitos de seus contemporâneos, produziu em ambientes nem sempre favoráveis e que exigiam respostas e soluções advindas de seu ofício. Estava, porém, inserido em, ou ao menos no entorno, de instituições mantidas pela Coroa e dedicadas às soluções das questões náuticas, e atuava em meio aos revezes, às dúvidas e aos perigos do mar e da expansão. Mesmo as universidades portuguesas, das quais se tratará adiante, não acompanharam por completo o avanço assistido nos ambientes marítimos.

Apesar da importância das figuras ilustres, canonizadas por uma historiografia da ciência até hoje vigente, salienta-se, ainda conforme Rossi, que a ciência do século XVII – argumento que pode ser estendido para segmentos da produção do conhecimento no século XVI, não foi obra apenas de personagens célebres, mas também responsabilidade de “professores de matemática e astronomia nas universidades e fora delas, médicos, agrimensores, navegadores, engenheiros, construtores de instrumentos, viajantes, etc...”¹⁷³

Em suma, reitera-se a conclusão de que os estudos voltados para a ciência passaram a ser pensados a partir de novas perspectivas. De uma historiografia dedicada exclusivamente para os avanços teóricos, baseados em equações, teoremas e feitos tidos como revolucionários, de ordem apenas cognitiva, passou-se, especialmente nos últimos quarenta anos, a perspectivas pautadas em um cenário bem mais amplo. A reinvenção da disciplina, de acordo com Sánchez Martínez e Leitão, trouxe em seu bojo o enfoque nas condições que permitiram a desenrolar da ciência. Entraram em cena as instituições, as comunidades, os objetos, os espaços e novos agentes, antes excluídos deste processo.¹⁷⁴

É à uma significativa historiografia que vem trabalhando com uma perspectiva notadamente mais alargada do desenvolvimento científico que este trabalho se alinha. Primeiramente, cito a relevância de trabalhos de autores internacionais. Entre grande número dos que poderiam ser citados, faz-se referência, em razão da relevância para a área e/ou

¹⁷² *Id. Ibid.* p.11-12.

¹⁷³ *Id. O cientista...* p. 233.

¹⁷⁴ Cf. LEITÃO, Henrique; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. *Op. Cit.* p.11.

importância para o norteamento da presente pesquisa, nomes como o de Ursula Lamb, Frank Lestringant, Alisson Sandman, Reijer Hooykas, John Low, Maria M. Portuondo e David Goodman. Tem-se consciência da limitação dessa escolha, bem como da heterogeneidade que separa tais produções, tanto temporalmente, quanto metodologicamente. O mesmo vale para os temas e os objetos de pesquisa. No entanto, todas estão ligadas, de uma forma ou de outra, à análise de processos ocorridos no mundo ibérico no contexto das grandes navegações e a forma como foram também foram responsáveis para a construção do que se denomina de Revolução Científica Moderna.

Possuidores das mesmas intenções são os trabalhos de autores ibéricos e de países influenciados diretamente pela expansão. Dentre as muitas, foram essenciais para a discussão aqui empreendidas as pesquisas de Luís de Albuquerque, Francisco Contente Domingues, Avelino Teixeira da Mota, Armando Cortesão, Luis Adão da Fonseca, Antonio Barrera-Ororio, Henrique Leitão, Antonio Sánchez Martínez, Ramón María Serrera, Nuno Alexandre Martins Ferreira, Jorge Cañizares-Esguerra e Mauricio Nieto Olarte. Nesta seleção encontram-se, sem distinção, os trabalhos mais clássicos, como os escritos nas décadas de 1980 e 1990, mas também os mais recentes, quem vem alimentando a historiografia sobre o tema. Sabe-se de suas inúmeras distinções. Porém, todos estão interligados a partir de uma questão que é fulcral para este e para o próximo capítulo: a história da ciência no mundo ibérico, incontestavelmente ligada à expansão marítima.

O tema permitiu e permite uma ampla abordagem de possibilidades. Nem todos os historiadores mais antigos tiveram como alinhamento teórico metodológico a perspectiva da história da ciência. Mas também estiveram longe de escrever apenas narrativas meritórias, de cunho nacionalista exortativo. Dessa forma, contribuíram especialmente por evidenciar o funcionamento de atividades burocráticas e técnicas, relacionando-as as estruturas econômicas, sociais, políticas e religiosas ibéricas, neste caso notadamente às portuguesas. Além disso, grande parte desses estudos trouxe contribuições documentais riquíssimas.

As produções mais recentes, conforme observaram Leitão e Sánchez Martínez, trabalham a partir da definição de ciência ibérica, com diferentes possibilidades que podem ser classificadas com base em enfoques mais específicos. De acordo com os autores, em entendimento que é compartilhado pelos seus pares, e resulta das transformações epistemológicas já abordadas, a expressão ciência ibérica:

(...) remete a uma etiqueta descritiva que se refere as práticas desenvolvidas na Península Ibérica como consequência, e as vezes como resposta, a um conjunto extraordinário de condições econômicas, políticas e sociais. Estas condições foram geradas pelos descobrimentos geográficos, a expansão marítima e a construção de impérios coloniais nos séculos XV e XVI. No decorrer de algumas décadas reinos feudais de caráter local e agrário passaram a governar grandes impérios marítimos e coloniais com redes comerciais transoceânicas e intercontinentais, que introduziram profundas alterações (...)¹⁷⁵

Trata-se então, não de um projeto de todo consciente, da busca pelo desenvolvimento científico per si, mas de respostas e soluções a estas novas configurações. Tais empreendidos tem sido explorados de óticas diversas. As pesquisas tratam do renascimento da cosmografia e da forma como o globo foi reconfigurado, do avanço de áreas como a geografia e a matemática, de novas relações com os Clássicos, da forma como o Novo Mundo foi “codificado”, da interação de saberes, entre muitos outros.

Este trabalho se preocupa a partir da trajetória e da produção de Fernando Oliveira, com uma nova relação com o conhecimento que surge, gradualmente, em decorrência da empreitada náutica e da formação e manutenção do império português. Não interessam, isoladamente, os artefatos e técnicas originados, mas a análise das posturas e formas de agir que acarretaram, de acordo com os pressupostos que serão examinados neste e no próximo capítulo, em princípios centrais para o desenvolvimento da modernidade científica.

Em Portugal, a resposta ao contexto social e cultural surgiu através de processos distintos e com a participação de indivíduos com formações e ambições diversas. Basta pensar no marinheiro prático, sem conhecimento erudito, nem ao menos no que tange à alfabetização e que, de alguma forma, contribuiu, por meio de sua experiência, para a resolução dos impasses da empreitada náutica. Ao lado destes estiveram os teóricos de gabinete, ocupados com o entendimento da herança Clássica e a forma como estes poderiam ser interpretadas em

¹⁷⁵ LEITÃO, Henrique; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. *Op. Cit.* p. 12. “(...) remite a una etiqueta descriptiva que se refiere a las prácticas científicas desarrolladas en la Península Ibérica como consecuencia, y a veces como respuesta, a un conjunto extraordinario de condiciones económicas, políticas y sociales. Estas condiciones fueron generadas por los descubrimientos geográficos, la expansión marítima y la construcción de imperios coloniales en los siglos XV y XVI. En el transcurso de algunas décadas reinos feudales de carácter local y agrario pasaron a gobernar grandes imperios marítimos y coloniales con redes comerciales transoceánicas e intercontinentales, que introdujeron profundas alteraciones.”

consonância com as Escrituras e as obras dos Pais da Igreja, mas também com relação às demandas que se instauravam.

Pensar a partir dessa dicotomia pode ser coerente em determinados casos. Sabe-se da importância tanto dos teóricos, como também de uma massa, em sua maioria anônima, de práticos de diferentes ordens, que estiveram envolvidos com a empreitada náutica e o domínio. Porém, o que aqui interessa é analisar justamente a interação dessas formações/posturas em um mesmo sujeito. Em suma, preocupa-se com a existência cada vez mais comum desses personagens e às formas como se posicionaram perante a natureza e aos saberes já existentes, dando origem a relações mais complexas com as noções de observação, experiência e avanço do conhecimento.

Ao tratar de homens práticos, sabe-se que, grande parte dos tripulantes das naus, por exemplo, escolhia a jornada marítima por não possuir opções outras. A viagem, além de austera em condições alimentares e de conforto, oferecia toda sorte de perigos, dos quais os mais temidos eram os naufrágios. Estes, muitas vezes não puderam ser evitados, especialmente pela falta de conhecimento e preparo dos embarcados. Porém, o conhecimento prático que muitos desenvolveram foi além de atividades meramente baseadas em repetições, ou que poderiam ser realizadas sem grandes dificuldades

Ao mesmo tempo, deve-se pensar no erudito de gabinete, formado conforme os preceitos humanistas, conhecedor das obras clássicas, ou ao menos de seus comentários e, que mesmo que nunca tivesse pisado em uma Ribeira, um porto ou adentrado no navio, almejava contribuir com a navegação e o domínio das novas terras com sua habilidade teórica. A expansão e a configuração (conquista, domínio, conhecimento, organização) do império ultramarino foi responsável, em grande medida, pela formação de indivíduos que se encontravam, em maior ou menor grau, no meio termo das caracterizações mencionadas acima, as quais também não devem ser tomadas como estáticas. Fernando Oliveira foi exemplo deste cenário.

Neste meio, não existiam apenas as condições favoráveis para o surgimento de novos saberes, mas, igualmente, precisava-se dele. O cumprimento destas necessidades, ou ao menos a tentativa de, nem sempre foi um processo de todo consciente ou programado por seus executores, muito menos exigiu posturas que contrariassem de forma contundente todo um universo de crenças nas quais aquelas sociedades estavam assentadas. Apesar de, como observou Rossi, a história da ciência tradicional, como uma disciplina de origem positivista, ter projetado ao passado a imagem do cientista do século XIX, uma espécie de experimentador

antiaristotélico, essa interpretação pouco se parece com os produtores de conhecimento da primeira modernidade.¹⁷⁶

Antonio Barrera Osorio apontou que a alteração acerca da noção de ciência ocorreu já durante o início da Época Moderna. Anteriormente ao século XV, esta possuía uma estreita vinculação com o mundo dos livros e da escrita. No século XVI, a perspectiva foi significativamente transformada. Isto não significa que de um momento para o outro todos os envolvidos com as atividades relacionadas à ciência passaram a entendê-la de outra forma. Mas que a expansão e o cenário decorrente do acesso ao Atlântico trouxeram à tona o desenvolvimento de um empirismo relacionado a criação de instituições. O empirismo dizia respeito então a observações e experiências individuais, conectadas de alguma forma com os intuits imperiais.¹⁷⁷

Oliveira, assim como vários outros portugueses e espanhóis, produziu tanto no que diz respeito às suas ações práticas como aos seus escritos, um sendo consequência do outro, no interior de uma rede de agentes, objetos, instrumentos e condições naturais e climáticas, orquestrados, na medida do possível, pelos intentos do reino e pelas instituições criadas a fim de controlar e aperfeiçoar todas as atividades relacionadas com o Novo Mundo.

Entre as décadas de 1530 e 1570 Oliveira escreveu suas obras de temáticas náuticas e cosmográficas. Estas, apesar de suas especificidades, podem ser analisadas a partir de uma tônica em comum: como consequências diretas da expansão marítima e do esforço de Portugal na constituição de seu império no ultra-ultramar. *Arte da Guerra do Mar*, de 1555, foi sua primeira publicação náutica. Décadas mais tarde, muito provavelmente em 1580, escreveu o *Livro da Fábrica das Naus*. Neste reescreveu a segunda parte de uma obra em latim, a *Ars Nautica*, que havia produzido na década anterior. O *Livro* permaneceu manuscrito até 1898, quando foi publicado por Henrique Lopes de Mendonça, juntamente com uma biografia de Oliveira, da qual se tratou no primeiro capítulo.¹⁷⁸ Enquanto a *Arte* tratava de questões inerentes à prática da navegação, assemelhando-se a muitos dos tratados do período, e somando a estas

¹⁷⁶ ROSSI, Paolo. **O cientista....** p. 232.

¹⁷⁷ BARRERA-OSORIO, Antonio. **Experiencing Nature: The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution**. Austin: University of Texas Press, 2006. Ao longo do livro o autor se ocupou com as contribuições que as atividades relacionadas com o mundo Atlântico trouxeram para a institucionalização de determinadas práticas, para a transformação das referências medievais e humanistas no que tange a cosmografia e a história natural, e, consequentemente, para o desenvolvimento da Revolução Científica.

¹⁷⁸ MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op. Cit.*

proposições tratadísticas bélicas, o *Livro* dedicava-se exclusivamente, à arquitetura e engenharia náutica.

Oliveira, afirmou que não havia maior glória do que, de acordo com palavras próximas a estas: servir vossa mercê, pelejar por seu rei, ter gosto ao lembrar do serviço que fez ao seu Deus, trazer proveito aos seus naturais e, para si e aos seus chegados, ganhar honra.¹⁷⁹ A matéria de seu tratado, era então proveitosa e necessária, tendo em vista que:

(...) nesta guerra (*do mar*) tem ganhado nossos portugueses muitas riquezas e prosperidade, e senhorio de terras e reinos e tem ganhado honra em tão pouco tempo quanto não ganhou outra nação em muitos. Não somente conquistaram terras que outros não puderam tocar, mas não satisfeitos, buscaram e descobriram outras novas que nunca haviam sido cuidados. E sobretudo, multiplicam a fé e salvação, que o diabo havia escondido aos pregadores (...).¹⁸⁰

O mesmo teor encontrado na introdução da obra não é, de forma alguma, uma característica singular. Dedicar o livro ou outra produção ao soberano ou a algum nobre, e para tanto seguir determinadas convenções era comum em grande parte da literatura. Tais construções interessam porque ilustram, para além dos modelos retóricos típicos daquele momento, a motivação última de suas produções: a manutenção e a expansão dos seus reinos e a resposta desses sujeitos aos intentos de seus reinos.

Um exemplo de outro manual de navegação que seguiu esse padrão se estende até a Espanha. A dedicatória formulada pelo cosmógrafo Pedro de Medina também endossa a importância da navegação e esclarece as razões que o moveram a escrever:

A primeira é ver quantos benefícios El Rei recebe da navegação e também toda a republica cristã. Com efeito nossa fé, em razão da navegação, foi ampliada e estendida em tão grande parte do mundo, que foi novamente descoberto, mais de cinco mil léguas de costa de mar alcança, onde tantas regiões, reinos e províncias existem, onde tantas nações e diferentes gentes, e outras muitas coisas se falam que, dessa maneira, com justa razão, é chamado de Novo Mundo. Em razão da navegação hão colocaram e põem na Espanha tantas naus carregadas de ouro e prata que os olhos não podem contar e outras

¹⁷⁹ OLIVEIRA, Fernando. *Arte da Guerra...* p.3.

¹⁸⁰ *Id. Ibid.* p.3-4.

coisas de muito valor e preço. E isto é pouco em respeito do que, pela navegação, se há estendido e se estende a doutrina de Jesus Cristo.¹⁸¹

Walter Dunn, em estudo sobre as construções retóricas dos prefácios da Renascença, observou que estes representaram um gênero que marcou a ascensão da modernidade. De forma independente do conteúdo abordado no texto principal, as introduções das produções cosmográficas foram marcadas por um conjunto de *topoi* reconhecíveis e nos quais eram mobilizadas questões como a da utilidade do texto e do ganho que ele representava ao leitor.¹⁸² No caso aqui analisado, como demonstram as passagens acima, o intento era o de, para além de beneficiar a expansão da fé cristã, contribuir com a formação e a manutenção dos impérios ibéricos.

Embora de formas distintas, o esforço das Coroas ibéricas em institucionalizar as atividades relacionadas com a expansão marítima foi intenso. O intento foi marcado, principalmente, pela criação de instituições, de várias naturezas, as quais primavam, por meio de diferentes ações, por um objetivo maior e comum: o controle e a manutenção das conquistas que vinham sendo empreendidas. Era necessário regulamentar as atividades relacionadas às pretensões imperiais. Esta não foi uma empreitada que se caracterizou enquanto um processo único, de todo consciente e progressivo, mas que apresentou nuances e intensidades diversas.

Para além das aulas e disciplinas incorporadas nas universidades e colégios, que nem sempre acompanharam as mudanças no ambiente das navegações e suas modificações, foram se delineando instituições pensadas para a gerência dos assuntos náuticos e de tudo o que deles derivava. Em Portugal, a *Casa da Índia*, originária da *Casa da Guiné* e da *Casa da Guiné e Mina*, foi central durante todo o século XVI. Em Espanha, em 1503, criou-se a *Casa de la Contratación*, e, alguns anos mais tarde, em 1524, em razão da necessidade de conhecer e controlar o que dizia respeito ao Novo Mundo, o *Consejo Real de las Índias*.

Oliveira não esteve vinculado diretamente a Casa da Índia. Entretanto, sua trajetória ressoa e compartilha os ideais e pressupostos alimentados por tal aparato. Entender os seus tratados enquanto resultado de sua filiação ao humanismo e da recorrente produção em diversas áreas do saber, faz todo sentido. Porém, as determinações que o moviam estavam longe de ser

¹⁸¹ MEDINA, Pedro de. **Arte de Navegar**. Valladolid: Casa de Francisco Fernandez de Córdoba, 1545, p.2.

¹⁸² Cf. DUNN, Walter Kevin. **“To the Gentle Reader”: Prefatory Rhetoric in the Renaissance**. PhD. Dissertation. Yale University, 1988. Sobre esta questão cf. também o artigo de Andréa Doré Vendre le monde: les préfaces des cosmographie dans la Renaissance. In: **Margine bassel. Gionale della dedica e altro**. v.11, 2017, p.3-16.

apenas resultado de curiosidade intelectual. Para além desta, como bem observou Maria Portuondo, estes sujeitos foram impulsionados por um conjunto de imperativos resultantes do papel de Sevilha como centro do comércio com as Índias, ou, em um contexto mais amplo, do papel de Portugal e Espanha na expansão marítima e conquista do Novo Mundo.¹⁸³ Na entrada do século XVI, após a expansão ter perturbado a imagem de mundo europeia construída durante a Idade Média, o imediato acréscimo de informações sobre a natureza e o homem exigiu uma drástica reformulação de ideias.¹⁸⁴

Portugal, já no século XV, possuía importantes conexões com várias regiões do continente africano. Como observou Luís Filipe Thomaz, a conquista de Ceuta, em 1415, foi tradicionalmente apontada como o ato inaugural da expansão. De forma mais abrangente, a expansão pelo Marrocos, anterior ao reinado de D. João II (1481 – 1495), se caracterizou mais como um último episódio do medievo do que o primeiro da modernidade. Isto em razão de suas motivações e forma, marcadas pela continuidade da Reconquista, assim como pelo espaço geográfico em que se assentou e a base social que mobilizou - a nobreza, interessada nos possíveis cargos públicos, no enriquecimento via pilhagem ou pelo merecimento de tenças e outras benesses. Todavia, a conquista de Ceuta não deve ser considerada uma exceção, já que sua relação com a revolução comercial do século XVI e com a ascensão da burguesia foi marcante.¹⁸⁵

Ainda durante o reinado de D. João I (1385–1433), o infante D. Henrique demonstrou interesse¹⁸⁶ pelo mar e centrou as atividades dos navios na passagem do até então limite tradicional da navegação no Atlântico, o Cabo Bojador, junto ao atual Marrocos, o qual foi ultrapassado por Gil Eanes em 1434. Thomaz considerou o período de 1441 a 1448, no reinado de D. Afonso V (1438–1477), como crucial para a evolução da expansão. Aos poucos, a empresa marítima alterou seu caráter. O comércio passou a ser mais seguro do que o corso e, como uma novidade, particulares passaram a receber autorização para armar navios com destino

¹⁸³ PORTUONDO, María M. Renaissance Cosmography in the Era of Discovery. In: **Secret Science: Spanish Cosmography and the New World**. Chicago: University of Chicago Press, 2009, p.48-49.

¹⁸⁴ LAMB, Ursula. Science by litigation: a cosmographic feud. In: **Cosmographers and Pilots of the Spanish Maritime Empire**. Aldershot: Variorum, 1995, p. 40. “*The geographical discoveries of the sixteenth century upset the European world picture fashioned in the Middle Ages. After Columbus return, the rapid accretion of the new information about man’s environment required a drastic reshaping of ideas*”.

¹⁸⁵ THOMAZ, Luís Filipe F.R. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos Descobrimentos. In: **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994, p. 21-29.

¹⁸⁶ Sobre as motivações de Dom Henrique cf. *Ib. Ibid.* p. 29-32.

à costa africana. Navegou-se então em torno do Cabo Verde e construiu-se a primeira fortaleza permanente, em Arguim (1448), na atual Mauritânia. As navegações e a expansão, progressivamente, adquiriram assim a tônica - ainda que marcada pelas arcaicas instituições e formas de pensar tradicionais lusas - do capitalismo comercial e da burguesia.¹⁸⁷

Pouco depois, as atuais Gâmbia, Guiné e Serra Leoa foram alcançadas. Atingiu-se a região da Mina e, quando da chegada de Dom João II ao trono, em 1481, edificou-se a fortaleza de São Jorge da Mina, na atual Gana. Em 1488, Bartolomeu Dias contornou o Cabo da Boa Esperança, abrindo caminho para a Ásia e para as incursões pelos oceanos Índico e Pacífico. Uma década mais tarde, as naus comandadas por Vasco da Gama chegaram até Calicute, nas tão almejadas Índias e, em 1500, Pedro Álvares Cabral chegou à costa brasileira.

Nesse contexto¹⁸⁸, fez-se necessário registrar, atualizar e sistematizar todas as informações provenientes sobre o Novo Mundo. Entretanto, antes ainda, era preciso aperfeiçoar e atualizar as práticas que ocorriam no ambiente que dava acesso aos territórios recém-descobertos: o mar. Lamb observou que:

Ao longo dos séculos e ao redor do mundo, uma variedade de práticas se desenvolveram entre viajantes e navegadores que faziam uso das observações

¹⁸⁷ *Ib. Ibid.* p. 32 -35.

¹⁸⁸ Apesar das diferenças entre o cenário português e o espanhol, é possível aproximá-los no que diz respeito as novidades ocasionadas pela expansão e pela decorrente necessidade de entendê-las e registrá-las. Em 1492, Cristóvão Colombo, depois de ter tido seu projeto de chegada até às Índias pelo oceano Pacífico rejeitado pela corte portuguesa, ancorou, com apoio dos reis espanhóis Isabel e Fernando, nas Bahamas. Nas suas três viagens sucessivas, e que se estenderam até 1502, Colombo e sua tripulação atingiram outras regiões da América Central e da América do Sul. Entretanto, Colombo, bem como seus contemporâneos, não faziam ideia de algo que se parece com a concepção atual de continente americano, e mesmo da que começou a se desenvolver algumas décadas após a sua primeira viagem. Tal afirmação somente passou a adquirir sentido quando cartógrafos, reis, cronistas, papas, políticos e as elites letradas reconheceram e concordaram sobre os novos limites, características e realidade do Novo Mundo, como apontou Maurício Nieto Olarte. Apesar da construção da noção de um continente americano ser posterior à chegada de Colombo, logo após os resultados de suas primeiras viagens, a coroa espanhola percebeu que deveria tomar medidas no que dizia respeito às viagens e ao comércio ultramarino. Isto porque o projeto de Colombo não fazia parte apenas de suas aspirações e ambições pessoais, mas, também, dos intentos do mundo cristão com um império comercial e político em expansão, ou seja, a chegada até a América, ou melhor, as expedições de Colombo, estavam inseridas em um projeto bem mais amplo protagonizado e almejado pela Espanha. Portuondo apontou que as notícias sobre as viagens do navegador se espalharam de forma surpreendentemente rápida, e que se começou logo no início a questionar a localização e a natureza das terras que Colombo reivindicava para a Coroa espanhola. Cf. NIETO OLARTE, Maurício. **Las máquinas del império y el reino de Dios: reflexiones sobre ciência, tecnologia y religion en el mundo atlântico del siglo XVI**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013, p.4-25; PORTUONDO, María M. *Op. Cit.* p.19. Sobre o processo de construção e invenção da América é sugestivo o clássico de O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América. Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

astronômicas e dos recursos naturais, tal como a propriedade que um imã pode dar a uma agulha de ferro para ela indicar o Norte. Mas essas observações e recursos se desenvolveram em regiões amplamente separadas e somente para rotas especiais. Os europeus aprenderam com os viajantes do deserto e com os marinheiros do Oceano Índico, enquanto eles mesmos desenvolveram mapas e tratados de viagens ou rotas, para o Mediterrâneo e as águas do Norte.¹⁸⁹

Porém, a expansão e as crescentes rivalidades entre seus principais protagonistas, Espanha e Portugal, levaram ao recolhimento ordenado de informações sobre os territórios descobertos, sua localização nos oceanos e rotas que davam acesso a eles.¹⁹⁰ Os próximos itens tratarão, a partir da trajetória e da produção de Oliveira do processo de institucionalização das práticas que envolveram o contato com o Novo Mundo e com as Índias, especialmente no que diz respeito à navegação e à reestruturação da cosmografia.

2.2. Os Armazéns portugueses e a Casa da Índia: a atuação de Fernando Oliveira e a sistematização do conhecimento cosmográfico

No primeiro capítulo elucidou-se a trajetória de Fernando Oliveira, à luz do que se considerou pertinente para as questões enfrentadas ao longo deste trabalho. Pode-se dizer que ao longo de sua vida, o português agregou duas vertentes, duas opções, as quais, mesmo nem sempre coexistindo, marcaram a tônica de suas produções. São elas sua formação erudita humanista e também religiosa, e sua atuação enquanto prático, decorrente de sua função como piloto, inspirada e constitutiva do caráter do humanismo português.

Tais opções não foram caminhos excludentes. Da mesma forma que em Oliveira, estiveram também presentes na vida e nas obras de muitos de seus contemporâneos, tendo em vista que o binômio erudição e teoria *versus* conhecimento e prática foi recorrente em vários debates e trajetórias do início da Época Moderna. O principal motivo de trazer à tona tal caracterização se justifica pelo fato de que ela marcou de maneira muito evidente todos os livros

¹⁸⁹ LAMB, Ursula. The author: El Maestro Pedro de Medina. In: **A Navigator's...** p. 9. "Over the centuries and throughout the world, a variety of practices had grown up among travelers and navigators making use of astronomical observations and natural aids, such as the property which a lodestone can give an iron needle so that it will point north. But these observations and aids had been developed in widely separate regions and only for special routes. Europeans had learned from the desert travelers and from seamen of the Indian Ocean, while they themselves had developed charts and pilot books, or rutters, for the Mediterranean and northern waters.

¹⁹⁰ *Id. Ibid.*

de Oliveira, mas principalmente os dois que servem de fontes para este capítulo, ou seja, os relacionados às temáticas náuticas.

O primeiro deles *Arte da Guerra do Mar* data de 1555. Anteriormente, após ser solto do encarceramento inquisitorial em 1551, Oliveira participou de expedições que partiram para o Norte da África em auxílio do destronado rei de Velez, no atual Marrocos. Dom João III aceitou o pedido de ajuda pois ambos tinham inimigos em comum: os xerifes marroquinos que haviam destronado o rei e também ameaçado a presença portuguesa, fazendo com que algumas praças fossem abandonadas. A frota saiu de Lisboa em 1552 e, chegando em Velez, antes de desembarcarem os oficiais foram surpreendidos por uma frota de galés de Constantinopla e Argel, com mais de 5000 mil homens. Feitos prisioneiros, os portugueses, em número aproximado de 200 oficiais, foram levados para Argel. Oliveira, que havia embarcado enquanto Capelão da Armada, em razão das recomendações inquisitoriais no que diz respeito às suas possibilidades de atuação, foi um dos emissários enviados à Lisboa para discutir o resgate dos cativos. Não se sabe ao certo o final da negociação, mas, em *Arte da Guerra do Mar* expôs as suas impressões sobre o ocorrido durante um capítulo. Neste, construiu críticas contundentes ao modo de condução da armada, notadamente ao seu comandante Inácio Nunes, ao comportamento dos soldados e demais oficiais e à forma como o resgate foi realizado.¹⁹¹

De retorno, contou com a hospitalidade de D. António da Cunha, pai de D. Nuno da Cunha, a quem dedicou o tratado, e o qual, um pouco depois, o denunciou à Inquisição. Sua prisão não foi realmente efetivada nesse momento, porque em 1554, foi nomeado revisor de imprensa da Universidade de Coimbra. Não existem informações sobre a natureza da denúncia, mas esta pode ter sido motivada em razão de críticas contidas em *Arte da Guerra do Mar* e que de alguma forma podem ter ofendido pessoalmente ao capitão das galés, D. Nuno da Cunha, ou, como parece mais plausível, a delação pode ter sido motivada em razão pela conhecida postura de Oliveira de insubmissão ao comportamento esperado de um religioso.

A segunda prisão ocorreu, conforme abordado no primeiro capítulo, em 1555, após a publicação do tratado, que saiu do prelo em Coimbra, em julho de 1555. *Arte da Guerra do Mar*, apesar de impressa e admitida pelos deputados da Inquisição, não contou com nenhuma reedição. Sabe-se da existência, conforme averiguou Francisco Contente Domingues, de dois

¹⁹¹ Cf. DOMINGUES, Francisco Contente. **Fernando Oliveira e o primeiro tratado português de arquitectura naval...** p. 53 – 57. Oliveira trata do ocorrido no capítulo doze, intitulado **De como se perderam os navios que foram com El Rei de Belez.**

exemplares originais na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Central da Marinha.¹⁹² Após, foram realizadas apenas duas reedições, pelo Arquivo Histórico da Marinha, uma em 1937 e outra em 1969. A timidez da repercussão da obra pode ser compreendida por duas razões. A primeira diz respeito à própria trajetória de Oliveira, que após duas prisões deve ter encontrado dificuldades em recompor seu prestígio e laços de sociabilidade. A segunda trata do próprio cenário português, o qual, conforme se abordará a seguir, não incentivava publicações do gênero, apesar de toda a assistência que oferecia aos Armazéns e Ribeiras.

O livro é dividido em dois e possui vinte e nove curtos capítulos. No início da primeira parte, nos cinco primeiros capítulos, realizou uma discussão acerca da necessidade da guerra e sua legitimidade, bem como, ainda que de forma breve, sobre a escravidão dos negros africanos, adentrando assim em temáticas relacionadas com o Direito das Gentes.¹⁹³ Como anuncia o título, no restante o tratado se ocupou de assuntos relacionados à estratégia náutica.

Entretanto, Oliveira foi além de um viés estritamente bélico e militar, focando também em questões geográficas e na estrutura de funcionamento do navio como um todo, desde sua tripulação e mantimentos, até nas condições para navegar. Após anunciar o ineditismo de seu livro, afirmando que Eliano havia prometido escrever sobre a guerra no mar, mas não o havia o feito, enquanto Vegécio o fez, mas muito pouco, explicou a divisão proposta. Conforme expôs, para clareza e facilidade, o dividiu em dois, tratando, na primeira parte, “de como é necessário fazer guerra e do seu apercebimento” e na segunda de “como colocar em execução a guerra”.¹⁹⁴

Não existem menções diretas à Casa da Índia durante o tratado. Mas, principalmente na primeira parte, Oliveira escreveu acerca de questões que faziam parte da jurisdição desta e que decorreram, certamente, de seu funcionamento e de sua circulação por este ambiente. A primeira instituição encarregada dos assuntos relacionados à expansão foi a *Casa da Guiné*, em 1445. Sobre este momento, Thomaz considerou que houve “uma nova linha de expansão”, com

¹⁹² DOMINGUES, Francisco Contento. **Experiência e conhecimento na construção naval portuguesa do século XVI: os tratados de Fernando Oliveira...** p. 348.

¹⁹³ Sobre tal questão conferir o capítulo *A guerra justa e a escravidão moderna*, que faz parte da dissertação de mestrado da autora, denominada **Fernando Oliveira e o humanismo português no século XVI** e já referenciada. A mesma temática foi abordada no também já citado artigo **Servidão natural, conversão pacífica e direito das gentes na concepção de Guerra Justa em Arte da Guerra do Mar (1555) de Fernando Oliveira...**

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Fernando. **Arte da....** p. 4.

a separação da expansão marroquina da guineense.¹⁹⁵ Correspondiam à *Casa* armazéns diretamente ligados à Coroa. Porém, existia uma sede em Lagos, a qual era central em razão de sua localização. A denominação da *Casa*, é claro, era uma referência à origem das mercadorias que recebia.

Após a morte do infante Dom Henrique, em 1460, seguiram-se as explorações pela costa da Guiné e atingiu-se a região da Mina. Quando da chegada de Dom João II ao trono, em 1481, por motivo da edificação da fortaleza de São Jorge da Mina, na atual Gana, e do início do comércio com estas outras regiões, a sede da *Casa* foi transferida para Lisboa e passou a adotar o nome de *Casa de Guiné e Mina*.

Depois o retorno de Vasco da Gama de sua viagem de 1498-99, como observou Ramón Maria Serrera, o então monarca Dom Manuel I (1495-1521) insistiu na exclusividade das relações comerciais com a costa ocidental das Índias, a partir da organização das frotas sob os auspícios da Coroa. Foi criada assim a *Casa da Índia*, na qual “eram equipados os navios e vendidos ou armazenados à vontade do Rei os carregamentos provenientes das costas orientais”. Esta representou não apenas uma mudança de nome ou ampliação geográfica da origem das mercadorias, mas um novo organismo de controle estatal.¹⁹⁶

Continuavam fazendo parte de sua estrutura uma série de armazéns que, se em sua acepção primeira, tinham a função de armazenar todo gênero de produtos, no contexto da expansão marítima passaram a servir para uma série de outras atividades. Em Lisboa, criados em localização próxima, especialmente na Ribeira das Naus,¹⁹⁷ onde, havia tempo, se encontravam estaleiros e as chamadas taracenas, denominação para os armazéns e espaços em que se fabricavam armamentos e munições. A partir da entrada em cena da *Casa da Índia*, cada vez mais os navios e suprimentos passaram a ser fabricados a mando da Coroa. Uma nova estrutura para os armazéns foi erguida, especialmente para o chamado Armazém Real, no qual se depositavam e distribuíam as armas e peças para os navios.

Anteriormente, já existiam funções específicas para os encarregados do funcionamento das *Casas* e dos armazéns como um todo. Os feitores eram os responsáveis pelas questões

¹⁹⁵ Cf. THOMAZ, Luís Filipe. *Op. Cit.* p.34,35.

¹⁹⁶ Cf. SERRERA, Ramón María. La Casa de Contratación em el Alcázar de Sevilla (1503 – 1717). In: **Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae**. n. 36, 2008, p. 133-135.

¹⁹⁷ Existiam outros estaleiros em outras cidades portuguesas, como no Porto, por exemplo. Juntamente com os da Ribeira, foram centrais para o comércio com as Índias os estaleiros de Cochim e Goa.

burocráticas e comerciais condizentes à Casa. Já pelos armazéns da Ribeira eram os provedores-mores das Armadas e Armazéns os oficiais de mais alto escalão e maior responsabilidade.¹⁹⁸ A função foi criada com tal denominação a partir de 1501, mas já existia, com outra nomenclatura. Era o provedor o responsável geral pela preparação dos navios para o comércio com a Guiné e com as Índias. Além das funções mais burocráticas e organizacionais, a parte técnica também fazia parte de sua alçada e dizia respeito, por exemplo, à nomeação de pilotos, mestres e contramestres e a inspeção e aprovação dos instrumentos náuticos.¹⁹⁹

Portanto, conforme atentou Ferreira, os provedores, quando não práticos no assunto, eram assessorados e possuíam o respaldo de pilotos experientes no ofício e também pelo cosmógrafo mor.²⁰⁰ Dentre os muitos específicos cargos estavam o do patrão-mor e do mestre dos carpinteiros, os quais abarcavam grandes responsabilidades. O primeiro deles deveria se preocupar com toda a logística da organização dos navios, de sua entrada e saída, além da verificação dos trabalhadores. Aos mestres dos carpinteiros cabia a gerência de todas as etapas da construção naval. Além destes, existiam os mestres dos mastros, dos calafates, da cordoaria,

¹⁹⁸ Cf. COSTA, Leonor Freire. **Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo**. Cascais: 1997, p. 264-270.

¹⁹⁹ A correspondente espanhola da Casa da Índia foi a *Casa de la Contratación*. Criada pelas *Ordenanças* de 1503 teve como sede, em razão de seu caráter mercantil, geográfico e estratégico, a cidade de Sevilha. O projeto propunha a existência de um estabelecimento onde fosse possível armazenar tudo o que seria enviado para as Índias e também todas as mercadorias que chegavam do Novo Mundo. O texto também sugeria o comprometimento da Coroa em utilizar, nas viagens regulares, navios de propriedade real e não mais fretados, como era o costume. Os cargos existentes deveriam cuidar, para além da negociação, venda e contabilização, do bom funcionamento dos navios e da forma como a navegação ocorria. Dessa forma, desde o início, a instituição foi além do que um local de armazenamento e comércio. Com o passar dos anos e a complexificação da empreitada náutica, cada vez mais foi necessário organizar as funções já existentes e agregar novas, o que foi realizado com novas *Ordenanças*, como as criadas em 1510, 1531 e 1522. As responsabilidades relacionadas à administração e à burocracia comercial deixaram a partir de meados do século de ser a principal tônica da *Casa*, para, em seu lugar, prevalecerem as preocupações relacionadas com uma extensa diversidade de saberes náuticos. Assim seu centro de ação passou a se concentrar nos assuntos navais, enquanto que questões do governo colonial e outros temas foram distribuídos para outros conselhos. Em 1524 foi criado o *Consejo Real y Supremo das Índias*. Para além de resolver juridicamente as questões civis no Novo Mundo, de nomear os governadores e demais oficiais reais nas colônias, o *Conselho* deveria supervisionar todos os trabalhos técnicos da *Casa de la Contratación*. Cf. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. *La institucionalización de la cosmografía americana: la Casa de la Contratación de Sevilla, El Real y Supremo Consejo de Indias y la Academia de Matemáticas de Felipe II*. In: **Revista de Indias**. v. LXX, n. 250, 2010, p. 721-723; SERRERA, Ramón Maria. *Op. Cit.* p. 133-156; NIETO OLARTE, Maurício. *Op. Cit.* p. 39-47.

²⁰⁰ Cf. FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. Pilotos e cosmógrafos: o ensino da náutica. In: DOMINGUES, Francisco Contente. **Navios, marinheiros e arte de navegar (1500 – 1668)**. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, p. 530.

da ferraria, das velas, dos lemes, os quais supervisionavam as atividades de vários outros trabalhadores.²⁰¹

Os arquivos dos armazéns foram destruídos, juntamente com grande parte da estrutura da Ribeira das Naus, pelo grande terremoto que atingiu Lisboa em 1755. Por isso não existem informações detalhadas de seu funcionamento. Soma-se a esta carência, o fato de o primeiro regimento relativo aos Armazéns somente ter surgido em 1647, totalizando mais de seiscentas páginas, sob o título *Regimento das Coisas Comuns e Gerais aos oficiais dos Armazéns*.²⁰²

Questiona-se então como se dava o funcionamento de uma estrutura tão complexa sem a existência de um conjunto de normas e práticas que a regulasse. Por certo, quando da nomeação dos oficiais, especificações eram realizadas. Além disso, no que tange à marinharia, seguiam-se preceitos técnicos transmitidos através do tempo e elaborados e revistos de acordo com as demandas que surgiam. Luís de Albuquerque, em seus clássicos estudos sobre a náutica portuguesa, notou que os processos relacionados à sua sistematização tiveram início com a introdução das práticas astronômicas de navegação, estima-se que no terceiro quartel do século XV. A partir de então:

(...) os marinheiros logo teriam começado a coligir em pequenos cadernos, que depois corriam de mão em mão e se multiplicavam em cópias, todos os elementos necessários à arte de pilotar. Nesses livros de notas passaram certamente a ser copiadas as regras para o cálculo do caminho andado em latitude, pela observação da Polar ou de uma outra estrela bem conhecida (que foi, provavelmente, a primeira forma de navegação por alturas); o regimento da hora noturna; as indicações sobre as marés; os primeiros roteiros, limitados às indicações de distâncias e de rumos, e a uma ou outra conhecida mais característica; etc.²⁰³

Se destes cadernos de uso exclusivo dos pilotos não se tem registros, dois guias náuticos foram publicados logo no início do século XVI. Tratam-se do *Regimento do Astrolábio e do Quadrante* (c.1509) e do *Regimento da Declinação do Sol* (c.1516). De ambos somente existem

²⁰¹ Sobre a organização da Ribeira e dos Armazéns, seus oficiais e as funções destinadas a cada um deles cf. COSTA, Leonor Freire. **Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa...** p. 264 - 270.

²⁰² **Regimento das cousas comuns e gerais, aos officiaes dos Armazens.** Pertencente ao *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*. Tomo III. Disponível no sítio eletrônico *O Governo dos Outros. Imaginários políticos no Império Português*, projeto que tem como objetivo disponibilizar legislação sobre o governo político do império português entre os anos de 1496 e 1961.

²⁰³ ALBUQUERQUE, Luís de. **O Livro de Marinharia de André Pires**. Lisboa: Vega/Colecção Documenta Historica, 1989, p.9.

exemplares únicos, os quais estão arquivados, respectivamente, nas bibliotecas de Munique e Évora. Configuram-se como anônimos e em formato de folheto. Apesar dos esforços de padronização das práticas náuticas, conforme se discutirá a seguir, apenas no final do século voltaram a ser editadas obras de mesmo teor. Poder-se-ia afirmar que a *Arte de Guerra do Mar* de Oliveira (1555) se constitui como uma publicação neste meio tempo. No entanto, sua configuração, em partes, não obedece ao formato e funções dos guias náuticos.

A *Arte* de Oliveira, tal como outros livros publicados na mesma temporalidade, se constituem como escritos que, apesar de preocupados com o sucesso da navegação, foram marcados também por um viés mais teórico e erudito. Ao seu lado estiveram publicações estritamente teóricas, como a do matemático e cosmógrafo Pedro Nunes, do qual se falará adiante. Dessa forma, conforme notou Albuquerque, a edição de guias náuticos destinados essencialmente aos pilotos voltou a aparecer apenas em 1595, com a publicação *do Regimento Náutico*, de João Batista Lavanha.

Neste significativo intervalo, que somou setenta e cinco anos, os pilotos continuaram a fazer uso “(...) do recurso da cópia manuscrita, coordenando em folhas avulsas, que depois juntavam, as regras a aplicar diariamente ou as observações a que precisavam recorrer amiúde”. Surgiram assim os denominados *Livros de Marinharia*. Sobreviveram apenas cinco, possivelmente de autoria dos pilotos Francisco Rodrigues, João de Lisboa, André Pires, Manuel Álvares e Bernardo Fernandes.²⁰⁴ Avelino Teixeira da Mota aventou que a não publicação dos guias poderia estar relacionada com propósitos de sigilo que marcaram as conquistas. No entanto, o próprio autor concluiu que a medida não teria sentido, visto a publicação de inúmeras obras de mesma natureza na Espanha, por exemplo. Entre estes estão os manuais como os escritos por Martin Fernandez de Enciso, Francisco Faleiro, Pedro de Medina e Martin Cortes.

Assim como Albuquerque, Mota apontou que ao longo desse período os guias devem ter circulado de forma manuscrita. Eram copiados de um piloto para outro ou produzidos, “(...) manuscritos, sobretudo pelos mestres de cartas de marear, pois no regimento de cosmógrafo-

²⁰⁴ *Id. Ibid.* p.9. Na obra em questão, Albuquerque publicou o guia de André Pires, com acompanhamento de estudo sobre, inclusive no que diz respeito aos aspectos técnicos.

mor de 1592 vem indicado o preço deles, o que supomos ser norma do perdido regimento de 1559.”²⁰⁵

Isto significa que, apesar de não publicado, existia um conhecimento comum partilhado pelos pilotos e que vinha sendo sistematizado. Havia um cenário mais amplo, protagonizado especialmente pela reformulação da *Casa da Índia*, no investimento na Ribeira das Naus e na criação de novos ofícios mais específicos que demonstram o esforço da Coroa no que diz respeito à estruturação da empreitada náutica.

Oliveira, mesmo não sendo oficial da *Casa da Índia* ou dos armazéns reais, escreveu sua *Arte da Guerra do Mar* de uma forma na qual deixou transparecer sua intimidade com os ambientes dos armazéns, estaleiros e das embarcações em alto-mar, principalmente, em situações de conflito. A mesma familiaridade no seu *Livro da Fabrica das Naus*. E neste, de forma ainda mais latente, já que tratou de toda a arquitetura relacionada com a construção dos navios e de seu funcionamento.

Leonor Costa ressaltou a vivência nos estaleiros como inspiração para o autor, assim como sua passagem por outros portos europeus.²⁰⁶ O trecho evidenciado encontra-se ainda na introdução do *Livro*, quando Oliveira legitimou a veracidade do conteúdo exposto a partir de sua experiência. Destacando a superioridade lusa na temática, escreveu:

E para que a doutrina deste livro fosse mais certa, cotejei o que vi com o estilo da Ribeira de Lisboa, que agora precede a todas as que eu vi: porque dela se fazem as maiores e mais importantes navegações de todo o mundo, as quais tem necessidade de bons navios, porque desta fábrica são encarregados homens nobres e grandes, responsabilizados por isso pelo El Rei nosso senhor, os quais põem muita diligência para que se faça com toda a perfeição possível.²⁰⁷

²⁰⁵ MOTA, Avelino Teixeira da. Instruções náuticas para os pilotos da Carreira da Índia nos começos do século XVII. In: **Separata da Colectânea de homenagem ao professor Damião Peres**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar 1974, p. 7.

²⁰⁶ COSTA, Leonor Freire. Carpinteiros e Calafates da Ribeira das Naus. Um olhar sobre Lisboa de Quinhentos. In: **Penélope. Fazer e Desfazer a História**. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, 1994, n. 13, p.37-38. Oliveira afirmou que, para apurar a sua arte teve muito trabalho, “andando por muitos portos de mar na Espanha, na França, na Itália, na Inglaterra e em algumas terras de mouros, vendo suas taracenas (estaleiros) e praticando com seus carpinteiros, e aprendendo seus estilos e modos desta carpintaria e fabrica.” In: OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Fabrica das Naus...** p. 149.

²⁰⁷ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Fabrica...** p. 150.

Em *Arte da Guerra do Mar* existem passagens que auxiliam no entendimento das funções e organização dos Armazéns, que são úteis na falta de um Regimento oficial que elucide tais questões. Deveriam existir nos armazéns provimentos de todas as armas e vitualhas, ou seja, de gêneros alimentícios. Eram necessárias, igualmente, munições, e, mais importante, homens treinados para utilizá-las. Precisavam também fazer parte de suas instalações as ferramentas necessárias para a construção dos navios, bem como os instrumentos para o seu funcionamento.²⁰⁸ Tais considerações contribuem para as afirmações realizadas acima de que os armazéns não era apenas um espaço de armazenamento e construção. Mas sim, enquanto braços da *Casa da Índia*, organizações mais complexas, tanto no que tange a estrutura física como humana, centrais para a expansão e para o desenvolvimento de saberes variados.

Ainda em seus capítulos iniciais, a *Arte* contém especificações sobre o ofício do Almirante.²⁰⁹ Isto porque, por muito tempo, parece ter sido este foi o cargo mais representativo no que diz respeito à jurisdição dos assuntos do mar. A função não deixou de existir no tempo de Oliveira, nem posteriormente, entretanto, suas atribuições tornaram-se cada vez mais específicas e seu poder de atuação foi dividido com o de outros oficiais.²¹⁰

Desde a fundação da *Casa das Índias*, quem possuía um poder tão representativo como o do Almirante, era, ainda que não de maneira completamente síncrona, o Provedor-mor, o principal responsável pelos Armazéns, conforme já exposto acima. Para Oliveira, cabia a estes prover a guerra no mar e todas as coisas para ela necessárias. Porém, para que isto fosse possível, deveriam ocupar o cargo homens prudentes e diligentes, os quais, primeiramente, deveriam cuidar das taracenas, armazéns e navios.

Em seguida, expôs que, entre os gregos, os homens com estas responsabilidades chamavam-se *architalasso*, termo que designa presidente do mar. Porém, a palavra Almirante foi tomada, de acordo com Antonio de Nebrija, da língua árabe, significando rei. Oliveira concluiu que tal denominação realmente fazia jus ao ofício do Almirante, pois em “França,

²⁰⁸ *Id. Arte da Guerra...*p. 40-46.

²⁰⁹ Nos capítulos seguintes Oliveira também descreveu as tarefas de outros ofícios, como os marinheiros, os capitães e soldados.

²¹⁰ Sobre o ofício do almirante e suas determinações cf. SALDANHA, António Vasconcelos de. *O almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval*. Coimbra: **Separata da Revista da Universidade de Coimbra**. v. 34, 1998, p. 137 – 156 e VIANA, Mário. O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. In: ANDRADE, Amélia Aguiar; Bochaca, Miguel; SOLÓRZANO, Jesús Ángel (eds). **Gente del mar en la ciudad atlántica medieval**. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012, p. 313 – 344.

Flandres e Inglaterra e outras partes o Almirante governa e manda inteiramente, na justiça e nas armas”. Porém, em Portugal, salientou, no momento em que escrevia, não acontecia mais dessa maneira. Isto porque o ofício “andava repartido por muitos entre armador-mor, provedor dos armazéns e vedor da fazenda”.²¹¹ No seu entendimento, todos não acabavam de cumprir bem o ofício, e melhor seria se juntassem a uma só pessoa o ofício para que houvesse um entendimento único, já que uma multidão diversa poderia gerar conflitos, situação perigosa na guerra do mar.²¹²

Percebe-se que Oliveira, ao menos neste tratado, escreveu a partir de um viés marcado pelo interesse maior na guerra náutica. Talvez por esta razão se expliquem suas críticas à divisão dos ofícios. De qualquer forma, o que interessa para a presente discussão não é pormenorizar as atribuições de cargos e funções. O intento é o de perceber como, no interior de sua produção, nota-se a organização da *Casa* como um todo e como esta se relaciona com a institucionalização dos saberes náuticos no período analisado. Para isso, entender como funcionavam as nomeações, e a partir de que pressupostos os oficiais eram escolhidos e mantidos ou não em suas funções, é fundamental. A maioria das funções na sociedade lusa deste momento era concedida por atribuições régias. Porém, as nomeações de natureza técnico-científica necessitavam, para serem efetivadas, de um exame prévio. Encontravam-se incluídos nesta condição os cirurgiões, boticários, construtores de instrumentos náuticos como astrolábios e agulhas de marear, os cartógrafos e, igualmente, os pilotos e mestres das viagens ultramarinas.

Não foi encontrado nenhum registro documental que comprove a existência e a prática desses exames antes de 1596.²¹³ A primeira vista, tal cenário poderia fazer supor que Portugal preocupou-se apenas mais tarde e de forma pouco organizada com a institucionalização das práticas náuticas, no sentido de registrá-las e padronizá-las. No entanto, a falta de registros pormenorizados não implica na não existência desse esforço. Diversos outros fatores demonstram que, tal como na Espanha, existiu uma preocupação significativa com uma marinharia prática e organizada segundo parâmetros comuns.

Apesar das muitas especificidades entre as instituições espanholas e portuguesas, algumas vezes é possível compará-las, especialmente no que tange aos seus objetivos em

²¹¹ OLIVEIRA, Fernando. *Arte da Guerra....* p. 30.

²¹² *Id. Ibid.* p. 29-31

²¹³ Cf. POLÓNIA, Amélia. Mestres e Pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648). Subsídios para o seu estudo. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. n. 6, 2005, p. 272.

comum. Na *Casa de la Contratación*, cuja criação foi abordada acima, o processo de regulamentação mais efetiva das técnicas náuticas também é datado de meados do século XVI. São representativas deste intento as *Ordenanças* de 1552. O cargo de *Piloto Mayor* existia desde 1508 e suas funções, tal como em Portugal, já se encontravam bem regulamentadas.²¹⁴ Porém, tal documentação expressava o desejo de aproximação entre os saberes técnicos desempenhados por este e o conhecimento teórico que vinha sendo desenvolvido e proposto pelos cosmógrafos. As *Ordenanças* foram responsáveis pela criação, dentro da *Casa*, de uma Cátedra chamada Arte de Navegação e Cosmografia.

Nesta, deveria ser lida “(...) a arte da navegação, e parte da cosmografia, e a ensinam aos que a quiserem aprender, desde que não sejam estrangeiros, senão naturais desta Coroa de Castela, Aragão e Navarra.”²¹⁵ O documento seguia especificando as leituras e assuntos a serem estudados. Dentre eles estavam a análise de alguns dos livros do *Tratado da Esfera*, de João de Sacobrosco, sobre a importância do qual se discutirá adiante, os regimentos da *Casa* sobre a altura do Sol e dos polos, essenciais para a navegação de altura, também discussões sobre a utilização das cartas náuticas e de como se localizar a partir delas, e sobre o fabrico e utilização de alguns instrumentos, como a agulha de marear, o quadrante e a balhestilha.²¹⁶

Dos 217 capítulos que totalizavam as *Ordenanças*, do 127 até o último foram abordados aspectos relativos às tarefas técnicas, entre os quais estiveram a confecção e a utilização das

²¹⁴ Este foi o primeiro cargo de maior vulto e responsabilidade no que concerne aos assuntos náuticos. O primeiro a assumir o ofício foi Américo Vespucci. Sucederam a ele, e em momentos distintos da organização da instituição e sua produção: Juan Diz de Solis (1512), Francisco de Coto (1515), Sebastián Cabot (1518), Nuno Garcia de Toreno e Giovanni Vespucci (1526), Hernando Colón (1527), Sebastián Cabot (1532), Hernando Blas e Diego Gutiérrez (1548), Hernando Blas (1549), Diego Sánchez Colchero (1550), Alonso de Chaves (1552), Rodrigo Zamorano (1586), Pedro Ambrosio de Ondéiz (1595). Vespucci, conforme observou Alison Sandman, recebeu o título como recompensa por estar à frente das questões marítimas na Espanha e foi imbuído de ensinar e aprovar pilotos e inspecionar os seus mapas e instrumentos. Além das funções regulares, foi responsabilizado por fazer, de acordo com instruções da cédula real que o nomeou piloto, um novo mapa com todas as terras e ilhas das Índias que até então haviam sido descobertas e que deveria servir como modelo para os demais. Era o primeiro documento dos muitos que o seguiram nas décadas seguintes e que foi denominado de *Padrón Real*. Cf. SANDMAN, Alison. *Spanish Natural Cartography in the Renaissance*. In: WOODWARD, David. **History of Cartography. Cartography in the European Renaissance**. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2007, p.1139 - 1142. Da mesma autora cf. sobre as funções dos pilotos e cosmógrafos: **Cosmographers versus Pilots: Navigation, Cosmography and the State in Early Modern Spain**. Ph.D dissertation. University of Wisconsin, Madison, 2001.

²¹⁵ **Recopilacion de leyes de los Reinos de las Indias. Mandadas imprimir y publicar por la magestad católica del rey Don Carlos II, nuestro Señor. Va dividida en cuatro tomos, con el índice general, y al principio de cada tomo el especial de los títulos que contiene**. Editada por BOIX, Ignacio. Madri, 1841. “(...) el arte de la navegacion, y parte de la cosmografia y se enseñe à los que quisieren aprender com que no se an extranjeros, sino naturales de estos reinos de de la corona de Castilla, Aragon y Navarra (...)”. p. 302

²¹⁶ *Ibid.*, p.302.

cartas de marear, os deveres dos pilotos maiores e dos cosmógrafos e várias outras normatizações para a navegação. Sua impressão, que contou com aproximadamente cinquenta folhas, foi realizada em Sevilha, na oficina tipográfica de Martin de Mondesdoca em 1553. Nieto Olarte apontou que sua tiragem foi, seguramente grande, tendo em vista que deveriam existir exemplares disponíveis para todas as embarcações.²¹⁷

Em Portugal, um dos responsáveis pelos exames dos pilotos era o cosmógrafo-mor, do qual se tratará detalhadamente no próximo capítulo. O primeiro *Regimento* a especificar quais eram as suas responsabilidades é datado de 1592. Mas, sabe-se que este é uma reformulação de outro anterior, de 1559, do qual não se conhece o conteúdo, mas do qual sem tem noção, tendo em vista que o de 1592 foi uma adaptação.²¹⁸ Isto demonstra que os exames admissionais já ocorriam, ainda que não obrigatoriamente. Do *Regimento* de 1592 faziam parte dezoito capítulos, os qual muito provavelmente já constavam, ainda que com possíveis alterações, nas provisões de 1559.

Entre eles estão: a obrigatoriedade de carta de exame para os mestres das cartas de marear e construtores de instrumentos náuticos; a verificação e assinatura obrigatórias do cosmógrafo mor em todas as cartas, globos e instrumentos feitos pelos mestres; a instituição de penas e procedimentos contra mestres aprovados que não levassem as suas obras para exame e contra fabricantes não examinados; a participação do cosmógrafo mor em comissões de demarcação territorial no ultramar e em assuntos relativos a posse de territórios ou mares descobertos ou a serem descobertos; a obrigatoriedade do cosmógrafo mor de ministrar uma lição de matemática e seu respectivo programa; o exame obrigatório para os postos de piloto, sota-piloto, mestre, contramestre e guardião; exercer a função de júris em exames e, também, organizar os procedimentos para estes, a preparação de cartas de exame para novas carreiras; cartas e exames para pilotos que não habitavam em Lisboa e a matrícula e distribuição dos oficiais nas viagens.²¹⁹

Os últimos itens do *Regimento*, em especial, dizem respeito a uma preocupação efetiva com a marinha marinharia prática e com sua sistematização a partir de bases comuns, processo

²¹⁷ NIETO OLARTE, Maurício. *Op. Cit.* p. 45.

²¹⁸ FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Op. Cit.* p.532.

²¹⁹ MOTA, Avelino Teixeira da. **Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969. O documento foi disponibilizado na íntegra na obra de Mota.

sobremaneira significativo para o que se usa chamar de ciência ibérica. O capítulo sobre o exame dos oficiais, versava que nenhum deles poderia atuar:

(...) sem primeiro serem examinados e aprovados na mesa do Armazém. O mesmo não se entenderá para os que já exercem suas funções, pelo fato que já possuírem bastante curso de mar, e o que pode lhes faltar, poderão alcançar acudindo a lição quando o puderem fazer (...).²²⁰

Apesar da não obrigatoriedade ou melhor, da não existência de uma postura efetiva e rígida no que tange aos exames admissionais, observa-se uma clara preocupação com a arregimentação das atividades de cunho prático, condizentes com a própria experiência da navegação. A trajetória e as produções de Oliveira se inserem neste cenário de regulação e sistematização das técnicas empregadas no mar, que teve início de forma mais efetiva a partir de 1550. O esforço se voltava, em grande medida, para a navegação e suas condições, já que o oceano era o meio de acesso até as Índias e o Novo Mundo. Nas décadas seguintes, em grande medida em razão da criação da União Ibérica, em 1581, o fortalecimento da Espanha neste cenário foi significativo. Isto não significa, é claro, que Portugal deixou de participar do processo. Basta lembrar que os principais agentes eram os marinheiros, pilotos, construtores e até mesmo cosmógrafos que continuavam atuando em suas redes de inserção. No entanto, no que diz respeito as publicações, a Espanha parece ter tomado a dianteira.

Tal tendência se insere na ação maior de Felipe II (1556 – 1598) no contexto do desenvolvimento do império espanhol no ultramar. Ao lado de Portugal, a Espanha detinha o papel de baluarte do catolicismo na Europa e a encarregada de levá-lo ao mundo que se passava a conhecer. Desde início do século XVI sua proeminência era de destaque. Em 1518, Carlos V se tornou monarca da Corte de Castela e, em 1519, imperador do Império Romano-Germânico. Com uma extensão territorial gigantesca em suas mãos, apesar de exercer diferentes formas de poder em cada uma delas, detinha ainda mais forças.²²¹ Esse cenário imperial viu-se ainda mais fortalecido com a União Ibérica.

²²⁰ *Ibid.*

²²¹ Herdeiro da dinastia Habsburgo, de seu avô Maximiliano I e seu pai Felipe I recebeu o controle dos territórios da Áustria e dos Países Baixos, naquele momento um conjunto de várias províncias, localizadas nas atuais Bélgica e Holanda. Dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, seus avós por parte da mãe Joana, recebeu os reinos de Aragão, Castela, Nápoles e Sicília, e todas as possessões americanas.

O conhecimento sobre o Novo Mundo, ao lado das questões relacionadas à navegação, passou a tornar-se cada vez mais necessário. Entre os portugueses foram significativos, por exemplo, os materiais produzidos pelos jesuítas. Até então a única ordem religiosa responsável pela missão, escreveram cartas, livros, diários, etc; que se tornaram os principais registros do que se entendia como pertencente à Portugal. Na Espanha, as descrições de experiências pessoais, que abrangiam memórias pessoais, relatos, crônicas, respostas a questionários oficiais, entre outras configurações foram denominadas de *Relaciones*. Poucas delas eram publicadas e a grande maioria circulava de forma manuscrita.²²²

A partir da década de 1550, o *Consejo das Índias* deu início a várias reformas que almejavam definir parâmetros para a prática cosmográfica. Essas medidas foram tomadas, conforme apontou Portuondo, em razão do vácuo que se acreditava existir em relação ao conhecimento do Novo Mundo. Porém, de fato, o vácuo ocorria em razão dos moldes tradicionais da cosmografia, os quais não acompanhavam as novas informações cosmográficas.²²³

Em 1569 Juan de Ovando foi designado por Felipe II para uma inspeção no Conselho. Como resposta, apontou uma imensa ignorância sobre os diversos aspectos do Novo Mundo e a carência de um conjunto sistemático de normas legais. O jurista, que permaneceu à frente do Conselho até 1575, catalogou e inventariou todas as regulamentações respeitantes a este. A organização deu origem à obra *La Copulata de leyes de Indias*, a qual foi levada a cabo por López de Velasco, que já coletava informações sobre as possessões americanas há algum tempo.²²⁴ Parte da obra deu origem as segundas *Ordenanças* para o Conselho das Índias,

²²² As *relaciones* que chegavam até as mãos dos cosmógrafos, quando não eram escritas por estes, obedeciam a vários objetivos. Poderiam servir para informar ao rei sobre os serviços prestados no além-mar, como dados para os pilotos, como denúncia da barbárie contra os indígenas, como as de Bartolomé de Las Casas, ou como produto de mera curiosidade intelectual. Os fins para os quais se prestavam demonstram que as informações que não obedeciam a um padrão de organização. Por isso era preciso precisavam traduzir e decodificar essas fontes de acordo com a linguagem cosmográfica usual. Desde a chegada de Felipe II ao poder ficou proibida a publicação de qualquer gênero de livros sobre o Novo Mundo sem antes ter recebido a aprovação do Conselho das Índias. Por esse motivo, todos os escritos possuem nas páginas iniciais a licença do Conselho, o qual impediu muitas publicações, tendo em vista o interesse que diversos outros reinos europeus apresentavam em relação ao Novo Mundo e, principalmente, em como acessá-lo. Cf. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. **La institucionalización de la cosmografía americana...** p.726; PORTUONDO, María M. Cosmography Codified. In: *Op. Cit.* p. 104 – 105.

²²³ Cf. PORTUONDO, María M. Cosmographical Styles at the Casa, Consejo, and Corte. In: *Op. Cit.* p.62-66.

²²⁴ Apenas uma cópia original desta compilação restou. O material foi publicado por CAMARA, José de la Peña. *La Copulata de Leyes de Indias y las ordenanzas ovandinas*. In: **Revista de Indias**. v. 6, 1941. Para mais detalhes sobre a obra e sua aplicação no que tange ao governo e administração das Índias cf. PORTUONDO, María M. Cosmography Codified. In: *Op. Cit.* p. 13-120.

promulgadas em 1571. Estas estabeleceram um novo cargo, o de Cosmógrafo - Cronista Maior das Índias.²²⁵

Um documento adicional, denominado de *Título de las descripciones* instruíra acerca de como deveriam ser realizadas a compilação e organização de informações. Esta tarefa não era destinada apenas aos homens com funções oficiais e ligados diretamente à *Casa* e ao *Conselho*, mas a todos os viajantes, pilotos e cosmógrafos que se dirigiriam até às Índias. O pedido era o de que registrassem as rotas e dados de suas viagens e, quando do regresso até Sevilha, as entregassem na *Casa de la Contratación*. Esse esforço não objetivava apenas a reunião de maior quantidade de dados possíveis sobre o Novo Mundo e como chegar até ele, mas representava um projeto bem organizado, tanto no que diz respeito à sua metodologia, quanto aos seus objetivos. A responsabilidade do encaminhamento dessas tarefas estava nas mãos do cosmógrafo cronista do *Consejo*, que era neste momento, o já citado Velasco. Como resultado, surgiu a grande *Geografía y descripción universal de las Índias*,²²⁶ que foi seguida por uma segunda, denominada *Sumário*.²²⁷

Como o domínio das possessões americanas dependia da constante atualização e precisão dos dados acerca das Índias, Velasco aperfeiçoou o projeto de Ovando, ampliando-o, e tornando-o mais prático. No lugar dos grandes livros de descrições, nos quais se encontravam, em apenas um texto as informações de muitos indivíduos, formatou-se um módulo de produção de coleta de dados mais curta e direta. Foram elaborados questionários e instruções, as quais serviam, por exemplo, para determinar as coordenadas geográficas a partir das observações astronômicas. As respostas dos questionários deram origem às famosas *Relaciones Geográficas*

²²⁵ SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. **La institucionalización de la cosmografía americana...** p. 727 – 728. O cosmógrafo deveria, conforme apontam as *Ordenanças* de 1571, construir as tabelas de cosmografia sobre as Índias, as quais continham dados como latitude, longitude e as léguas, descrever, segundo os princípios da geografia, todos os territórios e sua natureza, descrever suas rotas e também seus habitantes e hábitos. Portuondo discutiu sobre as determinações contidas nas *Ordenanças* no já citado capítulo *Cosmography Codified*.

²²⁶ A primeira publicação da obra foi realizada apenas em 1894. Cf. VELASCO, Juan López de Velasco. *Geografía y descripción universal de las Índias*. Desde el año de 1571 al de 1574. Editada por ZARAGOZA, Don Justo. In: **Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid**. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet/Impresor de la Real Academia de la Historia, 1894.

²²⁷ OLARTE, Mauricio Olarte. *Op. Cit.* p.49-50. O *Sumário* caracterizou-se como uma versão reduzida da *Geografía*, preparada para instruir os novos membros do *Consejo das Índias*. A obra tinha a intenção de servir enquanto uma introdução para os aspectos administrativos e geográficos do Novo Mundo. Não há datação nos manuscritos originais, mas estimasse que foram escritos em 1580. Restaram duas versões originais, uma arquivada na Biblioteca Nacional de Madrid e outra na John Carter Brown Library, em Providence. PORTUONDO, María M. The Cosmographer at Work. In: *Op. Cit.* p. 194 -194. Para uma discussão aprofundada sobre a *Geografía* e o *Sumario* cf. o capítulo de Portuondo aqui referenciado.

de las Índias. Seu grande objetivo era o de recolher e organizar/compilar informações de forma sistematizada e comparável. Os viajantes coletavam dados a partir de uma referência comum, ou seja, a partir das mesmas perguntas e, utilizando os mesmos métodos. O conteúdo das e encontram-se assim informações sobre posições geográficas, populações, hidrografia e história natural.²²⁸

Pouco após a saída de Velasco do Consejo, em 1588, o cargo de cosmógrafo-cronista foi dividido em dois. Passaram a existir as funções de cosmógrafo e de cronista das Índias, sendo, o primeiro, responsável pelos assuntos náuticos, matemáticos, astronômicos, cartográficos e o último responsável pela descrição e compilação da geografia, etnografia e da história natural.

Os últimos parágrafos, por retomarem um breve histórico das ações espanholas em relação ao Novo Mundo, podem parecer descritivos e deslocados do intento maior do capítulo. No entanto, foram inseridos porque representam o encaminhamento e o desenrolar da institucionalização dos saberes náuticos, foco central desta discussão. Se até aproximadamente meados do século XVI, conforme demonstram as produções de Oliveira, teve início, de forma mais efetiva, um processo de regulação e sistematização das técnicas empregadas no mar, nas décadas seguintes, o esforço se voltou também, como discutido acima, em conhecer as possessões americanas, de acordo com os interesses imperiais e, mais ainda, em organizar, codificar e sistematizar tais informações de acordo com os pressupostos cosmográficos da época.

O fortalecimento da Espanha neste cenário e sua preponderância com relação à América especialmente a partir da União Ibérica, significou também uma maior expressividade dos espanhóis no que tange às publicações e arregimentações. No entanto, isto não quer dizer, de forma alguma, que os atores sociais espanhóis atuantes de diferentes formas na expansão possuíam maior preparo ou organização. Em suma, tanto espanhóis e portugueses trabalhavam em condições semelhantes, sendo que cosmógrafos e pilotos proeminentes circulavam e comunicavam-se de forma constante. Dessa forma, a proeminência da Espanha pode ser entendida neste momento na esfera política e econômica, mas não na supremacia com relação aos conhecimentos náuticos e sua padronização.

²²⁸ NIETO OLARTE, Maurício. *Op. Cit.* p. 49-50. Sobre as *Relaciones* e a constituição do saber cosmográfico cf. o capítulo 6 de Portuondo, intitulado *Constructing a Cosmographical Epistemology*.

Tanto que, depois da publicação do *Regimento do Cosmógrafo-Mor* em 1592, vieram à tona uma série de edições de guias náuticos, os quais vinham circulando de forma manuscrita desde o início do século. Dentre estes cita-se o *Regimento Náutico*, de João Batista Lavanha (1595;1606), a *Cronografia* (1603), *Hidrografia* (1608;1614;1625;1632) e o *Roteiro e Navegação das Índias Ocidentais* (1609) de Manuel de Figueiredo, a *Arte de navegar* (1606) de Simão de Oliveira, o *Roteiro da Navegação e Carreira da Índia* (1612) de Gaspar Ferreira Reimão e o *Regimento de Navegação* (1624), de Valentim de Sá.²²⁹

A atuação de Oliveira em Portugal, assim como de muitos de seus contemporâneos com trajetórias e produções semelhantes representam – para a análise da institucionalização dos saberes náuticos discutida até agora, um momento de transição, ou melhor, de uma preocupação cada vez mais evidente com a sistematização, padronização e divulgação dos saberes relacionados com a expansão.

Todavia, à guisa de conclusão, observa-se que tais intentos não ocorreram de forma orquestrada, clara e obedecendo a princípios advindos apenas de uma direção. Prevalecia, em muitos casos, a formação desses indivíduos como humanistas, a redescoberta e a transformação da cosmografia, e os interesses específicos do ambiente em que se encontravam inseridos. Todos esses elementos influenciaram na forma de conceber, produzir e sistematizar o conhecimento e as experiências que vinham sendo realizadas.

Esta última afirmação se relaciona com os diversos aspectos que pautaram e orientaram, tanto a prática marítima e as atividades decorrentes dela, bem como o registro e a teorização do que vinha sendo empreendido. Em muitos momentos, como afirmado no início do capítulo, estas eram atividades independentes. O marinheiro prático, por exemplo, principalmente na primeira metade do século XVI, não se envolvia, na maioria das vezes, com os assuntos de ordem intelectual. Da mesma forma, muitos letrados permaneciam preocupados apenas com o conhecimento em sua esfera teórica, e não em sua aplicabilidade. Oliveira pode ser pensado como um indivíduo que se encontravam no meio termo desse cenário, o qual não pode ser tomado de forma estanque e determinista. E esta intersecção entre teoria e prática, que não ocorreu de forma harmônica e simples, foi resultado dos intentos da Casa da Índia e da coroa em aperfeiçoar o conhecimento náutico e transformá-lo em códigos acessíveis às suas prerrogativas.

²²⁹ MOTA, Avelino Teixeira da. *Instruções náuticas para os pilotos...*p.6-7.

CAPÍTULO 3

ENTRE O GABINETE E O NAVIO: O MUNDO TEÓRICO DO HUMANISMO E O EXPERIMENTAL DA EXPANSÃO MARÍTIMA

Mal entenderam os rústicos indoutos as sutilezas
dos letrados especulativos. E a práticas destes valeram
muito pouco ante aqueles. Tampouco como as pedras preciosas
ante quem as não conhece.
(OLIVEIRA, Fernando. Prólogo da *Arte da Guerra do Mar*)

3.1. Uma cosmografia a serviço da navegação

Boa parte da Europa assistiu a uma redescoberta da cosmografia no século XV. Ao longo do século XVI, esta teve suas bases transformadas. Apesar de seus contornos humanistas, na Península Ibérica a cosmografia configurou-se muito mais a partir de seu caráter técnico e empírico. O termo dizia respeito a um campo de saber amplo, preocupado com o entendimento do universo como um todo. Enquanto um gênero literário e uma prática, abarcava a configuração do mundo e a descrição do universo e de seus elementos, entre os quais estava, conforme se acreditava, a única região passível de ser habitada, denominada de *oikumene*.

Para além desta definição mais pragmática, o desenvolvimento do gênero cosmográfico esteve envolvido também com uma vertente filosófica. Jean-Marc Besse questionou-se acerca de “como sabemos que somos seres terrestres, que nós habitamos a Terra”. E, “quais foram as condições que possibilitaram este pensar e esta consciência?”²³⁰ Estes questionamentos fazem parte, conforme apontou Besse, de uma construção histórica que tornou a Terra o centro, ou seja, o Sol dos estudos sobre o universo.²³¹ De todas as alterações e revoluções neste campo, a emergência do conceito de planeta Terra, de uma esfera de água e de terra passível de ser

²³⁰ BESSE, Jean – Marc. Situations de la Géographie. In: **Les grandeurs de la Terra. Aspects du savoir géographique à la Renaissance**. Lyon: ENS Éditions, 2003, p. 11. “*Comment savons-nous que nous sommes des êtres terrestres, que nous habitons la Terra? Quelles sont les conditions de possibilité de cette pensée et de cette conscience.*”

²³¹ Cf. *Id. Ibid.* p. 11-17.

habitada em toda a sua extensão, parte do sistema solar e não mais o centro do universo, talvez seja a mais significativa.

De acordo com Klaus Vogel, a cosmografia era um termo genérico, utilizado para fazer referência aos estudos de todo o universo, do qual faziam parte as esferas centrais dos quatro elementos: terra, água, ar e fogo, e a esfera periférica dos planetas e das estrelas. Ao longo do século XVI, notadamente em razão das navegações e dos descobrimentos, o abrangente termo assistiu ao início de um declínio, para, em seu lugar, campos de estudo e pesquisa como a geografia e a astronomia, começarem aos poucos a se distinguirem uns dos outros, ganhando importância e independência.²³²

Sua reinvenção no âmbito acadêmico ocupou parte dos currículos das universidades integrando em sua produção três tradições intelectuais clássicas. Foram elas, a filosofia natural de Aristóteles e sua contribuição para a estruturação do entendimento do mundo natural, a geometria euclidiana e a geografia ptolomaica, responsáveis pelas ferramentas matemáticas para a representação do universo, e os trabalhos de Pompônio Mela e Plínio, que serviram como modelos para a incorporação dos reinos humano, animal e das plantas neste universo.²³³

Caracterizar e definir, afinal, quem eram os cosmógrafos não parece tarefa fácil, tendo em vista a multiplicidade de tarefas que poderiam executar e as diversas formações que poderiam possuir. Durante o século XIV, de acordo com Vogel, eles eram, em sua maioria, eruditos, formados em universidades de diversos locais da Europa. De forma geral, suas principais ocupações giravam em torno da confecção de mapas do mundo, de descrições geográficas e observações astronômicas.²³⁴ A partir da expansão marítima, suas funções e tarefas se complexificaram, já que era então igualmente necessário descrever e inserir o Novo Mundo na configuração do planeta, bem como, principalmente para os ibéricos pensar nas condições de acessá-lo.

Os cosmógrafos que podem ser chamados de gabinete, em razão da predominância da teoria e da erudição em suas produções, possuíam formações iniciais como teólogos, e/ou estudiosos e mestres das universidades. Além do latim, alguns possuíam noções de grego.

²³² KLAUS, A. Vogel. *Cosmography*. In: DASTON, Lorraine; PARK, Katherine; PORTER, Roy (eds.). **The Cambridge History of Science III. Early Modern Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 470.

²³³ PORTUONDO, Maria M. *Renaissance Cosmography...* In: *Op. Cit.* p.21.

²³⁴ KLAUS, A. Vogel. *Op. Cit.* p.471.

Decorrente de seus estudos em programas pautados nas artes liberais, conheciam matemática, geometria e astronomia.

O interesse pela cosmografia por parte de indivíduos de diferentes áreas, demonstra, em primeiro lugar, o quanto esta era uma área do conhecimento indefinida e abrangente no século XV e também no XVI e, em segundo lugar, aponta para as diversas esferas em que os humanistas atuavam, a partir do princípio de uma educação voltada para resolução das questões da vida em sociedade e do trabalho e, igualmente, para o aperfeiçoamento da personalidade humana e seu poder de atuação.

A cosmografia de gabinete teve como principal centro, em seu início, a Itália. Portugal, que neste momento já vinha empreendendo suas navegações pela costa do Atlântico, manteve conexões com tal produção.²³⁵ A *Geografia* de Ptolomeu, escrita no século II e pedra fundamental para a cosmografia moderna, foi traduzida pela primeira vez do grego para o latim neste círculo em 1406.²³⁶ No convento *Degli Angeli* reuniam-se, a fim de discutir também questões geográficas, Angeli, Palla Strozzi, o cidadão mais rico da cidade, Leonardo Bruni, chanceler e historiador, Giogio Antonio Vespúcio, tio de Américo Vespúcio e Paolo dal Pozzo

²³⁵ Em 1428 o príncipe Pedro, cunhado de Dom Henrique, viajou até Florença e Veneza para obter mapas e documentos para a empreitada náutica portuguesa. Três décadas mais tarde, em talvez um dos episódios mais conhecidos desta ligação, o rei Afonso V encomendou a Fra Mauro, frei carmelita e cosmógrafo, responsável por uma reconhecida escola de cartografia perto de Veneza, um mapa do mundo, um dos clássicos da produção cartográfica do Renascimento. O mapa reúne características que revelam o momento de transição entre as referências medievais e o início de uma concepção de mundo moderna. Por isso coexistem na produção cartográfica informações sobre as explorações portuguesas na África, dados da *Geographia* de Ptolomeu e, ainda, narrativas de viagem. Aspectos notadamente medievais também são encontrados, como: o formato circular, a indicação de Jerusalém (mesmo que não no centro do mapa), a inexistência de escalas e rumos e a inserção, em cada um dos quatro cantos do mapa, de referências sobre o Paraíso Terrestre, as esferas celestes e sua organização até a Terra, a região sublunar – ou dos elementos, e acerca da distribuição das terras emersas e da água na esfera terrestre. Concomitantemente, Fra Mauro apresentou a África de maneira bastante precisa, inclusive o seu Noroeste, representando- a assim como circum-navegável, contradizendo Ptolomeu neste e em outros aspectos. Cf. *Id. Ibid.* p. 469-472; Cf. ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. *Cartografia e viagens. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. História da expansão portuguesa.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 31-33. Para uma discussão mais aprofundada sobre o mapa de Fra Mauro cf. o livro de CATTANEO, Angelo. *Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth – Century Venice.* Turnhout: Brepols Publishers, 2011 e, do mesmo autor, o artigo *Scrittura di viaggio e scrittura cartografica. La mappamundi di Fra Mauro e i racconti di Marco Polo e Niccolò de Conti. In: Itineraria.* 3-4, 2005.

²³⁶ A obra chegou em Veneza, em 1394, com o erudito bizantino Manuel Chrysolaras. Este, que se encontrava na Itália como embaixador do monarca português Manuel II, conheceu Jacopo Angeli, pelo qual foi contratado para ensinar grego a ele e seus pares em Florença. BESSE, Jean – Marc. *Un Nouveau Dessin pour la Terre: la révolution ptoléméenne de la cartographie. In: Les grands... p. 112.* Chrysolaras foi também responsável pela introdução do estudo de grego na Universidade de Florença, o que possibilitou que trabalhos neste idioma, e que contribuíram sobremaneira para a valorização das ciências naturais, se tornassem acessíveis. Cf. BOWEN, Margarita. *Empirism and Geographical thought... p. 32*

Toscanelli, importante cosmógrafo. A cosmografia italiana era, assim, dominada por estudiosos, mas também definida pelos interesses de mercadores e comerciantes.²³⁷

Em vários locais da Europa surgiram, a partir de então, uma série de tratados cosmográficos. Entre os primeiros estiveram os de Peter Apian, que estudou em Viena e publicou, em 1524, sua *Cosmographicus liber* e os de Sebastian Munster, alemão que concluiu parte de seus estudos em Lovaina e viveu na Basiléia, que publicou a sua *Cosmographia* pela primeira vez em 1544. O livro obteve grande circulação, sendo que 36 edições foram publicadas entre 1544 e 1628.²³⁸

Com o nome, e pretensões de cosmografias universais, o gênero se desenvolveu, conforme apontou Besse, a partir de dispositivos de escrita e de composição dos textos geográficos que, apesar de ter herdado certos pontos das compilações da Idade Média, renovou suas pretensões e alcance. Praticar a cosmografia e escrevê-la não significava somente, a partir das orientações ptolomaicas que mais reverberaram, descrever geograficamente a superfície da Terra, mas sim, também, muito de acordo com a influência de Estrabão e Pompônio Mela, inventariar “e coletar informações de todos os gêneros a propósito das realidades terrestres”.²³⁹

Assim, segundo Portuondo, o “ambicioso projeto cosmográfico requeria um exaustivo exercício de composição e erudição, vocação para a criação de uma imagem de mundo em determinado momento”. Tal imagem era construída também pelas descrições, ou, narrativas históricas, as quais relacionavam o local com seu contexto humano e natural.²⁴⁰ Dessa forma, as produções cosmográficas normalmente obedeciam a um formato que contemplava, nesta ordem, a explicação da constituição do universo, seguida da descrição da *oikumene* do ponto de vista geográfico e mais geral e totalizante, e, enfim, a descrição de regiões e locais mais específicos, de acordo com os princípios corográficos.

²³⁷ VOGEL, Klaus. *Op Cit.* p. 470.

²³⁸ Cf. *Id. Ibid.* p. 485-486. Sobre a formação de Munster e sua *Cosmographia* cf., do já referenciado livro de Jean Marc Besse, a segunda parte, intitulada *La Fabrication de la Cosmographie Universelle: Sebastian Munster*. p. 151-257.

²³⁹ Cf. BESSE, Jean-Marc. *Un Nouveau Dessin pour la Terre: la révolution ptoléméenne de la cartographie. In: Les grandeurs...* p. 153. “(...) la collecte des informations de tous genres à propos des réalités terrestres”.

²⁴⁰ PORTUONDO, Maria M. *Renaissance Cosmography...* In: *Op. Cit.* p. 35. “(...) ambitious cosmographical projects required an exhaustive exercise in compilation and erudition aimed at creating na image of the world at a particular moment in time”.

Apesar de seguirem um modelo epistemológico, as cosmografias não configuravam um gênero rígido. Muitos cosmógrafos imprimiram tônicas diferentes em seus livros, de acordo com seus interesses, formações e possibilidades. Afirmar que a expansão marítima e a chegada ao Novo Mundo ocasionaram uma reviravolta na cosmografia é lugar comum. Entretanto, esta situação pode ser vista a partir de dois aspectos, ao menos.

O primeiro diz respeito às mudanças epistemológicas e metodológicas ocasionadas e desenvolvidas a partir da navegação pelo Atlântico e pelo Índico, e da decorrente comprovação da existência de territórios não tomados por água, e, além disso, habitados. O segundo se relacionada com o próprio lugar da cosmografia e seu desenvolvimento. Se no século XV ela ainda estava ligada, principalmente, às atividades e estudos de eruditos humanistas e a algumas universidades, a partir das primeiras décadas do século XVI o cenário se modificou.

Os cosmógrafos, como detentores do cargo propriamente dito ou enquanto escritores do gênero passaram a ser encontrados em número maior. O papel das prerrogativas humanistas e sua extensão cada vez mais significativa entre os letrados não pode ser desconsiderado neste processo. O Novo Mundo, as formas de se chegar até ele, de inseri-lo na configuração terrestre e, de conhecê-lo como um todo, deram o tom deste processo.

As atividades no mar e na construção dos diversos aparatos necessários para a empreitada, realizadas por cosmógrafos e pilotos, notadamente na Casa da Índia e na *Casa de la Contratación*, foram responsáveis pela inserção e valorização da experiência e da prática na atividade cosmográfica. O binômio, centrado na prática/experiência versus teoria, e nas suas possíveis conjunções, distanciamentos e tensões marcou sobremaneira o desenrolar da atividade cosmográfica. Frank Lestringant, ao escrever sobre André Thévet e sua cosmografia se debruçou sobre tal questão. Fazendo uso da expressão “uma cosmografia ao ar livre” tratou sobre a construção da ideia do conhecimento prático enquanto soberano e determinante nas primeiras décadas do século XVI. Somente aos práticos, para os defensores de tal noção, seria possível, por meio de sua experiência pessoal, a vivência e o encantamento.

Tal ideal desdenhava, de forma bastante evidente, os eruditos cosmógrafos “fechados em gabinetes”.²⁴¹ A proposição, apesar de parecer radical e até mesmo reducionista expressa o

²⁴¹ Cf. LESTRINGANT, Frank. O modelo cosmográfico. In: **A oficina do cosmógrafo ou a imagem do mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 42-43. Do mesmo autor, cf., sobre a transformação da cosmografia no início da Época Moderna: *The Crisis of Cosmography at the End of the Renaissance*. In: DESAN, Philippe (ed.) **Humanism in Crisis: The Decline of the French Renaissance**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.

ideal advogado por pensadores do período, do qual o francês Thévet, nomeado cosmógrafo real em 1558 foi representante. Thévet esteve no Brasil entre os anos de 1555 e 1556 como membro da expedição do Almirante Nicolas Durant de Villegagnon. A missão tinha como objetivo a criação de um aldeamento protestante calvinista, denominado França Antártica, na Baía de Guanabara. O cosmógrafo participou com a intenção de observar as peculiaridades do país – a natureza e os nativos. Como decorrência publicou *Les singularitez de la France antartique*, datada de 1557. Mais tarde, em 1575, e ainda sob influência da viagem publicou *La cosmographie universalle*.

Muito destas reflexões foram desenvolvidas, conforme apontou Lestringant, em razão de seu lugar e de indivíduos com ideias consonantes às suas. Autodidatas, trabalhadores manuais ou com formações aquém das pretendidas pelos eruditos, advogavam, nas palavras de Lestringant, reconhecimento para o seu “saber proletário”, esforçando-se para abrirem “uma brecha na ciência institucional dos humanistas que se correspondem em latim, leem grego e por vezes hebraico e ignoram soberbamente aqueles que não estudaram com eles”.²⁴²

As atividades no mar, e por isso a importância das grandes navegações neste cenário, foram a prova, para os defensores da experiência, de que “toda a teoria do mundo nada vale sem o exercício assíduo da prática.”²⁴³ Prática esta que teve como ambiente ideal, algumas regiões costeiras da Europa e notadamente a Península Ibérica. Nestes espaços atuavam, além dos eruditos, oficiais advindo de famílias de marinheiros ou de mercadores. Esses agentes poderiam saber um pouco de latim e de matemática, conhecimento que variava de acordo com a formação e com a trajetória de cada um. Para muitos, apenas a prática e a vivência no ambiente das navegações permitiria determinar com métodos eficazes as latitudes geográficas, bem como se orientarem por meio de globos, mapas e cartas de marear.²⁴⁴

Sánchez Martínez, ancorado em estudos sobre a produção do conhecimento neste contexto, atentou para o que denominou de nova epistemologia artesanal e para os “artesãos da ciência”: entre os quais os cosmógrafos, navegadores e cartógrafos. Responsáveis pela manipulação da natureza, e conscientes de suas atuações, passaram a produzir conhecimentos baseados em um novo estilo utilitarista, prático e instrumental. A metodologia e a epistemologia

²⁴² *Id.* **O modelo cosmográfico...** p. 46

²⁴³ *Id.* *Ibid.*

²⁴⁴ Cf. VOGEL, Klaus. *Op. Cit.* p. 471.

dos que “produziam com as mãos”, serviu de amparo para o entendimento e a mensuração do universo, e esteve intimamente relacionada com as novas formas de entender e representar o cosmos, mas especialmente, com um novo entendimento sobre a categoria de experiência, que influenciou sobremaneira o conhecimento científico na Península Ibérica da primeira modernidade.²⁴⁵

Em Portugal, a cosmografia encontrou seu espaço de institucionalização principalmente na Casa da Índia e nos Armazéns, dos quais se tratou no capítulo anterior. Desde, ao menos, meados do século XVI, a prática cosmográfica configurou-se como uma atividade de ciência aplicada, assistindo a uma série de regulações e intervenções no sentido de torná-la cada vez mais útil ao acesso do Novo Mundo. Em vários momentos houve uma aproximação, orquestrada e intencional, e não sem tensões e conflitos, entre a cosmografia e suas bases teóricas com as práticas e experimentais.

As produções cosmográficas demonstram que, muito vezes, houve um esforço significativo de conciliação entre o estilo humanista e as bases teóricas advindas das universidades, com as necessidades práticas advindas da expansão. Nesse sentido, parece claro que a questão que aqui se coloca se encontra na relação entre teoria e prática e em uma nova relação que surge com a experiência e sua sistematização a partir de então. Enfatiza-se que um dos resultados mais evidentes desta empreitada e do contributo da Península Ibérica para o desenvolvimento das bases da ciência moderna foram as publicações voltadas para o exercício da navegação e suas decorrências. *A Arte da Guerra da Mar* e o *Livro das Fabrica das Naus*, de Oliveira, são completamente representativos deste processo.

Em Portugal, o primeiro registro relacionado à existência de um cosmógrafo é de 1529. Trata-se do matemático Pedro Nunes. Graduado na Universidade de Lisboa em Medicina, mais tarde estudou na Universidade de Salamanca, onde cursou disciplinas relacionadas com a matemática. De volta a Lisboa, após ensinar na Universidade de Coimbra até 1531, passou a exercer a função de tutor dos filhos de D. João III. Ao infante Dom Henrique ensinava, de acordo com os currículos em voga na época, especialmente a partir da experiência em Salamanca, “aritmética, os elementos geográficos de Euclides, o *Tratado da Esfera*, as teorias dos planetas, parte da grande composição astronômica de Ptolomeu, e mecânica de Aristóteles, toda a cosmografia e o uso de alguns instrumentos empregados pelos mareantes”. Quando

²⁴⁵ Cf. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. La voz de los artesanos en el Renacimiento Científico: cosmógrafos y cartógrafos en el preludio de la “nueva Filosofía Natural”. In: **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**. 743, mayo-junio, 2010.

transferida a Universidade de Lisboa para Coimbra, Nunes foi lente da cadeira de matemáticas, cargo que ocupou até 1562.^{246 247}

Em 1547, como uma evidência da importância crescente da figura, foi criado o cargo de cosmógrafo mor do Reino, assumido também por Nunes.²⁴⁸ Apesar de não estar formalmente inserido na Casa da Índia, suas atividades estavam diretamente ligadas a ela. Por isso, entre suas funções centrais estavam a preparação e avaliação de pilotos e a supervisão e elaboração das cartas de marear e demais instrumentos náuticos.

Em terras lusas, conforme apontou Ferreira, “só na segunda metade do século XVI é que surgiu de um modo sistematizado, embora não sistemático, a estruturação do ensino náutico”.²⁴⁹ Mesmo assim, percebem-se várias medidas e indivíduos atuando a partir de uma conjunção até então pouco usual entre teoria e prática. Foi o caso dos irmãos Rui e Francisco Faleiro, por exemplo, os quais passaram a trabalhar junto a Carlos I da Espanha. Tal situação de deslocamento, da qual existiram outros casos, corrobora para a percepção de que a Espanha foi a grande expoente no que diz respeito à organização e institucionalização das práticas náuticas e da decodificação do Novo Mundo. Tal afirmação pode ser verificável em relação a intensidade de publicações e de criação de medidas e documentos institucionais.

No entanto, isto não significa, de forma alguma, que Portugal e seus agentes contribuíram de maneira menos efetiva com os assuntos relacionados à cosmografia e à náutica e sua sistematização. O *Regimento do Cosmógrafo-mor*, cuja primeira edição data da metade do século, já discutidas, são evidências deste processo. Os citados irmãos Faleiro são, juntamente com vários outros indivíduos, uma espécie de materialização das prerrogativas do documento.

Estes realizaram contribuições primordiais para determinação da longitude no sistema de localização dos navios. Auxiliaram na preparação da viagem de Fernando de Magalhães. Rui, por um problema de saúde mental não embarcou, mas seu irmão Francisco, acompanhou

²⁴⁶ PEREIRA, Francisco Maria Esteves. Introdução ao Tratado da Carta em defesa da carta de marear pelo doutor Pedro Nunes. In: *Revista de Engenharia Militar*. Lisboa: Typographia do Comércio. Ano XVI, n. 5, 1911, p. 185-86.

²⁴⁷ Sobre a trajetória de Nunes cf. de LEITÃO, Henrique. O Comentário de Pedro Nunes à Navegação a Remos. In: *Problema mechanicum Aristotelis de Motu nauigij ex remis*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2002, p.13-26.

²⁴⁸ Cf. FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Op. Cit.* p.530-539.

²⁴⁹ *Id. Ibid.* p. 535.

Magalhães na primeira viagem de circum-navegação do globo. Iniciada em 1519, tinha como objetivo alcançar as Molucas via Ocidente, cruzando o oceano Pacífico.²⁵⁰

Em Portugal, a primeira publicação cosmográfica de carácter notadamente teórico e matemático foi o *Tratado da Sphera*, de 1537, de autoria de Nunes. A última parte do livro, a mais conhecida e comentada, foi o *Tratado em defesa da carta de marear*. Nele, o autor intentou justificar a elaboração das cartas de marear que eram confeccionadas sob sua direção e supervisão, tendo em vista a crítica que recebeu dos pilotos. A isto somaram-se suas proposições acerca da determinação da latitude através da utilização das tabelas de movimentação do Sol e de sua declinação.²⁵¹

No prólogo Nunes discorreu sobre um pequeno tratado que havia escrito anos antes, em decorrência de dúvidas trazidas por Martin Afonso de Sousa quando da volta de sua expedição ao Brasil, em 1533. Afirmava não ter abordado somente “coisas práticas da arte de navegar: mas ainda pontos de geometria e da parte teórica”. Por “misturar com regras vulgares desta arte, termos e pontos de ciência”, considerou-se “escrupuloso”, sabendo-se que disto os “pilotos se riam”. E, após afirmar o quanto esperava não necessitar corrigir mais uma vez o escrito, relatou, seguindo uma prática frequente, as conquistas que os portugueses vinham empreendendo.²⁵²

Considerou que, apesar da bravura e coragem dos marinheiros, muito se deviam aos tratados, já que:

(...) estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar, mas partiram os nossos mareantes muito ensinados e providos de instruções e regras de astrologia e geometria, que são as coisas das quais os cosmógrafos precisam andar apercebidos, segundo diz Ptolomeu no primeiro livro da sua *Geografia*. Levavam cartas muito particularmente rumadas, e não

²⁵⁰ Diogo Ribeiro também foi central na missão como cosmógrafo. Décadas antes, quando ainda se encontrava em Portugal, participou das expedições de Vasco da Gama e de Afonso de Albuquerque até às Índias, as quais ocorreram, respectivamente em 1497 e 1503. Em Sevilha, como oficial da *Casa de la Contratación*, participou da confecção do *Padrón Real* de 1527. Sobre a atuação de Ribeiro na Casa de Contratação cf. VIGNERAS, L.A. The Cartographer Diogo Ribeiro. In: **Imago Mundi**. v. 16, 1962, p. 76-83.

²⁵¹ PEREIRA, Francisco Maria Esteves. *Op. Cit.* p. 191-192.

²⁵² NUNES, Pedro. Tratado da Carta em defensam da carta de marear. In: **Revista de Engenharia Militar**. Lisboa: Typographia do Comércio. Ano XVI, n. 5, 1911, p. 240-241. Sobre a produção de Nunes cf. ALBUQUERQUE, Luís de. Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo. In: **Oceanos**. n.49, 2002, p. 143-147; LEITÃO, Henrique. Sobre a difusão europeia da obra de Pedro Nunes. In: **Oceanos**. n. 49, 2002, p. 110-128.

aquelas que os antigos usavam, as quais não continham fugurados mais do que doze ventos e navegavam sem agulha (...) ²⁵³

Em seu relato transparece a intenção de aproximar-se dos navegadores práticos e, mais ainda, ressaltar o quanto aprenderam com o conhecimento teórico, ou seja, aos pressupostos cosmográficos que ele próprio havia difundido. Porém, apesar de ter escrito em um momento de esforço significativo da institucionalização dos saberes náuticos, nas primeiras décadas do século XVI esta ainda não era uma realidade.

A própria aproximação e contribuição de Nunes para a navegação prática tem sido relativizada há algumas décadas. Conforme Joaquim Alves Gaspar, com o qual coadunam Luís de Albuquerque, Teixeira da Mota e Henrique Leitão, a ideia de que esteve “diretamente envolvido no desenvolvimento e aplicação da ciência náutica às missões de exploração do século XVI”, é fruto de uma “visão romântica e nacionalista do início do século XX”, da qual partilhou, por exemplo, o aqui citado Francisco Maria Esteves Pereira, engenheiro militar e historiador amador, em sua introdução à edição que organizou do *Tratado em defesa da carta de marear*. Assim, Nunes foi “sobretudo um matemático teórico”, mas, envolvido com a aplicação das “ciências matemáticas à arte de navegar. Entretanto, apesar de ter parecido “genuinamente preocupado com os problemas concretos que afligiam a navegação e a cartografia”, em particular com as limitações da carta de marear, nunca apresentou soluções viáveis para a sua resolução. ²⁵⁴

O descompasso entre teoria e prática é exemplificado a partir da análise dos exames de pilotos e da frequência em cursos específicos, que passaram a ser uma constante somente no final do século. Durante as primeiras décadas, conforme observou Ferreira, a aprendizagem do ofício permaneceu prática, por meio da transmissão da experiência dos mais velhos aos mais jovens. Assim, o relacionamento entre o discípulo e o seu mestre pode ser entendido à luz de um ensino com características tipicamente medievais, visto que assentavam num “aprender fazendo” e na incorporação de uma sabedoria náutica por via oral. ²⁵⁵

²⁵³ NUNES, Pedro. *Tratado da Carta em defensam da carta de marear...* p. 241-242.

²⁵⁴ Cf. GASPAR, Joaquim Alves. Pedro Nunes e a carta de marear. In: *Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*. Coimbra, 2011, p. 539-557.

²⁵⁵ FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Op. Cit.* p. 530.

Os pilotos e demais oficiais, por não estarem arregimentados no interior de um sistema normativo agiam conforme a tradição e de acordo com as necessidades que surgiam. Vale lembrar que grande parte não possuía nenhum tipo de formação e mesmo de letramento. Talvez tais fatores expliquem o porquê do sucesso da empreitada náutica, mas não de uma contribuição teórica e efetiva, ao menos neste primeiro momento, para as discussões de caráter científico. Se não houve no âmbito das letras e da compreensão erudita e teórica acerca do mundo, avanços ou rupturas significativas, com a existência do cosmógrafo mor e de eruditos destinados a vincular teoria à ação, observou-se uma mudança, gradual, sem dúvidas, no que tange a forma como a prática náutica passou a ser conduzida.

Tal alteração tornou-se patente quando as carreiras náuticas se complexificaram, exigindo assim, além da prática, ao menos alguns oficiais possuidores de conhecimento teórico e preparados para resolverem problemas e produzirem registros que envolviam conhecimentos de cálculo e astronomia, por exemplo.

Oliveira, no *Livro da Fabrica das Naus*, ao escrever sobre as relações entre teoria e experiência na engenharia naval, considerou que:

Deve-se guardar sempre a regra da arte: e cumpre que sejam os oficiais submetidos à ela, com a lei: porque isso quer dizer arte – lei que liga e aperta os seus oficiais dentro do limite das suas regras: porque o nome arte vem de um verbo italiano (*arceo*) que significa constringer. Em especial na fábrica das naus, se hão de atar e submeter os carpinteiros às regras da arte e não serão soltos a fazer o que lhes diz o seu parecer: porque nesta fábrica depois de feito o erro, não se conhece sem perca grande ou perigo de muitas vidas, o que é pior: as vezes não se padece e não se conhece, nem se pode emendar.²⁵⁶

Apesar da citação referir-se principalmente aos carpinteiros, demonstra o esforço que vinha sendo empreendido para sistematizar as práticas e saberes. Em Portugal, conforme abordado no item anterior, o primeiro documento a regulamentar as atividades do cosmógrafo-mor é de 1559. Estima-se que sua autoria seja de Pedro Nunes, já que era ele quem detinha a função. Mesmo assim, o matemático pouco atuou na admissão dos oficiais. Em seu nome foram registradas somente três cédulas de exames.²⁵⁷ Tal situação pode ser explicada, para além do já explicitado de Nunes do ambiente prático das navegações, pela escassa ocorrência de exames

²⁵⁶ OLIVEIRA, Fernando. *Livro da Fabrica...* p. 173.

²⁵⁷ DOMINGUES, Francisco Contente. *Os navios do mar oceano...*p. 121.

de admissões no período. Após sua morte em 1578, assumiu o seu lugar Tomás da Orta, mas apenas em 1582. Sua atuação teve pouco impacto e acredita-se que tenha recebido o cargo como recompensa por ter atuado como médico na corte. Com idade avançada foi substituído, em 1591, por João Baptista Lavanha, que assumiu o cargo oficialmente em 1596, quando do falecimento de Orta. Anteriormente Lavanha havia atuou na Academia de Matemáticas, em Madrid. Foi ele o responsável pela reformulação do *Regimento* em 1592.²⁵⁸

Neste todas as prerrogativas envolviam o cosmógrafo, direta ou indiretamente, na execução ou supervisão das atividades.²⁵⁹ Todos os homens do mar deveriam ser registrados conforme as carreiras para as quais haviam sido aprovados. O escalonamento de funções se dava pelo tempo em que atuavam e cuidava-se para que a todos fosse distribuído número equivalente de viagens. Empreender e organizar os dados não deveria ser uma tarefa fácil e, de todo eficaz, tendo em vista, por exemplo, que os pilotos e demais oficiais que já atuavam não eram obrigados a realizar os exames e, por isso, havia mais dificuldades de registrá-los.²⁶⁰ As informações provêm dos *Livros de Ementas*, os quais abarcam registros de diferentes naturezas. Os referentes aos assuntos náuticos são, ao todo, conforme analisou Amélia Polónia 554, e foram realizados entre os anos de 1596 e 1648.²⁶¹

Os dados informavam a junta examinadora, ou menos o nome do principal agente, a identidade do candidato e o ofício no qual havia obtido aprovação (piloto, sota-piloto, mestre ou mestre e piloto), seu local de residência e, algumas vezes, naturalidade, a carreira ou carreiras para as quais havia sido habilitado e a data do exame ou de atribuição da carta. Participavam do exame um representante do aparato legal e burocrático, o Provedor dos Armazéns e Armadas, um representante do conhecimento erudito e teórico, o cosmógrafo-mor, e os representantes da prática e da experiência que eram os pilotos das mesmas carreiras que o candidato pretendia navegar.²⁶²

²⁵⁸ *Id. Ibid.* p. 121-124.

²⁵⁹ Os primeiros registros documentais decorrentes das provisões nele contidas datam de 1596. Uma possível explicação para o “atraso” estaria no campo das questões burocráticas e organizacionais. Cf. MATOS, Rita Cortês de. O Cosmógrafo-mor: o ensino náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII. In: **Oceanos**. Número 38, 1999, p. 1.

²⁶⁰ *Id. Ibid.* p. 1-2.

²⁶¹ POLÓNIA, Amélia. **Mestres e Pilotos das carreiras ultramarinas...** p.273.

²⁶² *Id. Ibid.* p. 273.

Apesar desses esforços, o diálogo entre o ensino da cosmografia nas universidades e com disciplinas relacionadas a ela e os oficiais náuticos não era uma prática muito comum. Isto porque os mestres eruditos não tinham como foco a navegação prática e os oficiais náuticos, em sua maioria, analfabetos, não possuíam acesso aos ambientes letrados. A segunda metade do XVI inaugurou a criação de cursos voltados, primordialmente, para a tentativa de aproximação do conhecimento erudito e suas bases de estruturação com a realidade da navegação.

O já várias vezes citado *Livro da Fabrica das Naus* de Oliveira constitui-se como um exemplo notável de intersecção entre teoria e empiria. Escrito aproximadamente na década de 1570 é representativo dos esforços de sistematização do conhecimento náutico. Mais do que isso, se relaciona com uma nova postura que vinha se formando em relação ao saber e as noções de intervenção na natureza e aperfeiçoamento desta, das quais se tratou no capítulo anterior. O *Livro* é resultado de um escrito anterior, o *Ars Nautica*. Manuscrito nunca publicado e incompleto foi dividido em três partes. A primeira delas de ocupa com a navegação, a cartografia e a meteorologia.²⁶³ A segunda trata da construção naval e a última sobre questões administrativas e logísticas navais. Esta última se parece com as discussões propostas em alguns momentos da *Arte da Guerra do Mar*.

Francisco Contente Domingues, quem primeiramente realizou um estudo contextual e técnico mais abrangente das produções náuticas de Oliveira, observou que a segunda parte da *Ars Nautica*, depois de revisada e ampliada, deu origem ao *Livro da Fabrica das Naus*, e que este foi o primeiro escrito teórico e aprofundado sobre construção naval da Época Moderna.²⁶⁴ Segundo o autor, a obra “(...) está voltada no essencial para a definição e justificação teórica

²⁶³ Sobre a primeira parte não existem estudos específicos. Domingues observou que, segundo o posicionamento acertado de Luís de Albuquerque, esta não representa nenhuma novidade, nem possui completa coerência se comparada a outras produzidas no período. Cf. DOMINGUES, Francisco Contente. **Os navios do mar.....** p.78.

²⁶⁴ O manuscrito *Ars Nautica* encontra-se arquivado na BUL, na Holanda, no códice Voss, fundo 41, p.1-283. Sem se saber como saiu de Portugal, no século XVII acabou em mãos de Issac Vos, conhecido como Vossius. Este, de família de teólogos e professores universitários, seguiu uma vida de estudos e de viagens, sendo conhecedor de grego e de latim e comentador e editor de obras clássicas. Atuou no Royal Society na Inglaterra, como filósofo. Também tratou do movimento dos mares e dos ventos. Notabilizou-se pela sua biblioteca particular, na qual encontravam-se mais de 700 manuscritos. Cf. *Id. Ibid.* p.65-67. Em Portugal, soube-se da localização do manuscrito em 1960, por meio de trabalho de Luís de Matos, intitulado *A Ars Nautica* de Fernando Oliveira. In: **Boletim Internacional de Bibliografia Luso- -Brasileira**. v. I, 1960, p. 239-251. Nos anos de 1937 e 1938 dois estudos de autoria de Marcus de Jong e Visconde de Lagoa acerca do relato de autoria anônima da viagem de Fernão de Magalhães que foi compilado por Oliveira. O relato encontra-se arquivado no mesmo códice da Biblioteca de Leiden. Já o manuscrito do *Livro da Fabrica das Naus* pertencia à livreria do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, da Ordem de Cister. Tudo o que se sabe é que foi entregue à instituição pelo frei José Sanches. Desde 1834 se encontra arquivado na BNF.

dos preceitos gerais que procura enunciar pela primeira vez (...).”²⁶⁵ A partir da escrita do *Livro*, verificaram-se em Portugal outras publicações sobre a questão. A de Oliveira, muito em razão de suas ilustrações, figura como uma das mais importantes e completas do período.²⁶⁶

Embora com especificidades no que tange à aproximação entre a teoria e a prática, foram produzidos nos anos e décadas seguintes o *Livro Primeiro da Architettura Naval*, do cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha, o *Tratado do que deve saber um bom soldado para ser bom Capitão de Mar e Guerra*, de autoria anônima, as *Advertências de Navegantes*, de Marcos Cerveira de Aguiar e o *Livro de Traças de Carpintaria*, de Manuel Fernandes. Domingues observou que entre todas, somente as produções de Oliveira, Lavanha e Fernandes podem ser consideradas tratados. Isto porque, ao contrário dos outros livros, que muitas vezes se caracterizaram pela junção de documentos, são obras que possuem autores específicos, dos quais podemos aventar as intenções e que “(...) exprimem a sua lição sistemática e coerentemente”.²⁶⁷

Aos tratados somam-se dois tipos de documentos genéricos: os *Regimentos gerais* e os *Regimento especiais*.²⁶⁸ Os primeiro destinavam-se à construção de um tipo de navio e o segundo à arquitetura de um navio em particular. Os primeiros dirigiam-se então à construção de um galeão ou uma caravela, por exemplo, ou a preceitos mais amplos, que poderiam ser aplicados a diferentes tipos de embarcações. Domingues analisou que da totalidade da documentação encontrada e que se caracteriza como *Regimento geral* organizada por tema, estas foram as expressões: 9 de navios redondos de grande porte, 13 de navios redondos de médio porte, 5 de navios a remos de grande porte, 8 de navios a remos de médio porte e 7 de embarcações auxiliares. Já dos *Regimentos gerais* organizados conforme os tipos dos navios

²⁶⁵ DOMINGUES, Francisco Contente. *Os navios do mar....* p.25. Ao lado do estudo de Domingues, encontram-se publicações mais antigas, como as de: BARATA, João da Gama Pimentel. *A Ars Náutica* do Pe. Fernando Oliveira. In: **Enciclopédia de conhecimentos marítimos e o primeiro tratado científico de construção naval (1570)**. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha, 1972; GOMES, Altino Magalhães. *Acerca da Ars Náutica*. In: **Revista de Marinha**. n.º 752, Lisboa, 1986; RIETH, Eric. *Les écrits de Fernando Oliveira*. In: **Neptunia**. n. 165, Paris, 1987 e *Remarques sur une série de illustrations de Ars Náutica (1570) de Fernando Oliveira*. In: **Neptunia**. n. 169, Paris, 1988.

²⁶⁶ A primeira publicação em espanhol sobre arquitetura náutica é a de Diogo Garcia de Palacio, intitulada **Instrucion Nautica para el buen uso y regimiento de las naos, su traça, y governo conforme à la altura de Mexico** (1587).

²⁶⁷ DOMINGUES, Francisco Contente. *Os navios do mar....* p.25.

²⁶⁸ Dos Regimentos especiais foram encontrados apenas dois exemplares. Tratam-se da **Traça de uma Nao da Índia ordenada por Gonçalo Roiz conforme a nao Conceição** e da **Traça de uma Nao da Índia ordenada por Sebastião Themudo**. Ambas são de 1598 e assinadas por Lavanha. *Id. Ibid.* p.32.

encontraram-se: 4 sobre naus, 1 de navio de guerra, 5 sobre navios, 6 de galeões, 2 sobre patachos, 3 sobre caravelas de armadas, 1 de caravela antiga, 3 sobre galés, 2 sobre galeotas, 2 de galizabras, 1 sobre bergantim, 1 de falua, 4 sobre fragatas, 3 de bateis e 4 sobre esquifes.

Para além dos pormenores técnicos que não nos interessam em sua complexidade, percebe-se, ainda de acordo com o mesmo autor, que existia a intenção de registrar e sistematizar a diferença entre naus/navios e galeões. De forma bem geral, a principal distinção entre as naus e os navios era a de que as naus eram maiores e com maior amplitude de tonelagem.²⁶⁹ Tais escritos, em que pesem suas distâncias temporais, são resultado da promulgação de uma legislação voltada a normalização das técnicas construtivas. Assim, se situam no contexto mais amplo e já abordado desde o capítulo 2, de tentativas de uniformização das práticas náuticas.²⁷⁰

A *Ars Nautica* teve seus desenhos copiados por Nicolaas Witsen em 1671. Este foi um dos diretores da Câmara da Companhia das Índias Orientais de Amsterdã, o que comprova a significância das proposições arquitetônicas de Oliveira para a empreitada náutica em um contexto europeu mais amplo. A maior consistência e contribuição do livro se encontra na parte dois. Nas palavras de Domingues: “O que Fernando Oliveira escreveu e desenhou apresentase-nos como uma curiosa mistura de novo e antigo”.²⁷¹ Segundo especialistas no assunto, contém novidades, que demoraram a aparecer em obras de mesma natureza, especialmente em seus desenhos.

O fato desta obra, especificadamente, ter sido escrita em latim demonstra que se destinava a um público mais amplo, e não exclusivamente aos marinheiros e práticos, como na *Arte da Guerra do Mar*. Por isso, Oliveira fez uso extensivo dos Clássicos, preocupando-se com a etimologias de todas as partes dos navios, filólogo que era. De qualquer forma, não deixou de lado a importância da prática, como mote que o fazia apto a escrever sobre o assunto, conforme demonstram tantas passagens já citadas do manuscrito. Em vários momentos, construiu críticas incisivas aos que não a possuíam e escreviam sobre o assunto. Aventa-se que destinavam-se a Pedro Nunes, tais como esta:

²⁶⁹ *Id. Ibid.* p.27-28.

²⁷⁰ O já citado artigo de Leonor Freire Costa aborda esta questão: **Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa...**

²⁷¹ DOMINGUES, Francisco Contento. **Os navios do mar....** p. 79.

Os matemáticos, por conseguinte, que não viram o mar, não andaram embarcados nem praticaram a arte de navegação, terão mau conhecimento dos temas náuticos e podem sustentar pior interpretação deles (...) Não metam foice em seara alheia homens que, encerrados em seus gabinetes como tartarugas entorpecidas, desconhecem por completo navegações e viagens.²⁷²

Bem se sabe que, muitas vezes, no terreno das produções intelectuais, à crítica a trabalhos e proposições advém também de motivações mais subjetivas e pessoais do que a discordância em relação aos conteúdos propostos. Foi o que se considerou em relação ao desdém de Oliveira a Nunes. Comprova-se que se referia ao cosmógrafo não “apenas” pelo exórdio da experiência, de acordo com a citação acima. No final da década de 1560, Nunes publicou a *Opera*, obra que, editada na Basileia, o consagrou entre seus pares internacionais. Nesta tratou sobre a possibilidade de navegação por círculos máximos. Oliveira, em determinada passagem da *Ars Nautica*, mesmo sem citar o nome de Nunes, crítico tal afirmação, escrevendo que o correto é se avançar pelos círculos menores.

Para Domingues, Oliveira poder ter tomado a decisão de escrever sua obra em latim ensejando o mesmo reconhecimento de Nunes. A querela poderia ser então resultado do sucesso e apoio real que o último sempre obteve, em contrapartida de seu ostracismo. São possibilidades que não temos como comprovar e que, no contexto maior do relacionamento entre teórica e prática, não parecem tão significativas, porém dignas de menção.²⁷³

No *Livro da Fabrica das Naus*, que, como afirmado, constitui-se como uma reelaboração da segunda parte da *Ars Nautica*, Oliveira, para além de criticar os preocupados apenas com o saber teórico, lançou também advertências aos práticos. Isto porque estes estavam demasiadamente preocupados em manter segredo de suas estratégias, muito de acordo com a tradição de mestre e aprendiz. Dessa forma, os defeitos, que poderiam ser analisados pelo “(...) juízo de homens de bom entendimento” não eram emendados e a prática aperfeiçoada.²⁷⁴ Apesar da tensão entre teoria e prática e do distanciamento que se sabe ter havido muitas vezes, mesmo entre os mais desejosos de aproximação, como foi o caso de Oliveira, Domingues

²⁷² OLIVEIRA, Fernando. *Ars Nautica*. Parte 1. *Apud Id. Ibid.* p. 84. Tratou-se logo acima dos imbróglis entre pilotos e cosmógrafos e da produção teórica de Nunes. Para uma discussão mais aprofundada das críticas de Oliveira a Nunes cf. DOMINGUES, Francisco Contente. Fernando Oliveira crítico de Pedro Nunes. *In: Oceanos*. n. 49, 2002, p. 86-94.

²⁷³ DOMINGUES, Francisco Contente. *Os navios do mar...* p.84-85.

²⁷⁴ OLIVEIRA, Fernando. *Livro da Fabrica...* p.6.

concluiu que o Livro (...) não se afastou muito, em vários aspectos, do que se fazia naquela Ribeira.²⁷⁵

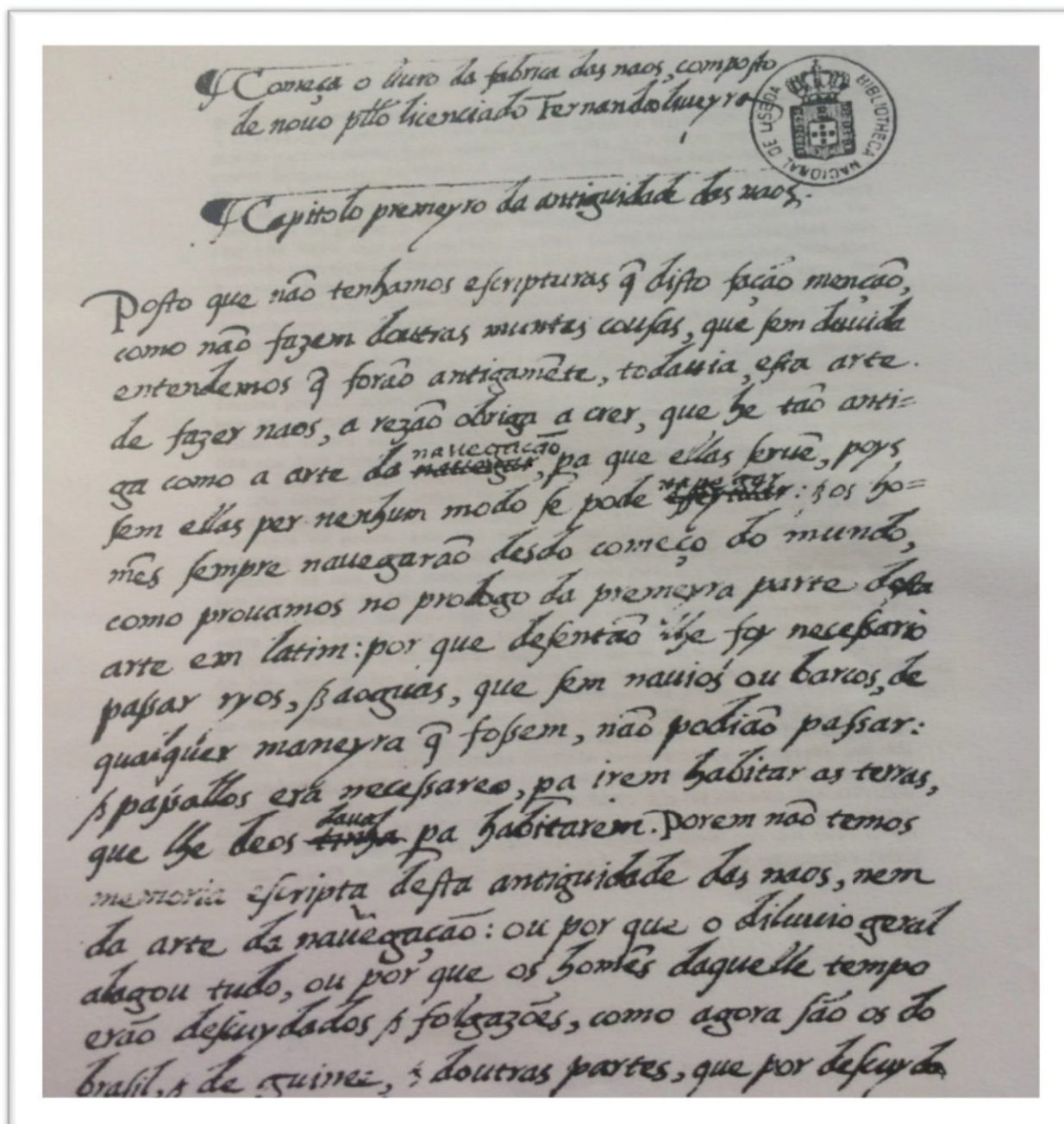


Figura 1 - Fac-símile da primeira página do capítulo 1 do Livro da Fabrica das Naus

²⁷⁵ DOMINGUES, Francisco Contente. Os navios do mar... p.91.

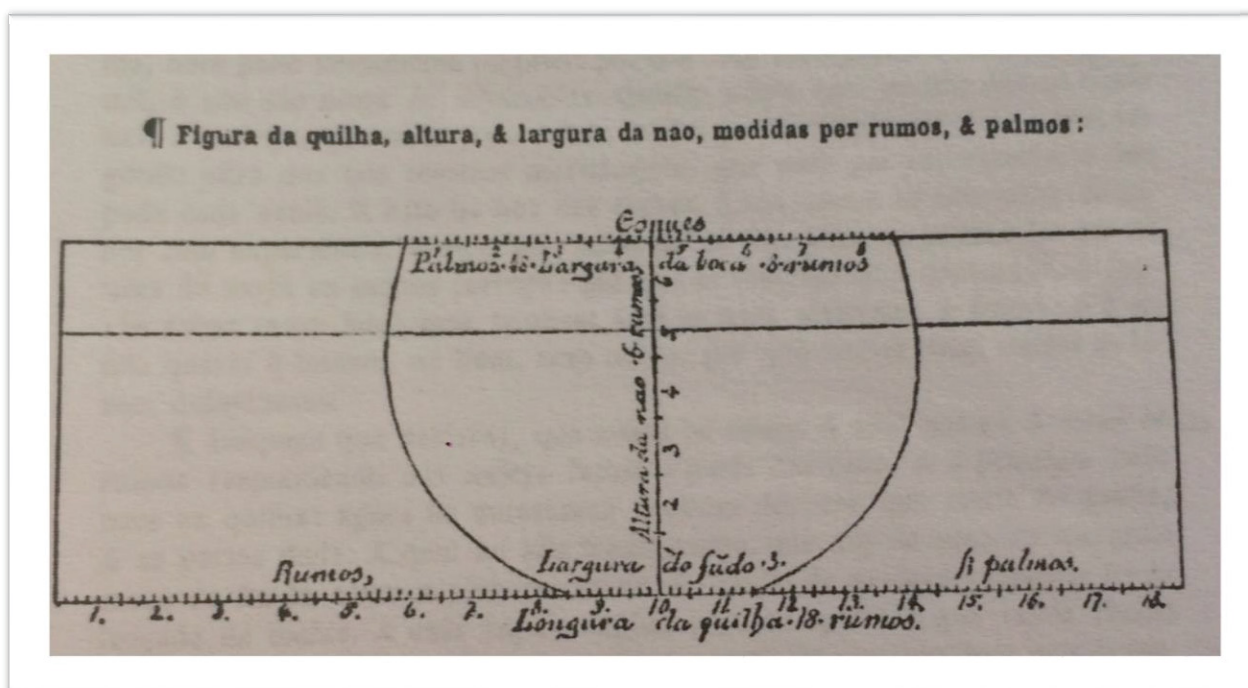


Figura 2 - Simetria e proporção dos navios. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naus*

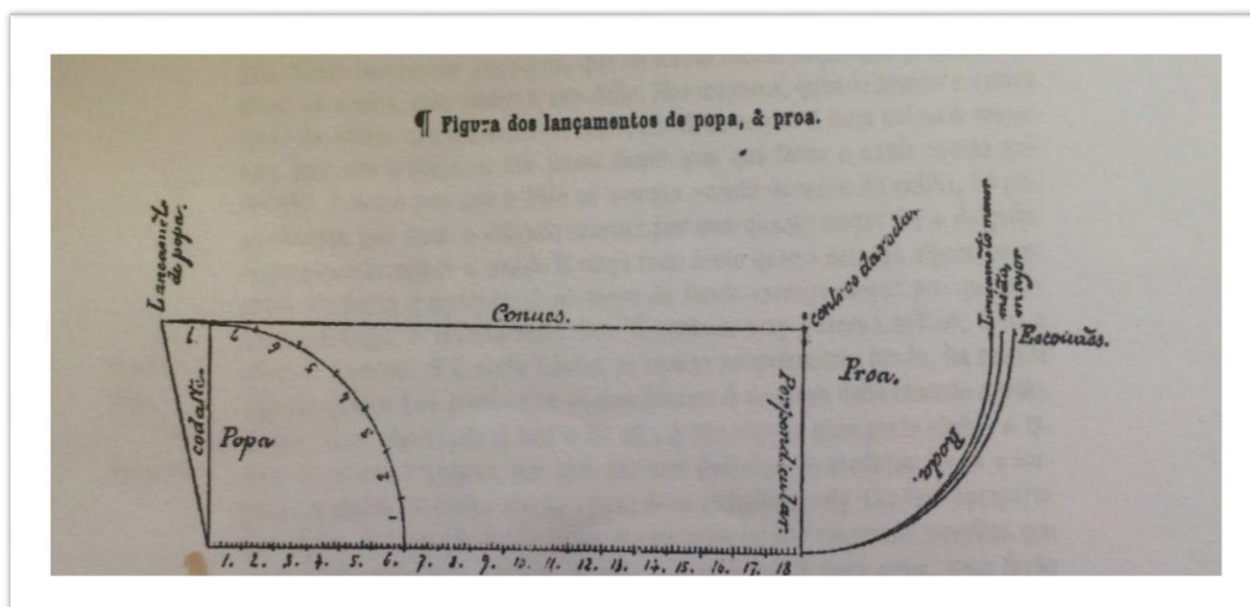


Figura 3 - Lançamentos de popa e proa. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naus*

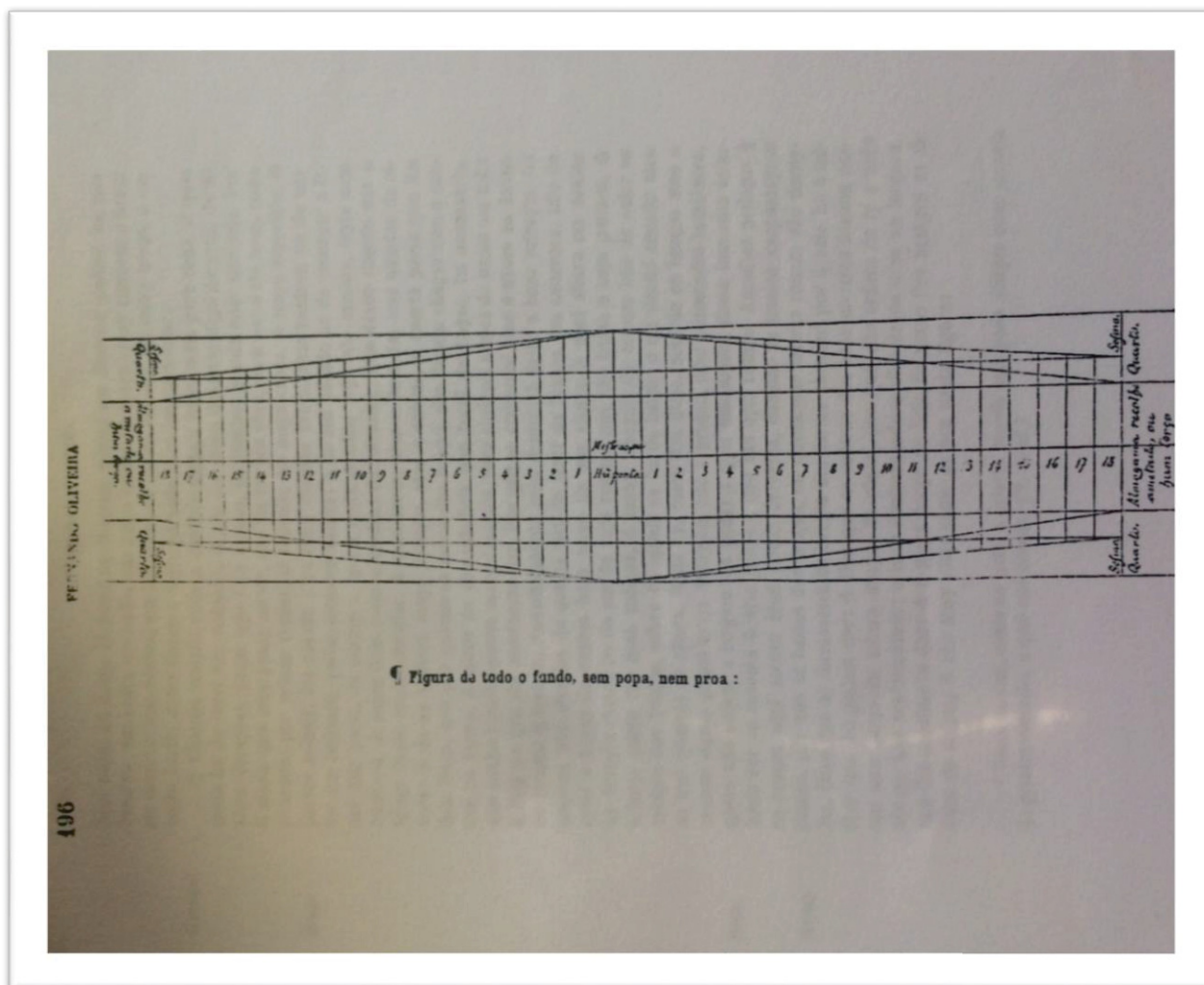


Figura 4 - Composição de um graminho, utilizado para marcar linhas paralelas às bordas e encontrar linhas de centro. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naus*

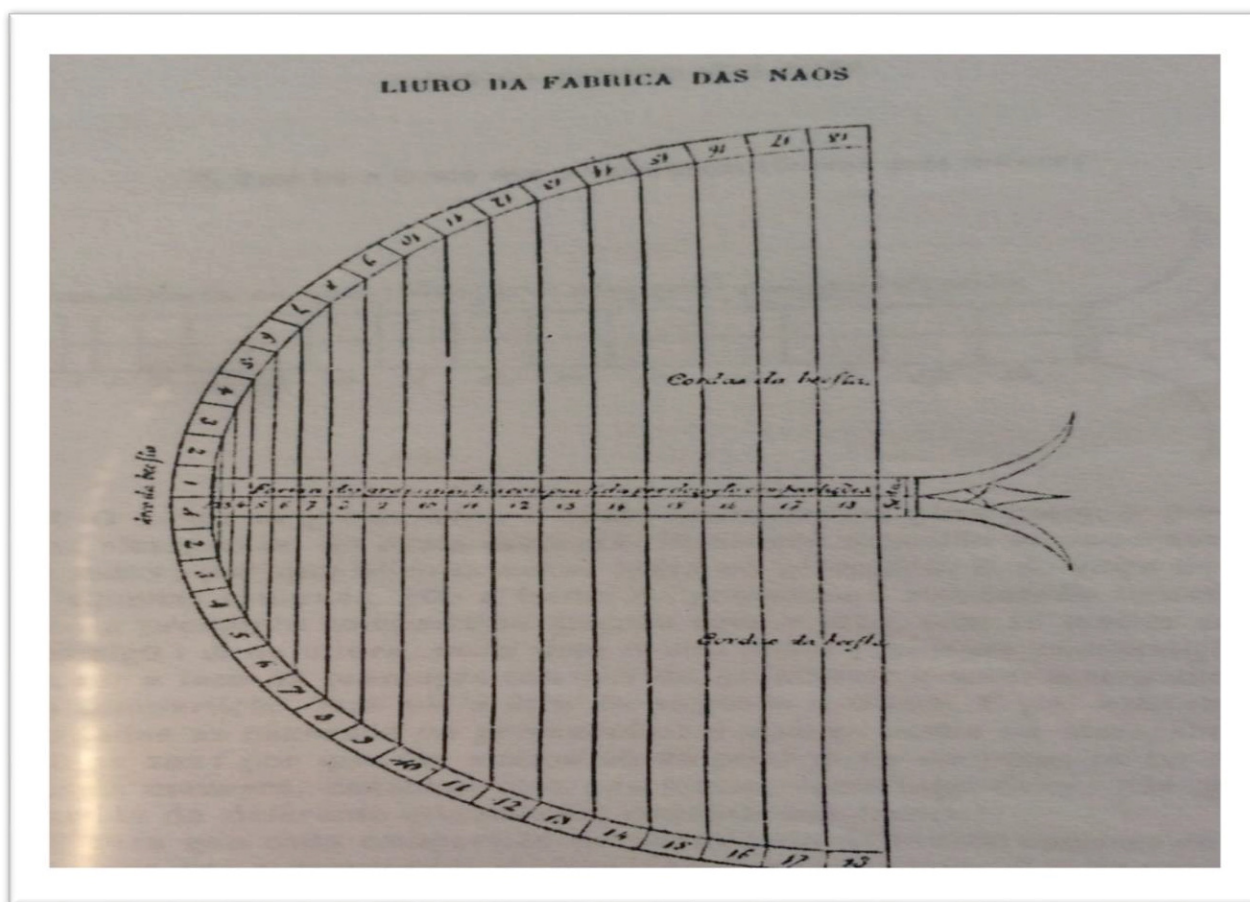


Figura 5 - Fundo do navio, sem inclusão da proa e da popa. Ilustração do *Livro da Fabrica das Naos*.

Os desenhos acima, que não serão analisadas em pormenores técnicos, visto não ser este o objetivo da presente discussão, constam todas no *Livro da Fabrica das Naos*, acompanhadas de outras mais. Foram aqui inseridas, a título de ilustração, porque auxiliam a demonstrar uma diferença notável entre o tratado de Oliveira e outros produzidos no mesmo período ou logo depois. As produções de arquitetura naval foram, em sua maioria, lugares de afirmação e reprodução de um discurso essencialmente técnico e teórico. Assim, tinham em vista “(...) apenas a caracterização do estágio anterior a fase do estaleiro, no que diz respeito ao processo que culmina com a construção do navio”.²⁷⁶ Imperava o primado da eficácia, e não da norma e dos preceitos da arte.

²⁷⁶ *Id. Ibid.* p.100.

Oliveira fugiu a esta norma por cuidar em explicitar a fundamentação das regras, e não por simplesmente expor as soluções. Dessa forma, “(...) architecta também uma estrutura piramidal do saber encimada por princípios que são afinal as bases substantivas do conhecimento em si, de onde retira depois as regras gerais cuja aplicação concreta resulta no objetivo pretendido: fazer navio, e o melhor possível”.²⁷⁷ Tal fundamentação não reside, de forma alguma, em uma pretensa valorização per si da teoria, mas sim, no desejo de entendimento e aprofundamento desta, com vistas, sempre, a resultados práticos mais satisfatórios.

Essa característica o aproxima significativamente à condição de humanista. Isto porque, não estava preocupado apenas com a prática ou com o funcionamento. Ao contrário, empreendeu também o retorno da herança clássica, de acordo com as demandas que se apresentavam, conforme já discutido no primeiro capítulo. Dessa forma, a atuação de Oliveira se apresenta, ao mesmo tempo, como uma crítica e uma junção do prático que não consignava o seu saber e do teórico, que no fundo não sabia exatamente sobre o que escrevia.

Vanessa Loureiro, que estudou o *Livro* notadamente pela ótica da arqueologia naval, notou que Oliveira produziu a partir de um processo intelectual inovador, mas de acordo com os métodos utilizados nos estaleiros. A partir da definição do comprimento da quilha, elaborou proposições que, traduzidas em linguagem matemática, permitiam “(...) traçar com igual rigor tanto navios de pequena tonelagem como as grandes naus da Carreira da Índia”.²⁷⁸ Essas tentativas de matematização estiveram intimamente relacionadas com o esforço e o processo de quantificação da realidade. Em razão da necessidade de construção de instrumentos, do feitio de mapas, da uniformização de medidas, observou-se a formação de diferentes formas de mensurar o mundo. Gradativamente substituiu-se e/ou alterou-se o abstrato e o simbólico, pelo palpável, quantitativo e exato. Por meio de um processo que se estendeu por séculos, foi possível medir e controlar o tempo e o espaço.²⁷⁹

Ainda de acordo com Loreiro, mesmo escrito por um observador, que possuía experiência, mas que não era um mestre construtor, o *Livro*:

²⁷⁷ *Id. Ibid.*

²⁷⁸ LOREIRO, Vanessa. O Padre Fernando Oliveira e o *Livro da Fabrica das Naus*. In: **Revista Portuguesa de Arqueologia**. v. 9, 2006, p.357.

²⁷⁹ Sobre a mensuração do tempo e a quantificação da realidade na sociedade ocidental europeia dos séculos XIV, XV e XVI cf. CROSBY, Alfred W. **A mensuração da realidade**. São Paulo: Unesp, 1999.

(...) marca o momento em que a construção naval deixa de se encontrar confinada ao universo empírico dos mestres das ribeiras e outros estaleiros e começa a sofrer um processo de acreditação científica, que passou pela teorização das formas das embarcações e matematização da respectiva estrutura. É, pois, uma obra pioneira e um campo ainda por explorar.²⁸⁰

O processo de alterações e tentativas de sistematização no âmbito da arquitetura naval correspondeu, como abordado no segundo capítulo, a um cenário bem mais amplo que envolvia as práticas cosmográficas como um todo. Parece óbvio que no interior dele também esteve a cartografia. Oliveira não se dedicou extensivamente à confecção de mapas e/ou cartas portulanos. No entanto, existem dois exemplares cartográficos com sua assinatura, produção raramente mencionada e pesquisada.

Ambos se encontram inseridos na primeira parte da *Ars Nautica*, a que se dedica à prática náutica. Seus capítulos se dividem entre os princípios da astronomia náutica, ao fabrico e uso do astrolábio, do quadrante e da balhestilha, à confecção e uso da agulha de marear e determinação de sua variação, e a questões meteorológicas que envolviam os ventos, as tempestades e as marés. Como o tratado não foi publicado e dele se conhecem especialmente as discussões realizadas na parte dois, a cartografia constitui-se como uma faceta quase que esquecida da produção oliveiriana. Ao que parece, sua primeira reprodução ocorreu em um dos volumes da *Portugaliae Monumenta Cartographica* da década de 1960.

Foi no capítulo destinado ao fabrico e utilização das cartas náuticas que estes foram inseridos. Os organizadores da *Portugaliae*, Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota reconheceram que Oliveira não foi um cartógrafo profissional. Mesmo assim, julgaram de valia inserir suas produções em razão de contributo para a ciência náutica e da versatilidade de sua produção.²⁸¹

²⁸⁰ LOREIRO, Vanessa. **O Padre Fernando Oliveira e o Livro da Fabrica....** p 367.

²⁸¹ CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. **Portugaliae Monumenta Cartographica**. Volume III. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1960, p. 9-10.



Figura 6 - *Hydrographia Universalis* in forma quadrangular de autoria de Fernando Oliveira.

Carta em projeção cilíndrica e quadrada. Inserida na *Ars Nautica*



Figura 7 - *Hydrographia Universalis quadripartita* de autoria de Fernando Oliveira. Carta em quatro fusos. Inserida na *Ars Nautica*

Um rápido olhar ao planisfério de Oliveira (Figura 6) é suficiente para perceber que, levando em consideração a possível data de escrita da *Ars* (c.1570), já haviam produções mais atualizadas no que diz respeito ao contorno do globo. Para entender tal situação faz-se necessário, ainda que de forma grosseira, retroceder algumas décadas para acompanhar as principais intenções e modos de operar da cartografia.²⁸²

²⁸² As indicações em latim em ambas as cartas náuticas são informações gerais sobre o que se conhecia dos locais representados, como era comum que ocorre nos mapas e portulanos. Dentre as realizadas por Oliveira, estão: do “Mar do Sul” ou do “Fim do Mar Pacífico”, do “rio Amazonas”, da “Província do Peru” e do “Estreito de Fernando de Magalhães”, no continente sul-americano. Nas ilhas da América Central há a indicação de que se tratam de “regiões colombianas”, descobertas por Colombo e não por Américo. Na África, assim como em todos os outros continentes, existe a indicação dos principais rios, do Cabo da Boa Esperança, e das regiões com as quais os portugueses mantinham contato, como Mina. Há indicação do Japão e da China, acompanhadas de que tais povos

No campo técnico, pode-se dizer que o *Planisfério Cantino*, uma carta náutica de 1502, foi uma das primeiras expressões de como se entendia a configuração do globo no início do século, especialmente pela inserção das terras sul-americanas. De autoria anônima e adquirido pelo italiano Alberto Cantino, foi provavelmente uma cópia de parte de mapas portugueses produzidos na Casa da Índia.²⁸³

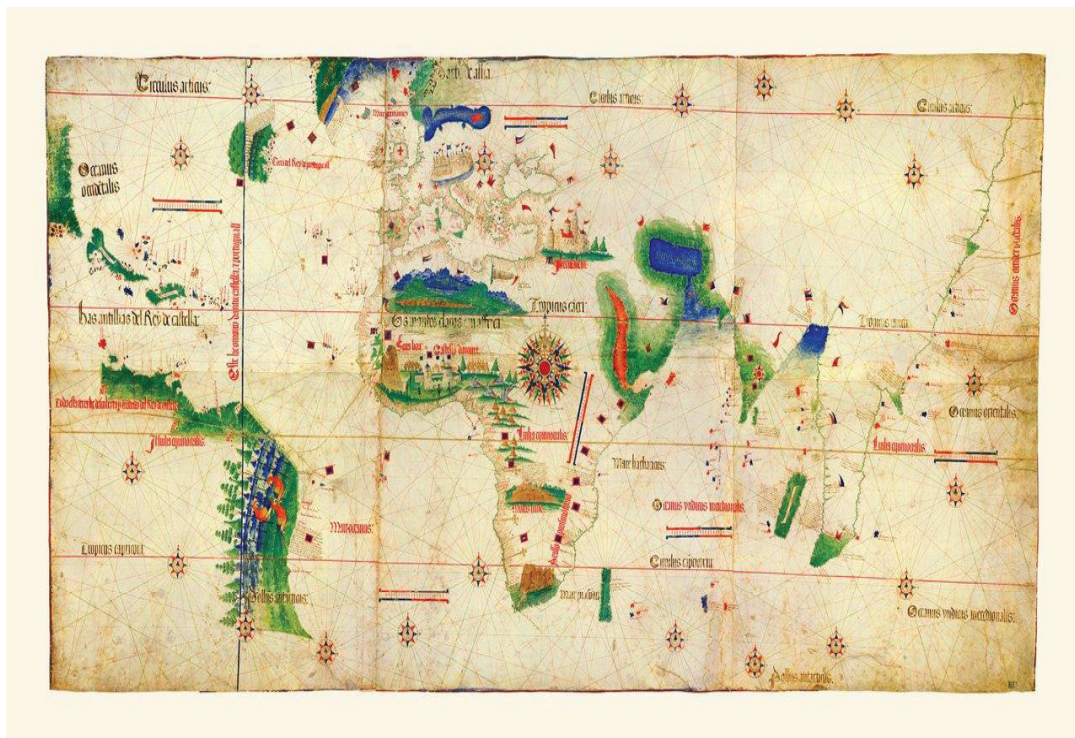


Figura 8 - Planisfério Cantino (1502). Autoria anônima. Arquivado na Biblioteca Estense, Modena

Apesar do impacto das navegações, estas não representaram, assim como também ocorreu nas cosmografias e nos tratados, uma modificação imediata nos mapas.²⁸⁴ Recuando

foram mencionados por Plínio e Pompônio, que também foram mencionados em outros pontos do mapa. No polo Sul, pouco conhecido no momento, inseriu indicações de Jacob de Valência, afirmando que se tratava do “paraíso terrestre”. Também consta a indicação do México, e, no continente Norte-Americano, da Flórida e do “rio Canadá”.

²⁸³ Sobre a história do Planisfério Cantino, bem como para uma análise de seus detalhes técnicos cf. CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira. *Op. Cit.* p.7-10.

²⁸⁴ As breves considerações que serão tecidas a partir de agora acerca da produção cartográfica no período em questão partem das centrais e muito discutidas reflexões de John Brian Harley sobre os mapas. Estas foram reunidas em publicação póstuma de ensaios, os quais em sua maioria já haviam sido publicados separadamente, contando também com críticas e contribuições ao pensamento de Harley. Em *La nueva naturaleza de los mapas*, principalmente nos dois primeiros capítulos, Harley propôs suas reflexões seminais em torno da definição dos

no tempo, pode-se afirmar que a produção cartográfica dos séculos XIV e XV deixou, gradativamente, de estar pautada nos mapas T-O, bem como nos zonais e passou a incorporar os resultados das navegações, apesar de não haver “uma relação sistemática de causa e efeito entre os resultados das observações e as novas concepções científicas”.²⁸⁵ O início do século XVI representou o momento em que os mapas eruditos, produzidos principalmente pelos cosmógrafos, passaram a adquirir, cada vez mais, ainda que não a partir dos mesmo objetivos, a influência de uma cartografia prática.

A confecção e a utilização dos mapas nesse momento passaram por discussões cosmográficas mais amplas em torno da noção de globo terrestre. Talvez o maior questionamento decorrente das navegações tenha sido o da noção de *oikumene*. Teorias e especulações sobre a existência de regiões de terra habitadas para além do que se conhecia existiam desde a Antiguidade, sendo retomadas especialmente durante o final da Idade Média. Porém, foram as viagens marítimas que deram a prova de sua existência. Gradualmente, a ideia de um *orbis* esférico e passível de habitação em todas as suas áreas passou a ser cada vez mais aceita e difundida.

Mesmo que conhecida por muitos, a configuração não havia sido totalmente explicada em termos teóricos. Isto porque, no momento que a expansão marítima se configurava a passos largos, as produções voltavam-se, prioritariamente, para questões práticas úteis à navegação, tais como a determinação da latitude e do uso e confecção das cartas de marear. Mesmo assim, explicações acerca da estruturação do universo não deixaram de aparecer, ainda que os conteúdos variassem em sua densidade e teor, ou seja, enquanto alguns foram marcados pelo providencialismo, outros pautavam-se na experiência e no apelo aos conhecimentos físicos e astronômicos. Não é surpresa afirmar que muitas apresentavam ambas as tônicas, característica comum para a época e o contexto.

A crença em uma Terra esférica, mas habitada apenas na área plana que submergia da esfera de água foi por tantos séculos aceita que, mesmo quando já se sabia que era habitada e

mapas, entendendo-os enquanto produções culturais e sociais, as quais devem ser entendidas e analisadas a partir do significado que tinham para a sociedade manipular o conhecimento, de acordo com os interesses e com o contexto de inserção de quem os idealizou e confeccionou. Cf. HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la história de la cartografía**. México: Fondo de Cultura Ecocómica, 2005. Sobre a produção cartográfica na Península Ibérica em tempos de expansão marítima e imperial, suas influencias, intenções e papel na invenção do Novo Mundo e da América cf. PADRÓN, Ricardo. *The invention of America and the invention of the map*. In: **The Spacious World: cartography, literature, and empire in early modern Spain**. Chicago: The University of Chigago Press, 2004.

²⁸⁵ ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francisc. *Op. Cit.* p.33.

com regiões livres de água em toda sua extensão, a discussão acerca de seu formato e constituição foi recorrente. Fazia-se necessário buscar justificativas e teorizações, inserir a configuração em formação em um modelo aceitável e passível de sentido para os referenciais da época, o que explica conforme Besse, a própria indeterminação da terminologia para designar o objeto em questão: terra, *sphaera*, *orbis*, *orbis terrarum*, *terra habitabilis* e *mundus*. Muitos desses termos foram tomados por equivalências embora representassem noções distintas.²⁸⁶

Edmundo O’Gorman ao tratar sobre a imagem que se tinha da Terra quando das navegações, mais especificadamente quando da chegada até à América, analisou a estruturação do universo baseada na obra de Aristóteles e a divisão entre zona celeste e zona elementar. Acerca da disposição dos elementos na primeira das regiões, apontou que a organização das quatro órbitas (terra, água, ar e fogo) “obedecia à crescente diferença no suposto peso intrínseco dos quatro elementos, que por esta razão, achavam-se situados em seu “lugar natural”. Neste sistema, a Terra não era entendida como um planeta, como o globo terrestre, mas, como sendo “a matéria mais pesada do universo: uma grande bola que, fixa em seu centro, suportava o peso das massas de matéria em escala crescente de leveza”.²⁸⁷

A crença corroborava para a ideia da existência de uma pequena área de terra livre da água e com condições adequadas para a vida humana. De acordo com Randles, o “pensamento medieval admitia uma proporção de um para dez entre o volume de um elemento e o do seguinte em uma ordem decrescente de densidade”.²⁸⁸ Sendo assim, até os primeiros anos do século XVI, tinha-se certeza apenas da área plana do ecúmeno cristão, enquanto que as demais áreas e a existência ou não de vida nestas, eram apenas suposições sobre as quais muito se especulava.

À época das expedições de Colombo duas questões eram capitais sobre a denominada “Ilha de Terra”: a longitude que poderia possuir e a dúvida acerca da existência de ilhas iguais em outros hemisférios. As perguntas encontravam-se intimamente relacionadas, tendo em vista que, baseando-se na autoridade das obras clássicas, como as de Pompônio Mela, supunha-se que “quanto mais extensão se atribuísse ao *orbis terrarum*, era menos provável a existência de

²⁸⁶ BESSE, Jean – Marc. Le cadre conceptuel et lexical de la cosmographie ancienne. In: **Les grandeurs de la Terre...** p. 33.

²⁸⁷ O’GORMAN, Edmundo. *Op. Cit.* p.74.

²⁸⁸ RANGLES, W.R. *Op. Cit.* p.14.

terras antípodas (...). Mas, ao contrário, quanto mais reduzida fosse a Ilha da Terra, mais provável era a possibilidade de existência de outras ilhas semelhantes”.²⁸⁹

Apesar da homogeneidade da crença na *oikumene*,²⁹⁰ se ainda restavam dúvidas sobre a existência de territórios não cobertos de água e passíveis de habitação, a teoria das Cinco Zonas encerrava a possibilidade de vida humana nestes, ou impossibilitava o contato com qualquer tipo de vida abaixo do Equador.²⁹¹ Assim como as expedições de Colombo não foram suficientes para o fim da ideia da terra emergindo da água, a teoria das Cinco Zonas e o “dogma da Zona Tórrida” persistiram entre os marinheiros e nos meios letrados até as primeiras décadas do século XVI.²⁹² A partir de então começaram a aparecer com mais recorrência

²⁸⁹ Para os Antigos a resposta positiva quanto à existência de outras ilhas e sua possível habitabilidade poderia não ser um grande problema, já que, diferentemente do que se verificou na Idade Média, não havia necessidade de manutenção da unidade do gênero humano. Porém, para o cristianismo medieval: “(...) semelhante solução era inaceitável, não só porque contradizia a ideia dogmática do gênero humano, procedente de um único e original casal, mas porque colocava a dificuldade adicional de que os antípodas (admitindo-se que pudessem ser descendentes de Adão) não poderiam ter tido notícia do Evangelho, o que se opunha ao texto sagrado, segundo o qual os ensinamentos de Cristo e seus apóstolos haviam chegado aos confins de toda a Terra.” O’GORMAN, Edmundo. *Op. Cit.* p.77-78.

²⁹⁰ Um dos nomes mais representativos do providencialismo ibérico no que tange à defesa da *oikumene* foi o do bispo espanhol Paulo de Burgos (1350 – 1435). Inspirado no religioso francês Nicholas de Lyra (1270 – 1349), explicou a emergência da superfície de terra da esfera de água a partir de uma intervenção divina. Utilizando o livro de *Gênesis* e os *Salmos*, considerou que no terceiro dia de criação, Deus havia deslocado para sempre a esfera de água do centro do Cosmo, com uma única exceção, que seu deus durante o Dilúvio. Cf. KLAUS, Vogel. *Op. Cit.* p. 476. Sobre as diferenças entre as concepções de Lyra e Burgos Cf. W.G. RANGLES. *Op. Cit.* p.40. Nicole de Oresme (1323 – 1382) e Jean Buridan (1300 – 1358), religiosos e matemáticos astrônomos foram expoentes da física naturalista parisiense e responsáveis por explicações não pautadas, essencialmente, em um fundo religioso. De acordo com suas proposições, era possível que uma parte da esfera terrestre emergisse sob a esfera de água, porque o seu centro de gravidade era diferente do seu centro de volume, diferentemente da esfera de água, que possuía centro de gravidade e centro de volume idênticos, tendo em vista que este elemento apresenta a mesma densidade em todo o seu volume. Como a terra que emergia da água, em razão do calor do Sol permanecia menos densa, seu centro de volume mantinha-se sempre deslocado de seu centro de gravidade, fazendo com que esta área da esfera de terra permanecesse sempre fora da água. Cf. KLAUS, Vogel. *Op. Cit.* p.474-475. Acerca do posicionamento de Oresme e Paulo de Burgos e sua recepção no século XVI, cf. W.G. RANGLES. *Op. Cit.* p. 56-88. Sobre as reflexões e posicionamento em torno do fato de o elemento água não submergir completamente o elemento terra, conforme propunha a cosmologia aristotélica dos elementos, da qual fazia parte a noção de lugar natural cf. também BESSE, Jean Marc. BESSE, Jean – Marc. La formation d’ un nouveau concept géographique de la Terre. In: **Les grandeurs de...** p. 87 – 108.

²⁹¹ Desenvolvida na Antiguidade, possivelmente por Parmênides em V a.C, propunha cortes horizontais na esfera terrestre em zonas cuja classificação partia de suas condições climáticas. Eram duas Zonas Frígidas, cada uma perto de um polo e, porque geladas, inabitáveis. Sob a linha do Equador, em toda a sua extensão estava a Zona Tórrida, quente para além dos limites humanos e sem condições de ser ultrapassada. Para além de suas fronteiras, localizavam-se as Zonas Temperadas, nas quais a vida era possível. A região descoberta de água correspondia à localização da Zona Temperada Norte. Conforme esta proposição poderia sim existir vida em outros locais do globo, entretanto o acesso a elas era impossível, tendo em vista que o calor da Zona tórrida a fazia intransponível. Cf. RANGLES, W.R. *Op. Cit.* p.15-17.

²⁹² Besse aludiu às conferências realizadas em Salamanca (1486) e Santa Fé (1491) para a apreciação do projeto de Colombo. Em ambas prevaleceram os argumentos aristotélicos sobre a *oikumene* terrestre, reprovando assim a proposta do navegador italiano. Na última delas tornou-se ainda mais patente a contradição entre a “ciência admitida”, baseada nas autoridades clássicas e nos Padres da Igreja, e a experiência dos navegadores que, a esta

posicionamentos que contestavam sua veracidade.²⁹³ Na Península Ibérica adotou-se uma tônica comum de denúncia à falsidade da Zona Tórrida. Era possível contestar a autoridade do saber cristalizado, não sem dificuldades, em decorrência da experiência e das provas dela decorrentes. Trata-se do testemunho de vista cada vez mais valorizado e central como autoridade, questão que será discutida mais a fundo no próximo item.

Entretanto, seria simplista imaginar que a concepção seria abandonada de uma década para outra. Isto porque, além da autoridade representada pelos Antigos, e mais ainda, da importância da interpretação que deles fizeram os Pais da Igreja e os eruditos do medievo, não havia, ainda, outro modelo epistemológico para explicar a nova configuração geográfica proporcionada pela expansão marítima. Encontravam-se em construção as proposições que contestavam o universo geocentrista. Porém, mesmo no Norte europeu, estas somente representariam uma hegemonia de pensamento a partir de meados do século XVII. Além disso, de forma geral, a partir da análise dos tratados e cosmografias escritas pelos ibéricos, percebe-se que estes estavam muito mais preocupados com as questões pragmáticas relacionadas com a navegação e com o reconhecimento do Novo Mundo do que com a busca de explicações que poderiam desestabilizar a concepção de mundo na qual estavam assentados.

Mesmo que nem sempre intencionalmente, os problemas práticos da navegação, da cartografia e também da cosmografia ofereceram subsídios para o entendimento da natureza. Sánchez Martínez observou que o aparato técnico destas ciências, mediante o uso de instrumentos e da representação de imagens, por exemplo, possibilitou o domínio sobre o mundo natural. Nesse sentido, a separação entre as disciplinas relacionadas com a matemática aplicada, exercidas pelos artesãos cujas habilidades possibilitavam o entendimento da natureza, e as categorias da filosofia natural, dedicadas ao entendimento teórico e causal do mundo natural, foi menor do que se imaginava.²⁹⁴

altura, já haviam atravessado o Equador. BESSE, Jean – Marc. La formation d' un nouveau concept géographique de la Terre. In: **Les grandeurs de...**p.36-39.

²⁹³ O religioso, matemático e filósofo inglês Roger Bacon (1214-94) e o cardel francês Pedro D'Ailly (1350-1420), autor do *Imago Mundi*, já haviam contestado a Teoria da Zona Tórrida. Entretanto, suas suposições que não negavam apenas a impossibilidade de passagem pela Zona Tórrida, mas advogavam pela possibilidade de habitação do Hemisfério Sul tiveram pouca repercussão, tendo em vista a prevalência do discurso religioso pautado em autoridades como Lactâncio (3 a.C) e Santo Agostinho (4 a.C) e que advogava pela Terra plana, pela unicidade da humanidade descendente de Adão e pela impossibilidade de navegação por todo o oceano, tendo em vista sua grandiosidade. Cf. RANGLES, W.R. *Op. Cit.* p.16-18; O'GORMAN, Edmundo. *Op. Cit.* p. 78-83.

²⁹⁴ Cf. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. **La voz de los...** p. 452.

Paralelamente, e ao menos desde o século XIV, desenvolveram-se os mapas portulanos. Acima de tudo, instrumentos de navegação, serviam para localização nas rotas marítimas de comércio. As cartas contavam com elementos essenciais, tais como as rosas dos ventos, as linhas de rumo e a representação dos portos e costas. Sua funcionalidade primeira foi pensada para a navegação em distâncias curtas, especialmente nas viagens pelo mar Mediterrâneo ou por regiões costeiras do Atlântico.²⁹⁵ A navegação oceânica requereu novas soluções. Isto em razão dos problemas de distorção da superfície do globo que era planificada. Passou-a a adotar, claro que gradativamente e não sem dificuldades, o modelo de coordenadas, organizadas em linhas horizontais e verticais, herança da *Geografia* de Ptolomeu, que passava por crescente retomada.

A reencontro com a produção ptolomaica esteve relacionada, como apontou Sánchez Martínez, com uma característica primordial da ciência que se formava: a importância dada as representações e à cultura visual. Ao mesmo tempo que se adaptavam os métodos Antigos, formavam-se outros. Na cartografia de herança ptolomaica:

(...) a representação se converte em uma mediação que tenta captar a realidade. A representação se apresenta como uma experiência do real. Foi na própria representação em que técnicas artísticas e elementos científicos mantiveram uma constante relação de reciprocidade. A representação visual gozou de um grande prestígio como meio explicação do exterior em disciplinas matemático-geométricas onde a imagem formava parte da evidência empírica.²⁹⁶

Do muito que se poderia escrever sobre a contribuição do alexandrino, me deterei a alguns apontamentos bem gerais. Acerca da estrutura da *Geografia*, Portuondo apontou que, à primeira vista, o texto poderia parecer longo e pesado. Isto porque consiste em tabelas com informações sobre coordenadas geográficas de cidades da Antiguidade, acompanhadas de pequenas descrições topográficas das mais importantes. Entretanto, seus capítulos teóricos, breves, se comparados com a estrutura total do tratado, ofereceriam importantes contribuições

²⁹⁵ Sobre o histórico das cartas portulanos e sua forma de utilização cf. CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira. *Op. Cit.* p.25-30.

²⁹⁶ SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. **La representación cartográfica en el Siglo de Oro de la cosmografía española: categorías epistémicas en la fabricación de modelos visuales**. 540 f. Tesis Doctoral presentada ao Programa de Doctorado Ciencia y Cultura de la Universidad Autónoma de Madrid. Facultad de Filosofía e Letras. Madrid, 2010, p.54.

para os cosmógrafos. Advogando pela utilização da matemática como ferramenta primordial do conhecimento geográfico, Ptolomeu propôs a utilização dos graus de latitude e longitude como pontos coordenados para a localização geográfica no interior da esfera, ou melhor, da parte conhecida do mundo, a *oikumene*. A importância de tal proposição, e a inovação que representou para o cenário em questão, é entendida tendo em vista o método de localização utilizado anteriormente.

Principalmente na navegação, localizava-se a posição do navio e demais pontos pela estima, ou seja, pela descrição da direção e distância a partir de um ponto de referência. O uso das coordenadas geográficas parecia bem mais preciso e seguro do que este método. Além disso, constavam no tratado proposições acerca da representação das coordenadas no mapa. Ptolomeu advogava por um sistema em que as proporções dos mapas da *oikumene*, fossem o mais próximo das localizações reais. Para tanto, propôs um sistema de projeções cartográficas, muito baseado em seus conhecimentos astronômicos.²⁹⁷

Se as linhas de rumo funcionavam nos portulanos, nos quais importavam as “linhas retas” pelas quais se navegava no mar”, a mesma constância não se repetia nos globos e mapas. Isto porque a esfericidade do globo causava deformações. Assim, juntamente com o cálculo da longitude e a declinação magnética, por exemplo, a projeção era uma questão central para a cartográfica.²⁹⁸ Justamente neste ponto se encontra a importância de Ptolomeu. Novamente segundo Sánchez Martínez, seu objetivo era o de projetar massas terrestres sobre uma superfície plana de forma que o desenho seguisse uma harmonia aparente. A obtenção de uma imagem aproximada viria dos dados de localização via observação astronômica e seguindo as coordenadas geográficas.²⁹⁹

Mesmo nos manuais de navegação, que, conforme discutido, intentavam a difícil aproximação entre o saber teórico do prático e possuíam fins claramente pedagógicos, eram inseridos mapas planisférios. Estes deveriam atingir os menos familiarizados com as questões cosmográficas e, sobretudo, vincular esses espaços à memória, além de demonstrar a que reinos

²⁹⁷ Cf. PORTUONDO, María M. Renaissance Cosmography... In: *Op. Cit.* p. 22-25.

²⁹⁸ De acordo com Sánchez Martínez, os cosmógrafos e pilotos buscavam soluções para o cálculo da latitude e da longitude por métodos astronômicos, para a correção dos efeitos da variação magnética na bússola, do estudo das correntes marítimas, entre outros. Cf. **La representación cartográfica en el Siglo de Oro de la cosmografía española...** p.320.

²⁹⁹ *Id. Ibid.* p.70.

“pertenciam” determinados territórios.³⁰⁰ A expansão dos lugares a serem representados no mapa para além da conhecida *oikumene* foi realizada de três formas principais. Como notou John Snyder, foram elas: “(...) a simples dobra da representação circular tradicional de um hemisfério; pela projeção geométrica de todo o mundo em uma única figura geométrica, retangular ou oval; ou dividindo o mundo em pequenos pedaços geométricos (gomos), que poderiam ser utilizados para confeccionar globos.”³⁰¹

A forma mais simples de representar todo o globo foi por meio dos mapas planos, como é o de Oliveira (Figura 6). Desenhava-se um retângulo de 360 graus de largura e 180 graus de altura, graduado em quadrados ou retângulos, forma adotada nas cartas de navegar. Já o seu segundo exemplar, dividido em quatro gomos, servia para demonstrar os espaços que na verdade não existiam, mas que apareceriam nos formatos de representação plana, conforme se discutirá logo a seguir.

Normalmente, a elaboração das cartas se dava a partir do feitiço de uma grade de linhas paralelas e perpendiculares. Havia indicação do Norte, bem como da descrição das áreas do globo, como é possível perceber na carta de Oliveira, em que as legendas foram escritas em latim. As cartas que serviam para apresentar os espaços mais gerais limitavam-se à divisão dos 32 rumos, que obedeciam aos ventos, como também é o caso da de Oliveira. Já as mais específicas, destinadas aos pilotos, continham indicações mais específicas, de rios, portos, costas, sempre a partir dos locais mais familiares e dos quais se possuía mais certeza sobre a localização.

A alteração desta forma de representação começou a surgir a partir de Geraldo Mercator e de seu mapa mundo de 1569. Das projeções equirretangulares ou equidistantes, como as discutidas acima, a de Mercator manteve os meridianos retos e equidistantes e os paralelos de latitude retos, paralelos e perpendiculares aos meridianos.³⁰² De diferente, possui paralelos que

³⁰⁰ *Id. Ibid.* p.374.

³⁰¹ SNYDER, John P. Map projections in the Renaissance. In: WOODWARD, David. **Cartography in the European Renaissance**. Chicago: University of Chicago Press, 2007, p.365. “*The map could be expanded in three main ways: by simply doubling the traditional circular representation of a hemisphere; by geometrically projecting the whole world into a single geometric figure, such as a rectangle or an oval; or by splitting the world into a number of small geometric pieces (gores) that could be used to make globes.*” Como exemplos da primeira tipologia, com a projeção dos dois hemisférios estão os mapas de Franciscus Monachus (1527), Michele Tramezzino (1554) e de André Thevet (1575).

³⁰² A nomenclatura equidistante pode levar ao entendimento de que se adotava a preservação das distâncias reais no mapa em qualquer sentido. No entanto, a distância real era mantida apenas em pontos específicos (do centro do mapa na Linha do Equador para qualquer ponto). A projeção é denominada de equidistante principalmente por manter a mesma distância (em intervalos regulares) entre os paralelos e entre os meridianos. Para inserir

são espaçados diretamente proporcionalmente à escala crescente ao longo das paralelas. Sua intenção declarada foi a de auxiliar os marinheiros, visto que manteve as linhas de rumos (loxodromos) retas, e estes poderiam seguir uma configuração de bússula única com base no azimute da linha reta que conecta o ponto de partida ao de origem.³⁰³

Pedro Nunes foi quem primeiramente escreveu sobre as linhas loxodromicas. O cosmógrafo problematizou a crença, difundida especialmente até a primeira metade do século XVI, de que se navegando com um rumo fixo sobre a superfície da Terra, se chegaria, realizando uma volta completa, ao local de partida. Nunes mostrou em 1537, tanto no *Tratado em defesa da carta de marear*, como no *Tratado sobre certas dúvidas da navegação*, que a navegação sobre o globo produz uma curva que gradativamente se aproxima ao polo.³⁰⁴

A fim de tentar diminuir a distorção uma das soluções encontradas, especialmente antes da adoção da projeção de Mercator, era a de abrir/dividir o globo em gomos planos, conforme pode-se verificar na segunda carta de Oliveira (Figura 7). Além de possibilitar a visualização individual de cada espaço, essa forma de representação demonstrava os espaços (entre o Trópico de Câncer e o Polo Norte e o Trópico de Capricórnio e o Polo Sul) que deveriam ser desconsiderados no momento da navegação, visto que na realidade não existiam.³⁰⁵

Mercator, para além da consagração que seu nome possui e do próprio reconhecimento que obteve ainda em vida, foi um cosmógrafo que enfrentou os mesmos problemas dos demais cartógrafos e dos artesãos da ciência como um todo. No entanto, foi um dos poucos que conseguiu fabricar uma imagem do mundo que servisse aos pilotos. Nesse sentido, Sánchez Martínez comparou as soluções de sua projeção às encontradas pelo *Padrón Real* e pelas cartas de dupla graduação. Em suma, o que importava era que cumprissem os propósitos a que serviam, especialmente à navegação, a partir de pressupostos simples e precisos.³⁰⁶

artificialmente todos os paralelos em distribuição igual ao longo dos meridianos, há uma distorção de escalas, fazendo com que cada parte do mapa possua uma escala diferente. Essas alterações na escala produzem um mapa com muitas distorções na forma e no tamanho dos continentes.

³⁰³ SNYDER, John P. **Map projections in the Renaissance...** p.376-378.

³⁰⁴ Cf. CORTESÃO, Armando. **Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI. (Contribuição para um estudo completo).** v. I. Lisboa: Seara Nova, 1935, p.28-32.

³⁰⁵ No mapa em gomos (Figura 7) Oliveira realizou a indicação de que aquele formato era utilizado para evitar as deformações que ocorriam nos mapas portulanos.

³⁰⁶ SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. **La representación cartográfica en el Siglo de Oro de la cosmografía española...** p.320-322.

Tais reflexões são realizadas justamente em torno do que se pode considerar como precisão naquele momento. A resposta passa, de forma central, pela questão da utilidade. Hoje poder-se-ia definir como preciso um mapa com erros gráficos mínimos, com a inclusão de lugares em posições homologas a que ocupam no terreno, em relação dada por escala. A definição é acrescida da necessidade de inserção dos dados necessários para a execução de medidas que nele podem ser efetuadas. Devem então constar todas as informações, compatíveis com sua escala e finalidade.

Nesse sentido, e esta conclusão pode ser estendida à Época moderna, a precisão não é resultado do trabalho e das intenções de apenas um indivíduo. Ao contrário, ela responde a uma rede extensa de colaboradores, pretensões e instrumentos utilizados em consenso. Mercator, antes da produção de 1569, produziu outras representações que primaram “(...) pela precisão, pela utilidade, pela clareza, pelas valiosas informações geográficas e matemáticas e pela beleza do desenho”.³⁰⁷ Transformou-se por isso em um modelo a ser seguido.

No entanto, em seu mapa de 1569, no qual prezou pela utilidade acima de tudo, Mercator considerou a precisão no sentido geográfico como um valor secundário, renunciando-a na reprodução nas superfícies e primando pelo resguardo dos ângulos. Assim, a carta de Mercator viria a resolver muitos dos problemas dos cartógrafos ibéricos. Através dela, poderiam se solucionar os problemas de ordem prática, mas em conformidade com fundamento empíricos, tão caros para o estabelecimento de metodologias pautadas segundo o critério de verdade.³⁰⁸

Entende-se então os mapas não somente como mais uma das ferramentas de poder utilizadas na expansão, mas pela capacidade que tinham de representação/dominação de territórios. Isto denota a materialização da dominação da natureza, ou melhor, da utilização de seus elementos a favor do homem, como discutido no início do capítulo 2. A noção de precisão neste contexto relaciona-se, juntamente com o aumento gradativo de seu grau de cientificidade, ao cumprimento dos propósitos a que servia.

O fator que interessa no presente trabalho acerca dessas produções se relaciona também com a representação moderna do globo que estes mapas começaram a ilustrar, ou seja, a uma representação cada vez mais pautada na utilização de informações advindas das experiências marítimas e demais expedições e, por isso, marcadas muito mais pela necessidade de precisão

³⁰⁷ *Id. Ibid.* p.324. “(...) por la precisión, la utilidad, la claridad, la valiosa información geográfica y matemática y la belleza en el grabado”.

³⁰⁸ *Cf. Id. Ibid.* p. 324-329.

e determinação do que pelo simbolismo. Precisão e determinação não no sentido do objetivismo, da exatidão, da neutralidade e de uma possível representação da realidade, mas enquanto caminho para duas tendências centrais no período. A primeira, de cerne humanista e um dos objetivos da cartografia do período, centrada no conhecer, desvendar e traduzir o mundo. E a segunda condizente à relação entre ciência e império, ou seja, ao desenvolvimento de diversos aparatos técnicos, entre os quais esteve a cartografia, para a consolidação da expansão.

Mesmo assim, alguns aspectos técnicos que permitem agrupar os mapas produzidos especialmente ao longo do século XVI podem ser mobilizados. Armando Cortesão dividiu a cartografia portuguesa da expansão em quatro períodos. O primeiro, quando apareceram as projeções planas e quadradas, se estendeu até a viagem de Vasco da Gama. O segundo foi dividido em duas expressões. A primeira ligada aos pressupostos ptolomaicos, e representada por Pedro Reinel e outra por cartógrafos como Diogo Ribeiro, Jorge Reinel e pelo autor do Cantino, que, em razão dos descobrimentos, alteram muitas das perspectivas de Ptolomeu. A terceira expressão foi marcada pelo desaparecimento da influência do alexandrino na representação do Extremo Oriente, a partir do segundo quartel de Quinhentos. São nomes dessa corrente o de Diogo Homem, Bartolomeu Velho e Fernão Vaz Dourado. É neste momento que desaparecem as grandes legendas de lugares, como as inseridas nos mapas de Oliveira, e passam a existir apenas pequenas descrições históricas acompanhadas da inserção dos nomes de locais. São também desse momento as ricas iluminaras de brasões e rosas dos ventos. A quarta expressão teria representado um momento de decadência, visto que as influências da projeção de Mercator só seriam sentidas mais tarde, especialmente a partir da década de 1580, em mapas como o de Luiz Teixeira e Bartolomeu Lasso.³⁰⁹

³⁰⁹ CORTESÃO, Armando. *Op. Cit.* p. 26-32.

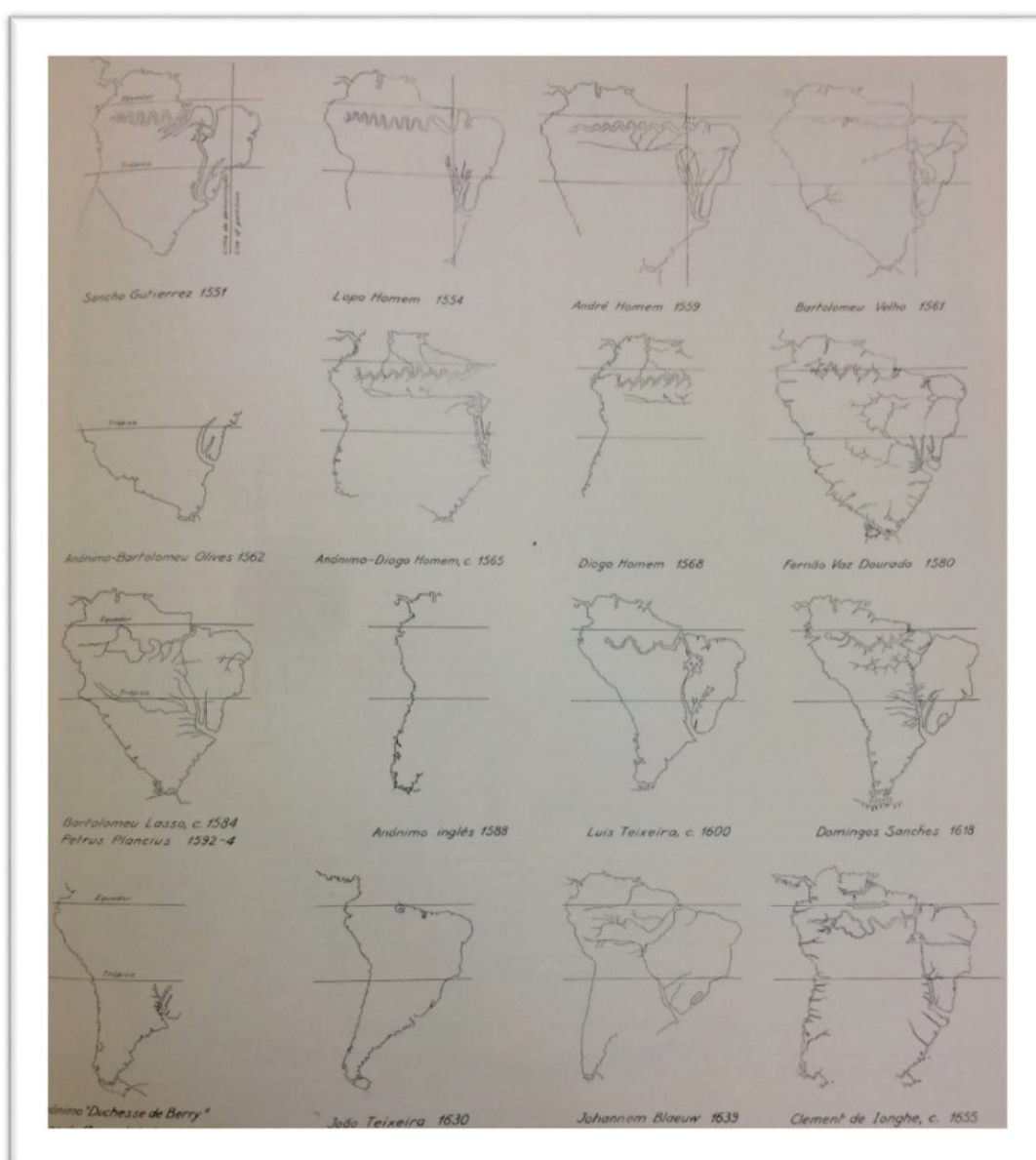


Figura 9 - Traçados da América do Sul em cartas náuticas de meados do século XVI a meados do século XVII. Disponível em *Portugaliae Monumenta*. v. 3

Quando se comparam os contornos do planisfério de Oliveira, notadamente os da América do Sul, com os de outros mapas do período, percebe-se uma possível defasagem em relação ao desenho. A *Ars Nautica*, escrita, estima-se, aproximadamente na década de 1570, poderia conter formatos mais precisos, de acordo com o que já se sabia dos territórios conhecidos e conquistados.

No entanto, sua produção se aproxima de outras anteriores. Está claro que a data de feitura dos mapas não representa, em todos os casos, o conhecimento geográfico que se tinha

sobre determinada região. Como discutido, sua confecção respondia a interesses diversos. Em relação a América do Sul, o traçado da carta náutica de Oliveira se aproxima, por exemplo, com o do planisfério de Lopo Homem de 1554 e inserido na ilustração acima.³¹⁰ Domingues apontou que a análise do manuscrito *Ars Nautica* permite concluir que foi escrito em diferentes momentos. Nesta característica pode estar a explicação para a “defasagem” geográfica contida na carta náutica de Oliveira. Esta pode ter sido produzida décadas antes, estima-se que aproximadamente em 1550, momento em que mais mapas obedeceram a uma configuração parecida.

Algumas ações pontuais marcaram a tentativa de sistematização do conhecimento náutico, bem como de aproximação entre os cosmógrafos e os marinheiros em Portugal. Foram centrais a *Lição de Matemática*, criada em 1574 e a *Aula da Esfera*, iniciada em 1590. Ambas ocorreram no Colégio de Santo Antão, que passou a existir em Lisboa em 1533, com a chegada dos jesuítas e de seu controle sobre as instituições de ensino. O crescimento do Colégio e do número de alunos, demandaram mais investimentos e novas instalações.³¹¹ Em 1573, o cardeal Dom Henrique assumiu o papel de patrono do estabelecimento. Entre as condições para que seu sobrinho, o monarca D. Sebastião provesse o Colégio, estava a de que houvesse uma lição de matemática. O contrato com este pedido foi o primeiro documento relacionado com a instituição da *Aula da Esfera*.

Até o momento, além das tradicionais aulas de latim e de retórica, o Colégio também havia se preocupado, de acordo com Henrique Leitão, com assuntos científicos. Fazia parte do pedido de D. Henrique que tais pautas passassem a ser mais desenvolvidas. Isto porque na Universidade de Coimbra “o ensino de Matemática encontrava-se num estado lastimoso. Com

³¹⁰ Lopo Homem foi o primeiro de uma importante família de cosmógrafos, da qual também fez parte seu filho Diogo Homem e um parente próximo, André Homem. Sabe-se que sua produção foi vasta, no entanto são conhecidas apenas quatro de suas obras. O primeiro documento relativo a Lopo é uma carta régia de 1524, a qual confirma um Alvará de D. Manuel, datado de 1517, no qual declarava-se a exclusividade do “mestre das cartas de marear” no feitiço e correção de todas as agulhas de marear da Armada. Em outro documento de 1529, referido a 1526, aparece como cosmógrafo, recebendo da Casa Real pela função. Em 1551 e 1554, Homem é encontrado, juntamente com Jorge Reinel, como “examinador da ciência e arte de navegar”. Em 1563 é referido como “mestre das cartas de navegação” e o último documento a ele relacionado data de 1565, reconhecendo-o pela mesma função. Para além do Planisfério de 1554, foi autor de outro anterior, datado de 1519 e inserido no Atlas Miller, dele e de Pedro e Jorge Reinel. Ao que se conhece de sua produção, se acrescentam duas cartas náuticas datadas de c.1550. Cf. CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. *Op.Cit.* p. 48-53.

³¹¹ Quando de sua criação, o Colégio contava com aproximadamente 300, um ano depois o número já havia duplicado. Em 1566 tinha 1.100 estudantes e 10 anos depois possuía 1.300. Em 1591 somavam o número de 2.500. Durante o século XVII a instituição teve sempre cerca de 2.000 alunos. LEITÃO, Henrique. *Sphaera Mundi*. In: MARTINS, Lúcia (coord.) **Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

o júbilo de Pedro Nunes, muito provavelmente pelos auspícios dos jesuítas, “as aulas foram sucessivamente entregues a figuras menores, e pouco e pouco, caíram em total desleixo”.³¹²

Sobre a *Aula da Esfera* os únicos documentos existentes são anotações, trabalhos ou textos de autoria dos alunos. A denominação adveio de sua principal referência, o *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco. No curso, ensinavam-se geometria, com base nos *Elementos* de Euclides, aritmética e noções básicas de trigonometria. No que diz respeito exclusivamente à náutica, a *Aula* contava com temas práticos e teóricos, que envolviam navegação, geografia, hidrografia e cartografia, a construção de instrumentos, bem como técnicas de arquitetura e engenharia militar.³¹³

A presença da Companhia de Jesus em diversos locais da Europa, conforme Ferreira, favoreceu o Colégio e a *Aula da Esfera* no sentido de possibilitar a leção de mestres estrangeiros, que traziam de seus locais de origem discussões e novidades científicas. Além disso, o Colégio servia como um centro de informações para as missões no ultramar. Dele partiam e para ele chegavam documentos diversos, como textos, relatos, dados cartográficos e geográficos. Por tais razões compreende-se a importância da instituição, e principalmente da *Aula da Esfera*, para a constituição de um ensino com bases científicas. Esta representou “uma primeira aproximação entre o prático de marinharia e o teórico que pensava, enquanto lente, a solução exata para a experiência vivida por aquele no mar.”³¹⁴ Tal cenário começou a se desenvolver em um período posterior ao privilegiado neste trabalho, já que foi ao longo do século XVII e meados do século XVIII que a *Aula* assistiu a sua estruturação.

Antes da instauração da *Aula* os cosmógrafos – mores tinham como uma de suas obrigações a leção de uma aula, que foi chamada *Lição de Matemática*. A prática era determinada no *Regimento* de 1592, mas ocorria, ainda que de forma não regular, desde metade do século. Diferente da *Aula da Esfera*, esta era mais específica, destinando-se principalmente à formação dos pilotos e outros oficiais, sendo mais prática e menos especulativa. Sua pretensão não era gerar discussões bem como contribuições teóricas e epistemológicas, mas preparar oficiais que possuíam um grau de instrução muito baixo e que, em um primeiro momento, não eram obrigados a frequentar as aulas.

³¹² Cf. *Id. Ibid.* p. 23.

³¹³ *Id. Ibid.* p. 19-20.

³¹⁴ FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Op. Cit.* p. 531.

A *Lição de Matemática* dos cosmógrafos demonstra, sobretudo, a preocupação da Coroa em garantir a segurança da Carreira das Índias. Muitos oficiais além de teoricamente, eram despreparados na prática da marinhagem. Suas in experiências causavam inúmeros desastres, os quais acometiam, além de vidas, as finanças.

Por isso, os autores dos tratados de navegação, tanto em Portugal como na Espanha, utilizavam como justificativa de sua escrita a salvaguarda dos navios e das vidas dos tripulantes. Tal recorrência não representava, apenas, um padrão textual, mas uma explicação alinhada à realidade da expansão marítima. Medir o alcance e a eficácia das *Aulas de Matemática* não parece possível. Isto porque a forma como ocorriam não eram de todo organizada. Tinham como local a casa dos cosmógrafos ou alguma dependência dos Armazéns da Ribeira. Duravam aproximadamente uma hora e delas poderiam participar, além dos oficiais, “gente nobre para que pudessem melhor servir nas empresas e conquistas que se houverem de fazer por mar”.³¹⁵ Fazia parte do currículo uma vasta abrangência de conteúdo, entre os quais o ensino da “figura do universo”, de acordo com o modelo aristotélico, a utilização de instrumentos náuticos como a balhestilha e o quadrante, a confecção e o uso de cartas de marear e a compreensão do movimento dos astros e das marés. Aos pilotos mais preparados e letrados, quando estes existissem, se lia o *Tratado da Esfera*.³¹⁶

Um dos motivos para o funcionamento irregular das aulas foi a própria rotina de viagens. De acordo com o *Regimento*, os candidatos a cargos náuticos deveriam ter realizado um número determinado de carreiras para a qual se pretendia a certificação. Os que pretendiam a função de pilotos, por exemplo, precisavam “ter realizado pelo menos seis viagens de ida e seis viagens de vinda”. A duração de uma viagem da Carreira da Índia variava entre cinco a sete meses. Sendo assim, “a frequência da dita *Lição de Matemática* e o cumprimento das viagens não seria propriamente viável”.³¹⁷

Ao longo dos anos a *Aula da Esfera*, como observou Ferreira, se afastou do caráter prático que buscou manter no início, e foram extintas, por exemplo, as aulas de utilização de instrumentos para navegar. Os docentes do Colégio de Santo Antão, todos com formação

³¹⁵ Cf. MATOS, Rita Cortês de. *Op. Cit.* p.1.

³¹⁶ Os manuais de navegação se caracterizaram por explorar questões similares às abordadas nas *Aulas*. Oliveira, por exemplo, na *Arte da Guerra do Mar* escreveu sobre várias determinantes da navegação nos capítulos intitulados *Do tempo de navegar, as armadas e mudança dos tempos, Dos sinais das tempestades e variação dos temporais, Dos ventos e suas regiões e nomes e Das mares, correntes e aguagens do mar*.

³¹⁷ MATOS, RITA Cortês de. *Op. Cit.* p. 1.

jesuíta, valorizavam muito mais a filosofia e o “caráter metafísico que estivera na construção de uma visão religiosa de mundo” a qual não reconhecia “à matemática a capacidade de ler e explicar os mecanismos do Universo. Por isso, o ensino náutico apresentou um enfoque a cada dia mais esfacelado.”³¹⁸

Com vistas a desenvolver uma formação matemática e prática o ensino era realizado em castelhano, já grande parte dos alunos desconhecia o latim. Tal característica demonstra, não tanto uma preocupação com a erudição, mas, justamente, uma educação voltada para a intervenção. A chave da formação estava no aprendizado da leitura, manejo e construção das cartas de marear e dos demais instrumentos necessários.³¹⁹ Esse esforço era resultado da necessidade de “abastecer o reino com professores formados em todas as disciplinas, com licença e aprovação, da mesma forma que faziam as universidades”.³²⁰ Assim, a cosmografia portuguesa pode ser traduzida como uma coalisão bastante turbulenta entre a teoria e a prática, o gabinete e o navio e também como um saber imprescindível para uma inédita relação com o saber, característico da primeira modernidade.

3.2. A autoridade muda de mãos: os tratados náuticos e a experiência na superação dos Antigos

(...) porque o arremate do saber humano é a experiência.

Fernando Oliveira.³²¹

A citação acima, oriunda do *Livro da Fabrica das Naus* de Oliveira, foi escolhida para abrir o subitem justamente porque expressa a importância dada a experiência pelos náuticos do período. Além disso, porque constituiu-se como uma categoria essencial para uma forma de relacionar-se com a natureza, baseada na atuação e na intervenção. Acredita-se que tal atitude, relacionada com o questionamento dos Clássicos e a tentativa de sistematização e divulgação

³¹⁸ FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. *Op. Cit.* p.529, 530.

³¹⁹ Cf. SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. *Op. Cit.* p. 733-737.

³²⁰ *Id. Ibid.* p.737.

³²¹ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Fabrica...** p. 172.

do conhecimento situa-se entre as bases do que usamos denominar de primórdios da ciência moderna.

Quando, contemporaneamente, utilizamos o termo ciência, tratamos, de acordo com Paolo Rossi, de um tipo de saber que nasceu na Europa da primeira modernidade, em condições determinadas, como se tratou no segundo capítulo. Esta forma de produzir conhecimento propagou-se com enorme rapidez e hoje se faz presente não somente em culturas não ocidentais como as da China e do Japão, mas também em civilizações que há pouco mais de um século eram consideradas primitivas. A não preocupação com o sentido histórico da palavra é responsável pela naturalização do fato do saber em questão possuir características transversais em relação às nações, etnias, tradições religiosas e culturais.³²²

A situação se deve ao sistema de normas, ou, como denominou Rossi, à ética científica construída que se assenta na independência dos enunciados científicos em relação a critérios políticos, religiosos, raciais ou quaisquer outros tipos de pertença.³²³ Na temporalidade aqui abordada, começou-se a enfatizar, de forma cada vez mais intensa, que a produção do conhecimento era, antes de tudo, a busca pela verdade. O que se encontrava em jogo era qual autoridade deveria prevalecer.

Se advogava pela utilização de métodos comuns e constantemente validados – o cerne da metodologia científica. Se as palavras ciência e produção científica substituíram a filosofia natural no final do século XVIII e especialmente no século seguinte, as bases para a produção de cunho científico começaram a ser lançadas e desenvolvidas ainda no século XVI. Talvez um novo comportamento em relação à natureza tenha sido o responsável pela ode à experiência que marcou a Revolução Científica Moderna a pelas ações que a caracterizaram. Antes sacralizada e objeto de contemplação, a natureza passou a ser vista como passível de transformação.³²⁴ A tradição da magia do Renascimento, formadora de muitos aspectos da postura científica, apesar de posteriormente negligenciada, legou aos modernos a noção de que o saber que tem como objeto a natureza era também operação, manipulação, intervenção. Formou-se então, também de acordo com a herança clássica, a ideia de que conhecer o mundo pressupõe a sua transformação – fato interligado com o mecanicismo e sua proposição, da qual Francis Bacon

³²² ROSSI, Paolo. **O cientista...** p.231.

³²³ *Id. Ibid.*

³²⁴ Cf. JAPIASSU, Hilton. *Op. Cit.* p. 157.

foi um dos primeiros expoentes, de que as artes mecânicas eram responsáveis por produtos que não diferiam ou eram inferiores aos da natureza.

As cosmografias, e principalmente os tratados náuticos, são representativos do processo de conhecer a natureza e de codificá-la em leis e códigos que permitissem utilizá-la a favor dos empreendimentos envolvidos com a manutenção e expansão do império no ultramar. Os Antigos foram especialmente retomados no que tange a crença em uma ordem inerente ao cosmos, ordem esta que poderia ser entendida pelos humanos. Segundo Margarita Bowen, a observação e a experiência formavam um caminho comum nos esforços para estabelecer um método empírico que possibilitasse o entendimento do mundo natural.³²⁵ Aristóteles e Platão, reinterpretados largamente, apresentaram vias distintas de investigação. O primeiro foi mais estimado em decorrência de sua posição realista e de sua defesa do método indutivo. Já o segundo, em razão de sua ênfase da importância da lembrança interna e das ideias natas, foi visto como oponente da observação científica. Porém, tais diferenças precisam ser examinadas à luz das propostas de cada um. Aristóteles, em geral, pode ser caracterizado como um prático da ciência, enquanto Platão, um filósofo que descartava a evidência dos sentidos e preferia as abstrações.

Para Platão, a verdade e o real não poderiam ser encontrados em objetos materiais individuais, mas em relações matemáticas abstratas. Já Aristóteles, separou a mecânica celeste da terrestre, o que significava que os céus não sofreriam mudanças e nem eram regidos pelas leis da Terra. Assim, cada fenômeno deveria ser analisado em sua individualidade, ao contrário do que propunha Platão, que acreditava existirem relações possíveis entre o universo como um todo.

Seus estudiosos contemporâneos, ainda conforme Bowen, apontaram que para Platão a ciência serviria como caminho para conduzir ao estudo da filosofia, com o fim de atingir ao estado de mente ativa. Portanto, suas proposições, especialmente as relacionadas com os conceitos abstratos, foram uma intensa reação contra o empirismo ingênuo. Aristóteles, como seu aluno, trabalhou para tentar tornar as abstrações inteligíveis e propôs a diferença entre as sensações e as faculdades. Para ele, senso facultativo existe até mesmo nos animais mais simples, sendo que alguns poderiam também sentir e imaginar. Por isso, assinalou a

³²⁵ BOWEN, Margarita. *Op.Cit.* p.20.

inferioridade da imaginação e da emoção, em contraste com as faculdades racionais, ideia que foi retomada especialmente no século XVII.

Se a percepção ocorreria diretamente dos sentidos, sem participação do intelecto, poderia incidir em um erro na metodologia empirista. Mesmo assim, a participação da imaginação na produção do conhecimento se tornou uma característica do empirismo em razão de sua capacidade de formar imagens mentais. Dessa forma, e sem pretender analisar de maneira mais aprofundada tais questões, pode-se afirmar que Platão foi especialmente retomado pelos modernos no que tange à sua defesa das potencialidades humanas e da busca do real a partir de abstrações. Já o pensamento de Aristóteles, ainda que mais tarde tenha sofrido uma reação generalizada em razão de sua cosmologia geocêntrica, foi essencial para a prática empirista, ao clamar que a razão deveria ser separada do senso facultativo, a fim de que a emoção e a imaginação permanecessem estranhas ao processo de inquirição científica.³²⁶

Apesar da forma como foram retomados e dos diversos fins a que se prestaram, tanto os escritos de Platão como os de Aristóteles, assim como de outros autores clássicos, advogavam pela produção do conhecimento, ou do acesso à verdade, por meio do entendimento e da intervenção na natureza. Sobre a relação do homem com esta e a necessidade e importância de transformá-la de acordo com os seus auspícios e necessidades, Oliveira considerou que:

Primeiro se encontra a natureza do que as artes: porque a natureza nasce com os homens, e as artes são pelos homens ordenadas para remédio de suas necessidades e suprimento da mesma natureza, a qual não produz perfeitamente todas as coisas necessárias para a vida humana, sem os homens intervirem nisso com sua indústria. Não daria a terra pão, nem vinho, se os homens não as cultivassem. Não produziu a natureza vestido nem calçado para os homens, mas eles por sua indústria os ordenaram para cobrir suas partes desonestas e torpes e proteger-se do frio. Assim, onde a natureza falta supre a indústria. A qual indústria não inventa de si mesma tudo o que há: mas toma imitação e exemplo da natureza como mestre: a qual ainda não produz todo o necessário especificadamente, todavia por alguns sinais mostra aos homens o que devem fazer.³²⁷

³²⁶ Cf. *Id. Ibid.* p.20-35.

³²⁷ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Fabrica...** p.174.

A consciência de que adentrar no âmbito dos assuntos dos *arcana naturae* não era um pecado ou uma intervenção que não cabia a todos, mas sim uma demonstração da utilização das potencialidades humanas, levou a uma querela já bastante discutida com os teóricos de gabinete. No *Livro da Fabrica das Naus*, Oliveira criticou enfaticamente “os homens arautos” que mantinham escondido os seus conhecimentos sobre os navios e a navegação porque não os desejavam ensinar. Quando ensinavam, era de forma imperfeita, porque ensinavam pouco, por meio da palavra apenas, e com prática muito vulgar. Além do mais lhe parecia que “(...) não ensinavam bem esta arte porque não a entendiam bem: porque os mestres que entendem mal o que ensinam é porque são escuros na prática, assim como os seus entendimentos estão escuros nas matérias que praticam”.³²⁸

Em *Ars Nautica*, demonstrou posicionamento semelhante: “Propusemo-nos, com efeito, desde o início, confiar na experiência, tanto mais que até os maiores filósofos nela se fundamentam (...). A náutica é uma arte e baseia-se principalmente na experiência e mais confiança merece a experiência dos navegantes do que a fantasia dos matemáticos.”³²⁹ A experiência e os descobrimentos dela decorrentes acarretaram também uma inédita relação com os Clássicos. Estes, parece claro, não deixaram de ser referências e inspirações primordiais, entretanto, passaram a não se constituir mais como a autoridade suprema. De forma mais intensa, postulou-se que os modernos, como apontou José Antonio Maravall possuíam maior sabedoria do que os antigos, porque, caminhando todos no mesmo sentido, a obra dos que vieram depois acrescenta algo ao nível alcançado pelos seus predecessores”.³³⁰

O lento abandono da Escolástica, a crítica aos produtores de um saber encastelado e uma nova relação com os Antigos deu lugar a uma “espécie de livre exame de textos e ideias, que pôs a investigação onde estava o comentário, e a crítica no lugar do argumento.”³³¹ Não importavam mais apenas a glorificação da *Auctoritas* e a tradução e reprodução dos clássicos. Era preciso, em razão das novas necessidades, pôr à prova, verificar e confrontar aqueles

³²⁸ *Id. Ibid.* p.149.

³²⁹ *Id. Ars Nautica. Apud* BARRETO, Luis Felipe. **Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural**. Lisboa: Gradiva, 1987, p.41.

³³⁰ MARAVALL, José Antonio. **Antiguos y Modernos**. Madri: Alianza, 1986, p.591.

³³¹ DIAS, José Sebastião da Silva. *Op. Cit.* p.58.

ensinamentos. Dias apontou que, para os homens do século XVI, o saber deveria ser derivado da prática e não dos livros, e ainda que:

Foi a atividade náutica, na época dos Descobrimentos, que nos forçou à análise realista dos fenômenos da natureza, bem como sua interpretação e domínio. Sem suas exigências, não teríamos retificado os conhecimentos astronômicos e naturais dos antigos, nem aperfeiçoado os instrumentos náuticos, nem desenvolvido as matemáticas, nem adquirido o hábito de observar e de raciocinar à luz dos fatos.³³²

A disseminação da crença na experiência como grande motor para o desenvolvimento do conhecimento e como atitude essencial para a busca da verdade encontrou eco em muitos portugueses. Talvez o exemplo mais clássico esteja em Duarte Pacheco Pereira, marinheiro erudito e capitão de naus. O *Esmeraldo Situ Orbis* (1508) na definição de seu autor, um livro de “cosmografia e marinharia”, trata-se de uma das primeiras expressões da valorização acentuada do testemunho de vista como argumento de autoridade. O tratado, dividido em quatro livros, foi publicado pela primeira vez apenas no final do século XIX.

O primeiro dos livros, para além de tratar de questões cosmográficas e náuticas gerais, ocupou-se dos descobrimentos ocorridos na época do infante D. Henrique (1394 – 1460). Os três seguintes seguiram a mesma tônica enfatizando os lugares, populações e caminhos e rotas conhecidos e estabelecidos nos reinados de Dom Afonso V (1438 – 1477), Dom João II (1481 – 1495) e Dom Manuel (1495 – 1521).³³³ No início, Pereira escreveu, ainda que de forma geograficamente imprecisa, “sobre os lugares do Brasil”, para, no primeiro capítulo do quarto livro tratar do que pensavam os Antigos sobre a possibilidade de navegação e de vida para além do Equinócio. Apesar de, durante todo o tratado ter feito uso da autoridade dos Clássicos, não se furtou em negá-los e corrigi-los, pautando-se nas provas adquiridas pela experiência, o que representou um ineditismo para o período.

No trecho em questão afirmou que “nunca os nossos antigos antecessores nem outros muito mais antigos de outras estranhas gerações puderam crer que viria um tempo que o nosso Ocidente fosse do Oriente conhecido e da Índia também, da forma que agora é”. Em seguida, ao citar Ptolomeu e suas “antigas tabuas de cosmografia”, disse que nestas “o mar Índico era

³³² *Id. Ibid.* p.65.

³³³ Para a divisão dos livros e titulação dos capítulos cf. PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Organizada e prefaciada por BASTO, Raphael Eduardo de Azevedo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892, p. 34-35.

como que uma grande lagoa afastada por muito espaço do nosso mar oceano Ocidental que pela Etiópia Meridional passa” e “que entre estes dois mares havia uma borda de terra por impedimento da qual para dentro do Golfo Índico ninguém poderia passar”.

Além de Ptolomeu, afirmou que outros autores, os quais não nomeou, “disseram que este caminho era tão longo que por sua lonjura não se podia navegar e que nele havia muitas feras e outros grandes peixes e animais nocivos pelos quais esta navegação não se podia fazer”.³³⁴ Finalmente, ao colocar em xeque a Teoria das Cinco Zonas, considerou que, tanto Pomponio Mela em seu *Situ Orbis* e João de Sacrobosco, no seu *Tratado da Esfera*, consideraram que:

(...) as partes da Equinocial eram inabitáveis em razão da grande quentura do Sol, de onde parece que segunda a sua tenção aquela zona Tórrida por esta causa não se podia navegar, pois a fortaleza do Sol impedia de haver habitação e tudo isto é falso e certamente temos muita razão de nos espantar de tão excelentes homens como estes, assim como Plínio e outros autores terem caído em tamanho erro (...) pois debaixo da equinocial há muita habitação de gentes, como temos sabido e praticado e como quer que a experiência, que é mãe de todas as coisas e por ela soubemos radicalmente a verdade (...).³³⁵

Não faltam exemplos de indivíduos com posturas semelhantes. A Duarte Pereira pode-se acrescentar nomes como de João de Barros, Francisco de Holanda e Manuel Godinho de Erédia. Nascido em Malaca, este último foi cosmógrafo e cartógrafo e produziu no Estado da Índia no início do século XVII. Em suas obras depara-se com a presença da *Autorictas*, entretanto de acordo com uma posição dupla. Conforme observou Andréa Doré “suas afirmações se colocaram a meio caminho entre o reconhecimento e a necessidade de endossar o que diziam os antigos e sua própria autoridade, obtida pela visão da realidade que descreveu”.³³⁶

Luís Filipe Barreto, assim como Dias, apontou os Descobrimentos como essenciais para o desenvolvimento deste senso prático atribuído aos portugueses. Para ele, estes foram

³³⁴ *Id. Ibid.* p.98-99.

³³⁵ *Id. Ibid.*

³³⁶ DORÉ, Andréa. Manuel Godinho de Erédia e a cartografia sobre o Estado da Índia no Período Filipino. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira. Retratos do império. **Trajétórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006, p.381

revolucionários, pois foi no interior das práticas desenvolvidas pelas atividades próprias das navegações que surgiram projetos de exigência racional, que buscavam no empirismo a absoluta perfeição frente à certeza dedutiva.³³⁷ Neste cenário, as perguntas e os propósitos não eram mais os mesmos. Assim, não se tratava apenas de possuir mais ou menos saber, mas de objetivos e pretensões que não poderiam mais ser realizados somente com o guiar dos Antigos. No *Livro da Fabrica das Naus*, Oliveira partilhou deste sentimento, ao considerar que:

Poucas vezes se lê que os Gregos nem Latinos navegassem fora do mar Mediterrâneo, de que somente eram capazes os seus navios. Os nossos agora são capazes também do oceano por todo o mundo, ou a maior parte dele. O qual os nossos marinheiros em nossos dias descobriram e os seus nunca conheceram. Mais louvor se deve nisto aos nossos, que os Gregos, nem Latinos: porque mais têm feito pela navegação em oitenta anos, que eles fizeram em dois mil que reinaram.³³⁸

A admiração cega à sabedoria dos Antigos poderia tornar-se um perigoso obstáculo, pois impediria a visualização das necessidades do presente e avanços em diversas áreas. Assim, não se tratava de uma simples querela ou de provar pretensas superioridades, mas da constatação de que o tempo havia colocado novas necessidades e problemas.³³⁹ Não adiantava demonstrar conhecimento das obras clássicas e não conseguir sanar as demandas do presente. Oliveira, abordando a nomenclatura dos navios e suas partes, criticou enfaticamente os que imitavam as denominações antigas: “(...) parece demasiada curiosidade daqueles que gastam o seu tempo e querem aplicar os nomes latinos e gregos aos nossos navios e se esmeram em ter cuidado das velhices estrangeiras, não sabendo o seu presente – o necessário.”³⁴⁰

Tais considerações levam à análise de outra característica inaugurada na primeira modernidade, e que diz respeito à noção do aumento e aperfeiçoamento do conhecimento de acordo com a passagem do tempo. Ao tratar dos instrumentos mais importantes para a navegação, Oliveira, imbuído de tal crença, elucidou que desde a Antiguidade tal arte não poderia ser executada sem os navios, mesmo que fossem:

³³⁷ BARRETO, Luis Filipe. *Op. Cit.* p.11.

³³⁸ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Fabrica...**p.124.

³³⁹ ROSSI, Paolo. Sobre as origens da ideia de progresso. *In: Naufrágios sem espectador. A ideia de progresso.* São Paulo: Editora Unesp, 2000, p.68-69.

³⁴⁰ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Fabrica...** p. 169.

(...) imperfeitos e não tão bem acabados como agora são. Porque nenhuma arte tem instrumentos perfeitos em seu princípio, nem os navios logo no começo foram perfeitos: quanto mais os homens os usam, mais entendem as faltas que nelas existem, e as vão emendando: assim como fazem em todas as artes e seus instrumentos.³⁴¹

A crença no avanço contínuo do saber expressa, conforme apontou Maravall, uma concepção da história pautada em um movimento dotado de sentido, com orientação, que avançaria até uma meta marcada pelo aperfeiçoamento. Se para modernos o termo progresso não possuía a significação que adquiriu no século XVIII, uma ideia aproximada se encontrava em circulação: a marcha dos acontecimentos humanos movimenta-se rumo à melhoria, para uma maior perfeição da cultura. O progresso não seria o melhoramento brusco e sem continuidade, mas que exigia passos sucessivos, de avanços graduais, exatamente como descrito na passagem acima.³⁴²

O ideal científico moderno sustentou-se, então, não na crença de um saber totalizante, completo e oculto, mas na convicção, segundo Rossi, de que o conhecimento é algo que cresce mediante um processo para o qual contribuem diferentes gerações, uma após a outra, buscando uma perfeição cada vez maior.³⁴³ Tal noção esteve acompanhada de uma pretensão de universalidade do conhecimento produzido que esteve pautada em diferentes alicerces.

O primeiro se relaciona com os propósitos de produção. Grande parte das obras, escritas ou de outras naturezas, pautavam-se na pretensão de contribuição para algo maior, que poderia ser a glória dos reinos de seus autores/executores ou mesmo a consciência de que se estava contribuindo para o avanço do saber. No caso dos ibéricos a universalização dizia tanto respeito às pretensões imperiais de Portugal e Espanha, tanto às suas ânsias de distinguirem-se dos sábios de gabinete que mantinham o conhecimento encastelado em língua latina.

O conteúdo que se ensinava aos pilotos e demais oficiais era divulgado de forma que pudesse ser entendido. Tal pretensão diferia da que nutriam as cosmografias em geral. Caracterizadas como obras de divulgação e vulgarização tinham o intento de oferecer ao leitor,

³⁴¹ *Id. Ibid.* p. 149.

³⁴² Cf. MARAVALL, José Antonio. *Op. Cit.* p. 581 – 611.

³⁴³ ROSSI, Paolo. *Sobre as origens da ideia...* p.49.

sem que este saísse do conforto e segurança de sua casa, o saber cristão sobre o mundo, amparando-se em tópicos que se pautavam tanto no deleite como na utilidade da leitura.³⁴⁴

Os manuais de navegação diferenciam deste padrão. Apesar de estarem assentados na justificativa dos benefícios que trariam para a cristandade, eram bem mais específicos no que tange aos seus objetivos. Se o público das cosmografias era anônimo e letrado, e por isso eram, na maioria das vezes, publicadas em latim, os tratados eram dirigidos aos envolvidos com a expansão e a navegação, e por isso obedeciam a determinados padrões de sistematização, que buscavam atender às demandas da expansão.

Foi em razão deste propósito que Oliveira escreveu em língua vulgar. Na *Arte*, afirmou que apesar de ter sido instruído a escrever em latim, como ditava a tendência dos humanistas, escolheu redigir em vernáculo “em estilo breve e claro, e conforme os entendimentos dos cavaleiros determinados e acelerados que não esperam longos preâmbulos”.³⁴⁵ Dom João de Castro, assim como Oliveira, demonstrou preocupação em escrever suas obras para os que, como ele, também se aventurariam por viagens marítimas. Na dedicatória do seu *Roteiro de Lisboa a Goa* (1538) sentenciou: “(...) não escrevo este livro para ser lido por senhores e amadores, nem para ser usado nas cortes ou nos palácios reais, mas para os de Leça e de Matosinhos”.³⁴⁶

Juntamente com Oliveira e Castro, muitos autores portugueses argumentaram a favor da introdução do vernáculo em obras de diversas naturezas. Tal tendência, além de relacionada à instrução dos pilotos e demais oficiais, foi utilizada a favor da expansão de outras formas. Conforme pontuou Reijer Hooykaas:

As conquistas dos Gregos (Alexandre) e dos Romanos (César) permitiu-lhes impor a sua língua a todas as nações subjugadas, pelo que é mais uma vez por imitação dos exemplos antigos que os Portugueses agora introduzem a sua língua, tornada comum, em todas as colônias. É tendo em vista esta situação

³⁴⁴ Sobre os prefácios e sua configuração retórica cf. DORÉ, Andréa. **Vendre le monde....**

³⁴⁵ OLIVEIRA, Fernando. **Arte da...** p.18.

³⁴⁶ CASTRO, D. João de. *Roteiro de Lisboa a Goa*. In: **Obras completas**. v 1. Lisboa: Academia Internacional da Cultura portuguesa, 1969, p.122. Leça e Matosinhos eram o local de origem de muitos marinheiros.

que Fernão Oliveira (1536) aduz razões práticas e nacionalistas em vez de puramente humanistas, para que se cultivasse a literatura em português.³⁴⁷

O que impelia tais indivíduos a produzirem não era apenas a renovação da herança dos antigos, mas sua pretensão de difundir conhecimentos úteis entre os marinheiros incultos, tanto como para os nobres de condição vulgar. Esses escritores escreveram em língua vernácula, contrariando a tradição humanista anterior de versar em grego ou principalmente em latim, devido às necessidades práticas e técnicas das viagens oceânicas. Eram inspirados “de uma maneira ou de outra, pela expansão marítima e todos eles se empenhavam na prosperidade do Império Lusitano, que consideravam ser a contrapartida moderna do Império Romano”.³⁴⁸

Pedro Nunes, em uma coleção de traduções de tratados astronômicos que realizou, aos quais incluiu também uma tradução do primeiro livro da *Geografia* de Ptolomeu, se mostrou surpreso com a relutância de tantos colegas em escrever em língua vernácula, dizendo: “Não sei entender de onde veio tamanho receio de treladar na linguagem vulgar: se não que os letrados quisessem encarecer isto por lhes parecer que desta sorte acrescentariam mais em sua autoridade.”³⁴⁹ E a fim de justificar sua escolha de produzir em português afirmou: “E porque o bem quanto mais comum e universal: tanto é mais excelente”.³⁵⁰

Vale lembrar que Oliveira possuía uma relação intensa com a língua portuguesa, visto a publicação de sua *Gramática de língua portuguesa* (1536), a primeiro do gênero em Portugal. No quinto capítulo da obra, que conta com cinquenta ao total, afirmou:

(...) não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados porque a semelhança é causa do amor. Ao contrário vemos em África, Guiné, Brasil e Índia não amarem muito os Portugueses que entre eles nascem só pela diferença da língua: e os de lá

³⁴⁷ HOOYKASS, Reijer. **O Humanismo e os Descobrimentos na Ciência e nas Letras Portuguesas do século XVI**. Lisboa: Gradiva, 1983, p. 107.

³⁴⁸ *Id. Ibid.* p.108.

³⁴⁹ NUNES, Pedro. **Obras I**. Lisboa: Editora da Academia das Ciências de Lisboa, 1943, p.3. *Apud Id. Ibid.* p. 104.

³⁵⁰ *Id. Ibid.* p. 105.

nascidos querem bem aos seus portugueses e chamam-lhe seus porque falam assim como eles.³⁵¹

A sentença acima demonstra o teor nacionalizante, prático e utilitarista observado na intenção da escrita de obras em língua pátria. Tal tendência aparece também no prefácio de *Arte da guerra do mar*, datada de 1555, na qual o autor faz questão de mencionar que apesar de ter sido instruído para escrever em latim, preferiu redigir em língua vernácula, para que a pudessem entender os cavaleiros e marinheiros que partiam para as batalhas ultramarinas.³⁵²

Além de escrever em vernáculo, almejava sistematizar o conhecimento em regras claras. O propósito servia para facilitar a instrução dos práticos e dos que desejassem aprender sobre o assunto, mas também como uma forma de garantir uma metodologia e uma linguagem própria para o conhecimento produzido. Oliveira representa o nascimento de um novo tipo de indivíduo e da relação com o saber possibilitada pelos pressupostos humanistas e pelas demandas de seus locais de atuação. Letrado, herdeiro dos Antigos - a partir de relação de igualdade e/ou contestação, e entusiasta da prática, situou-se no meio termo, ou melhor, foi a ponte entre a erudição e a experiência.

A valorização da experiência deu o tom a este processo. Significou, em última instância, a prova, a validação do que se afirmava e produzia. Relacionada ao pragmatismo e utilitarismo luso, a experiência em Oliveira foi marcada pela prática, pela valorização do testemunho de vista. Porém, foi além da defesa da observação, contribuindo para o desenrolar de uma metodologia e epistemologia centrais para o desenvolvimento do saber científico da primeira modernidade europeia.

³⁵¹ OLIVEIRA, Fernando. *Grammatica de...* p. 16.

³⁵² Id. *Arte da Guerra...* p.1-2.

Parte 2

Os usos da tradição

A história seria esta progressiva iniciação
às estruturas asilares na qual cada “discurso” social apaga, por sua vez,
os sintomas do que o fez nascer.

(CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**)

CAPÍTULO 4

A HISTÓRIA A SERVIÇO DE UMA CAUSA

4.1. Fernando Oliveira historiador na crise dinástica pré-União Ibérica

As últimas décadas da vida de Fernando Oliveira são as que mais nos escapam. Se seu regresso aos cárceres inquisitoriais ocorreu em 1555, a ausência de um novo processo ou qualquer outro tipo de documentação impede a estima de uma data de saída.³⁵³ A partir de então, a única fonte respeitante diretamente à sua trajetória é um alvará expedido em 1565. Neste, o rei D. Sebastião fazia saber que “(...) aos que este ouvirem que eu ei, por bem, fazer mercê ao licenciado Fernando Oliveira, clérigo de missa que leu casos de consciência em Palmela”.³⁵⁴ A tença somava vinte mil réis e deveria ser paga a cada ano, enquanto não fosse provido de outro benefício eclesiástico que lhe valesse mais renda.

O documento não traz mais nenhuma informação, mas seu conteúdo, apesar de não permitir inferir sobre o tempo em que atuou na função, demonstra que, caso realmente a tenha exercido, recuperou, ainda que em termos, a graça régia ao receber tal mercê. É de se supor que, na casa dos sessenta anos e após duas passagens pelo Santo Ofício, Oliveira julgou por bem aceitar as recomendações relativas ainda ao seu primeiro processo de que “se ocupasse de alguns exercícios virtuosos procurando sempre dar de si o exemplo que seu hábito requer”.³⁵⁵

Apesar de voltar a exercer um ofício que dizia respeito ao corpo social do qual fazia parte originalmente e recebendo por ele as graças devidas, Oliveira não voltou a angariar outra função institucional ou ocupar cargo de renome. Parece claro que, mesmo restituído ao seu exercício clerical, a marca inquisitorial bem como as diversas inimizades que contraiu no passado entre nobres e eruditos, decorrentes de suas críticas e postura algumas vezes

353 O capítulo 1 analisa a passagem de Fernando Oliveira pelos cárceres inquisitoriais, bem como as razões que levaram ao seu processo.

354 **Alvará de el-rei D. Sebastião concedendo uma tença ao licenciado Fernão de Oliveira clérigo de missa...**

355 **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...**

impetuosa, o impediram da possibilidade de se fazer ouvir e de atuar novamente no campo das letras ou no cenário da expansão.

Tal situação explica a não publicação e circulação de seus livros a partir de então. Tanto a *Gramática de Língua Portuguesa* (1530), como a *Arte da Guerra no Mar* (1545) foram editadas, mas nenhum de seus escritos posteriores passou pela prensa. O *Ars Náutica* (c.1570), sobre arquitetura náutica e *O Livro da Fábrica das Naus* (c.1580), que consiste em uma revisão e ampliação da *Ars Náutica* permaneceram manuscritos. O mesmo ocorreu com suas últimas produções, de caráter historiográfico e que são objeto deste e dos próximos capítulos.

Tratam-se do *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* e da *História de Portugal*. Na primeira parte da tese foram analisados episódios da trajetória de Oliveira frente a diversos contextos em conjunto com a sua produção escrita. Assim, além do registro sistematizado e erudito de diferentes temáticas, sua experiência também serviu como fonte de interpretação – da qual se tem consciência da parcialidade e intencionalidade em razão das questões propostas. A segunda parte terá como mote apenas a análise de sua produção escrita, produtos notadamente da tradição humanista e religiosa da qual pertencia, mas que não deixam de ser resultado, ainda que em menor grau quando comparadas com as anteriores, de suas vivências.

Tanto o *Livro da Antiguidade* como a *História de Portugal* são originários do mesmo contexto. Escritas no final da década de 1570 e início de 1580, são resultados da crise sucessória em Portugal e da decorrente União Ibérica (1580-1640). Da mesma forma que com o *Livro da Fábrica das Naus*, foi o seu primeiro biógrafo, Henrique Lopes de Mendonça, quem, no final do século XIX, apresentou com maior profundidade e circulação tais produções. Na publicação de Mendonça foram disponibilizadas as transcrições do processo inquisitorial (1547-1551) de Oliveira e o *Livro da Fábrica das Naus*. As produções de cunho historiográfico receberam apenas menções, além de ter sido identificada sua localização e realizadas especulações acerca das razões de seu paradeiro. Depois do trabalho de Mendonça, os manuscritos receberam pouca atenção, cenário que perdurou até a publicação de um artigo do filólogo e estudioso da língua portuguesa, Paul Teyssier.³⁵⁶ No final de 1950, após realização de exame paleográfico, Teyssier comprovou a originalidade das obras historiográficas e de outras pertencentes ao mesmo fundo, afirmando que se tratam de manuscritos em forma de

356 TEYSSIER, Paul. L'Histoire de Portugal de Fernando Oliveira d'après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris. In: **Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**. Lisboa, 1959, p.359-379.

rascunho, com algumas partes revistas. A questão da veracidade da autoria tornou-se importante naquele momento, visto a não assinatura por Oliveira. Entretanto, mesmo se assinadas não seria simples comprovar a autoria em razão da grande quantidade de homônimos possíveis.

Os manuscritos encontram-se arquivadas no *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de Paris, onde estão desde 1668.³⁵⁷ Fazem parte do códice, atualmente de número 12, quatro produções de Oliveira: os já citados manuscritos historiográficos e também uma tradução para o português de *Re Rustica*, de autoria do romano Lúcio Júnio Moderato, chamado Columela (4 d.C.) e uma cópia integral da *Arte da Gramática de Língua Castelhana*, de António de Nebrija, mas realizada apenas parcialmente pela letra de Oliveira.³⁵⁸

Não se tem conhecimento da razão do paradeiro dos escritos na França. O que se sabe é que até 1668 pertenciam ao cardeal e ministro italiano radicado na França, Giulio Mazzarino. Mendonça chegou a conjecturar a possibilidade de Oliveira ter se dirigido a Paris depois do estabelecimento da União Ibérica. O fato de ter sido partidário de D. António, prior do Crato, que se exilou em Paris, poderia ter estimulado ou até mesmo obrigado o deslocamento. No entanto, o registro de seu nome não foi encontrado na documentação concernente aos aliados do príncipe³⁵⁹ e seus escritos não trazem nenhum indício de uma passagem por Paris.

Soma-se ao manuscrito original de *História de Portugal* uma cópia realizada por António Nunes de Carvalho com duas datações: 1831 e 1833.³⁶⁰ Junto a esta, Carvalho anexou um resumo do conteúdo, uma cópia dos títulos do *Livro da Antiguidade* e um parecer sobre a importância de uma possível publicação. Neste considerou que: “Esta história é muito importante pelos factos e documentos que contém; e ainda que o estilo é pouco apurado, merece imprimir-se, ao menos em uma coleção de Documentos para a História de Portugal”. Ainda no

357 O *Fonds Portugais* foi organizado por Alfred Morel-Fatio em 1892 e as obras de Oliveira foram registradas sob o códice 5. Anteriormente os manuscritos haviam recebido a cota 10.022.

358 Cf. MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op. Cit.* p.77.

359 *Id. Ibid.* p. 79-80.

360 Nunes de Carvalho, jurista, atuou como lente nas Universidades de Coimbra e de Évora. Exilado na França entre 1829 e 1833, além de professor de literatura portuguesa de membros da casa real, estabeleceu contato com arqueólogos e bibliotecário franceses, como Champollion-Figeac. Em Portugal foi encarregado do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), criado em 1835. Sobre sua trajetória e atuação cf. RODRIGUES, Rute Massano. “Pitoresco e Romântico”: premissas para a conservação do Sítio da Arrábida, segundo o doutor António Nunes de Carvalho, responsável do Depósito das Extintos Conventos. *In: ARTSON. Revista de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. n. 1, 2015. Atualmente o documento está arquivado no Fundo Memorial de Fernando Martins de Carvalho, localizado na Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa.

mesmo texto pontuou a importância dos documentos contidos na obra, copiados por Oliveira dos originais. Seu trabalho não foi editado.³⁶¹

O conjunto de obras que caracteriza o códice de autoria de Oliveira soma ao todo 339 fólios. Destes, os primeiros 152 fazem parte da *História de Portugal*, sendo que do 157 até o 176 referem-se ao *Livro da Antiguidade*.³⁶² Ainda no século XVIII, em uma pequena biografia de Oliveira contida na sua *Biblioteca Lusitana*, Diogo Barbosa Machado mencionou as obras historiográficas, afirmando que as arquivadas na Biblioteca Nacional de Paris tratavam-se de cópias.³⁶³ A conclusão de Machado foi posta em causa apenas na década de 1820, quando surgiram outras preocupações com as obras no periódico *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, publicado por portugueses em Paris entre 1818 e 1822. Em um dos volumes, o diplomata Francisco José Maria de Brito lamentou o esquecimento no qual se encontrava a produção do humanista. Este, sobrinho do Frei Manuel do Cenáculo, publicou uma transcrição da tradução realizada por Oliveira do *Re Rustica*. Acompanhado dos demais editores, Brito corrigiu Machado, afirmando que após realizar exame paleográfico, confirmava a originalidade dos documentos do *Fonds Portugais*.

A execução da *História de Portugal* e do *Livro da Antiguidade* foi considerada incompleta pelos estudiosos do periódico. Ao que parece, não manifestaram interesse em publicá-la, reconhecendo apenas o seu valor como material histórico e polêmico, cujo intento era o de desdizer a opinião espanhola sobre a submissão de Portugal. Quanto à redação, a consideram rápida e caracterizada por uma junção de acontecimentos e argumentos condizentes com a opinião do autor.³⁶⁴

361 CARVALHO, António Nunes. **História de Portugal de Fernando Oliveira**. Arquivado no Fundo Memorial do Conselheiro Fernando Martins de Carvalho da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, 1831. Cota original: M.E. IX n. 9112, penúltimo fólio. Cf. Franco, José Eduardo. *Op. Cit.* p.78.

362 FRANCO, José Eduardo. *Op. Cit.* p.77.

363 Segundo Barbosa Machado, os manuscritos originais encontravam-se na biblioteca pessoal do Marques de Valência, a qual foi tomada pelo fogo durante o Grande Terremoto ocorrido em Lisboa em 1755. MACHADO, Diogo Barbosa. **Biblioteca Lusitana**. Volume II. Coimbra: Atlântida Editora, 1966, p.47

³⁶⁴ O caráter lacunar, polemista e de escrita associada a um modelo argumentativo personalista identificados na *História de Portugal* por parte dos editores dos *Annaes* pode ser explicada por uma possível preocupação nascente, e já identificável primeiramente nos reinos germânicos e na França nas primeiras décadas do século XIX, com o estabelecimento de credenciais acadêmicas à produção histórica, além da definição de critérios de confiabilidade metódica, plausibilidade argumentativa e de relevância político-social. Este movimento sugeria o abandono das concepções relativas à produção da história que formaram a tradição europeia desde o Renascimento, ou mesmo desde a Antiguidade, como um conjunto de crônicas baseadas nos testemunhos exemplares para a ascensão de um modelo investigativo, de fundamentação metódico-documental. Sobre essa questão cf.

No mesmo período, outro grupo se interessou pela produção de Oliveira. Trata-se igualmente de responsáveis por um periódico, lançado por portugueses em Paris em 1820 e chamado *O Contemporaneo Político e Litterario*. A filiação monarquista dos membros pode ser um dos indicativos do desejo da publicação da *História de Portugal* e da avaliação positiva sobre o conteúdo e a escrita. Como a revista foi encerrada ainda em setembro do mesmo ano, a publicação não passou dos primeiros capítulos da obra. A próxima menção aos escritos históricos de Oliveira apareceu novamente somente na já citada obra Mendonça. O biógrafo, ao que parece seguindo os posicionamentos de Brito, discordou de Barbosa Machado sobre a originalidade dos manuscritos da Biblioteca Nacional e também apontou o seu pretenso caráter incompleto.³⁶⁵

Ao contrário do ocorrido com seus estudos náuticos e filológicos que receberam análises, mesmo que esparsas a partir de meados do século XX, os trabalhos historiográficos permaneceram ocultos por mais tempo. Depois de Mendonça, o primeiro autor a tratar do tema foi o já citado Teyssier na década de 1950. Passaram-se então 50 anos até que novo trabalho viesse à tona. Dessa vez, no ano 2000, José Eduardo Franco transcreveu e publicou pela primeira vez ambos os escritos, acompanhados de estudo sobre a função política das obras.³⁶⁶

A grande motivação para a escrita das obras historiográficas de Oliveira foi o contexto de crise sucessória em Portugal. A vinculação é identificada sem grandes esforços desde as primeiras páginas. Em um dos capítulos do *Livro da Antiguidade*, foi categórico ao afirmar que “Uma parte da proposição ou tenção deste livro é mostrar como o reino de Portugal é antigo e sempre foi livre e nunca vassalo doutra alguma nação”.³⁶⁷

MARTINS, Estevão de Resende (org.) Introdução: o renascimento da história como ciência. In: **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 7-14.

365 MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op. Cit.* p.79.

366 FRANCO, José Eduardo. *Op. Cit.* Francisco Contento Domingues se dedicou ao estudo da produção náutica de Fernando Oliveira a partir da década de 1980. Em um de seus trabalhos, ao tratar da vida do autor e sua obra, como também o fez em outras publicações, mencionou a produção historiografia oliveriana, baseando-se nos já mencionados trabalhos de Mendonça e de Teyssier e em estudos que Franco vinha empreendendo sobre. Cf. DOMINGUES, Francisco Contento. **Fernando Oliveira e o primeiro tratado português de arquitetura naval...** p. 84-85. Franco atentou para a existência, desconhecida sua e dos demais estudiosos de Oliveira em Portugal até o momento da escrita de seu livro, de uma transcrição e anotação crítica das obras históricas de Oliveira realizadas por Pierre Valière em 1975. A edição ocorreu na Universidade de Nantes sob a orientação de Paul Teyssier.

367 OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...** p. 520.

O imbróglio teve início depois do desaparecimento de D. Sebastião (1554-1578) durante expedição ao Norte do Marrocos. A batalha, que acarretaria em muito mais do que a derrota frente ao exército liderado pelo sultão Mulei Moluco em Alcácer-Quibir, ocorreu em agosto de 1578. D. Sebastião não possuía herdeiros. A sucessão restou então ao Cardeal D. Henrique (1512-1580), único filho vivo de D. Manuel (1469-1521), pai de D. João III (1502-1557).³⁶⁸ Este último teve uma dezena de filhos, os quais viu todos morrer. D. Sebastião era seu neto e assumiu o trono quando atingiu a maioridade porque seu pai, D. João Manuel (1537-1554), morreu antes de seu nascimento. A atuação de D. Henrique era sabida por todos provisória. Além de religioso, possuía idade avançada, contando com quase setenta anos. Reivindicavam o trono, Felipe II da Espanha, Dona Catarina, Duquesa de Bragança e D. Antônio, Prior do Crato; todos netos de D. Manuel.

A condição ilegítima de D. Antônio dificultou a corrida contra o representante espanhol. Isto porque era filho de D. Luís, Prior da Ordem do Crato, com Violante Gomes. Esta, além de não pertencer à nobreza, que era cristã-nova. D. Luís, como Prior, somente poderia contrair matrimônio com dispensa papal. Não se pode afirmar se casou com Violante Gomes, no entanto, se o fez, não foi com a licença necessária. Dessa forma, D. Antônio mantinha sua bastardia. Além de herdeiro da Ordem, D. Luís era titulado Condestável do Reino, cargo militar de importância apenas inferior a do rei e possuía propriedades tanto em Portugal como em Ceuta.³⁶⁹ D. Henrique, que nutria grande estima pela Duquesa de Bragança, não apoiou a

³⁶⁸ D. Henrique havia atuado como regente do reino entre 1562 e 1568 quando da minoridade de D. Sebastião. Foi antecedido desde 1557 por D. Catarina, irmã de Carlos V, que assumiu o cargo após a morte de seu marido D. João III.

³⁶⁹ Cf. HERMANN, Jacqueline. Um Rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. In: **Revista Brasileira de História**. v. 30, n. 59, jun/2010, p.144. O artigo analisa, com base em alguns episódios da vida de D. Antônio, aspectos da história política e cultural ibérica na passagem do século XVI para o XVII. No texto Hermann realiza um balanço das produções historiográficas sobre a Crise Dinástica e a trajetória antonina. No que diz respeito às fontes produzidas durante o período, aponta a publicação da **Crónica del Rei Dom Antonio**. Esta é atribuída a Pedro de Frias, quem seguiu D. Antônio para os Açores, após sua derrocada em Portugal. Uma cópia da crônica, manuscrita, foi localizada apenas em 1934 em Bruxelas e comprada pela Torre do Tombo, vindo a ser publicada em 1955 por Mario Alberto Nunes Costa. Acredita-se que o ostracismo em que se encontrou o texto, explica-se em grande medida, tal como o ocorrido com as obras de Oliveira, em razão da vitória de Filipe II. No final do século XIX e início do século XX, muito em razão da transição do regime monárquico para o republicano em Portugal, surgiram várias obras sobre a questão. Entre as décadas de 1930 e 1950 foram publicados os livros mais completos e citados sobre D. Antônio. A maioria deles situa-se no interior de uma historiografia de pendor nacionalista e partidária da causa lusa. No entanto, são estudos riquíssimos em documentos sobre o período. Entre estes estão os livros de VELOSSO, J.M. Queiroz. **O Reinado do Cardeal D. Henrique: a perda da independência**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946 e **O interregno dos governadores e o breve reinado de D. Antônio**. Lisboa: Academia Portuguesa de História. Volume 3, 1953. Nas décadas seguintes tornou-se central a publicação de João Francisco Marques, a saber **A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina**. Porto: Centro de História da Universidade, 1986. Entre as muitas produções mais atuais estão as de ÁLVAREZ, Fernando Bouza. De un fin de siglo a outro. Union de Coronas

candidatura de D. Antônio, a quem ordenou que se mantivesse longe de Lisboa até a resolução da situação.

A postura do Cardeal e seu rompimento com o Prior da Crato, não adveio, conforme atentou Jacqueline Hermann, apenas de sua aspiração monárquica, mas de outras questões que remontavam às décadas anteriores. Entre estas estiveram a recusa pela vida eclesiástica, desejo manifestado pelo pai, D. Luís, e a manutenção de uma trajetória desregrada que o fez acumular dívidas, mesmo sendo herdeiro do priorado do Crato. A autora observou ainda que as fontes do período oscilam com relação à sua figura, mesmo antes de suas intenções sucessórias. Se algumas o retratam de forma elogiosa, outras, especialmente a partir da década de 1550, o pintaram com tons de intruso e bastardo. Isto porque sua aparição e investidas em direção ao poder não se deram apenas quando da crise dinástica. Mesmo que reprimidas, especialmente pelo Cardeal, suas tentativas de relacionar-se com a corte e a fidalguia ocorreram desde a morte de D. João III e geraram frutos e alianças, muito em razão do prestígio do qual gozava seu pai.

Entre elas estiveram até mesmo acordos com o futuro inimigo Felipe II. Este, interessado na atuação que poderia vir a ter na corte portuguesa, indicou um conselheiro para intervir em favor de D. Antônio. O acordo resultou na devolução de suas garantias financeiras, antes canceladas para pagar as dívidas que havia contraído, desde que aceitasse receber as ordens de clérigo. Descontente, D. Henrique o exilou ao priorado. Seu retorno à corte se deu juntamente com a maioria de D. Sebastião. Apesar de nunca ter confiado plenamente no primo, por motivos que não são difíceis de mensurar, o Desejado nomeou o Prior como governador de Tânger em 1574. A titulação durou poucos meses, e a dispensa provavelmente foi motivada por inabilidade. Mais tarde, chegou a participar da fatídica batalha de Alcácer-Quibir, sendo preso pelos mouros e tendo o resgate facilitado em razão do hábito que utilizava sob os trajes de guerra.³⁷⁰

Ibéricas entre D. Manuel y Felipe II. In: **AA.W. El Tratado de Tordesías y su época**. Congreso Internacional de Historia. Valadollid, 1995 e **Portugal no tempo dos filipes. Política, Cultura, Representações (1580 – 1668)**. Lisboa: Edições Cosmos, 2000 e a de CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MAGALHÃES, R.J. **No alvorecer da modernidade (1480 – 1620)**. Lisboa, 1993.

³⁷⁰ Cf. HERMANN, Jacqueline. **Um rei indesejado...** p.142-143. Há autora abordou a questão da sucessão dinástica e da posição de D. Antônio em outros trabalhos, tais como Um papa entre dois casamentos: Gregório XIII e a sucessão de Portugal (1578-80). In: **Portuguese Studies Review**. v.22.2, 2016; Politics and diplomacy in the Portuguese succession crisis: the candidacy of D. Antônio, Prior do Crato (1578-1580). In: **Gionale di Storia**. v.13, 2014 e Política e Profecia: resistência antonista e a difusão do sebastianismo na Europa (1578-1598). In: HERMANN, Jacqueline; MARTINS, William de Souza. (Org.). **Poderes do Sagrado. Europa Católica, América ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016, p. 21-51.

A dualidade, ou a coexistência de posturas em indivíduos que, por formação ou recomendação, deveriam apenas atuar em funções religiosas, parece não ter sido incomum, mesmo entre os consagrados às ordens regulares. Tal como o caso de D. António, que muito provavelmente não exerceu apenas atividades religiosas no campo de batalha, foi o de Fernando Oliveira, conforme abordado no primeiro capítulo. Por mais de uma vez deixou de lado a exclusividade das tarefas religiosas, como quando desertou da Ordem de São Domingos, antes de 1530.³⁷¹ Anos mais tarde, quando de sua participação em conflitos náuticos entre a Inglaterra e a França, embarcou como piloto. Em seu primeiro processo inquisitorial, datado de 1547, foi acusado de o fazer abandonando as vestes e as insígnias clericais. Ao final do caso, recebeu recomendações de que, ao ser enviado para o Mosteiro de Belém, se ocupasse essencialmente de exercícios virtuosos.³⁷²

D. Henrique faleceu em 1580 e a questão da sucessão ainda não havia sido resolvida. Em janeiro, mês de sua morte, foram convocadas as Cortes de Almeirim. Felipe II tinha contra si o fato de ser castelhano e o peso que a condição possuía para os defensores da soberania portuguesa. No entanto, as vantagens expansionistas, econômicas, militares, de segurança e fortalecimento da cristandade católica que a união representava eram estimadas por alguns setores.³⁷³ A burguesia portuguesa, composta por estrangeiros, cristãos-novos, mercadores e homes de negócios se interessou pela união. A nobreza, enfraquecida pela última expedição à África e pelos resultados de Alcacér-Quibir, e desejosa da manutenção de seus cargos e privilégios também se mostrou favorável à campanha castelhana. O poderio militar espanhol e a possibilidade de união via invasões não eram desconsideradas.³⁷⁴

³⁷¹ Tais passagens de sua trajetória podem ser confirmadas em seu **Processo Inquisitorial...** p. 100. Oliveira afirmou ter recebido permissão para se afastar da Ordem, documentação que nunca apresentou.

³⁷² Cf. *Id. Ibid.* p. 126, 127.

³⁷³ Ainda no início de 1579, quando o Cardeal D. Henrique chamou as discussões jurídicas sobre a sucessão, D. Filipe II enviou a Lisboa seu representante, o nobre português Cristóvão de Moura, a fim de pleitear os seus direitos e mapear os interesses e possibilidades. Após organizar sua retórica em torno de seus direitos sucessórios, D. Filipe II trocou correspondências com nobres e influentes portugueses expondo a justificação da entronação e as vantagens que ela acarretaria. Parte desta documentação encontra-se arquivada no *Fond Portugais* da Biblioteca Nacional de Paris e foi editada por SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro Sainz de (eds.). **Collección de Documentos Ineditos para la Historia de España**. Tomo 4. Madrid: Imprenta de la viuva de Calero, 1845. João Francisco Marques discutiu o envio de Cristóvão de Moura e as maquinações de Felipe II em torno da possibilidade de sucessão em seu já citado estudo sobre a dominação filipina. Cf. *Op. Cit.* p.38-45.

³⁷⁴ MARQUES, João Francisco. *Op. Cit.* p. 43.

Por muito tempo, a historiografia portuguesa enxergou o sucesso da União Ibérica especialmente a partir da ótica de um acordo entre a nobreza interessada nas benesses econômicas e o monarca espanhol. Tal interpretação não foi deixada de lado, mas enriquecida com análises, como as de Fernando Bouza Álvarez, que incorporaram outros aspectos, advindos de abordagens possibilitadas pela História Cultural e por uma Nova História Política. Álvarez pensou a crise dinástica, bem como o desenrolar da União Ibérica a partir de acordos, negociações, imagens e representações engendrados por grupos específicos da sociedade de corte, informados por interesses políticos, mas também por diversos outros aspectos.³⁷⁵

Filipe II tentou vários acordos com D. Antônio, todos rejeitados. O Prior do Crato apenas aceitaria caso, além de receber rendimentos vitalícios, fosse nomeado governador de Portugal.³⁷⁶ Por representar uma sucessão firmada em uma casa dinástica nacional, recebeu apoio de significativo número de prelados de diferentes ordens, notadamente dos jesuítas, interessados especialmente na exclusividade da missão.³⁷⁷ Em junho de 1580, após a nomeação de D. Antônio como rei em Santarém, Filipe II demonstrou a força de seu exército, ao ordenar uma campanha militar que observou seu final dois meses depois, na batalha de Alcântara, com a derrota dos partidários do prior do Crato e o domínio de Lisboa pelos filipinos. Após episódios frustrados de resistência e tentativas de apoio estrangeiro, o Prior acabou por exilar-se na França, onde morreu em 1595. As Cortes de Tomar reconheceram oficialmente a União Ibérica em 1581, e Filipe II como Filipe I de Portugal.³⁷⁸

À primeira vista, o *Livro da Antiguidade* (c.1578/1579) e a *História de Portugal* (c.1581/1582) parecem possuir o mesmo conteúdo e os mesmos propósitos. Não fosse a grande diferença de páginas, uma análise apressada poderia levar à conclusão de que se trata do mesmo escrito, tendo sido alterado apenas o título. Tal interpretação é possível em razão da similaridade dos títulos dos capítulos e da existência recorrente de trechos idênticos ou muito

³⁷⁵ Para além das produções de Álvarez citadas acima, cf. também **Portugal en la Monarquía Hispánica. (1580-1640): Felipe II, Las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico**. 2v. Tese (Doutorado em História) - Universidad Complutense de Madrid, 1987 e **Filipe I**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

³⁷⁶ Cf. HERMANN, Jacqueline. **Um rei indesejado...** p.153.

³⁷⁷ O fim do privilégio da missão nos domínios ultramarinos a partir da União Ibérica, e a reorganização da atividade jesuítica depois da chegada das Ordens dos carmelitas, beneditinos, franciscanos e capuchinhos foi analisada por Luiz Antonio Sabeh em **Colonização Salvífica. Os Jesuítas e as Coroas Ibéricas na construção do Brasil (1549-1640)**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

³⁷⁸ Cf. HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 155-172.

parecidos. Poder-se-ia supor que o *Livro da Antiguidade* é um rascunho ou apenas um fragmento do segundo, possibilidade que não se confirma.

O *Livro da Antiguidade* possui apenas quatro capítulos. Seu caráter fragmentário é induzido não pelos poucos e breves capítulos, mas pelas indicações que contém. Duas delas são suficientes. A primeira é o início a partir do oitavo capítulo e o término com o décimo segundo. A outra é a informação de que tais capítulos dizem respeito à primeira parte. No último capítulo, quando indica o encerramento da primeira parte e afirma que Portugal jamais pagou tributos a Castela, Oliveira demonstrou a pretensão de prosseguir o trabalho, ao escrever que “não houve rei algum, neste reino, que o pagasse, como na segunda parte deste trabalho mostrarei, contando as vidas dos reis portugueses até os do meu tempo”.³⁷⁹ A referida segunda parte não foi escrita ou se perdeu.

O mesmo pode ser considerado acerca do início da produção. No mesmo capítulo final, quando se propõe a uma rememoração do que havia escrito ao longo de todo o trabalho, percebe-se que planejava analisar a história do reino desde as origens, ao afirmar que “fica provado, nos capítulos precedentes, que estas terras de Portugal foram as que primeiro povoaram assim os Galos, como os Galeses, progenitores de Hespanha”.³⁸⁰ Estes capítulos, apesar de mencionados na conclusão, não constam no livro.

No códice do *Fonds Portugais* mencionado no item anterior, a *História de Portugal* se encontra antes do *Livro da Antiguidade*. Ao que parece a preocupação com a ordem da escrita não esteve presente quando da organização. Paul Teyssier e Eduardo Franco coadunam com a interpretação de que o *Livro da Antiguidade* foi produzido antes.³⁸¹ A não datação dos escritos não permite concluir o ano exato das produções, mas a análise de seus conteúdos e especialmente a diferença de tom e argumentação em aspectos centrais para a comprovação da antiguidade e nobreza do reino português apontam para esta cronologia.

As obras foram produzidas em momentos distintos da crise sucessória que, apesar de próximos temporalmente, ofereciam diferentes possibilidades. Vários elementos indicam que a escrita do *Livro da Antiguidade* se deu ainda durante o período no qual o Cardeal D. Henrique assumiu a coroa provisoriamente em meados de 1578. Para além de uma corrida sucessória

379 OLIVEIRA, Fernando. *Livro da Antiguidade...* p. 522.

380 *Id. Ibid.*

381 FRANCO, José Eduardo. *Op. Cit.* p.79; TEYSSIER, Paul. *Op. Cit.* p.362.

entre membros de uma mesma casa dinástica, a chegada ao trono estava envolta em uma dimensão imperial. Para os representantes portugueses, notadamente D. Antônio, o título de rei significaria a manutenção da unidade portuguesa conquistada nos últimos séculos e, mais ainda, o acesso exclusivo aos lucros da expansão. Para Filipe II, a coroação significaria a dilatação de seu gigantesco império e a representatividade máxima como líder da cristandade em uma Europa que se fragmentava em razão das reformas religiosas e do avanço do protestantismo.

Oliveira não escreveu sobre episódios de seu tempo. Como mencionado, a pretensão de abordar o presente não se consumou. No entanto, o tratamento dado ao passado visava, de forma evidente, uma possível interferência neste. Trata-se da história como mestra da vida, como forma de acesso a um poço de ações virtuosas ou nefastas a serem ou não repetidas. Ao tratar da liberdade portuguesa frente aos leoneses e castelhanos e da coroação de D. Afonso Henriques no século XI, o autor referia-se ao seu presente. Sua análise captou um acontecimento que, mesmo passado, era-lhe contemporâneo. Nas palavras de Reinhart Koselleck, “o espaço de experiência nutria-se, portanto, da perspectiva de uma única geração histórica”. Isto não significa excluir a diferença temporal, mas sim não deixá-la se manifestar.³⁸²

Tratam-se de produções efetivadas a partir de perspectivas contemporâneas de seus autores, sem distanciamento histórico com relação ao passado. Oliveira escreveu sua história com as cores do que vivia, baseando-se em um viés atemporal.³⁸³ Para Koselleck, essa perspectiva começou a se dissolver quando o futuro foi integrado ao tempo, deixando de se localizar no fim dos tempos, guardado em um estado de suspensão pela Igreja.

Tal alteração, o deslocamento do futuro, teve início com uma nova hierarquia entre religião e política. A resolução de conflitos e a manutenção da paz tornaram-se, cada vez mais, uma tarefa do Estado. As previsões sobre o fim dos tempos empalideceram e as profecias postularam datas mais remotas para o fim. Deu-se, então, a separação entre a história sacra e a história humana. O fim dos tempos, aos poucos, transformou-se “em um problema de cálculo astronômico e matemático”, sendo a escatologia deixada de lado.

³⁸² KOSSELECK, Reinhart. *Op. Cit.* p.22. O autor analisa a temporalização da história no período entre 1500 e 1800 e a integração das categorias de futuro e progresso ao tempo.

³⁸³ *Id. Ibid.* p. 21-22.

Cada vez mais, reprimindo previsões apocalípticas e astrológicas, o Estado tomou as rédeas da manipulação do futuro, galgando para si uma função que antes pertencia à Igreja.³⁸⁴ À época das histórias de Oliveira este não era o cenário. Embora possa-se visualizar espaço para a atuação humana e seu papel no desenrolar dos acontecimentos, a história possuía, muitas vezes, ainda que não de forma total, um caráter providencialista orquestrado pela Igreja. Estavam em jogo a expansão do catolicismo e a permanência das conquistas do passado. Por este motivo não era necessário afastar-se temporalmente dele, nem havia essa possibilidade, nem essa consciência. Cabia sua repetição a fim de que as previsões cristãs pudessem se consumir.³⁸⁵ No caso de Oliveira tratava-se da manutenção de Portugal como reino escolhido e destinado à glória da cristandade.

Sob a lógica de uma história em maior ou menor grau providencialista, os eventos eram símbolos do que já se conhecia. Mesmo quando fadados ao fracasso, respondiam à apenas uma etapa de uma realização vindoura.³⁸⁶ Para Oliveira, Portugal, ao longo de sua história e diante de invasões de diferentes povos, havia mantido sua liberdade e soberania. O mesmo ocorreria então no presente, marcado pelas investidas espanholas. Ao fim, sabia-se que o estado de glória português, manifestado em diversos sinais divinos, se perpetuaria.

Frente à crise dinástica, Oliveira apegou-se à fórmula da *magistra vitae*. Ao perpetuar um espaço de experiência que seria supostamente contínuo, sua história possuía o objetivo pedagógico, de repetição ou distanciamento de ações do passado. Esta função para a história influenciou por séculos os historiadores, ao menos até o século XVIII, tanto na análise do objeto, como no formato da produção. Porém, mantendo a mesma forma verbal assistiu a variações semânticas. Mesmo crendo em funções diferentes para a história, autores de diferentes períodos e espaços, mas adeptos do *topos*, a utilizavam como exemplo para a vida, independentemente da natureza de tais ensinamentos, fossem eles “(...) doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas”.³⁸⁷ A perpetuação indica uma constância de pressupostos,

³⁸⁴ Mesmo com a progressiva separação entre uma história sacra providencialista e uma história humana prognóstica, Koselleck postulou que “a distância entre a consciência histórica e a política moderna, de um lado, e a escatologia cristã, de outro, mostra-se menor do que em princípio se poderia supor. Isto porque “(...) nada de fundamentalmente novo pode acontecer, seja o futuro perscrutado com a reserva do crente ou com o prosaísmo do calculista”. *Ibid.* p.35.

³⁸⁵ *Id. Ibid.* p. 26-31.

³⁸⁶ *Id. Ibid.* p.32

³⁸⁷ *Id. Ibid.* p. 41-43.

característica que permitia a semelhança e a conexão entre acontecimentos de diversas temporalidades, as quais encontravam-se submetidas a uma estrutura de história passada que delimitava “(...) um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível.”³⁸⁸

Durante a Idade Média as obras clássicas fundadoras da *historia magistra vitae* foram lidas e também influenciaram produções. Apesar da resistência a uma história profana e a seu lugar subalterno em relação às de conteúdo religioso e legitimadas pelas Escrituras, livros como o *De oratore* (46 a.C), de Cícero, foram catalogados nos mosteiros e utilizados pelos clérigos.³⁸⁹ A *magistra vitae* ciceroniana foi formulada no contexto da oratória. Com seu uso, o orador poderia construir um sentido de imortalidade para a história, a partir de sua utilização como “(...) instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência”. A história, como depositária de exemplos, e com objetivo de instrução, dirigia-se à prática.³⁹⁰

A escrita de crônicas especialmente durante a Baixa Idade Média constituiu-se, conforme atentou Marcella Lopes Guimarães, como um ofício que servia de impedimento para que o tempo não apagasse da memória dos homens os feitos ilustres. Serviam então de modelos, possuíam cunho didático. Como manifestações de manipulação do saber, ou seja,

³⁸⁸ *Id. Ibid.* p. 43.

³⁸⁹ O peso dos modelos clássicos sobre a historiografia acentuou-se progressivamente a partir do encontro de obras gregas e latinas originais. Estas, em grande parte localizadas nos mosteiros, conforme discutido no primeiro capítulo da tese, eram alvo de busca por humanistas como Poggio Bracciolini, Niccolò Niccoli e Leonardo Bruni. Sua tradução e circulação foi responsável pelo início da utilização de novas perspectivas para além do modelo da prosa de Cícero, da poesia de Virgílio e da história de Tito Lívio, por exemplo. Cf. ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. Valla, Facio e Pontano na corte napolitana dos reis de Aragão. In: PIRES, Francisco Murari (org.) **Antigos e modernos. Diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009, p.277-278. A trajetória de Poggio Bracciolini, um humanista italiano que atuou durante o século XV e suas descobertas foram narradas por Stephen GREENBLATT, em seu já citado livro *A virada*. A obra trata do encontro de obras como as de Cícero, Quintiliano, Culumella e Lucrécio e sua influência tanto nos campos da retórica e da gramática, como na formação, gradual, de uma nova relação com o conhecimento.

³⁹⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.* p. 43. Arnaldo Momigliano em seu **As raízes clássicas da historiografia moderna** apontou que a especificidade mais marcante da historiografia grega foi a busca da verdade. No entanto, também analisou a intersecção entre as escritas da história persa, grega e judaica. Ao longo dos capítulos debruçou-se igualmente em Heródoto e na importância da erudição para a denominada história antiquária da Época Moderna, notadamente no que tange às inscrições e busca de objetos antigos, e em outras influências e vertentes gregas e romanas, como as de Tucídides e Tácito para uma história política. Para o autor, a Antiguidade não foi responsável por criar um tipo de escrita da história, mas diversos, que se transformaram a partir da forma como foram interpretados e pelos fins aos quais foram utilizados. Bauru: Edusc, 2004. Não era comum, durante a Antiguidade, que se escrevessem grandes compêndios sobre a escrita da história e suas funções. Tais discussões eram inseridas nos tratados de retórica. O início Época Moderna marcou um período em que foi cada vez mais tratar epistemologicamente da história. Assim, o tema ganhou capítulos integrais nos livros de retórica. O bizantino Jorge de Trebizonda foi o primeiro, no século XV, a dedicar um capítulo especialmente para a história, o qual editou em Roma. Foi a partir de meados do século XVI que a publicação de tratados dedicados apenas à história passou a ser mais comum. Cf. PINEDA, Victoria. La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos. In: **Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografia**. n.2, 2007.

como uma intervenção em questões teóricas de alcance moral ou político, entraram em cena a partir do século XIII, quando sua importância para a governação passou a crescer.³⁹¹

Com base em estudos sobre, especialmente os de Galán Sanchez, a autora apontou que em geral os cronistas da Península Ibérica trabalharam a partir da combinação de quatro aspectos: a cronologia, o estilo plano, o universalismo e uma visão providencialista.³⁹² Sobre a primeira das características, a cronologia, afirma-se que esta situou-se em um contexto de manipulação do tempo no interior de uma ordem universal. Sua relação com a quarta dela, o providencialismo, explica também a vinculação dos feitos do passado com um futuro grandioso. Estas recorrências encontraram ressonância na produção de Oliveira e de coetâneos. Quanto ao universalismo, a autora apontou para um processo de regionalização e até mesmo de personalismo.³⁹³ Característica similar é notada na escrita da história na Europa em geral, muito associada à ascensão das monarquias e a personificação do poder na figura do rei.

Seguindo o caminho da *magistra vitae* e imerso em uma concepção de tempo contínua, as histórias de Oliveira, ao elencar os estágios sucessivos pelos quais Portugal havia passado até a contemporaneidade, de forma cronológica, subordinavam-se ao presente, a fim de explicá-lo. Francisco Falcon observou que aproximadamente até 1560 foi comum os historiadores escreverem sobre seu próprio tempo, não realizando distinções temporais marcantes. Os textos eram resultado de suas próprias observações ou de testemunhos coletados. Quando se tratavam de episódios muito remotos, o texto consistia especialmente em uma

³⁹¹ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV). O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. 289 f. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, p. 1-8. A autora investigou a relação entre as crônicas de Fernão Lopes (1385 – 1460) e os perfis de monarca construídos em sua trilogia: *A Crônica de D. Pedro I*, *A Crônica de D. Fernando* e *a Crônica de D. João I*. Lopes, que ocupou o cargo de cronista oficial, foi encarregado por Dom Duarte (1391-1438) de historiar a monarquia portuguesa desde a ascensão de sua segunda monarquia, a de Avis, em 1385, após aproximadamente trezentos anos de reinado da monarquia afonsina. No texto, As intenções da escrita da História no outono da Idade Média, Guimarães refletiu sobre as intenções e objetivos materializados nos prólogos das obras do período, caracterizadas pela confluência entre a História e a Literatura. Na análise de produções como as de Jean Froissart (1337-1405), Pero Lopez de Ayla (1332-1407), Fernão Lopes (1390-1460) e Ibn Khaldun (1332-1406), atentou para questões tais como a “formação cultural” dos autores, as “atitudes mentais que ganharam forma” nas obras, bem como na “filosofia de história” que informou as produções. In: BASSI, Rafael; TEIXEIRA, Igor S. (org.) **A Escrita da História na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2015, p.76-89.

³⁹² *Id. Ibid.* p.13-14. No caso do personagem estudado na tese, Fernando Lopes, o estilo plano não encontrou total correspondência. Apesar de não se ocupar em trazer novidades, o cronista preocupou-se com a qualidade literária e a unidade.

³⁹³ *Id. Ibid.* p. 14-15.

compilação de obras de historiadores antigos e de referências advindas das Sagradas Escrituras e dos Clássicos.³⁹⁴

A natureza da narrativa oliveiriana, tanto no *Livro da Antiguidade* como na *História de Portugal* está intimamente relacionada com o lugar de sua escrita. Oliveira as produziu em períodos diferentes da crise sucessória, e a forma da escrita utilizada bem como as intenções que imprimiu a elas correspondem às possibilidades existentes. Assim como vários coetâneos, intentou produzir uma “obra de valor”, ou seja, que além de reconhecida entre seus pares, objetivo que não se pode mensurar se atingiu, alcançasse os intentos a partir dos quais havia sido planejada. Entres estes estavam o de construir uma narrativa com ares de verossimilhança, de cunho pedagógico e com vistas a alterar o curso político do reino. Por isso, com suas especificidades e seu tom, as produções se enquadram em um conjunto operatório que marcou a produção historiografia da Época Moderna.

O *Livro da Antiguidade* é produto da primeira fase da crise sucessória - que se concentra desde a atuação de D. Henrique até as primeiras derrotas do Prior do Crato, ocorridas em meados de 1580. Como discutido no início do capítulo, o apoio a Filipe II ou a D. Antônio advinha de diversos interesses. O português possuía a seu favor o fato de ser descendente de linhagem paterna da dinastia de Avis. Estavam ao seu lado religiosos de diferentes ordens, interessados na manutenção da soberania e também parte significativa da população que compunha o terceiro Estado. No entanto, pesavam sua condição bastarda e a possível herança cristã-nova, somadas a uma trajetória considerada acidentada e errante.

Felipe II não era originário de Portugal, no entanto, possuía a seu favor o apoio de grande parte da nobreza e da burguesia em expansão, além da força de seu poderio bélico. A primeira narrativa de Oliveira se configura como uma tomada de posição em um momento de instabilidade que ainda possibilitava a aclamação de D. Antônio, mesmo frente às investidas espanholas. Sua historiografia, bem como de muitos de seus coetâneos, encontravam-se longe de configurar-se como uma prática com regras de verificação e metodologias definidas. No entanto, em maior ou menor grau, mobilizava alguns dos pressupostos que vinham sido requeridos pelo que se denominou de uma história humanista ou profissional.

³⁹⁴ FALCON, Francisco. A escrita da história no período moderno: arte ou ciência, verbo ou fonte. In: CADIEU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves (orgs). **Como se faz a história. Historiografia, Método e Pesquisa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 47- 48.

De forma geral, os autores começaram a se preocupar com a inserção e a crítica das fontes, bem como com a exclusão de episódios considerados fabulações. Trata-se da “história perfeita”, a qual não se desenvolveu como um movimento coeso e completamente rigoroso com suas propostas. Um de seus mais importantes pressupostos centrava-se no desejo de retorno à pureza dos textos antigos, por meio da filologia.³⁹⁵

Oliveira, ainda que distante de muitas das outras características clássicas retomadas pelos humanistas, utilizou largamente a filologia. Esta foi mobilizada especialmente quando da explicação de nomes de cidades, com o intento de comprovar a sua antiguidade. Deteve-se primeiramente à nomenclatura Portugal e depois nas de suas primeiras cidades: Lisboa, Braga e Coimbra. Portugal, para Oliveira, havia sido uma nomeação dada pelos seus primeiros povoadores, os galeses, os quais habitaram Entre Douro e Minho. Lusitânia era o nome atribuído a Portugal por “homens doutos e vulgares desta terra e nossos vizinhos”. A diferença entre os dois termos foi explicada com base tanto nas crônicas medievais, como na de Afonso X, como em autores antigos como Plínio. Foram mobilizadas igualmente informações geográficas, bem como dados linguísticos.³⁹⁶

O que interessa não é o conteúdo das conclusões apresentadas, mas a forma como se chegou até elas. Neste ponto, retoma-se mais uma das defesas dos expoentes da história de vertente humanista. Entre os seus princípios, estava o da utilização de fontes e de documentos que pudessem comprovar o que realmente havia se passado. Faz-se referência à influência ciceroniana da história como luz da verdade e dos manuais das *Ars Historicae* cada vez mais em voga. Oliveira fez uso destes encaminhamentos metodológicos, construindo uma narrativa para além da repetição de crônicas já escritas. No entanto, selecionou e utilizou tais documentações da maneira que mais servissem aos seus objetivos. Esta não foi uma exclusividade sua, mas uma prática de muitos cronistas e historiadores. Conforme se discutirá a seguir, a preocupação encontrava-se muito mais na busca da verossimilhança, ou seja, de uma narrativa que fizesse sentido, do que da verdade.

Um estatuto ambíguo fez parte, em maior ou menor grau, das obras historiográficas do período. Apesar do uso polêmico e seletivo da documentação, a preocupação contribuiu, como observou Falcon, para o desenvolvimento de uma história erudita, ainda que

³⁹⁵ FALCON, Francisco. **A escrita da história no período moderno...** p.51.

³⁹⁶ Cf. OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p.355-358.

paradoxalmente.³⁹⁷ Várias vezes Oliveira criticou o uso dado tanto pelos seus contemporâneos como pelas suas próprias referências às fontes a que tinham acesso. Um exemplo foi uma crítica feita a Estrabão, ao tratar da situação de Portugal antes da dominação dos romanos. Para Oliveira, os latinos eram negligentes em escrever sobre a sua nação e mais ainda o eram em relação às alheias. Preocupavam-se apenas em copiar dos gregos, e de forma malfeita. Já os gregos haviam sido responsáveis pela criação de fábulas de natureza fingidora, que explicavam as antiguidades de forma confusa, as quais eram utilizadas por alguns de seus coetâneos.³⁹⁸

Seus livros, na esteira do que vinha sendo refletido e produzido no início da Época Moderna, caracterizam-se pela presença consciente de abordagens e modos de fazer próprios, que respondiam tanto aos seus intentos como ao que se entendiam como funções da escrita da história. Assim, muitas das reflexões de Michel de Certeau sobre a operacionalização e as condições de produção do real no fazer historiográfico são frutíferas como possibilidade de interpretação da metodologia empregada por Oliveira e sua relação com o local em que se encontrava inserido.³⁹⁹ Para Certeau, a produção do passado, ou o “fazer história”, parte do relacionamento de dois termos, o real e o discurso, que, apesar de antinômicos, devem articular-se.⁴⁰⁰

O principal objetivo do trabalho do historiador seria a produção de uma narrativa que se apresenta como o próprio real. A história, ao objetivar de alguma maneira relatar “o que se passou”, instituiria o real na medida em que se considera como uma possível representação de uma realidade passada. Sua autoridade, legitimada pelo real, de que, supostamente, é a declaração, ancora-se também em se fazer passar pela testemunha do que foi. Ao se passar pelo acontecido, o discurso historiográfico ocultaria o sistema social e técnico que o produziu. Ao camuflar a prática que a determina, a representação histórica disfarçaria a práxis que a organizou. Assim, a operação historiográfica - denominação proposta por Certeau - objetiva apagar, por meio da figuração de um passado, o presente que o organiza.⁴⁰¹

³⁹⁷ FALCON, Francisco. **A escrita da história no período moderno...** p. 51.

³⁹⁸ Cf. OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p. 372-373.

³⁹⁹ Certeau pensou sobre as intenções da produção do fazer histórico, especialmente suas condições, ou seja, sobre os procedimentos de escrita em obras como **A Escrita da História**, publicada pela primeira vez em 1975 e em **História e psicanálise: entre ciência e ficção**, uma organização póstuma de 1987.

⁴⁰⁰ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 11.

⁴⁰¹ Cf. *Id.* **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 48.

Esta foi a condição de credibilidade mobilizada pela historiografia para apresentar-se como quem diz o real sobre o passado e diferenciar-se da ficção, ou seja, do que é falso, do “discurso ordinário” e “do dizer comum”. Entretanto, à historiografia só é possível falar em nome do real e produzir a verdade em decorrência de práticas e metodologias. Estas, mesmo em sua maioria camufladas de acordo com o interesse do historiador e dos meios de produção, foram desenvolvidas quando, em especial durante o século XIX, buscando distanciar-se de outras áreas, a História firmou-se como campo com pretensões de cientificidade. Para Certeau, o prestígio de contar “o acontecido”, de produzir “efeitos de real” é possível não pela referência aos objetos narrados ou reconstituídos, mas sim pela fabricação de modelos que tem como função tornar tais objetos possíveis.⁴⁰² Estes modelos, por sua vez, se tornam possíveis graças aos momentos anteriores a suas produções. Neste antes, para além da prática investigativa, ou seja, dos procedimentos metodológicos e epistemológicos utilizados se encontra o lugar de produção do discurso historiográfico.⁴⁰³

O lugar de produção e as rápidas mudanças nele ocorridas marcaram sobremaneira as narrativas historiográficas oliveirianas. Algumas diferenças substanciais na construção do real sobre o passado português na *História da Antiguidade* e na *História de Portugal* são fruto, mais do que qualquer outra coisa, das necessidades e possibilidades existentes nestes dois cenários: o anterior à coroação de Felipe II como Filipe I de Portugal e o imediatamente posterior à União Ibérica. O item a seguir trata do passado construído e mobilizado por Oliveira como tentativa de intervir nos rumos da crise sucessória em favor dos interesses da sucessão capitaneada por um português a partir de eleição de caráter popular.

4.2. O Livro da Antiguidade e a defesa de um rei natural

O *Livro da Antiguidade*, em seu caráter acentuadamente crítico em relação aos castelhanos e qualquer tentativa de usurpação do trono português, se configura como pioneiro de uma série de escritos que surgiram após a União Ibérica. A defesa oliveiriana de um rei natural, mas ilegítimo, é entendida quando inserida nas relações históricas nas quais se constituiu, ou seja, como um termo inscrito na rede de uma linguagem, para valer-se mais uma

⁴⁰² *Id.* **A escrita da...** p.52-53.

⁴⁰³ *Id.* **História e psicanálise...** p. 52; **A escrita da...** p.9-10; p.45.

vez das reflexões de Certeau.⁴⁰⁴ Oliveira não escreveu claramente sobre D. Antônio nem se mostrou abertamente favorável ao seu alçamento ao trono. Não se pode afirmar que fosse seu partidário ou que o apoiasse indiscriminadamente. E mesmo que este fosse o seu posicionamento, não era tão simples declará-lo. Oliveira se encontrava no ostracismo e, conforme se rememorou anteriormente, a Inquisição o havia recomendando a ocupar-se com “exercícios virtuosos” que dissessem respeito às suas funções religiosas.⁴⁰⁵ Fazer coro publicamente a um possível sucessor sobre o qual não se podia prever as reais chances de sucesso por certo não era seguro. Mais factível seria, assim como o fez, defender a ideia da antiguidade e da liberdade portuguesa, e demonstrar sua predileção por representante natural, mas sem anunciar nomes que eram evidentes no xadrez político da sucessão.

Tal qual Oliveira, religiosos de diferentes ordens apoiaram o Prior. Muitos o seguiram e pregaram abertamente a seu favor. O monarca espanhol, preocupado com a influência que poderiam exercer, chegou a escrever ao seu representante em Roma para que intervisse junto ao Superior Geral da Companhia de Jesus. A reprimenda surtiu efeito, visto que em janeiro de 1579, o bispo Everardo Mercuriano endereçou uma carta aos jesuítas de Portugal para que não se intrometessem no assunto da sucessão. Mesmo assim, signatários jesuítas e membros de outras ordens, como a dos dominicanos e carmelitas, continuaram a intervir na polêmica. Denunciavam as maquinações de Cristóvão Moura, representante espanhol em Portugal nas negociações. Para além do teor patriótico de suas exortações, estava em jogo a liberdade de atuação caso a União fosse realmente efetivada.⁴⁰⁶

A pressão de Felipe II e de seus representantes foi tão efetiva que em abril de 1579 o Cardeal D. Henrique ordenou que um frade da Ordem de São Agostinho fosse admoestado por ter proferido palavras patrióticas em suas pregações. Este não foi um caso isolado. Após a morte do Cardeal, os governadores representantes das cortes também escreveram a todos os prelados para que cuidassem com suas declarações a fim de manter a ordem e a legalidade. Não há pistas do local em que Oliveira se encontrava neste momento. Para além dos escritos históricos, não se tem mais nenhuma informação sobre sua atuação e paradeiro nestes anos. A

⁴⁰⁴ CERTEAU, Michel. **A escrita da História...** p. 286.

⁴⁰⁵ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...** p. 126-127.

⁴⁰⁶ Cf. MARQUES, João Francisco. *Op. Cit.* p.40. No primeiro capítulo do já citado livro, denominado A Oratória Sacra e a Crise Política de 1578-1581, o autor abordou a ressonância do contexto sucessório na esfera religiosa. Mário Brandão publicou a epistolografia referente aos jesuítas e outros documentos sobre a sucessão em: **Alguns documentos relativos a 1580.** Coimbra, 1943.

última notícia advém de Alvará expedido em 1565, citado no início do capítulo, e que ordenava que a ele fossem pagas tenças mensais por atuar como clérigo de missa.⁴⁰⁷ Sabe-se também que em algum momento da década de 1570 escreveu seus últimos livros náuticos, o *Ars Nautica* e o *Livro da Fabrica das Naus*, nos quais não constam evidências de sua trajetória. Não se pode mensurar então se vivenciou o cenário de manifestações e repressões, ou se teve algum contato efetivo com tais prelados. No entanto, é certo que, de alguma forma, transitou neste ambiente e enfrentou as mesmas questões.

Após a derrota de Alcântara, em agosto de 1580, D. Antônio deixou Lisboa e partiu em direção ao norte. Lá também encontrou adeptos da causa portuguesa, entre o baixo clero e as camadas populares que apesar da derrocada, ainda continuavam fiéis. Quem sabe Oliveira se encontrasse entre os crentes de sua vitória e tenha escrito a *História da Antiguidade* nesta época. Não se pode afirmar. As reminiscências de apoio ao Prior, no entanto, não resistiram por muito tempo. Ou, ao menos, a divulgação do alinhamento tornou-se cada vez mais restrita. Rapidamente os pontos de resistência cessaram. Em cidades como Aveiro, Coimbra e Porto, onde mesmo com o avanço das tropas e do poderio filipino ainda se encontravam simpatizantes, no início de setembro já não havia mais como resistir. A partir de então, D. Antônio iniciou seu caminho de fuga até a França.⁴⁰⁸ O nome de Oliveira não se encontra entre os dos seguidores do Prior.

No antepenúltimo capítulo da *História da Antiguidade* denominado “No qual diz como o povo português fez Dom Afonso Henriques rei de Portugal e com que solenidade foi feito”⁴⁰⁹, Oliveira discorreu sobre os casos em que o poder transferido aos monarcas poderia ser contestado. Como em todos os capítulos do livro, a narrativa se concentrou na discordância em relação às crônicas castelhanas. No item em questão o pano de fundo foi a crítica a escritos espanhóis que afirmavam ter sido D. Afonso Henriques (1109-1185) o primeiro rei de Portugal. O autor dirigia-se a livros que, ao mesmo tempo, consideravam Henriques o pioneiro, mas também nomeavam outros reis portugueses em períodos anteriores. Segundo Oliveira, a

⁴⁰⁷ Alvará de el-rei D. Sebastião concedendo uma tença ao licenciado...

⁴⁰⁸ Sobre a aclamação de D. Antônio como rei e o avanço filipino cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O reinado de D. Antônio, Prior do Crato (1580 – 1582)**. Volume I. Coimbra, 1956.

⁴⁰⁹ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...**p.509.

ambiguidade somente seria compreensível caso “aqueles cronistas entendessem que foi ele o primeiro rei não tirano, nem violento”.⁴¹⁰

A grande questão é a de que o ensejo de Oliveira era o de comprovar que, muito antes da coroação de D. Afonso Henriques, Portugal já possuía reis. Tal condição de antiguidade era anterior não apenas à ocupação dos Celtas e Godos, mas também dos “Fenícios, Cartagineses, Romanos”.⁴¹¹ Segundo a *História de Portugal*, logo após Tubal, os reis já não eram mais universais, reinando em toda a Hespânia, mas “reinavam em diversas partes”. Assim, baseando-se no romano Justino (II d.C) afirmou que:

Reinaram Ibero na Ibérica, Luso na Lusitânia, Gerião na Andaluzia e Gargoris na Galécia (...) E mais, não foi isto muito depois de Tubal, porque, segundo a computação de Beroso, entre Tubal e Deabo, pai dos Geriões, não passaram mais que trezentos e setenta anos. E não ainda tanto depois de Tubal, mas também em sua vida, podemos crer que já havia na Hespânia diversos reis e reinos (...).⁴¹²

Os reis receberam diferentes nomeações, “ora se chamaram reis, ora capitães, ou como eles quisessem, conforme o costume daquele tempo; porque o nome não é da essência do estado”.⁴¹³ O intento claro era o de demonstrar a existência de um estatuto de soberania e realeza em Portugal, ainda que longe da extensão e unicidade presente quando escrevia. Ao citar nomes, datas e ancorar-se em autores antigos e renomados, o autor objetivava provar que não se tratavam de mitos ou construções fabulosas, mas de acontecimentos registrados e palpáveis.

Para Oliveira, no que diz respeito à ambiguidade das crônicas castelhanas sobre o primeiro rei português, tal possibilidade somente seria possível caso estas se referissem a tiranos ou usurpadores. Neste ponto, depreende-se o grande intuito do capítulo – negar a possibilidade de eleição real pela força ou por conchavos de diferentes ordens, conforme vinha ocorrendo, segundo ele, em nome dos interesses de D. Filipe II. O tratamento que dispensou

⁴¹⁰ *Id. Ibid.*

⁴¹¹ OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p.367. Utiliza-se como referência a **História de Portugal** porque, como discutido, Oliveira não chegou a escrever sobre as origens no *Livro da Antiguidade*, apesar de ter evidenciado tal intenção.

⁴¹² *Id. Ibid.* p. 366-367.

⁴¹³ *Id. Ibid.* p. 367.

ao passado visava, da forma mais clara possível, referir-se criticamente a um episódio do presente, com vistas a atuar em seu desenrolar:

Porque os que se fazem reis por força, contra a vontade do povo livre, são propriamente tiranos e não reis, segundo Aristóteles diz no décimo capítulo do quinto livro da Política”. Onde diz que o reino é governação espontânea e não constrangida. E diz que é manifesta tirania quando alguém senhoreia por força ou engano.⁴¹⁴

A menção fazia jus à possibilidade próxima da eleição de um espanhol, mas também à chance da escolha de um natural a partir do apoio popular. Na situação presente, caracterizada pela ausência de um herdeiro direto, lhe parecia mais coerente recorrer à origem popular do poder do que a perder a soberania para a Espanha. Segundo Oliveira, a soberania, como demonstrava a história, não era uma condição ameaçada nem mesmo durante os períodos de ausência real:

E posto que a linha de sucessão daqueles reis antigos quebrasse, morrendo eles sem herdeiros, ou tirando-os o povo por seus excessos e tirania, como fez em Roma, não se perdeu, por isso, a república portuguesa, como se não perdeu em Roma a romana. Não se acabou a gente portuguesa, nem perdeu posse desta sua terra de Portugal, nem a liberdade e reino.⁴¹⁵

A situação do seu presente equivalia a outras ocorridas em tempos passados, e a falta momentânea de um monarca não deveria representar a ausência de organização e de reino. Em uma clara referência ao tomismo, Oliveira considerou que, para “a conservação da sua república, a qual por não ter rei estava em termo de se perder, porque o rei é como a cabeça da república e o corpo sem cabeça não pode viver, nem vive com cabeça emprestada como eles então tinham”,⁴¹⁶ os portugueses escolheram D. Afonso Henriques para ser seu rei, quando da morte de seu pai, o conde D. Henrique (1066 -1112).

Quando se busca a historiografia sobre as sucessões dinásticas do período, percebe-se que Afonso Henriques seguiu o legado do pai e investiu no comando do Condado Portucalense.

414 OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...** p.510.

415 *Id. Ibid.* p. 510.

416 *Id. Ibid.* p. 512.

Este foi criado em 868 durante o processo de Reconquista. Em 1070 o condado passou a ser dominado pelo Reino da Galiza, que por sua vez encontrava-se sob domínio leonês. Em razão da preponderância de alguns duques portugueses, o condado Portucalense manteve certa independência, mesmo assim sua condição era a de vassalo de Leão.⁴¹⁷

Foi esta situação de vassalagem portuguesa que Oliveira negou quando tratou do contexto de eleição de Afonso Henriques. Na *História da Antiguidade* se referiu ao reino de Leão e de Castela e de como estes não chegaram a tomar a liberdade e reinos portugueses. De forma geral, a fim de clarear o entendimento sobre o contexto político que informa a produção de Oliveira, se esclarece que o Reino de Leão foi criado logo no início do século X, por D. Paio também durante o processo de Reconquista. Sua origem advém da divisão do Reino das Astúrias. Em 1037, após entraves hereditários e batalhas, Leão passou a fazer parte de Castela, com a denominação de Leão e Castela. Poucas décadas depois houve nova divisão, da qual decorreram Castela, Leão e Galiza.

Após conflitos com seus irmãos, os quais comandavam os demais territórios, D. Afonso VI de Leão passou a dominar também Castela e Galiza. Foi neste contexto, em 1096, que Afonso VI doou, em regime de vassalagem, o Condado Portucalense a Dom Henrique, após o casamento com sua filha D. Tereza.⁴¹⁸ Oliveira, que construiu uma narrativa objetivando livrar Portugal de qualquer situação de domínio, não admitiu a lógica da vassalagem. Mesmo assim reconheceu o respeito que D. Henrique nutria por seu sogro, mesmo contra vontade do povo português.⁴¹⁹

Para Oliveira, não fazia sentido o esforço de D. Afonso VI no socorro de cidades portuguesas como Braga, Porto, Lamego, Viseu, Seia e Gouveia, do domínio dos mouros. Sua inquietação partia do ponto de vista de que elas não lhe pertenciam já que até então Leão não possuía reis, nem direito sobre Portugal.⁴²⁰ Seguindo a premissa de construir uma narrativa inteligível, e para tanto buscando apoio na autoridade dos Antigos e das Escrituras, defendeu que os portugueses se uniram aos leoneses, mas em um sistema de confederação “como se

⁴¹⁷ Cf. MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2014, p. 60-66.

⁴¹⁸ Cf. LINEHAN, Peter. Castile, Navarre and Portugal. In: JONES, Michel. **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge University Press, 2000, p.619-653.

⁴¹⁹ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...** p.512.

⁴²⁰ *Id. Ibid.* p. 497-500.

ajuntavam muitas gentes com os Romanos no seu tempo, conforme ao que se lê nos livros dos Macabeus na Sagrada Escritura”. Estes haviam se “ajuntado pela necessidade que tinham uns e outros (...) com direito e justiça igual.” Caso sua presunção estivesse errada, concluíamos que a ação de D. Afonso VI se configurava como tirania,⁴²¹ visto que não deveria interferir em ações que não tratassem de seu reino ou que não houvessem sido solicitadas.

Em determinada passagem, Oliveira afirmou que D. Afonso VI havia encarregado Portugal a seu genro, “sabendo a verdade da liberdade deste reino”.⁴²² No entanto, posteriormente havia se mostrado tirano em razão da obrigação posta a D. Henrique. O autor se referia às condições cobradas pelo rei castelhano em razão do casamento de D. Henrique com sua filha. Para ele, ao contrário dos cronistas castelhanos “que contam chufas sem autoridade”, a “república portuguesa e seu reino” possuíam jurisdição antiga, não sendo D. Afonso Henriques “o primeiro rei de Portugal como cuidam os homens vulgares e pouco lidos”.⁴²³

De acordo com as crônicas castelhanas, D. Afonso, o sexto, deu a Dom Henrique:

“(...) a conquista das terras do reino de Portugal de que ele se chamava rei, para que as cobrasse do poder dos mouros que as tinham tomadas. A qual conquista lhe deu como vassalo e não como rei, porquanto ele, Dom Afonso era Rei de Portugal, como digo, e não Dom Henrique. E deu-lhe a obrigação de vassalagem e serviço. O qual serviço diz que era que o servisse na guerra com trezentas lanças.”⁴²⁴

As mesmas crônicas afirmavam que neste tempo os portugueses “bolhiciam” (ferviam) por se apartar e haver rei por si. “(...) Assim faziam os portugueses, porque el-rei Dom Afonso manhosamente lhe cavilhava sua liberdade e lhe impunha encargos que eles não eram obrigados; e eles os não queriam consentir (...).⁴²⁵ Por esta razão, e com receio de que com eles acontecesse o mesmo que os romanos haviam imposto aos seus confederados, tributos e

⁴²¹ *Id. Ibid.* p. 498-499

⁴²² *Id. Ibid.* p. 504.

⁴²³ *Id. Ibid.* p. 511.

⁴²⁴ *Id. Ibid.* p. 511.

⁴²⁵ *Id. Ibid.* p.511.

serviços, desejavam separar-se de Castela. No entanto, D. Henrique não queria quebrar a menagem de seu sogro. Mesmo assim, “as terras dos limites de Portugal que ele tomava dos Mouros não as dava a el-rei seu sogro, mas, diz a *Crónica de Afonso X*, que as guardava para si.”⁴²⁶

Quando da morte de seu pai, em 1112, Afonso Henriques e sua mãe trilharam caminhos políticos distintos. D. Tereza uniu-se aos interesses de Fernão Peres de Trava, conde de Trava e Trastâmara, advindo de influente casa da Galiza.⁴²⁷ O intuito era o de garantir a soberania do condado Portucalense e da Galiza frente aos interesses castelhanos-leoneses. D. Afonso Henrique os enfrentou na batalha de Mamede, em 1128, da qual saiu vencedor. Foi somente dez anos mais tarde, após a batalha de Ourique, que se proclamou rei de Portugal.⁴²⁸

Segundo Oliveira, pelas qualidades que apresentava, os portugueses o elegeram. Isto porque ainda durante a vida de seu pai, o auxiliou na guerra contra os mouros. E depois da morte deste, além de conquistar cidades como Santarém, Lisboa, Sintra e Évora, (...) venceu uma perigosa batalha no campo de Ourique; na qual houve uma insigne vitória e desbaratou cinco reis mouros e os lançou das terras e limites antigos do reino de Portugal”.⁴²⁹

A fim de justificar a escolha do povo português, Oliveira recorreu a Aristóteles e a sua *Política*. Seguindo o filósofo, escreveu que nos tempos heroicos os reinos eram dados aos homens. E isto ocorria “por vontade e livre eleição do povo, segundo o costume e lei da própria terra. Assim diz que se usava nos tempos heroicos. E tempos heroicos sabemos que quer dizer, tempos quase divinos; porque assim chamavam aos homens excelentes em que parecia haver alguma comunicação divina”.⁴³⁰ A recorrência à origem popular do poder e a necessidade de

⁴²⁶ *Id. Ibid.* p. 512.

⁴²⁷ Influentes no cenário político da nobreza, os Trastâmara e sua dinastia governaram Castela entre 1369 e 1516. Guimarães abordou em sua já citada tese os conflitos e uniões envolvendo os Trastâmara e Portugal no século XIV. Sobre a natureza das crônicas do castelhano Pero Lopez de Ayala quando este abordou a linhagem, cf. GUIMARÃES, Marcella Lopes. Os Trastâmara de Pero Lopez de Ayala (1332-1407) ou quando os heróis são de acanhado fulgor. In: COSTA, Ricardo da; SANTOS, Bento Silva (orgs). **Anais do VIII Encontro Internacional de Estudos Medievais. As múltiplas expressões da Idade Média: Filosofia, Artes, Letras, História e Direito**. Cuiabá: EDUFMS, 2011, p. 41-48. Ao artigo se acrescentam vários outros trabalhos dedicados à crônica medieval.

⁴²⁸ Cf. Mattoso, José. *Op. Cit.* p.62-66 e BAQUERO MORENO, Humberto. Portugal e o reino das Astúrias no período de formação. In: **Astúrias e Portugal. Relações históricas e culturais. Actas do Colóquio**. Lisboa: Academia Portuguesa da Historia, 2005, p. 130-138.

⁴²⁹ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade....** p. 513.

⁴³⁰ *Id. Ibid.* p. 512-513.

comprovação de que a escolha de Henriques se deu com participação do povo, o levaram a inserir uma suposta fala que os portugueses fizeram quando o escolheram.

Esta fala utilizada como argumento de autoridade, tratava do padecimento da república e da necessidade de auxílio de um “natural, nascido e criado nesta terra e conversado entre nós”. Fazia-se menção ao “alto sangue” a que pertencia, bem como à providência divina, que além de tê-lo criado, o havia curado de um “aleijão” com o qual nascera. O pedido mencionava também as chuvas de inimigos com as quais vinham sofrendo. Os mouros estragavam suas terras, roubavam suas fazendas, matavam seus moradores e levavam suas mulheres e filhos em cativeiro. Já os castelhanos e leoneses:

(...) nossos vizinhos, a que nós chegamos em companhia, quando eles tinham necessidade como nós, para nos ajudarmos uns aos outros como amigos, esses agora nos angustiam mais que os Mouros, fazendo-nos guerra não com armas, senão com manhas cavilatórias, com as quais solapadamente combatem nossa liberdade, querem defraudar, com título de nos fazerem honra, fazendo-se nossos reis sem nosso consentimento.⁴³¹

Além da denúncia às tentativas de dominação dos espanhóis, o pedido mencionava a condição de liberdade dos portugueses, para Oliveira existente desde os Galos e Galeses, primeiros povoadores de Portugal.⁴³² Não há menção de que o conteúdo do pedido se tratava de uma reprodução de um documento, que na verdade não existe. No entanto, o uso dado por Oliveira ao trecho possui, propositalmente, ares de veracidade.⁴³³

A noção de poder popular mobilizada diz respeito, muito mais, a uma aclamação do que à exigência de uma eleição propriamente dita, na qual os estados representantes das Cortes escolheriam seus representantes. A concepção de monarquia existente em Portugal naquele momento remontava à de uma *respublica christiana*. O formato assentava-se na ideia de família e propriedade, relacionadas por vínculos indissolúveis. O rei governava por meio de um pacto feito com o povo, reconhecendo a liberdade dos municípios, famílias e corporações. O poder régio, apesar de central, era limitado pelas liberdades existentes, não atuando de forma arbitrária, mas interferindo para o estabelecimento da justiça e da ordem.

431 *Id. Ibid.* p. 514.

432 *Id. Ibid.* p. 514.

433 *Id. Ibid.* p. 518.

O ideal advogado por Oliveira e posteriormente por vários outros quando da restauração pode ser entendida a partir da concepção tomista já discutida. Segundo esta, o povo, por contrato, entregava sua soberania ao rei a fim de que ele a conservasse, ou seja, que mantivesse seus direitos e liberdades. A soberania advinda do povo significava então entregar a liberdade a quem julgavam de direito e clamar por ela, em casos em que não estivesse sendo respeitada.⁴³⁴ Caso o Estado deixasse de lado o bem-comum, tornar-se-ia ilegítimo. O direito do povo de resistir em casos de tirania, conforme apregoado por Oliveira, estava previsto nas concepções tomistas. Entre os seus principais interpretes na Península Ibérica estiveram Francisco de Vitória (1485-1546), Francisco Suárez (1548-1617) e Domingo de Soto (1495-1560).

Conforme afirmado, tais proposições poderiam ser interpretadas, como de fato foram por alguns posteriormente, a partir de um ângulo mais liberal do que realmente eram. No entanto, mesmo os que as viram com certo entusiasmo, reconheceram sua inspiração exclusivamente monárquica, e não a partir de um sentido democrático e liberal.⁴³⁵ João de Azpilcueta Navarro (1522-1557), espanhol que foi membro da Companhia de Jesus em Portugal e atuou na missão no Brasil, compartilhou de posicionamento muito semelhante ao de Oliveira. Afirmou, atualizando as mesmas palavras que o português aqui analisado, que “(...) em casos de manifesta tirania régia o poder político pode ser assumido pelo povo”. Navarro apoiava-se na distinção entre poder *in actu* e o poder *in habitu*. Segundo esta, o monarca, em razão do pacto de sujeição, detinha o primeiro. No entanto, ao povo pertencia o poder *in habitu*, ou seja, esta era uma condição que lhe pertencia habitualmente. Assim, não perdia a posse deste, podendo retomá-lo em casos específicos, dentro dos quais enquadrava-se também a heresia.⁴³⁶ A defesa de Oliveira não era então de uma crítica ao absolutismo ou à forma como os monarcas eram nomeados. Suas proposições, ao contrário, estavam inseridas em um debate mais amplo informado pelo tomismo e que dizia respeito a casos de exceção,

⁴³⁴ Cf. TORGAL, Luís Reis. **Ideologia Política e teoria do estado na Restauração**. Volume I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981, p.28-31.

⁴³⁵ Sobre esta questão são significativos também os estudos de MERÊA, Paulo. A ideia da origem popular do poder nos escritores portugueses anteriores à Restauração. In: **Estudo de História do Direito**. Coimbra: 1923, p.229 e 246. Há vários outros livros e artigos que tratam sobre a questão do poder popular durante a Restauração. Estes foram nomeadas e discutidos por Luís Reis Torgal, na obra citada acima. Há que se mencionar as reflexões de Martim de Albuquerque em *Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder*. In: **Estudos de Cultura Portuguesa**. v.2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000, p.271-289.

⁴³⁶ Luiz Carlos Villalta, baseando-se especialmente nas proposições de Luís Reis de Torgal discutiu sobre essa questão no artigo *El-Rei, os vassalos e os impostos: concepção corporativa de poder e método tópico num parecer do Códice Costa Matoso*. In: **Varia História**. Belo Horizonte, volume 21, 1999, p. 3-6.

como o configurado pela União Ibérica e pela eminente possibilidade de coroação de um espanhol.

Esta foi uma discussão típica de seu tempo, ocorrendo também em outros espaços e a partir de outras fundamentações. Martinho Lutero, escreveu sobre a distinção entre o poder secular e o poder religioso e até que ponto o cristão deveria obedecer a espada do príncipe. Para o reformador, os príncipes eram loucos em acreditar que poderiam ordenar aos seus súditos tudo o que desejassem. Já os súditos encontravam-se iludidos em acreditar que deveriam obedecer aos princípios em todas as coisas. Várias passagens das escrituras serviram para legitimar tal proposição, entre elas as de Romanos, Pedro, Gênesis, Êxodo e Mateus.⁴³⁷

O uso da espada, forma de referência utilizada por Lutero a todo poder exercido pelos príncipes, não deveria ser questionado. No entanto, esta somente poderia ser utilizada de acordo com a vontade divina, leia-se, para a punição de malfeitores e proteção dos justos. Se todos fossem verdadeiramente cristãos, o reino do mundo e o uso da espada não precisariam existir. No entanto, havia os injustos, e, para ensiná-los a retidão, eram necessárias as leis, conforme propôs São Paulo. Nas palavras de Lutero: “Se não existissem leis e governos, uma vez que o mundo é mau e apenas um ser humano em mil é um verdadeiro cristão, as pessoas se destruiriam umas às outras e ninguém seria capaz de sustentar sua mulher e seus filhos, de se alimentar e de servir a Deus.”⁴³⁸ Por esta razão, nenhum dos governos, tanto o da alma como o secular, eram suficientes sem o outro.

Os juristas, advogados, príncipes, monarcas estariam então servindo a Deus empunhando a espada, desde que estivessem imbuídos de reprimir os maus, e não de seu próprio benefício. Sua autoridade era limitada e não se estendia ao governo da alma que deveria pertencer a Deus. E mesmo no que tange ao governo secular, sua palavra nem sempre era sinônimo de verdade e obediência. Quando um príncipe estivesse errado, sob a ótica cristã e da justiça, os súditos não eram obrigados a segui-lo, “(...) porque ninguém tem o dever de agir de maneira injusta”.⁴³⁹

Em que pesem suas diferenças, João Calvino também fez coro à distinção entre o governo da alma, relacionado à vida eterna, e o governo civil, responsável pela justiça na

⁴³⁷ LUTERO, Martinho. **Sobre a autoridade secular...** p.3-12.

⁴³⁸ *Id. Ibid.* p.18.

⁴³⁹ *Id. Ibid.* p.70.

conduta dos homens, pela defesa da paz e tranquilidade geral. O último foi por ele dividido em três partes: a do magistrado (defensor e guardião das leis, contemplados com a autoridade divina), a das próprias leis, e a do povo, que deveria obedecer ao magistrado e ser governado pelas leis. Para Calvino, baseado em São Paulo, os príncipes eram ministros de Deus, responsáveis em honrar os que agiam corretamente e executar com vingança os que praticavam o mal. Justamente por esse motivo, a desobediência a estes não poderia ser tolerada, mesmo quando ocasionada por erro ou injustiça cometidas por eles. Sua autoridade deveria ser sempre acatada mesmo se injusta, visto que suas más ações ou negligências deveriam ser entendidas como punição à iniquidade do povo.

A este caberia apenas o reconhecimento de seus pecados, e não a tentativa de remediar os males a que eram acometidos. A desobediência somente seria legítima em casos nos quais o soberano se desvirtuasse completamente do caminho de Deus.⁴⁴⁰ As motivações de Lutero e Calvino diferiram umas das outras e ainda mais em relação as de Oliveira. No entanto, se cruzam porque tratam da preocupação com a legitimidade ou não da desobediência ao soberano, uma prática que não deveria ser corriqueira, nem mesmo isenta de consequências, e por isto tão complicada de ser discutida e teorizada.

Quando se encontram afirmações sobre a atuação do Terceiro Estado no apoio a D. Antônio, entende-se que, muito mais do que um movimento organizado, tratavam-se de expressões, notadamente advindas das camadas religiosas mais baixas e da população como um todo, preocupadas e interessadas, em maior ou menor grau, com a manutenção da soberania e liberdade lusas. Mas a atuação reconhecida de membros do Terceiro Estado nos rumos políticos não foi uma invenção do início da modernidade.

O surgimento das Cortes, canal legítimo pelo qual poderiam manifestar seus interesses, também não. Em Portugal, o surgimento destas data do século XII, quando, a partir dos avanços territoriais e da anexação de núcleos populacionais da região Sul, necessitou-se de uma organização administrativa mais efetiva. Até então, todo tipo de aconselhamento dado ao rei, bem como de vários serviços a ele prestados, advinha da Cúria, formada por nobres e letrados, normalmente eclesiásticos em razão do domínio das letras. A especialização da Cúria deu origem a duas formas de assembleias: o conselho privativo e as Cortes. Ambos funcionavam de acordo com as demandas de solicitação real, não havendo encontros regulares. As decisões

⁴⁴⁰ CALVINO, João. **Sobre o governo civil**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.78-136.

pautavam-se especialmente na tradição religiosa, liam-se Sagradas Escrituras e nas obras dos Pais da Igreja e nas tradições do Direito Romano e suas ramificações.

Os encaminhamentos no que concerne à justiça e à administração eram tomados pelos nomes da nobreza que faziam parte dos conselhos. Uma representação social mais abrangente, que contava com a presença dos demais estratos e de pessoas de outras cidades e vilas ocorria apenas quando o rei convocava as Cortes. Entretanto, com a afirmação cada vez mais patente de Portugal como um Estado unificado na entrada da modernidade, o papel das Cortes se tornou mais efetivo no corpo institucional do poder régio.

Este foi um cenário que se processou também na França, na Inglaterra e na Espanha. Todos encontravam-se em processos de centralização e em todos assistiu-se, em “uma franja temporal quase simultânea, à criação ou reorganização de instituições, tais foram: a justiça, o fisco e as chancelarias. Com base nelas se refez a Corte Régia, da qual emergiu uma autoridade única: o rei”.⁴⁴¹ Desde o final da Idade Média, em maior ou menor grau, as cortes se configuraram como uma instância de representação política e administrativa e como um local de negociação, também do Terceiro Estado. Sua convocação ocorria, especialmente, quando de momentos de crise ou de tomadas de decisões de grande vulto, com vistas à legitimação e fortalecimento de alguma ação.⁴⁴²

Em Portugal, D. João II (1481-1495) esforçou-se para centralizar o poder. Entre 1481 e 1482 chamou as Cortes, que deram o tom de seu reinado. Para estas, setores populacionais organizados como Terceiro Estado levaram suas reivindicações. Queixaram-se da opressão em que viviam e das injustiças dos grandes senhores, que em seus domínios atuavam à vontade sem intervenções da autoridade régia. Em 1490, conforme observou Manuela Mendonça, quando as Cortes voltaram a se reunir, a maioria dos problemas havia sido resolvida. A análise da autora estendeu-se especialmente para a intervenção do monarca e seu papel no controle do poder das casas de nobres. No entanto, a partir dela também pode-se inferir sobre a participação do terceiro nas Cortes e seu papel nos rumos do reino.⁴⁴³

⁴⁴¹ MENDONÇA, Manuela. Portugal na *Christiana Respublica*. In: MOREDA, Santiago López; SOARES, Nair de Nazaré Castro. **Gênese e consolidação da Ideia de Europa. Idade Média e Renascimento**. v. IV. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 70.

⁴⁴² Cf. FREITAS, Judite A. Gonçalves de. **O Estado em Portugal (séculos XII – XVI). Modernidades medievais**. Lisboa: Alethéia, 2012.

⁴⁴³ MENDONÇA, Manuela. *Op. Cit.* p.71.

Foi com base nesta tradição que no contexto da crise sucessória deu-se a atuação do Terceiro Estado. No calor dos debates, ou seja, meados de 1579, a Câmara de Lisboa autorizou o direito dos representantes do braço popular conforme haviam solicitado. Isto significa que seu posicionamento deveria ser levado em consideração quando da decisão sucessória. Neste caso, o posicionamento significava o alçamento do representante natural, D. António, Prior do Crato.

Por mais que fosse garantido o direito de intervir em momentos decisórios, não era corriqueiro e natural decidir sobre casos sucessórios. Era necessário embasamento jurídico para tal pretensão. Apesar do desenvolvimento do Direito das Gentes, cada vez mais necessário em razão da conquista do Novo Mundo e do estabelecimento dos Estados absolutistas por grande parte da Europa, ainda era prática comum a utilização do costume, ou seja, do direito imemorial. Em vários casos, como nos de nomeação de terra, essa forma de direito era reconhecida pela esfera régia. Foi por esta razão que Oliveira, ao tratar da coroação de Afonso Henriques ancorou-se em exemplos antigos, especialmente os que advinham dos denominados tempos heroicos.

Apesar da possibilidade de atuação do Terceiro Estado por meio das Cortes e também do esforço de membros de outros segmentos em torno da eleição de um natural, o desenrolar da crise dinástica significou um cenário circunscrito para a defesa de um candidato nacional. Muitos dos frades, especialmente entre dominicanos e agostinianos que haviam acompanhado D. Antônio quando de sua breve e parcial coroação, foram punidos, perseguidos, presos ou deportados. No início de 1581, um cardeal de Elvas tornou pública uma carta reprimindo por terem agido contrariamente aos cânones sagrados:

(...) os religiosos, frades e clérigos, tanto seculares como regulares, que sem temor de Deus e em grave dano, e perigo de suas almas, e escândalo de muitos deste Reino de Portugal, e dos Algarves, saindo de seus mosteiros, e igrejas, tomaram armas e muitos deles (com deixar de seu habito regular) assistiram nas guerras e perturbações deste Reino em favor de Dom António Prior do Crato, e ainda agora andam vagabundos, e alguns, (estando nos seus conventos) assistem, e acompanham ao dito Dom António, dando-lhe ajuda e favor, de forma que as ditas guerras e perturbações podem perseverar e ir por diante.⁴⁴⁴

⁴⁴⁴ Fragmento de documento publicado por Jayme Constantino de Freitas Moniz em volume do **Corpo Diplomático Português. Monstruosidades do Tempo e da Fortuna**. Damião Peres: Porto, 1938-39, p. 2-3. *Apud* MARQUES, João Francisco. *Op. Cit.* p. 57.

Sob a pena de excomunhão maior, todos os envolvidos nas ações deveriam comparecer junto a sua presença ou de outra autoridade eclesiástica superior a fim de redimirem suas culpas.⁴⁴⁵ Retomaram-se alguns posicionamentos de religiosos em uma tentativa de entendimento do contexto de produção em que Oliveira se encontrava e das possibilidades e limites para sua atuação. Conforme demonstra a citação acima, nos últimos meses de 1580 o avanço filipino e a constituição da União Ibérica já eram uma realidade, mas não sem ter enfrentado a resistência ou ao menos a oposição de muitos.

A narrativa construída no *Livro da Antiguidade*, conforme depreende-se nas páginas anteriores, possui o claro objetivo de tratamento, e também de resolução de uma questão do presente. Para tanto foram necessárias duas táticas. A primeira diz respeito à comprovação da antiguidade e da liberdade de Portugal desde os tempos mais remotos. A segunda se refere ao ataque constante, em diversas situações aos castelhanos. Os dois caminhos foram trilhados como aporte para o principal objetivo do livro: a defesa da possibilidade de escolha de um rei português.

4.3. O recuo e a obediência na História de Portugal

A *História de Portugal* possui quatro partes. Apesar de bem mais extensa do que o *Livro da Antiguidade*, também tem natureza fragmentária. Isto porque, apesar de contar um início, encerra com a narração de invasões mouras durante o reinado de D. Sancho, filho de D. Afonso Henriques, ainda no século XII. Seguindo o formato usual na época, a própria lógica impressa no texto e o desejo manifestado no título, depreende-se que o intuito era o de escrever até o século XVI, ainda mais quando este se encontrava coroado com as glórias da expansão.

As discussões propostas no item anterior demonstram que a escrita do *Livro da Antiguidade* ocorreu em um momento no qual ainda existiam possibilidades de tomada de posição no que concerne à resolução da crise sucessória. Porém, o encerramento da questão dinástica a favor dos espanhóis o obrigou a repensar a escrita da sua história do reino. O encerramento do *Livro da Antiguidade* ainda em um estado de incompletude, visto que possui apenas os quatro capítulos finais, é decorrência deste cenário.

⁴⁴⁵ *Id. Ibid.*

Ao contrário do ocorrido no livro anterior, na *História de Portugal* o passado não poderia servir para os mesmos fins. Vários trechos da obra demonstram uma postura de inflexão em relação à defesa da eleição de um natural. Apesar de, assim como no primeiro livro, não existir indicação expressa do ano da escrita, seu teor é suficiente para comprovar a produção quando da criação da União Ibérica e da aclamação de Felipe II da Espanha, a partir daquele momento também Felipe I de Portugal.

Franco pontuou que na *História de Portugal* Oliveira intentou uma história mais ampla do reino. A própria mudança de título apontaria para a expansão dos objetivos. O autor também propõe a ideia de revisão e aprofundamento do escrito.⁴⁴⁶ No que tange à última afirmação, concordo com Franco. No entanto, acredito que, da mesma forma que a *História de Portugal*, o *Livro da Antiguidade* também almejava uma história “completa” de Portugal. Oliveira evidenciou isto em alguns momentos, todos localizados no último capítulo. O primeiro deles se encontra ainda no primeiro parágrafo, quando afirma: “Uma parte da proposição ou tenção deste livro é mostrar como o reino de Portugal é antigo e foi livre e nunca foi vassalo doutra nação”.⁴⁴⁷

Ora, as palavras iniciais da frase indicam que, embora tendo como objeto central a comprovação da antiguidade e da liberdade do reino, o livro trataria também de um contexto mais amplo. Tal argumento se justifica logo no parágrafo a seguir, quando afirma que nos capítulos precedentes havia escrito sobre os primeiros povoadores de Portugal.⁴⁴⁸ O último parágrafo do capítulo igualmente coaduna com esta ideia, já que nele, além de anunciar o encerramento da primeira parte do texto, o autor expressou a intenção de “contar a vida dos reis Portugueses” até o seu tempo.⁴⁴⁹ Por certo, o projeto foi interrompido em razão da resolução do entrave dinástico com um final não desejado por Oliveira. Não fosse isso, muito provavelmente seria encerrado de acordo com os objetivos anunciados. A *História de Portugal* não se constitui apenas como uma continuação do livro anterior, mas sim como uma revisão, visto que o cenário era outro.

⁴⁴⁶ FRANCO, José Eduardo. *Op. Cit.* p. 82.

⁴⁴⁷ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...** p. 520.

⁴⁴⁸ *Id. Ibid.* p.520.

⁴⁴⁹ *Id. Ibid.* p.522.

Antes de discuti-la, atenta-se para um ponto central quanto às intenções de Oliveira. Assim como o *Livro da Antiguidade*, a *História de Portugal* não possui prefácio, dedicatória ou algum tipo de apresentação. Porém, antes do início do *Livro Primeiro*, o autor escreveu: “Começa a *História de Portugal*, recolhida de escritores antigos e crônicas aprovadas, pelo licenciado Fernando Oliveira, capelão dos reis de Portugal de seu tempo.”⁴⁵⁰ No entanto, sabe-se que neste momento não possuía nenhuma atribuição régia.

A afirmação é entendida de duas maneiras. Primero, a sentença pode ser apenas um indicativo de prestação de serviços ao reino como membro de seu corpo social, como era comum ocorrer. Mas, pode ser interpretada também como uma carta na manga. Visto que o *Livro da Antiguidade* não foi concluído, publicado, nem circulou entre os proeminentes e letrados do reino, ainda era possível alterar o tom da narrativa sem muitos prejuízos. Mesmo levando-se em consideração a idade avançada de Oliveira e as inimizades que havia contraído, isto significa que, talvez, ainda esperasse por um cargo ou pela retomada de seu prestígio, mesmo na corte agora dominada pela influência filipina.

Tal constatação diz respeito às próprias funções que a história possuía. Mesmo não escrevendo por mando ou encomenda, prática ainda comum neste tipo de obra, sua narrativa respondia a interesses de um governo específico. Richard Kagan, ao escrever sobre as características da história oficial durante o final da Idade Média e início da Época Moderna pontuou que esta se dirigia a um público futuro, com o objetivo de oferecer uma leitura particular do passado, mas também aos leitores do presente, com vistas a seduzi-los e a fim de legitimar determinados contextos e ações.⁴⁵¹

A história servia como um instrumento de política imperial, se encontrava intimamente relacionada com o poder. A de Oliveira, mesmo não autorizada no sentido estrito de ter sido encomendada por um rei, ensejava a criação de um registro histórico que favorecesse o seu reino, mesmo sob as condições que se desenrolavam. Entre os produtores deste tipo de narrativa estavam os historiadores denominados cortesões. Eram arregimentados muito mais pela lealdade do que pela capacidade ou conhecimento sobre como se deveria escrever uma história digna de respeito.

⁴⁵⁰ OLIVEIRA, Fernando. *História de Portugal...* p. 351.

⁴⁵¹ KAGAN, Richard. *Los cronistas y la corona. La política de la Historia en España en las Edades Media y Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2010, p.24.

Falcon também atentou para este grupo de historiadores oficiais a serviço dos príncipes e seu crescimento conforme o avançar da Época Moderna. O principal objetivo era o de, por meio de uma história política ou religiosa, ou do relacionamento de ambas, acrescenta-se aqui, produzir “elementos históricos favoráveis a causa defendida pelo historiador. Caberia então à história proporcionar provas e argumentos às partes em litígio”.⁴⁵² De maneira bastante radical, o autor postulou que estes mostraram-se pouco exigentes com a crítica das fontes. Do outro lado estavam os polemistas católicos e protestantes, originários das disputas advindas das Reformas que se preocuparam com uma “(...) investigação e crítica rigorosas das fontes textuais cristãs, a começar pela Bíblia, encontrando-se consequentemente com a corrente erudita ou antiquária”.⁴⁵³

Kagan também afirma que os eruditos eram versados no humanismo e nos preceitos de Tucídides e de Cícero no que diz respeito a história como luz da verdade e ao uso rigoroso de documentos.⁴⁵⁴ Isto não significa que existissem grupos coesos e que os historiadores cortesãos fossem responsáveis apenas pela escrita de narrativas polêmicas e completamente manipuladas enquanto os segundos representavam o que se poderia denominar de antecedentes de uma “história científica e neutra.” A fronteira que definia suas produções era bastante tênue, mas a polêmica sobre a questão era intensa e eram comuns acusações, provocações e respostas. Apesar das recomendações das *Artes Historicae*, que postulavam a necessidade de escrever de acordo com a verdade, todos manipulavam os materiais que dispunham, em maior ou menor grau, embasados nos interesses que possuíam. Kagan observou que o rigor era recorrentemente lembrado pelos autores das *Artes* “porque até mesmo os historiadores mais brilhantes e eruditos da Idade Moderna possuíam o feio costume de selecionar interessadamente a evidência para obter uma leitura particular de um personagem, época ou acontecimento.” Utilizavam-se até mesmo termos como “engano menor” e “dissimulação honesta” como referência a este modelo.⁴⁵⁵

Tais práticas apenas fazem sentido se analisadas a partir da historicidade da noção de verdade. Levava-se em consideração o que poderia ser completamente verdade – definida

⁴⁵² FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.63.

⁴⁵³ *Id. Ibid.* p.63.

⁴⁵⁴ Cf. KAGAN, Richard. *Op. Cit.* p.24-26.

⁴⁵⁵ *Id. Ibid.* p.27.

apenas em oposição à mentira e a verossimilhança, determinada pela aparência de verdade. Era comum que os historiadores flutuassem no interior deste campo ambíguo e, ao fim, o que se entendia como verdade dizia muito mais respeito à lealdade para com o propósito que se escrevia. Essas considerações podem parecer terreno comum ao fazer historiográfico de qualquer temporalidade. Manipular as fontes e criar uma narrativa com aparência de real constituir-se-ia como um problema para as historiografias do século XIX que buscavam neutralidade, objetividade e o resgate do passado. Entre estas e suas diferentes expressões, bem como entre seus herdeiros prevaleceu a ideia de uma escrita da história incompleta e comprometida durante a Época Moderna. Horst Gunther, ao escrever sobre o pensamento histórico nesse período considerou que este “(...) não pode ser adequadamente entendido enquanto permanecer submetido ao veredicto do Historicismo, para o qual teria representado uma visão provisória e insuficiente ou até falsa do mundo histórico”.⁴⁵⁶

Apesar da pluralidade das discussões sobre o estatuto da história, existe certo consenso de que não há forma de escrever a história com isenção da manipulação de fontes ou a partir da pretensão de verdade. Dessa forma, se poderia dizer que continuamos a praticar o mesmo

⁴⁵⁶ GUNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Idade Moderna. In: KOSELLECK, Reinhart (org.). **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 85. Desde as primeiras décadas do século XX, como em todas as gerações dos *Annales*, por exemplo, pensou-se sobre novas abordagens no fazer historiográfico no que diz respeito às fontes, métodos e diálogos com outras disciplinas. No entanto, o caráter da narrativa e as condições de figuração do real foram preocupações que se tornaram vigentes entre historiadores e estudiosos das ciências humanas especialmente ao longo dos anos de 1960 e 1970. Roland Barthes, semiólogo informado pela tradição estruturalista, foi um dos primeiros a propor a figuração de uma trama, que seria fruto tanto de procedimentos literários, dos quais fazem parte o fenômeno linguístico, como de uma metodologia científica, que envolve as fontes e o método. O efeito de real seria a diminuição da distância entre o passado vivido e o passado narrado. As proposições de Paul Ricoeur também podem ser mobilizadas para o entendimento que aqui se propõe sobre as condições da narrativa histórica. Para o filósofo, que produziu nos anos de 1970, mas passou a ser lido no Brasil notadamente a partir de 1990, é premissa que o discurso histórico pertence à narrativa. Entretanto, existem fronteiras, mesmo que tênues e maleáveis, entre a narrativa histórica e a ficcional. A história seria então uma literatura muito específica, que tem o compromisso de ser um discurso de verdade, não a verdade, mais uma verdade possível sobre o passado. O tempo, seu objeto, configura-se como uma articulação entre o passado e o futuro, sempre a partir de uma relação com o presente. Caberia então ao narrador selecionar e organizar elementos pré-configurados em uma língua para criar uma narrativa única e singular. Paul Veyne também se mostrou imbuído dessas questões quando discutiu, entre outros assuntos, sobre os eventos. Para ele, em nenhum caso o que se chama de evento é apreendido de uma maneira direta e completa, mas, sempre incompleta e lateralmente por documentos ou testemunhos, ou seja, por indícios que constituem uma trama marcada por cortes efetuados na realidade, pelo cruzamento de itinerários possíveis, por causas materiais, fins, acasos e pela conveniência do historiador. Dentre todos esses autores, ao quais se soma Certeau discutido ao longo do capítulo, poderiam ser acrescentados muitos outros teóricos. De forma muito geral, e sem esquecer de suas muitas especificidades, conclui-se que entres ele há certo consenso acerca da natureza da narrativa histórica e sua potencialidade de produzir não a verdade, que se configura como inatingível, mas um discurso verdadeiro permeado de cortes, intenções, artefatos literários e metodológicos e do lugar de produção do historiador. Cf. BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988; RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997, 3 v.; VEYNE, Paul. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1982.

que os modernos ou os que os antecederam. Mas tal afirmação seria por demais simplista. Primeiro, por desconsiderar o contexto de produção e juntamente com ele as metodologias e epistemologias propostas. E segundo em razão de uma diferença primordial entre o que ensejamos fazer e o que os modernos fizeram. Estes, em suas narrativas, pretendiam, de acordo com Kagan, dar uma forma definitiva ao passado. Para além disso, suas histórias almejavam uma interferência direta em situações do presente, especialmente a partir da rememoração de acontecimentos passados.⁴⁵⁷

Há indícios que foi esta a intenção de Oliveira na *História de Portugal*. Em vários momentos, alterou significativamente o teor de muitas das afirmações que havia realizado no *Livro da Antiguidade*. Além disso, utilizou fontes de diversas naturezas de acordo com seus intentos. Isto em razão da alternância da situação política do local em que produziu e dos possibilidades e objetivos que possuía perante o novo cenário que se instaurava.

Algumas das passagens do escrito demonstram que foi realmente produzido após a entronação de D. Filipe II em Portugal. Ao tratar “do falecimento do conde Dom Henrique, de suas condições e de quantos filhos teve e em que estado deixou Portugal”,⁴⁵⁸ Oliveira abordou, como igualmente o fez em vários outros capítulos, o estado de liberdade que se encontrava o reino para os seus sucessores. Segundo o autor, D. Henrique havia conservado Portugal, assim como também fizeram “pai, filho e neto e os mais descendentes com os Portugueses sem ajuda, nem favor dos Leoneses, nem Castelhanos, que nunca jamais favoreceram a liberdade de Portugal, mas antes sempre a impunham”.⁴⁵⁹ Apesar das tentativas de dominação, Deus sempre a havia conservado e conservara, tal “como em nossos dias a confirmou el-rei Dom Filipe, que viva muitos anos”.⁴⁶⁰ Ao final, a referência a D. Felipe e a seu juramento durante as Cortes de Tomar comprovam a escrita da *História de Portugal* no alvorecer da União Ibérica. Uma inflexão em outro momento da escrita também comprova sua produção durante o governo filipino. Tratam-se dos capítulos destinados à vida e ao reinado de Afonso Henriques. Neste, não deixou de tratar sobre sua coroação e escolha pelo povo português.⁴⁶¹

⁴⁵⁷ *Id. Ibid.* p. 38.

⁴⁵⁸ OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal**... p. 423.

⁴⁵⁹ *Id. Ibid.* p. 425.

⁴⁶⁰ *Id. Ibid.* p. 425.

⁴⁶¹ *Id. Ibid.* p. 426.

Assim como no *Livro da Antiguidade*, deu início ao capítulo esclarecendo que Portugal possuía a condição de reino, mesmo quando os portugueses lutaram para livrar-se do senhorio do rei de Leão. E para comprovar a afirmação utilizou um recurso recorrente em toda a escrita: negou as afirmações contidas nas crônicas de autores castelhanos, as quais se figuravam como principal alvo de sua crítica. Citou a *Crônica Geral* de Dom Afonso X, onde lê-se que em determinado momento do reinado do rei D. Afonso oitavo, “os do reino de Portugal começaram a se levantar e ser por si senhores de sua terra e haver rei por si”.⁴⁶²

Para Oliveira, as afirmações alfonsinas eram provas da existência do reino de Portugal. A primeira diz respeito à menção “os do reino de Portugal” e a segunda à sentença “ser por si senhores de sua terra”. Frente à situação, e não contentes por não possuir rei para seu reino, escolheram D. Afonso Henriques que possuía todas as condições elencadas por Aristóteles na sua *Política* para que pudesse reinar: amor à república, característica que possuía por “ser natural da terra e criado nela”; “ânimo para a defender de quem a quisesse ofender”, conforme já havia demonstrado em várias batalhas; e, finalmente, “que tenha saber” para governar; condição que havia sido reconhecida pelo papa da época, quando legitimou seu reinado.⁴⁶³

Depois de apontar as características de Dom Afonso Henriques, condizentes com as “dos tempos heroicos”, Oliveira afirmou que após os portugueses lhe rogarem que quisesse ser seu rei, “(...) aceitou o cargo e título de rei deste reino, sem força, nem suborno, nem engano”.⁴⁶⁴ Apesar de mencionar a escolha de Afonso Henriques pelos portugueses, em nenhum momento tratou da possibilidade de eleição. O abandono da defesa de escolha dinástica via popular bem como sua legitimação baseada nos costumes, são indícios da escrita da obra durante a União Ibérica. Apesar de a ter reconhecido, visto não existirem possibilidades viáveis de insurgência, Oliveira não deixou de escrever com vistas a garantir a continuidade da soberania portuguesa durante a União Ibérica, conforme se discutirá a seguir.

As decisões decorrentes das Cortes de Tomar no início da década de 1580 significaram o encerramento da Dinastia de Avis em Portugal e o início do reinado dos Habsburgo. No entanto, a vitória de Filipe II e seus partidários sobre o interesse dos defensores de um rei natural, não significou, simplesmente, o início de um reinado com bases já assentadas. Ao

⁴⁶² *Id. Ibid.* p.445.

⁴⁶³ *Id. Ibid.* p. 446-447.

⁴⁶⁴ *Id. Ibid.* p.447.

longo do processo dinástico, de acordo com as proposições dos itens anteriores, e frente à resistência de D. Antônio e sua declarada pretensão em ocupar o trono, coexistiram entre os adeptos da União Ibérica posturas baseadas na incorporação por uma via legalista e pacífica e as pautadas na conquista, até mesmo pelo próprio Filipe, que oscilou entre os dois polos.

A existência de diversos interesses e um cenário bastante ambíguo no que diz respeito à aceitação de Filipe II e do que se esperava dele como monarca era fato. Como pontuou Pedro Cardim, tal cenário levou o rei espanhol a se posicionar “(...) perante os diversos corpos sociais que compunham o reino de Portugal”.⁴⁶⁵ Este comportamento teve início com sua participação nas Cortes, o que representou um sinal de conciliação e disposição em “comunicar com os estados do reino, a escutar as suas reivindicações e a assumir compromissos.”⁴⁶⁶

Muito provavelmente Oliveira se referia a esta sinalização de Filipe II quando, conforme apontado no item anterior, mencionou a confirmação do rei em conservar a liberdade portuguesa.⁴⁶⁷ As decisões fixadas nas Cortes de Tomar deram origem a “*Patente dos privilégios perpétuos, graças & mercês de que el Rey Dom Filipe primeiro...faz mercê a estes seus Reynos, & Senhorios de Portugal... em as Cortes Solenes*”. Assinada em abril de 1581, a *Patente* estabelecia um contrato de direitos e deveres entre o monarca e o reino. Declarava-se que enquanto o monarca respeitasse os seus compromissos, os vassalos manteriam obediência, “porém, se o rei não cumprisse aquilo que havia prometido, os vassalos poderiam deixar de estar obrigados a esta obediência.”⁴⁶⁸

O pacto resultava em um acordo importante, porém ambíguo. Não havia determinações claras e que não fossem passíveis de diferentes interpretações sobre quais eram os compromissos do monarca e quando e porquê poderiam deixar de serem cumpridos. Assim, as discussões em torno da soberania e da liberdade lusas não findaram quando do estabelecimento da União Ibérica. Ao contrário, se intensificaram. Não existia mais possibilidade e sentido em escrever sobre a escolha popular de um soberano para Portugal. Ao menos naquele momento,

⁴⁶⁵ CARDIM, Pedro. Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I. In: **Estudos em Homenagem a João Francisco Marques**. v. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p.78. No desenrolar do trabalho o autor indicou várias pesquisas sobre a questão, entre elas: ÁLVAREZ, Fernando Bouza. **De un fin de siglo a outro...** e CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MAGALHÃES, R.J. **No alvorecer da modernidade (1480 – 1620)**. Lisboa, 1993.

⁴⁶⁶ CARDIM, Pedro. *Op. Cit.* p. 279.

⁴⁶⁷ OLIVEIRA, FERNANDO. **História de Portugal...** p. 425.

⁴⁶⁸ CARDIM, Pedro. *Op. Cit.* p.379.

a entronação de Filipe II colocou uma pedra nas pretensões dos que desejavam, por diversos motivos, a eleição de rei natural. Era, porém, possível, e cada vez mais necessário, ainda que dentro dos limites existentes, escrever sobre a soberania e liberdade portuguesa.

A história serviu mais uma vez como ferramenta. Era mais fácil e menos comprometedor escrever sobre os episódios do presente de forma indireta utilizando para isso o passado, do que abordá-los de maneira direta. A *História de Portugal* situa-se entre os primeiros livros destinados ao propósito de reivindicar o estatuto de liberdade lusa. Como escrito ainda no início da União Ibérica, muito provavelmente nos primeiros anos da década de 1580, não era possível mensurar sobre a configuração que esta adquiriria mais tarde. Por esta razão, a produção oliveiriana centrou-se na esperança da manutenção da soberania. A forma de alcançar tal intento foi mobilizando a pretensa antiguidade do reino português e utilizando-a a favor de suas pretensões de manutenção da soberania.

A referência de Oliveira ao juramento de Felipe II foi uma maneira de demonstrar que se sabia que a instituição da União Ibérica deveria ser pautada na conservação da soberania lusa, e que tal prerrogativa havia sido firmada por meio de um documento oficial. O direito de indagar ao rei sobre suas ações estava assentado na concepção de *monarchia christiana* e nas bases da Segunda Escolástica, discutidas anteriormente. Aos vassalos era de direito exigir o cumprimento dos juramentos e pactos. A sujeição poderia ser quebrada quando estes não fossem respeitados. Na prática não era tão simples definir quais medidas não iam ao encontro do pacto, tendo em vista os interesses dos diversos grupos que constituíam o reino e as cortes. No entanto, esta foi uma prerrogativa importante que foi mobilizada por Oliveira e por outros autores durante o período da União Ibérica como uma forma de garantir os direitos que julgavam necessários para a manutenção da liberdade lusa, e mais tarde para a própria Restauração.

Nos anos e décadas seguintes surgiram outras publicações de teor semelhante, ainda que com caminhos e objetivos específicos diversos. Entre estas estiveram obras como a de D. João de Castro, que havia sido partidário declarado de D. Antônio. Escrita entre 1604-1605, a *Aurora da Quinta Monarquia* foi uma das pioneiras no que tange a escrita da história portuguesa a partir da ótica profética.⁴⁶⁹ Castro participou da batalha de Alcântara, em agosto de 1580, e deixou Portugal rumo aos Açores juntamente com os apoiadores do Prior. No

⁴⁶⁹ CASTRO, João de. **A aurora da quinta monarquia**. In: CARVALHO, José Adriano de Freitas (supervisão científica); SERAFIM, João Carlos Gonçalves (introdução e edição). Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória e Edições Afrontamento, 2011.

entanto, os deixou no ano seguinte, quando se voltou ao sebastianismo. O contexto da União Ibérica, de acordo com Hermann, estimulou muitos antonistas, em razão do estreitamento de possibilidades frente a um rei sem trono e da ameaça de perseguição pelos espanhóis, à adoção do sebastianismo.⁴⁷⁰

No início do século XVII, em Paris, Castro foi o primeiro a publicar partes das Trovas de Bandarra em obra comentada com o título *Paráfrase e Concordância de algumas profecias de Bandarra*.⁴⁷¹ Gonçalo Annes Bandarra (1500-1556) foi o sapateiro responsável por escrever, durante as décadas de 1520 e 1530, versos de caráter messiânico. Ainda durante sua vida as trovas obtiveram significativa recepção. O próprio autor as fez circular pelo Reino, notadamente entre cristãos novos. Em 1541 foi processado pela Inquisição, sendo condenado a participar de um auto-de-fé e proibido de continuar interpretando a Bíblia e compondo suas trovas, que, mesmo proibidas, não foram esquecidas. Quando da União Ibérica as trovas foram retomadas largamente em razão de seu viés profético. Mesmo proibidas pelo *Index* divulgado em 1581, seguiram sendo lidas e transmitidas através de cópias manuscritas. Conforme circulavam, eram modificadas, adaptadas e apropriadas.

O sucesso das trovas, conforme Luís Filipe Silvério Lima, se deveu à sua recepção entre os cristãos-novos, condição a que o próprio Bandarra poderia pertencer, mas também “entre os que se opunham à aclamação de Filipe II como rei de Portugal ou estavam à espera da volta do Encoberto, identificado em Dom Sebastião.”⁴⁷² Em sua publicação, Castro escreveu que, dentre muitas cópias, prezou pela que considerava a mais próxima da proferida por Bandarra. O sebastianista acreditava que o sapateiro não as havia escrito, por ser analfabeto, mas que as havia proferido por serem resultado de iluminação advinda do Espírito Santo. Justamente por este motivo eram verdadeiras e versavam sobre o futuro de um Portugal livre e como império.⁴⁷³

⁴⁷⁰ HERMANN, Jacqueline. **Um rei indesejado...** p. 155.

⁴⁷¹ BANDARRA, Gonçalo Annes. **Paráfrase e Concordância de algumas profecias de Bandarra**. Paris: Martim Verac Editor, 1602. As trovas foram publicadas integralmente em 1644, ainda na França, em Nantes. A edição foi patrocinada por apoiadores de D. João IV, os quais relacionavam o restaurador ao Encoberto de Bandarra. Outras edições somente vieram à tona a partir do século XIX.

⁴⁷² LIMA, Luís Filipe Silvério. O percurso das Trovas de Bandarra: circulação letrada de um profeta iletrado. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs). **O império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 443.

⁴⁷³ Cf. *Id. Ibid.* p. 445.

Depois da publicação de parte das trovas, Castro produziu uma biografia de D. Sebastião, focando em sua sobrevivência depois de Alcacér-Quibir. Nesta época, participou em Veneza, juntamente com antonistas e ex-antonistas, da denominada conspiração do falso de Veneza, caso não isolado, no qual se advogava que um calabrês era o próprio D. Sebastião.⁴⁷⁴ *A Aurora da Quinta Monarquia* se configura como a representativa máxima do pendor de Castro ao sebastianismo. O manuscrito, que possui mais de mil e quatrocentas páginas, e foi escrito em mais de quarenta e cinco anos de exílio, somente foi publicado em 2011.⁴⁷⁵

O livro tem início com o juramento de Dom Afonso Henriques e o milagre de Ourique. Os capítulos que seguem não são pensados a partir de uma cronologia linear organizada em estágios sucessivos que seguiam até o presente do autor, conforme pretendeu Oliveira em suas histórias. Castro também não se preocupou com uma história geral de Portugal, buscando suas origens e povos formadores. Assim, a obra não segue a mesma estrutura da oliveiriana. O mesmo pode ser dito em relação ao seu objetivo. Oliveira não partilhou do caráter messiânico nem do pendor a D. Sebastião. No entanto, ambas podem ser aproximadas em razão do contexto que as inspirou. De formas particulares, ambos mobilizaram tendências e movimentos em circulação como forma de resistência ao cenário que se instaurava.

Outro exemplo está na produção de Manuel Faria e Sousa (1590-1649). Com aproximadamente trinta anos, Sousa passou a residir em Madrid, encontrando-se envolvido com a corte filipina. Sobre a história de Portugal, escreveu *a Epitome de las Historias Portuguesas*, em 1628, ainda durante a União Ibérica.⁴⁷⁶ Ao contrário dos livros de Oliveira, os seus obtiveram grande circulação e foram publicados outras vezes no século XVII. Mais tarde, preocupou-se com uma obra que pudesse dar conta de todas as partes do Império Português e que se organizaria em um conjunto de livros denominados *Europa Portuguesa, África Portuguesa, Ásia Portuguesa e América Portuguesa*, sendo que o último se perdeu. A *Europa*

⁴⁷⁴ Jacqueline Hermann abordou o desenvolvimento do sebastianismo em Portugal em **No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

⁴⁷⁵ Em referência a obra de Castro citada acima o editor João Carlos Eduardo Serafim propôs um estudo introdutório, focando também em sua trajetória e demais produções, cf. p.10-26.

⁴⁷⁶ SOUSA, Manuel de Faria e. **Epitome de las historias portuguesas**. Madrid: Casa de Francisco Martinez, 1628.

Portuguesa saiu do prelo em 1668, em uma publicação póstuma. Outras edições deste e dos outros livros vieram à tona nos anos seguintes.⁴⁷⁷

A *Europa Portuguesa* foi dividida em três volumes, e, apesar de editada em Lisboa, foi escrita em espanhol, como muitas das obras do período da União Ibérica. Tal como Oliveira, Sousa pretendeu contar a história de Portugal desde o Dilúvio e a povoação pelos descendentes de Noé até o presente. O primeiro dos volumes é destinado às origens até o século XI. Neste, percebe-se a construção de uma histórica mítica e providencialista em um tom bastante intenso. Apesar de alongar-se mais do que Oliveira nestes episódios, suas histórias possuem uma estrutura similar.

Depois de demorar-se nas origens, Sousa seguiu o esquema desenhado a partir da presença dos romanos, da invasão dos bárbaros e dos mouros, da doação de D. Afonso VI para seu genro D. Henrique e da coroação de Dom Afonso Henriques após a batalha de Ourique. Ao fim do primeiro livro escreveu: “Agora estamos sem pertencer a Castela por quase quinhentos anos, porque desde este momento começou a brotar a Árvore dos Augustos Reis de Portugal, Árvore que faz sombra a todo o mundo”.⁴⁷⁸ A aproximação com relação a Oliveira e outras publicações do período se encontra notadamente no reconhecimento da liberdade portuguesa frente a Castela. Quando Sousa publicou sua *Epitome*, Portugal ainda se encontrava sob o domínio espanhol. Sua morte ocorreu oito anos após a Restauração e não se pode afirmar se a escrita da *Europa Portuguesa* é de antes ou depois da União Ibérica, já que a obra permaneceu manuscrita durante sua vida. No entanto, a afirmação acima denota qual foi seu posicionamento. Apesar de reconhecer o desenvolvimento de uma realeza lusa apenas a partir do episódio de Ourique e da coroação de Afonso Henriques, tal qual Oliveira, postulou a existência de reis ou de governadores em períodos anteriores, mesmo que não sob a configuração territorial da época em que escreviam.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ *Id. Europa portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Melo, 1668. Os dois tomos seguintes saíram, respectivamente, em 1669 e 1680 pela mesma casa de impressão. Os volumes referentes à Ásia e a África também foram publicados ainda no século XVII.

⁴⁷⁸ “Agora estaremos sin bolver a Castilla casi quinientos años; porque desde aquí empieza a brotar el Arbol de los Augustos Reyes de Portugal; Arbol que hizo sombra a todo el Mundo”. *Id. Ibid.* p. 481.

⁴⁷⁹ Sobre a utilização das *Ars Historica* e sua utilização na obra de Sousa cf. BONILHA, Alexandre da Cruz. **Manuel de Faria e Sousa, historiador**. 247p. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, 2011.

Suas narrativas se parecem muito com as de Oliveira no que diz respeito às acrobacias realizadas com as fontes e narrativas que tinha em mãos, a fim de que elas correspondessem aos seus intentos. As críticas a esta prática, conforme se discutirá com maior profundidade no próximo capítulo, não vieram apenas nos séculos seguintes, quando da institucionalização da História como uma disciplina específica, mas de muitos de seus contemporâneos. Imbuídos dos pressupostos das *Ars Historicae*, ensinavam livrar as históricas dos mitos e lendas, além de postular um novo uso para os documentos.

Em resposta a estes e a fim de comprovar a veracidade de suas afirmações, Oliveira, quando tratou dos reis antigos de Portugal, os quais remontavam, segundo ele, à dominação romana no século III, fez uso da autoridade da Bíblia: “As escrituras, com que agora mostrarei que houve reis nesta terra em tempo dos Césares, são eclesiásticas, aprovadas pela Santa Madre Igreja Cristã, e têm mais autoridade que as gentias e profanas”.⁴⁸⁰ Souza também se mostrou precavido sobre estas questões e possíveis críticas. No prefácio teceu afirmações sobre o estatuto de sua história. A inspiração advinha de Tito Lívio, que havia contado todos os feitos do Império Romano.

No entanto, afirmou que não seguiria um caminho tão elaborado como o de Josefo, no sentido de narrar com extrema acuidade e exaustão os acontecimentos.⁴⁸¹ Isto não significava que se permitiria agir como os que denominou modernos, seus contemporâneos, que escreviam histórias cheias de aforismos políticos ou que corriam pela Europa para ganhar tinta e papel e escrever histórias do progresso de famílias e príncipes.⁴⁸² Por certo, fazia referência ao grande número de indivíduos que, conforme discutido acima, serviam a príncipes e famílias nobres, escrevendo por encomenda, em troca de uma vida confortável na corte e também de prestígio.

A referência ao método utilizado pelos Antigos, bem como pelo que entendiam acerca da função da História, como já afirmado, era uma prática comum. O exercício de imitá-los, mas também de superá-los situava-se no interior das lições apreendidas nos meios letrados e

⁴⁸⁰ OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p.368.

⁴⁸¹ Flávio Josefo (37-100 d.C) é autor das **Antiguidades Judaicas**. Nasceu em Jerusalém e foi criado em uma família de sacerdotes. Ainda na juventude, participou de conflitos contra os invasores romanos. Depois da derrota e de se entregar aos vencedores, passou a viver em Roma, tornando-se influente entre a nobreza. Em seu livro, ocupado em narrar a história dos judeus, seus costumes e leis, propôs uma história do mundo desde a criação de Adão e Eva até o século I, momento em que produziu. A obra circulou entre letrados e religiosos e sua versão sobre a povoação da Hespânia foi retomada por vários autores. JOSEFO, Flávio. **Antiguidades dos Judeus contra Apion**. Curitiba: Juruá, 2011.

⁴⁸² SOUSA, Manuel de Faria e. **Europa portuguesa...** p.1-9.

também nas instituições de ensino jesuíticas. Suas produções, especialmente no que diz respeito à forma, obedeciam à *emulatio* aristotélica, ou seja, à reprodução de um modelo no sentido de superá-lo.⁴⁸³

No prólogo de sua *Europa Portuguesa*, Sousa afirmou que em grande parte do primeiro tomo seguiu Frei Bernardo de Brito, depois de verificar todos os autores que este citou e outros que também foram possíveis.⁴⁸⁴ Brito, na visão de Sousa, foi um homem grandemente versado em toda sorte de História, e com maior diligência para escrever que a Espanha conheceu, “não tendo lhe faltado ter nascido na Grécia ou na Itália séculos antes, já que não o excederam os Tucídides e os Lívios, os Heródotos e os Salústios, tanto no conteúdo, como no estilo e na ordem”.⁴⁸⁵

A referência dizia respeito à famosa *Monarchia Lusytana*, que se aproxima temporalmente dos livros de Oliveira. Iniciada em 1597, a obra possui oito livros, que foram produzidos em momentos diferentes, até o final do século XVIII. Brito, que era membro da Ordem de Císter, foi responsável pela redação dos dois primeiros volumes. Seguindo a tópica do período, tratam da criação do mundo até a doação do dote de Afonso VI ao conde D. Henrique.⁴⁸⁶

Apesar de seguir a mesma lógica providencialista e de retorno às origens, utilizando tanto os Antigos como as Escrituras, Brito não imprimiu à sua história de Portugal um tom anti-castelhano. A titulação dos trinta capítulos do primeiro volume, que soma mais de oitocentas páginas, demonstra que, ao contrário de Oliveira, não se opôs veementemente à União Ibérica. O passado proposto por ele não foi construído a partir de tentativas de dominação e usurpação dos castelhanos, mas feito de uniões e relações amigáveis. O pendor à

⁴⁸³ Cf. CERQUEIRA, André Sekkel. **A Donzela Alada: Reflexão sobre retórica e história em Portugal no século XVII**. 172p. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2017, p. 57.

⁴⁸⁴ SOUSA, Manuel de Faria e. **Europa portuguesa...** p. 3.

⁴⁸⁵ “No le faltó a Fray Bernardo fino aver nacido en Grecia o en Italia siglos antes; que no le excedieran los Tucídides y los Livios; los Herodotos y los Salustios, en la substancia, quando no en estilo, y en la orden.” *Id. Ibid.* p.9.

⁴⁸⁶ Cf. BRITO, Bernardo de. **Monarchia Lusytana. Parte primeira que contem as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo**. Mosteiro de Alcobaça: Alexandre de Siqueira e Antônio Alvarez, 1597.

conjuntura de dominação espanhola agradou Filipe II, que o solicitou por meio de carta a escrever o segundo volume, o qual veio à tona em 1609.⁴⁸⁷

O primeiro volume da obra foi dedicado ao monarca. Este fato isolado não significa a aprovação por parte de Brito à União Ibérica, nem uma forma de propagandeá-la, já que era comum a dedicatória a reis e nobres proeminentes como uma forma de garantir a publicação da obra ou de angariar cargos e atribuições régias. Porém, a construção de sua narrativa demonstra que não se opunha à solução encontrada para a crise dinástica e que se encontrava mais interessado em possíveis reconhecimentos, como de fato ocorreu. Em 1615, após o falecimento do cronista-mor do reino, Francisco de Andrade, Brito foi nomeado para o cargo.⁴⁸⁸

Apesar de pensadas a partir de objetivos diferentes, essas e outras obras de mesmo teor são resultado do mesmo contexto: a União Ibérica. Poder-se-ia advogar que o texto de Frei Bernardo de Souza não se insere no mesmo grupo. Se levássemos em consideração apenas as intenções finais, por certo este seria o caso. Porém, mesmo não se posicionando contra a União Ibérica, Brito mobilizou a mesma estrutura metodológica e o mesmo aporte teórico que Oliveira para atingir os seus objetivos. Retomou as origens e deu prosseguimento à sua história a partir da lógica da *magistra vitae*, notadamente valorizando seu aspecto utilitário e a possibilidade de intervenção no presente, a partir da rememoração de acontecimentos passados sob a ótica dos exemplos ou das ações a serem repelidas.

A *Quinta Monarquia* de D. João de Castro não tem a mesma estrutura das narrativas de Oliveira. No entanto, o uso do passado como mote para resolução de questões do presente as aproxima. A distância temporal entre os seus anos de produção é pequena, mas significativa nesse contexto e talvez aponte para a seguinte característica: a adoção do sebastianismo messiânico por parte de Castro, e a aposta no Prior do Crato, por parte de Oliveira. Sem

⁴⁸⁷ *Id. Monarchia Lusytana. Segunda parte em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento de Nosso Salvador Jesus Cristo, até ser dar em dote ao Conde Dom Henrique.* Mosteiro de São Bernardo: Oficina de Pedro Crasbeeck, 1609.

⁴⁸⁸ Um dos continuadores da *Monarchia Lusytana* utilizou a história para defender a liberdade lusa e justificar a Restauração. Trata-se do Frei Francisco Brandão, também cronista-mor do reino e responsável pela produção da quinta parte da obra, escrita em 1650 quando da comemoração de dez anos da Restauração. Esta trata da vida e dos feitos de D. Dinis (1261-1325). O autor também foi responsável pelo sexto volume. Segundo Brandão e outros autores do período, D. João IV era descendente natural de D. Dinis, fato que legitimaria seu reinado. Cf. BRANDÃO, Francisco. *Quinta parte da Monarchia Lusytana que contém a história dos primeiros vinte e três anos del Rey D. Dinis.* Lisboa: Oficina de Pedro Crasbeeck, 1650.

desconsiderar o distanciamento entre os posicionamentos, ambos escreveram imbuídos pela tônica de um rei natural.

Nesta linha, a *Europa Portuguesa* de autoria de Manuel Faria e Sousa é a que mais se aproxima das narrativas propostas por Oliveira. Tanto com relação a função atribuída à História, como na forma de escrevê-la, bem como nos intentos. Apesar de produzida décadas mais tarde, e com um caráter anticastelhano bem menos acentuado do que o oliveiriano, a obra de Sousa compartilhou do tom providencialista proposto por Oliveira em ambos os livros. O capítulo a seguir trata de outra prerrogativa mobilizada por Oliveira em seus escritos históricos: as origens. Ocupa-se em perceber como dois episódios centrais para a história lusa, o Dilúvio Geral e o Milagre de Ourique foram retratados pelo autor em sua saga de comprovar a antiguidade e nobreza lusa, e de que forma se relacionam com os pressupostos historiográficos em discussão no período.

CAPÍTULO 5

O MITO DAS ORIGENS E A DETERMINAÇÃO DA LIBERDADE LUSA

5.1. O Dilúvio e a primazia portuguesa na povoação de Hespanha

No que se convencionou denominar de historiografia do Renascimento foi central a discussão em torno da ambiguidade de seu estatuto. A preocupação em torno de classificar se o que se escrevia respondia aos princípios de uma história arte e narrativa ou aos princípios de uma história profissional ocupou não apenas os analistas posteriores, mas também seus produtores que a partir do século XVI começaram a pontuar, conforme observou Francisco Falcon, a existência de caminhos distintos.⁴⁸⁹

Parece redutor e até mesmo ingênuo buscar modelos que obedeçam a esta sistemática, embora existam casos mais evidentes. A produção de Oliveira é exemplo de um cruzamento destes caminhos, condição que acabou por definir uma série de outras características em sua obra. Um deles foi típico de grande parte das produções do período e diz respeito à ideia de origem. A *História de Portugal* tem início com um capítulo sobre os primeiros povoadores de Portugal. Neste, de acordo com a tradição medieval ocidental de matriz bíblica, o autor retomou o livro do *Gênesis* e a narrativa do dilúvio como um marco cronológico que apontava para um período da História possível de ser conhecido. Sobre isto escreveu que diz Salomão, no *Eclesiastes*: “que não há memória das coisas primeiras. Porém, depois do dilúvio sabemos, por certa fama e escrituras de bons autores, que um neto de Noé chamado Tubal, filho de Japeto, foi o primeiro que começou a povoar a Hespanha”.⁴⁹⁰

Apesar de terem sido especialmente retomadas na Idade Média e em suas explicações universais, as origens, a partir de diferentes formas e intuitos, foram preocupação dos historiadores. Marc Bloch, ao refletir sobre o tempo histórico, ocupou-se com o que denominou de obsessão pelas origens. Para o autor, a explicação do mais próximo pelo mais

489 FALCON, Francisco. **A escrita da história no período moderno: arte ou ciência, verbo ou fonte...** p.43.

490 OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p.351-352.

distante dominou os estudos históricos. Ao pensar em sua significação, poderia parecer claro que a palavra “origens” se refere, simplesmente, a começo.⁴⁹¹

No entanto, a definição de um ponto inicial seria por demais fugaz, imprecisa. Ao contrário, as origens poderiam ser entendidas como causa, ou seja, seriam um começo que basta para explicar. Para o autor, na história religiosa “(...) o estudo das origens assumiu espontaneamente um lugar preponderante, porque parecia fornecer um critério para o próprio valor das religiões”,⁴⁹² notadamente da cristã. Essa forma de análise estendeu-se, segundo Bloch, inevitavelmente para outros campos de pesquisa. Tal estratégia, ou seja, o emprego do passado, teria servido, em diferentes momentos, “(...) para explicar o presente no desígnio do melhor justificar ou condenar”.⁴⁹³ O historiador é aqui retomado não em razão das críticas que realizou à mobilização das origens, as quais não se destinaram, parece claro, à Época Moderna.⁴⁹⁴ Suas observações são úteis porque demonstram o uso que Oliveira fez das origens, ou seja, recorreu a elas como um começo que tudo explica.

No caso de Oliveira, a busca e a rememoração das origens respondia ao seu interesse de demonstrar a antiguidade do reino. O desejo, manifestado em diversas ocasiões, era o de comprovar que desde os tempos mais remotos, e mesmo diante de invasões, como a dos povos bárbaros e depois dos mouros, Portugal havia mantido sua liberdade e nobreza. Não se pode afirmar que a construção das origens, não somente dos reinos, mas de cidades, famílias, instituições e outros acontecimentos foi uma característica exclusiva do período moderno.

⁴⁹¹ BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.56-57.

⁴⁹² *Id. Ibid.* p.58.

⁴⁹³ *Id. Ibid.*

⁴⁹⁴ Bloch advertiu para o perigo dessa relação de causalidade. Por esta razão, os dedicados às ciências da natureza, estariam, desde o século XIX, adiantados em relação aos dedicados às ciências do homem. Isto porque, influenciados pelo evolucionismo biológico, supunham um progressivo afastamento das formas ancestrais, sendo cada etapa explicada pelas condições de vida e de ambiente próprias do momento. Em suma, a constatação aponta para uma questão muito cara à época da escrita da *Apologia da História*: a de que um fenômeno histórico nunca se explica completamente fora do estudo de seu contexto de inserção. Duas questões podem ser elencadas a partir dessa afirmação. A primeira é a crítica ao entendimento de um fato sem a análise de seu contexto. E a segunda se traduz na desconfiança em relação aos princípios de causa e efeito, e do entendimento de uma sociedade a partir de suas origens e características essenciais, visto a especificidade de cada tempo histórico. Cf. p.57-59.

Entretanto, foi neste momento que o estudo das origens ganhou outra função e, em decorrência, nova forma.

Como herança da tradição medieval, as origens, para Oliveira, assim como muito coetâneos, se prestaram a duas funções que se cruzam. A primeira diz respeito a ser o sóculo para uma história do mundo que se pretendia universal. A segunda se relaciona com o teor sagrado e algumas vezes providencialista da narrativa e com a importância e o significado da origem neste processo. Este modelo das crônicas e também das cosmografias medievais passou a ser, muito em razão da influência humanista e da constituição dos reinos e principados, substituído ou ao menos acrescido, de outros pressupostos.

Como legado dos humanistas, afirma-se, muitas vezes de maneira incisiva, e pretendendo-se uma ruptura excessivamente marcada, que a concepção providencialista de história foi superada, ao mesmo tempo que as histórias do mundo e mais amplas foram substituídas. Em seu lugar, conforme afirmou Marco Antonio Lopes “passou-se a escrever a História do reino, do ducado, da cidade, da região e do indivíduo”. Tal fragmentação ocorreu especialmente entre eruditos humanistas franceses e a partir da segunda metade do século XVI”.⁴⁹⁵ Oliveira e seus livros promovem justamente uma síntese entre estes polos.

Afirmar que sua escrita se encontra no meio termo das duas possibilidades, não significa classificá-la como uma adaptação, ou como um exemplar incompleto de dois modelos possíveis e totalizantes. Ao contrário, significa atentar para sua especificidade e buscar, em meio a padronizações, ainda que se saiba o quanto estas são necessárias, as intenções que o autor desejou imprimir ao seu texto e em que medida estas foram influenciadas pelos modelos em questão.

A *História de Portugal* continuou bebendo de forma evidente na tradição de uma concepção sagrada e providencialista, advinda, principalmente, das produções dos Padres da Igreja. A citação acima referente ao Dilúvio e a um novo tempo originário a partir de então e passível de ser conhecido é seguida de uma descrição sobre o povoamento da Hespânia. Segundo o autor, e uma série de outros que o antecederam, no início esta se chamou Tubália, em razão de ter sido povoada por Tubal. Seus habitantes passaram a ser chamados Tubales, já que “Noé havia ordenado a seus filhos e netos que pusessem apelidos de seus nomes às terras que povoassem, para se saber quem fazia mais fruto na povoação da terra que lhe por Deus

495 LOPES, Marco Antônio. *Ars Historica* no Antigo Regime: a História antes da Historiografia. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte. v. 23, n. 40, jul-dez, 2008, p. 647.

era encomendada”. A partir do momento em que as gentes de Tubal começaram a se estender pela Tubália, províncias foram recebendo nomes de acordo com os capitães que as povoaram.⁴⁹⁶

A construção de carácter lendário e mítico do povoamento de várias regiões das chamadas Hespanhas por Tubal e seus descendentes é originária das *Etimologias* de Isidoro de Sevilha (560-636 d.C).⁴⁹⁷ Escrita no século VII, a obra, que é composta de vinte livros que se ocupam da etimologia de palavras de diversas áreas do conhecimento e da vida humana, figurou, até a Época Moderna, como um grande compêndio de informações que pretendia resgatar todo o saber dos Antigos. A obra foi largamente reproduzida e tornou-se referência usual entre vários autores durante os últimos séculos do medievo e também entre autores da primeira modernidade. Assim como Oliveira, outros portugueses que se ocuparam do mito das origens fizeram uso das proposições do bispo de Sevilha. Entre estes estão Gaspar de Barreiros (1515-1574) e sua *Chorographia* (1561) e Duarte Nunes de Leão (1530-1608) e seu livro da *Origem da Língua Portuguesa* (1606). Os dois escreveram também genealogias dos reis e da nobreza portuguesa. Leão, no segundo capítulo da obra citada, ao tratar da língua falada na Hespanha em seu princípio, reproduziu que: “O que mais afirmam é que Tubal foi o primeiro, que depois da confusão das línguas veio a Hespanha, como ninguém tem dúvida”.⁴⁹⁸ A estes poderiam ser acrescentados vários outros.

Após apresentar o mito da origem, Oliveira faz menção às províncias que formavam a Hespanha: Gália, Galécia, Lusitânia, Ibéria e Celtibéria. E já de modo a diferenciar tais regiões afirma que nenhum destes nomes foi universal e que o conjunto passou a ser chamado como um todo de Hespéria e depois Hespanha Ibéria ou Celtibéria. Isto se deu porque “(...) os Romanos ou Gregos (...) tomam a parte pelo todo, como se acostuma em outras coisas”.⁴⁹⁹ A narrativa começa a ganhar contornos ainda mais providencialistas, mas com a determinação de Portugal como reino eleito, nos parágrafos seguintes. Se o relato do Dilúvio se configura

⁴⁹⁶ Para discorrer sobre a nomeação da Hespanha, Oliveira citou, como recurso de autoridade, Flávio Josefo (37-100 d.C) e o seu livro **Antiguidades Judaicas**, citado no capítulo anterior. OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p.352.

⁴⁹⁷ FRANCO, José Eduardo. *Op. Cit.* p. 352.

⁴⁹⁸ LEÃO, Duarte Nunes. **Origem da Língua Portuguesa**. Lisboa: Impressa por Pedro Crasbeeck, 1606, p. 4.

⁴⁹⁹ OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p. 352.

como uma tópica, uma repetição sem grandes intervenções, o local da chegada de Tubal é contado a partir da utilização das fontes disponíveis a favor da primazia portuguesa.

Segundo a *História de Portugal* teria Tubal aportado na Europa duzentos anos depois do dilúvio. Por motivos de navegação, Oliveira considerou “que veio surgir na costa de Portugal e não da Andaluzia, como alguns quiseram dizer”.⁵⁰⁰ E para comprovar a afirmação, citou que assim se deveria crer porque era o que dizia Florian de Ocampo. Autor da *Crónica general de España*, datada de 1543, foi, por certo, utilizado por Oliveira de maneira proposital. Se até mesmo o cronista dos Reis Católicos havia escrito que primeiramente Tubal chegou em Portugal, não haveria motivos para dúvida. A passagem escolhida afirma que o neto de Noé criou uma povoação na costa portuguesa, a qual, em razão de seu nome, passou a ser chamada de Setúbal.⁵⁰¹

Entretanto, conforme observou Franco, o que Oliveira não mencionou foi a continuação da narração de Ocampo.⁵⁰² Apesar de concordar com a fixação de Tubal em terras portuguesas, para o espanhol a primazia era andaluza, pois antes havia aportado neste local, onde deixou pessoas que consigo trazia e a quem transmitiu costumes de bondade e virtude. Tais considerações, para além de apontarem a importância dada às origens, demonstraram o uso que os autores faziam de tais mitos. Tanto as construções de Oliveira, como as de Ocampo, os interpretam, citam e reconstroem de acordo com suas conveniências.

Nos casos de Oliveira e Ocampo, e também de outros já citados, é patente o interesse em investigar e escrever sobre as origens como uma forma de comprovar a maior antiguidade de seus reinos. Para tanto, reiteravam e apropriavam-se de um mito de origem, inscrevendo seus reinos e os feitos ocorridos a partir de então em uma cronologia divinamente ordenada. O objetivo de indagar as origens se estendeu também, como afirmado, por obras de outros gêneros e com propostas diversas. Cesc Esteve, ao examinar quais funções teve a ideia de origem na historiografia do Renascimento, observou que o intento se estendia desde as historiografias e geografias das cidades, nações e impérios até a história sagrada, a vida dos homens ilustres e enciclopédias de antiguidades.

500 *Id. Ibid.* p.353.

501 OCAMPO, Florian. **Los quatro libros primeros de la Crónica general de España que recompila el maestro Florian de Ocampo, criado y cronista del emperador**. Zamora: Juan Pedro Musseti, 1543, p.47.

502 FRANCO, José Eduardo. *Op. Cit.* p.353.

Atentar para as formas e funções das origens possibilita averiguar coincidências e discrepâncias entre a teoria e a prática histórica do período renascentista. Para tanto, Esteve utilizou como mote as *Artes Historicae*, ou seja, os tratados e diálogos que definiam a natureza e os objetivos da história e também como esta deveria ser escrita e lida. Estes mesmos argumentos podem ser encontrados, ainda que de forma mais difusa, em dedicatórias e prefácios de obras historiográficas.⁵⁰³ Em Oliveira, as várias concepções historiográficas que pautam sua obra são passíveis de identificação, mesmo que sem indicação explícita. Sua recorrência às origens e outras questões, como a crítica às práticas historiográficas de contemporâneos, aludem para seus alinhamentos.

A explicação para a não existência de prefácios no *Livro da Antiguidade* e na *História de Portugal*, está em sua não publicação. Por certo, se tivessem sido editados, contariam com o que os Antigos denominavam de exórdio, e com os vários outros textos que antecederiam o livro propriamente dito.⁵⁰⁴ Tais elementos possuíam, seguindo a herança clássica advinda de nomes como os de Aristóteles, que serviu de base para Tucídides, Cícero e Quintiliano, funções específicas de acordo com a natureza da matéria do livro, bem como padrões delimitados pelas artes retóricas. De forma geral, o exórdio servia para preparar o leitor para o conteúdo que logo seria tratado. Deveria ser escrito de forma clara e rápida, tornando o público atento e propenso.

Assim como o texto integral, os elementos introdutórios seguiam modelos pré-estabelecidos, não seguindo, apenas, as intenções do autor. Este, formado nos pressupostos humanistas, seguia, pela imitação, o formato adequado de acordo com o gênero a ser produzido. Nos gêneros históricos, a retórica encontrava papel fundamental por constituir-se como o caminho para a persuasão.⁵⁰⁵ Por meio dela, poder-se-ia atingir o estatuto de verdade almejado, ou a verossimilhança, conforme discutido no capítulo anterior.

Em Portugal, uma maior preocupação com o ensino do latim a partir das reformas educacionais organizadas por Dom João III em meados do século XVI, acarretaram na

⁵⁰³ ESTEVE, Cesc. Orígenes, causas e inventores en la historiografía del Renacimiento. In: **Talia Dixit**. n. 3, 2008, p. 78-80.

⁵⁰⁴ Uma gama significativa de estudos se ocupam com o papel e a função dos paratextos, cf. CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**. Teresina: EDUFPI/FAPEPI, 2009 e DORÉ, Andréa. **Vendre le monde: les préfaces des cosmographie dans la Renaissance...**

⁵⁰⁵ Sobre a retórica, suas formas e utilização cf. HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. In: **Matraga**. v. 20, n.33, 2013, p.11-16.

intensificação da apreensão dos pressupostos históricos dos Antigos, notadamente os ciceronianos. A tendência continuou presente quando os jesuítas assumiram os centros de ensino. Sua presença em boa parte da Europa e também nas colônias garantiu, por meio do *Ratio Studiorum* um ensino padronizado. O estudo da história era associado ao de poesia e prosa dos autores latinos.⁵⁰⁶ Para tanto, os alunos possuíam coletâneas de Tito Lívio, Cícero, Sêneca, Ovídio, entre outros. As aulas de retórica eram baseadas no livro do jesuíta Cipriano Soares, que tinha como base Cicero, Quintiliano e Aristóteles. Vale lembrar, com apontado no primeiro capítulo, que Oliveira possuía intimidade com a obra de Quintiliano, tendo sido elogiado pelo poeta Jéronimo Cardoso pelas suas anotações e comentário de sua obra, as quais não chegaram até nós.⁵⁰⁷

O confronto entre a ideia de história que se deveria escrever e a que, ao fim, era narrada pode auxiliar no entendimento de seus intentos e denuncia a constante oscilação da história como gênero literário ou como um discurso de verdade. No que diz respeito à forma como eram escritas as narrativas das origens, são conhecidas as influências dos autores antigos, bem como das crônicas e de obras dos Padres da Igreja. Entretanto, no que se refere ao porquê de recorrer-se a elas, apesar da inexistência de um discurso, de um fio que una e transcenda todos os tipos de relatos de origens, duas recorrências são evidentes, conforme observou Esteve.

A primeira se relaciona à procura da identidade essencial de um povo, a máxima antiguidade, relacionada com o que havia de mais puro e íntegro. Ao lado desse intento, inteiramente observado em Oliveira, estava a noção de que era necessário entender quais inícios determinaram o desenvolvimento de reinos, cidades, línguas, povos, etc.⁵⁰⁸ Nesta justificativa está patente a ideia de um tempo teleológico: a busca de inícios, bem como de estágios de desenvolvimento que obedecem a sucessões que seguem uma progressão, uma linearidade e também um melhoramento contínuo,⁵⁰⁹ que passa a aceitar contribuições humanas, mesmo que orientadas divinamente.

Após narrar as antiguidades e origem do reino, Oliveira passou a apresentar nos capítulos seguintes, sem grandes preocupações cronológicas, já que ignorou diversos hiatos

⁵⁰⁶ O tema das reformas educacionais em Portugal do século XVI foi discutido no capítulo 1.

⁵⁰⁷ Sobre o elogio de Cardoso a Oliveira cf. MENDONÇA, Henrique Lopes de. *Op. Cit.* p. 71-72, p. 143-144.

⁵⁰⁸ CESC, Esteve. *Op. Cit.* p. 82.

⁵⁰⁹ Cf. MARAVALL, José Antonio. **Antiguos y modernos...** p. 581-611.

temporais, as etapas, permeadas de investidas de povos contrários e episódios heroicos de resistência, de desenvolvimento da história lusa. Nestes meandros, percorreu de forma intensa sobre a história das cidades mais antigas como Lisboa, Braga, Coimbra e Évora. Neste esforço, se enquadra em um cenário mais amplo da Época Moderna. Isto porque, para além de tratar das origens, também se ocupou, ao longo de todo o escrito, da história das cidades, dos reis e reinos, etc.⁵¹⁰ Neste esforço citou, fez uso da autoridade e refutou autores antigos como Estrabão. Este foi criticado porque, “apesar de ser autor grave e de muita autoridade, por ser grego pretendia engrandecer as coisas dos gregos”. Tal postura havia-o feito afirmar que Lisboa havia sido criada por Ulisses, aproximadamente 2 mil anos a.C. Segundo Oliveira, esta foi povoada muito tempo antes, da mesma forma que Évora.

Ao tratar de Évora, as críticas se dirigiram a André de Resende (1500-1573), seu colega. Esta foi uma das poucas admoestações nomeadas ao longo de todo o livro. Segundo Oliveira, a antiguidade de Évora era bem maior do que havia suposto Resende. Em 1553, este publicou a sua *História da Antiguidade da cidade de Évora*.⁵¹¹ É sobre ela e seu autor que Oliveira trata, ao afirmar que: “(...) homem havido por mui lido e amigo de antiguidades e curioso de ler pedras romanas. Porém, porque tinha o entendimento duro como as mesmas pedras, não se sabia desapegar delas e cuidara que em Roma se compreendiam todas as antiguidades”.⁵¹²

A menção às pedras se relaciona com a metodologia humanista, da qual Resende era entusiasta, de buscar documentos e informações gravadas em pedras para o estudo do passado. Tal atitude se insere em um cenário mais amplo, de crítica à impureza das fontes antigas traduzidas durante o final do medievo e de exortação para a busca de versões originais e de sua leitura crítica, como também deveria ocorrer com as Escrituras. A filologia foi constituinte central deste processo, e largamente utilizada por Resende, como também por Oliveira.

Resende também deu início à escrita de uma *História das Antiguidades de Portugal*, pouco antes de sua morte. O material, inacabado, foi entregue pelo Cardeal D. Henrique, já como monarca, para que fosse organizado e impresso. Em 1593 veio a lume a impressão em uma casa tipográfica de Évora. O *De Antiquitatibus Lusitaniae*, dividido em quatro livros,

510 Cf. Capítulo segundo: dalgumas cidades que antigamente foram povoadas nesta terra e Capítulo terceiro: dos reis antigos de Portugal e dos limites deste reino. In: OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p.358-371.

511 RESENDE, André de. **História da antiguidade da cidade de Evora**. Évora: Mestre de Burgos, impressor do Cardeal-Infante, 1553.

512 *Id. Ibid.* p.363.

também buscava, em seus capítulos iniciais, a origem e a antiguidade do povo luso em meio à formação da Hibéria. A divisão proposta por Resende é muito similar à construída por Oliveira, tendo retrocedido para além do Milagre de Ourique e tratando dos primeiros povoadores e dos tempos de resistência.⁵¹³

Apesar de alinhar-se à análise das pedras inscritas, Resende também fez uso de crônicas como a de Duarte Galvão e de autores antigos como Ptomoleu, Pompônio Mela, Plínio e Estrabão. Oliveira, mesmo não se pautando nos registros arqueológicos, e até mesmo criticando o seu uso extensivo, como o fez na citação acima, em vários momentos recorreu ao argumento de autoridade advindo de documentações e do rigor com que estas eram analisadas.

Outro fator imprescindível para esta análise foi a crítica empreendida por Resende, assim como vários outros do período, aos relatos das origens, sobre os quais considerou que seria impossível aferir devido à falta de registros confiáveis. Neste momento a crítica foi dirigida nomeadamente ao aqui citado Florian de Ocampo, que, em sua *Crónica da Espanha*, remontou à chegada de Tubal, construindo, na visão de Resende, uma história fabulosa e sem bases críveis. A consideração, não fosse a morte de Resende antes da escrita da *História de Portugal*, poderia perfeitamente ser dirigida ao empreendimento de Oliveira.

Mas Oliveira, mesmo tendo recuperado o mito das origens a partir do Dilúvio, também empreendeu uma crítica neste sentido. O seu alvo, mesmo não nomeado, pode ter sido o cronista espanhol Esteban de Garibay e Zamalloa, também autor de livro com os mesmos propósitos e que em 1592 foi nomeado cronista real. A construção histórica de Zamalloa foi alvo de Oliveira por defender a primazia de Castela e a submissão de Portugal em vários momentos da história ao reino castelhano. Para além disso, o espanhol propôs uma história a partir da primeira idade do mundo – a de ouro, ocorrida antes do Dilúvio. Para Oliveira, que não abriu mão de uma história mítica dos primórdios, como fez Resende, tal rememoração era impossível, já que não existiam documentos nem escritos de autoridades sobre esse período.⁵¹⁴

Assim, buscou desqualificar e desautorizar o seu adversário com base na ausência de utilização de uma metodologia crível e segura. Estas proposições apontam para a conclusão de que estes autores, com intensidades e formas distintas, fizeram parte da reestruturação da

⁵¹³ *Id. Libri quator de antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: Academia Tipográfica de Martinho Burgêncio, 1593.

⁵¹⁴ Tais construções míticas são encontradas na obra *Compendio historial de las chronicas y universal historia de todos los Reynos d'Espanña, donde se escriven las vidas de los Reyes de Castilla, y Leon*. Anvers: Christophoro Plantino, 1571.

prática histórica iniciada durante a primeira modernidade, bem como do repensar de sua epistemologia. Em Portugal, outro episódio ganhou, também durante o século XVI, uma importância tão crucial quanto o dilúvio. Trata-se de uma “segunda origem”, representada pelo Milagre de Ourique e que será discutida no próximo item.

5.2. As oscilações na narrativa do Milagre de Ourique

Não é novidade afirmar que o episódio de Ourique foi largamente retomado e resignificado a partir do século XVI. Este capítulo, que se ocupa com o lugar das origens na constituição das obras historiográficas em Portugal durante a primeira modernidade, se encerra neste item com a análise de como Fernando Oliveira abordou a questão de Ourique em momentos distintos de sua trajetória. A primeira delas ocorreu no tratado náutico, *Arte da Guerra do Mar*, escrito em 1555.⁵¹⁵

O livro foi dirigido, em língua vulgar, para os pilotos que participavam das empreitadas náuticas, a quem Oliveira denominou de “(...) cavaleiros determinados e acelerados, que não esperam longos preâmbulos.”⁵¹⁶ Focado especialmente na questão da guerra marítima, o autor dividiu o escrito em duas partes. O primeira delas foi dedicada aos casos em que considerava necessário empreender guerras e a quando estas poderiam receber o estatuto de justas. A segunda à sua execução, na qual inseriu também discussões cosmográficas voltadas a tornar as viagens possíveis e seguras.

A publicação não tinha como objeto a história do reino ou os feitos de algum rei, escritos nos quais usualmente apareciam as menções a Ourique. Por esta razão o episódio não é inserido no interior de uma cronologia específica e linear. Oliveira não trata de Ourique em um capítulo ou passagem específica para o assunto, mas faz uma referência a ele em um capítulo destinado “a como fazer vela”, ou seja, a como portar-se quando sai o navio e às práticas adequadas para diversos tipos de situação.⁵¹⁷

⁵¹⁵ O capítulo 2 abordou o tratado náutico em questão como uma das fontes para o entendimento do desenvolvimento de um humanismo científico em Portugal no contexto das Grandes Navegações.

⁵¹⁶ OLIVEIRA, Fernando. *Arte da guerra...* p.4.

⁵¹⁷ *Id.* De como as armadas farão vela. p. 103-111.

Na conclusão do capítulo, Oliveira retomou alguns de seus posicionamentos sobre a guerra que se fazia justa e escreveu sobre a necessidade da utilização de “cautelas, dissimulações e astuciosas manhas e ciladas” para alcançar a vitória.⁵¹⁸ Imbuído do intento de justificar determinadas ações e de frisar a todo o custo a necessidade de planejamento e de foco na ação guerreira quando no momento da peleja, contrariou, enfaticamente e não com meias palavras, bem a seu estilo, parte significativa do que se acreditava em relação a Ourique, afirmando:

Não estava tão devagar o bom cavaleiro cristão Dom Afonso Henriques quando no campo de Ourique disse a Jesus Cristo que não era então tempo de rezar, porque também o servia em pelejar. Todas as coisas têm seu tempo e pessoas aplicadas para se ocuparem delas, e os cavaleiros não são aplicados à oração, em especial no tempo de pelejar. Então é tempo de se defender e combater os inimigos por todas as vias, por indústria e astúcia, e fazendo de tudo para isso cumprir.⁵¹⁹

Ao propor, como se tratasse de ação corriqueira que D. Afonso Henriques contrariou as ordens de Jesus Cristos, negou vigorosamente a base do milagre de fundação do reino português. A afirmação de que todas as coisas têm seu tempo e que os cavaleiros não deveriam se aplicar à oração, contrariava a intervenção divina e seu papel no desfecho da batalha. Não se pretender afirmar que a “indústria e a astúcia” eram censuradas no medievo tardio e no início da modernidade. Ao contrário, eram qualidades elogiadas nos cavaleiros. No entanto, no caso específico de Ourique, estas não poderiam prevalecer perante o milagre,

A crença de que as batalhas deveriam ser resolvidas apenas com as armas próprias destas, ou seja, com cavaleiros bem preparados e com condições materiais adequadas seria, por si só contestadora ao retirar o papel da providência divina e colocar nas mãos dos combatentes o sucesso ou o infortúnio na guerra. No entanto, a sentença tornou-se ainda mais

⁵¹⁸ *Id. Ibid.* p.110.

⁵¹⁹ *Id. Ibid.* p.110. Logo a seguir cuidou de explicitar os casos em que se deveria guardar a justiça e o direito de guerra em razão da equidade de humanidade ou vizinhança. Entres estes estavam: não matar vencidos, desarmados, velhos, mulheres, meninos e trabalhadores do campo, não destruir o campo e os frutos deles, dar resgate aos cativos pelo preço combinado e não os enviar a nações estrangeiras e, por fim, manter a segurança dos embaixadores e trata-los sem ódio e engano. A proposição destes itens, em consonância com as determinações expostas nos primeiros capítulos do tratado, insere Oliveira no interior dos debates e da formação do Direito das Gentes, protagonizado também por autores como Francisco de Vitória e Luís de Molina. Os capítulos anteriores trazem referências de capítulo e artigo escritos pela autora acerca da questão.

problemática ao desdizer a importância da fé e da oração no desfecho de Ourique, e, assim, negar o destino providencial da formação do reino.

O posicionamento de Oliveira contrariava, para além da própria tradição religiosa na qual Portugal se assentava, uma série de narrativas acerca de Ourique que se tornavam cada vez mais constantes a partir de meados do século XVI. Estas pautavam-se em numerosas e diversificadas versões do *Juramento de Afonso Henriques*. A versão original do documento somente foi encontrada em 1596, no Cartório Real do Mosteiro de Alcobaça.⁵²⁰

Isto não significa que não existiram menções a Ourique anteriormente ao Quinhentos. Porém, conforme Ana Isabel Buescu, que estudou o itinerário de formação da lenda e as estratégias que levaram a sua fixação como verdadeiro mito das origens, a abordagem e as intenções foram distintas.⁵²¹ Entre os séculos XIV e XV, deu-se atenção apenas aos aspectos militares da batalha, sem nenhuma ênfase ou menção ao seu caráter milagroso. Poder-se-ia afirmar que Oliveira bebeu nestas crônicas e delas teria advindo a inspiração para sua versão do ocorrido. Mas tal ideia não se sustenta, especialmente por duas razões.

A primeira delas é a de que, quando Oliveira advogou pela existência de esferas distintas para a atuação bélica e a devoção religiosa não estava apenas repetindo o que já havia sido escrito. Era comum, ao menos ainda durante o início da Época Moderna, que os cronistas escrevessem suas obras a partir da compilação, selecionada e interpretada, do que existia sobre o assunto, sem o acréscimo de informações ou a partir de outros vieses. Não foi este o caso. A ênfase no aspecto militar de Ourique deveu-se a um intento bem marcado da *Arte da Guerra do Mar*: sua proposta de auxiliar, intervindo de forma prática e direta, na expansão marítima, como se demonstrou na primeira parte da tese.

O segundo motivo se relaciona com as demais produções datadas de temporalidades próximas das quais Oliveira escreveu. Já durante o século XV estas começaram a retratar o episódio a partir de viés religioso, ainda que de forma inicial. Há todo um percurso historiográfico mobilizado por Buescu que identifica em 1416 a primeira referência à Ourique a partir da lógica milagrosa. Trata-se de uma obra em latim, que retrata rapidamente o episódio,

⁵²⁰ **Juramento atribuído a D. Afonso Henriques sobre a milagrosa aparição do Campo de Ourique.** Além do original em latim, consta uma tradução para o português. Arquivado na Torre do Tombo no Fundo de Documentos referentes ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Maço 92/Cota 87.

⁵²¹ BUESCU, Ana Isabel. Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). **A memória da nação – Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p.52.

mas refere-se à constituição das armas nacionais. Em 1419 veio à tona a *Crónica dos Setes Primeiros Reis de Portugal*, descoberta apenas na década de 1940 e atribuída a Fernão Lopes. Nesta “estão patentes os elementos mais significativos para o ulterior desenvolvimento do episódio”.⁵²² Em 1451, Ourique foi retratado mais uma vez pela lógica do milagre. Trata-se da *Segunda Chronica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, um texto breve. Em 1491 um estrangeiro, o nobre borgonhês Olivier de La Marche, fez uma menção rápida à aparição de Jesus a D. Afonso Henrique, ao tratar das armas portuguesas em obra sobre as casas de nobres da Áustria, Borgonha e França.

A constituição da narrativa do milagre deu-se a partir da cultura escrita, no entanto a referência mobilizada por La Marche parece ter advindo de histórias orais que circulavam na corte portuguesa. Por fim, Buescu identificou uma terceira referência em obra de Vasco Fernandes de Lucena. Embaixador de D. João II junto ao Papa Inocêncio, escreveu a *Oração de Obediência* em 1485. Nesta há uma estruturação mais consistente da lenda e a presença de elementos que serão essenciais nas narrativas posteriores.⁵²³

Chegando ao século XVI, deve-se mencionar, em primeiro lugar, a *Crónica del-Rei D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, escrita em 1505. A fonte mais provável foi a citada crônica de Fernão Lopes. Considera-se então que “(...) o século XV representa um momento fundamental no que respeita à formação da lenda (...)”, visto que todos os textos que fundam o milagre datam deste século.⁵²⁴ Nas próximas décadas surgiram várias outras obras, que mesmo com diferentes naturezas, passaram a associar o Milagre de Ourique “ao momento da fundação da nacionalidade, conferindo-lhe a legitimação do sagrado que será decisiva para a sua apropriação pelo discurso político, histórico e historiográfico”.⁵²⁵

Isto significa que a atenção de Oliveira ao aspecto militar de Ourique destoa das demais narrativas produzidas no período, com as quais certamente teve contato. O crescimento desta forma de abordagem se relaciona, em um contexto mais amplo, com a busca das identidades nacionais em voga também em outros reinos europeus. Em Portugal, tal tendência começou a se intensificar a partir da década de 1550. Anteriormente, D. Manuel já havia ordenado a

⁵²² *Id. Ibid.* p. 54.

⁵²³ Cf. *Id. Ibid.* p.52-53.

⁵²⁴ *Id. Ibid.* p.54.

⁵²⁵ *Id. Ibid.* p.54.

construção de um novo túmulo para Afonso Henriques no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o qual foi erguido no século XII com apoio do monarca. O epitáfio faz menção à aparição de Jesus Cristo. No reinado joanino ocorreu a primeira tentativa de canonizar Henriques.⁵²⁶

No campo das letras, e paralelamente à *Arte da Guerra do Mar*, surgiram outras produções, de naturezas multifacetadas, e que fizeram menções a Ourique. Dentre estes estão Gil Vicente, Sá de Miranda, António Ferreira, João de Barros, Jerónimo Osório. Buescu chegou a citar também entre estes nomes o de Fernando Oliveira e sua *Arte da Guerra do Mar*.⁵²⁷ Porém, como seu objetivo era demonstrar a ocorrência da lenda em obras díspares para mapear a trajetória de formação e fixação do mito, não atentou para sua especificidade.

Neste cenário de esforço de incorporação da lenda à memória da nação, o posicionamento de Oliveira por certo não foi bem recebido. A gravidade esteve em contrariar a lógica providencialista, ou seja, o lugar central da intervenção divina no processo de constituição do reino luso. Retomam-se aqui as análises empreendidas no primeiro capítulo da tese, que se dedicaram às passagens de Oliveira pelo cárcere inquisitorial. Elas dizem muito sobre seu lugar quando da escrita do tratado em questão.

No início da década de 1550, Oliveira foi solto de sua primeira prisão inquisitorial. A acusação principal e que originou o processo pautava-se em sua suposta adesão e defesa do “luteranismo”. Outros agravantes foram adicionados, como a sua deserção da Ordem de São Domingos. Mesmo após o incidente, voltou a circular entre os humanistas e a nobreza. Em 1553 fez parte das expedições marítimas enviadas para a restituição do rei de Vélez, no Norte da África. Com a derrota dos portugueses, foi encarregado de negociar o resgate dos cativos, fato que demonstra que ainda possuía prestígio e honra. No final de 1554 foi nomeado revisor na Universidade de Coimbra. Em 1555, ano em que grande parte das instituições educacionais foram entregues à direção dos jesuítas, Oliveira, juntamente com vários professores, deixou o

⁵²⁶ *Id. Ibid.* p.55-56. O processo de canonização foi iniciado ao fim do reinado de D. João III, mas não foi concluído até sua morte, em 1556. D. Sebastião deu continuidade à ação. A importância de Afonso Henriques neste momento é traduzida no ato do rei em levar até a batalha de Alcácer-Quibir a espada do monarca fundador. O resultado da guerra e a sequente União Ibérica inviabilizaram o projeto. Este foi retomado em 1641, quando novos pedidos de prosseguimento foram feitos a D. João, que não conseguiu encaminhá-los em razão da conjuntura política. O interesse pela canonização foi novamente observado em 1716, no reinado de D. João V. Mais uma vez não concluído, foi encaminhado a D. José, que também não o findou em razão do terremoto ocorrido em 1755 e de outras questões de ordem política. Cf. BROCHADO, I. da Costa. Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques. In: **Suplemento de Anais** – 11ª série. v. VIII. Lisboa, 1958, p. 307-377.

⁵²⁷ *Id. Ibid.* p.55.

cargo porque novas nomeações, mais condizente com a os princípios da reforma tridentina, foram realizadas.

Foi pouco depois, em 1555, que publicou a *Arte da Guerra do Mar*. Mesmo aprovada pela Inquisição, as afirmações realizadas na obra não passaram despercebidas posteriormente. Isto porque, conforme já afirmado em capítulos anteriores, novamente foi tomado pelas garras inquisitoriais. Como não há processo que informe as acusações que induziram à prisão, infere-se que esta foi motivada ao menos por dois motivos. O primeiro centra-se nas críticas contundentes ao modo de condução da armada em Velez, especialmente às ações do comandante Inácio Nunes e ao comportamento dos soldados e demais oficiais. Por certo, foi uma atitude que o indispos com vários proeminentes do reino.

O segundo, que se alinha à presente discussão, trata-se de seu posicionamento acerca de Ourique. Somente tal excerto de sua trajetória e produção seriam suficientes para compor uma análise válida sobre o contexto português e a trajetória de desenvolvimento de Ourique a partir de um viés milagroso e providencialista. Se o recorte se encerrassem aqui, o posicionamento de Oliveira seria marcado por destoar de grande parte dos demais. Porém, o estudo das obras produzidas nos últimos anos de sua vida trouxe grandes surpresas, assim como ocorreu também em vários outros momentos da análise de sua trajetória.

Faz-se alusão à forma de tratamento dispensada ao Milagre de Ourique em suas duas obras historiográficas. Entre o *Livro da Antiguidade* e a *História de Portugal*, Oliveira alterou completamente a narrativa sobre o fato. A análise da mutação, que ocorreu em menos de três décadas, auxilia na compreensão do momento político português, mas especialmente da forma que o autor utilizou a história para tratar dele. Em primeiro lugar, rememoram-se as discussões realizadas no item anterior e que dizem respeito ao cenário de escrita das obras. Ambas, apesar de suas diferenças substanciais já analisadas, possuíam entre seus intuitos o de demonstrar, para além da antiguidade do reino português, o seu destino organizado a partir de uma dimensão providencial.

No primeiro livro, o da *Antiguidade*, tal objetivo serviria como tentativa de intervir nos rumos da crise sucessória, pautando-se na defesa da escolha de um rei natural. Com a União Ibérica consolidada, o segundo livro, a *História de Portugal*, precisou alterar seu foco, ainda que a partir da narração dos mesmos acontecimentos. Apesar da manutenção do tom altamente anticastelhano, não se crê que esta tenha tido como foco subverter a situação, no sentido de almejar o desmembramento da União Ibérica. Oliveira sabia da dificuldade de tal ocorrência, tendo em vista todo o imbróglio ocorrido durante a crise sucessória. Por isso, o último escrito

é entendido como uma aposta na manutenção dos direitos e liberdades lusas, ainda que sob os auspícios dos filipinos.

Para ambos os objetivos, a descrição de Ourique pela lógica do milagre e do providencialismo cairia como uma luva. E foi exatamente como Oliveira procedeu. Assim como fizeram muitos de seus contemporâneos e também antecessores, em suas obras efetuou um “reaproveitamento inteligente das fontes disponíveis”. A forma pela qual utilizou a tradição que possuía em mãos foi informada pelo desejo de construção da soberania portuguesa. Neste momento específico, Oliveira pode ser pensado como um homem de saber. Esta categoria foi proposta por Jacques Verger e retomada por Guimarães na análise das crônicas de Fernão Lopes, em trabalho citado no capítulo anterior.

Nosso humanista se enquadra nesta caracterização especialmente por dois motivos. O primeiro deles se relaciona com a natureza de suas obras históricas. Estas não foram, tal como algumas das náuticas, responsáveis por vincular novidades, mas sim por organizar o conteúdo proposto a partir de taxinomias tradicionais. O segundo se situa na intenção. A atividade profissional do homem de saber ancorava-se na crença de uma utilidade social prática, no caso aqui analisado, o de comprovar a antiguidade e liberdade portuguesa frente as tentativas de dominação castelhanas.⁵²⁸

Debrucemo-nos primeiramente no *Livro da Antiguidade*. Neste, possivelmente em decorrência de seu caráter mais urgente, Oliveira não se ateve à descrição da batalha. Após tratar da atuação popular no processo de entronação e de abordar os entraves entre o futuro rei e sua mãe, decorrentes de seus posicionamentos distintos sobre o rumo político do Condado de Portucale, o autor abordou a participação divina na coroação de Afonso Henriques.

Sobre a batalha, Oliveira afirmou que depois de Henriques tomar muitos lugares dos mouros, como Estremadura, Beira e Alentejo, partiu para o campo de Ourique. Lá encontrou “(...) um grande exército de mouros em que vinham cinco reis deles a busca-lo para o prender ou matar e estorvar o dano que lhes fazia”.⁵²⁹ Com estes pelejou uma perigosa batalha, vencendo-a milagrosamente. Nota-se que o sucesso perante os mouros não foi creditado ao planejamento do ataque ou à ação dos combatentes e de Afonso Henriques, como na *Arte da*

⁵²⁸ Cf. Guimarães, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV)**... p.247-251.

⁵²⁹ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade**...p.517.

Guerra do Mar. Não houve lugar para a atuação humana perante o destino que havia sido providencialmente decidido.

Depois da menção à milagrosa batalha, Oliveira recorreu à autoridade papal para demonstrar a legitimidade do reino. Citou o reconhecimento concedido pelo papa Alexandre III, em 1179. Neste ponto cometeu um lapso, informando que o papa em questão era Eugênio III.⁵³⁰ De Ourique, que ocorreu em 1139, à bula *Manifestis Probatum*, que selou a união entre Roma e Portugal, se passaram quarenta anos. No entanto, Oliveira não fez menção a datas, nem à distância temporal entre tais acontecimentos. Sua preocupação não era a de uma narrativa com dados exatos e contextualizados de forma inequívoca.

Seguindo uma tradição usual no período, importava muito mais a escrita de uma história coerente e verossímil. O objetivo era convencer o leitor, tarefa que certamente obteria mais sucesso se fosse disposta uma evidência.⁵³¹ Aqui Oliveira fez uso de uma que possuía o mais alto grau de veracidade e autoridade: uma determinação papal. Mas o documento não foi citado apenas para conferir crédito à sua história. A inserção de fontes de diferentes naturezas, especialmente as religiosas e oficiais constituía-se como um programa cada vez mais recorrente entre os historiadores humanistas do período, conforme já discutido.⁵³²

Isto não significa que houvesse uma crítica das fontes de forma padronizada e usual no fazer historiográfico. No entanto, é de meados do século XVI a ideia de uma história perfeita, marcada pelo estudo da filologia, de fontes e pela distinção entre as verdadeiras e falsas.⁵³³ No entanto, nem sempre tais pressupostos, iluminados pela busca da verdade, eram cumpridos à risca.⁵³⁴ Em maior ou menor grau, em razão de diversos fatores, os documentos cumpriam muito mais a agenda de interesses do autor e/ou do monarca, do que os objetivos pelos quais foi formulado. Na maioria das vezes, conforme apontou Kagan, a veracidade histórica era equiparada a inserção de alguma prova documental. Tanto é que na Espanha restringiu-se o acesso aos documentos de Estado apenas aos cronistas oficiais, como deve ter ocorrido também

⁵³⁰ *Id. Ibid.* p.517-518.

⁵³¹ Cf. KAGAN, Richard. *Op. Cit.* p. 29.

⁵³² Cf. FALCON, Francisco. *Op. Cit.* p. 48.

⁵³³ Cf. *Id. Ibid.* p. 51-52.

⁵³⁴ Sobre essa questão conferir as proposições já discutidas de Cesc Esteve em torno do papel que a busca da verdade dos acontecimentos e de seu desenrolar adquiriu na historiografia renascentista, especialmente a voltada para estabelecer as origens.

em outros reinos. A medida permitiu que “(...) os historiadores oficiais da Coroa defendessem que suas narrativas eram “verdadeiras”, quer dizer, baseadas em evidencia documental, enquanto que a dos demais baseavam-se apenas em ideologia.”⁵³⁵

A menção à bula papal, ainda que o conteúdo desta não tenha sido reproduzido, foi seguida de uma exposição típica da utilização da história a partir de uma abordagem polêmica. Faz-se referência à crítica construída por Oliveira muito possivelmente a cronistas castelhanos que produziram no mesmo período. A indignação foi dirigida a:

Alguns homens mal atentados, não olhando o que falam, dizem que o papa tomou este reino aos Castelhanos e o deu a Dom Afonso Henriques; mas erram muito estes e deviam ser castigados e os livros em que isto escrevem, proibidos como difamatórios; porquanto difamam o Santo Padre, vigário de Jesus Cristo e fazem dele tirano e usurpador do alheio e enlizador de contendas e guerras. (...). E também fazem injúria aos reis de Leão e Castela, que não foram para o defender, se era seu. Mas nisso mostraram que não era seu, pois não o defenderam.⁵³⁶

A afirmação acima se enquadra em um cenário comum que era o de validar a narrativa produzida em detrimento de outras versões sobre o mesmo acontecimento. Para tanto, era preciso etiquetar escritos contrários, tratando-as como calúnia, fábula e seus autores como mentirosos.⁵³⁷ Segundo Oliveira, os homens que haviam dito aquelas “chufas” eram “ (...) bárdulos, precipitados em falar sem consideração, e falando sem considerar, cuidam que ostentam seu grande saber e agudeza.”⁵³⁸ Dessa forma, era possível e necessário reescrever antigas histórias, adequando-as aos objetivos políticos vigentes.⁵³⁹ Oliveira usou desta tática duas vezes. A primeira, ao escrever a partir de nova ótica sobre Ourique, reconhecendo o papel do milagre, ao contrário do que fez em *Arte da Guerra do Mar*. A segunda, ao contrariar os relatos de seus vizinhos castelhanos e reescrevê-los, seguindo a lógica da história como

⁵³⁵ KAGAN, Richard. *Op. Cit.* p.37. “(...) los historiadores oficiales de la Corona defender que sus narrativas eran “veraces”, es decir, basadas en evidencia documental, mientras que las de otros se basaban sólo en ideologia.

⁵³⁶ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...**p.518.

⁵³⁷ KAGAN, Richard. *Op. Cit.* p.35.

⁵³⁸ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...** p.518.

⁵³⁹ KAGAN, Richard. *Op. Cit.* p.37.

instrumento de política imperial e de, assim como a língua, servir como companheira do Império.⁵⁴⁰

À crítica e refutação das obras que apresentavam objetivos distintos, era comum que se acrescentassem respostas, e não apenas uma nova versão do acontecimento/contexto em questão. Este era mais um “item” que recorrentemente fazia parte do que se denominou de história polêmica. Suas bases assentavam-se notadamente nos pressupostos greco-romanos sobre como deveria constituir-se o discurso retórico. Este formava-se pelo exórdio, mencionado acima, a narração, a divisão, na qual a questão a ser discutida era apresentada e a confirmação da tese defendida. A seguir apresentava-se a refutação, quando, como fez Oliveira, contrariava-se os oponentes, invalidando seus argumentos de forma intensa. Por fim, chegava-se à conclusão, quando os argumentos favoráveis às ideias defendidas eram valorizados e os opostos detratados mais uma vez.⁵⁴¹

Não causa surpresa que a legitimidade das ideias em defesa advinha notadamente das únicas referências consideradas como sagradas, verdadeiras e livres de imperfeições e distorções: as Sagradas Escrituras e as obras dos Pais da Igreja.⁵⁴² Oliveira trabalhou nesta direção. Citou o humanista castelhano Martín de Azpilcueta Navarro, com o qual provavelmente manteve contato em Coimbra, visto que ambos foram lentes da Universidade de Coimbra. De acordo com este, e também de toda uma tradição cristã na qual as monarquias eram assentadas, a jurisdição de príncipes e reis seculares residia na autoridade de Cristo, cujo poder era transmitido aos homens por meio dos sumos pontífices. A ocorrência da confirmação religiosa dos monarcas em povos e temporalidades mencionados pela Bíblia também foi mobilizada por Oliveira. Assim, demonstrou aos que considerava opositores, que se o papa havia reconhecido o reinado de Afonso Henriques, “(...) imitando este bom costume antigo, ordenado por Deus (...)” não existiam razões para que o contrário fosse afirmado.⁵⁴³

A narração foi encerrada com a menção à formação do corpo de armas nacionais, elemento crucial nos relatos sobre Ourique. Tratam-se dos cinco escudos simbolizando as

⁵⁴⁰ *Id. Ibid.* p.44.

⁵⁴¹ François Hartog discutiu o estatuto da história como luz da verdade e a relação entre o historiador/orador neste processo a partir das obras de fragmentos dos escritos de Cícero, Políbio, Quintiliano, Tucídides entre outros em **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 57-85.

⁵⁴² KAGAN, Richard. *Op. Cit.* p.26; 43.

⁵⁴³ OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade...**p.518.

chagas de Cristo. Afonso Henriques os teria recebido dos cinco reis mouros que venceu. E com tais armas, em referência mais uma vez à ideia de eleição divina, Portugal se encontrava armado e entregue a Deus, além de guardado dos traidores, naquele momento identificados nomeadamente por Oliveira como os castelhanos.⁵⁴⁴

Na *História de Portugal*, em consonância com a proposta mais demorada e geral da obra, a batalha foi descrita de forma mais longa e detalhada. Oliveira organizou os elementos que passaram a ser centrais na narrativa. Os mesmos elementos foram mobilizados poucos anos mais tarde em obras como a *Crónica de Cister* (1602), de Frei Bernardo de Brito e na terceira parte da *Monarquia Lusitana* (1632), de Frei António Brandão. De acordo com Buescu, tais livros da historiografia alcobacence foram responsáveis pela ampliação e consagração do mito.⁵⁴⁵

“Entre nós tem grande fama a batalha do campo de Ourique”⁵⁴⁶. A frase utilizada por Oliveira para iniciar o capítulo, demonstra, em consonância com o que afirmou Buescu, que o episódio “(...) se encontra indiscutivelmente apropriado pelo discurso ideológico no século XVI, e incorporado numa memória “nacional” do reino.”⁵⁴⁷ Já afirmou-se que a versão original do juramento atribuído a D. Afonso Henriques e proferido em 1152 somente foi encontrada em 1596, no Cartório Real do Mosteiro de Alcobaça. Este foi publicado pela primeira vez em 1599. Três anos depois o juramento voltou a aparecer na citada obra de Bernardo de Brito. A partir de então, a sua reprodução foi constante em obras impressas. Além disso, o documento passou a ser alvo de extensa circulação manuscrita, especialmente em dois grupos de obras: as histórico/literárias e de cunho sebastianista, e nas dispostas a escrever a genealogia da nobreza e das armas portuguesas.⁵⁴⁸

A *História de Portugal*, apesar de escrita em momento anterior à descoberta do juramento, foi influenciada por tópicos centrais que nele aparecem. Como afirmado, mesmo antes do documento “oficial”, circulavam em manuscrito diversas versões de carácter bastante parecido, com os quais Oliveira teve contato. Se no *Livro da Antiguidade*, houve apenas uma

⁵⁴⁴ *Id. Ibid.* p.519.

⁵⁴⁵ BUESCU, Ana Isabel. **Um mito das origens...**p.52.

⁵⁴⁶ OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...**p.440.

⁵⁴⁷ BUESCU, Ana Isabel. **Um mito das origens...**p.51.

⁵⁴⁸ *Id. Ibid.* p.51.

menção à batalha de Ourique e a valorização de seu caráter milagroso, na *História de Portugal* foram dedicadas mais de cinco páginas à uma descrição detalhada e com ênfase no aspecto religioso do acontecimento.

Segundo Oliveira, conquanto soube da intenção dos cinco reis mouros, Afonso Henriques se colocou a rezar. Em suas orações, segundo dizem, afirmava:

Senhor esta guerra é vossa, não é minha. Eu sou vosso instrumento, como o martelo é instrumento do ferreiro, fazei vós por mim vossa obra como fazem os mestres com seus instrumentos e não me solteis de vossa mão, por que eu não ere, nem haja medo de vossos contrários.⁵⁴⁹

A passagem foi reproduzida integralmente porque expressa exatamente o efeito desejado por Oliveira. Ao retirar de Afonso Henriques o intento e a responsabilidade primeira pela execução da guerra, a colocou em mãos divinas. Isto porque, no cenário em que escrevia, o destino providencialmente organizado para Portugal favoreceria a manutenção de sua soberania, tão cara logo após o estabelecimento da União Ibérica.

A intervenção divina, deste modo, não se resumiu ao aparecimento de Cristo, mas em vários aspectos engendrados ao longo da descrição. O próximo deles refere-se à desvantagem numérica e material em que se encontravam os portugueses. Mesmo perante tal situação, segundo Oliveira, Henriques não se amedrontou. Partiu ao ataque dos mouros, surpresos com o atrevimento, já que não esperavam o avanço. A desproporção era tanta que assim Oliveira a traduziu: “Era o arraial dos Mouros de terrível aspecto, porque os mouros eram muitos. Dizem que passavam de duzentos mil (*sic*), onde havia vinte mouros para um cristão, porque os cristão não era mais que onze mil”.⁵⁵⁰

A referência à tamanha desproporção já era uma tópica. No épico de Luiz Vaz de Camões *Os Lusíadas*, datado de 1556, mas publicado em 1572 esta foi mobilizada, no Canto III, XLIII:

Em nenhuma outra coisa confiado,
senão no sumo Deus que o Céu regia,

⁵⁴⁹ OLIVEIRA, Fernando. *História de Portugal...*p.440.

⁵⁵⁰ *Id. Ibid.* p.441.

que tão pouco era o povo baptizado,
 que, para um só, cem mouros haveria.
 Julga qualquer juízo sossegado
 por mais temeridade que ousadia
 cometer um tamanho ajuntamento,
 que para um cavaleiro houvesse cento.⁵⁵¹

Diversas fontes produzidas no período demonstram como a graça divina foi utilizada para justificar o sucesso em batalhas ou ocasiões nas quais os portugueses não possuíam condições de vencer. Andréa Doré, em pesquisa sobre as fortalezas e os cercos aos portugueses na Índia retomou alguns desses casos. Um deles foi escrito pelo jesuíta Francisco Rodrigues, que durante o segundo cerco de Diu, em 1546, observou um milagre. Menos de três mil portugueses teriam matado uma grande multidão. Os mouros com os quais lutaram haviam sido acometidos pela visão de uma mulher que os impedia de enxergar os lusos.⁵⁵²

Relatos como estes, quer no campo da poesia e das crônicas, na literatura encomiástica, ou nos sermões funcionaram, conforme a autora, como veículos da expansão, apoiando-se em ações e acontecimento dignos de memória e, normalmente, com um fundo milagroso e providencial.⁵⁵³ No caso dos livros de Oliveira, não se trata exatamente de uma referência à expansão, mas do estatuto glorioso de Portugal. Por isso, a forma como se refere a Ourique e a outros episódios da história lusa se aproxima da mobilizada pelos cronistas da expansão.

Estes, tais como Diogo do Couto, João de Barros, Damião de Góis e Zurara, relacionaram a concepção de história herdada da Antiguidade com a figura do rei e do povo português. As narrativas resultantes, inspiradas especialmente em Tito Lívio, mesclaram a história, a epopeia e a exaltação dos feitos portugueses. *Os Lusíadas* é considerado como síntese e grande exemplo da denominada literatura de expansão. Para além de narrar diversos aspectos da conquista, como a etnografia, aspectos geográficos e históricos, astronomia, entre outros, ocupou-se de frisar e fixar as glórias portuguesas, alcançadas por ações excepcionais.⁵⁵⁴

⁵⁵¹ CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Paris: Livraria Europea de Baudry, Livraria Portuguesa de J.P. Aillaud, em casa de Stassin e Xavier, 1846, p.88.

⁵⁵² DORÉ, Andréa. Sitiados. **Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 224.

⁵⁵³ *Id. Ibid.* p.268.

⁵⁵⁴ *Cf. Id. Ibid.* p.268-274.

Camões dedicou a obra ao monarca D. Sebastião. Sua escrita datada da década de 1550 demonstra, mais uma vez, que mesmo antes da União Ibérica ou do encontro do *Juramento de D. Afonso Henriques*, alguns episódios centrais para a batalha já circulavam de forma consolidada. Segundo Oliveira, a forma encontrada por Henriques para tranquilizar os soldados portugueses deu-se através da mobilização de exemplos advindos das Sagradas Escrituras. Aqui tem-se, mais uma vez, a utilização da história como mestra da vida, de uma história que inspira à ação por meio de exemplos pedagógicos.

Para tanto, afirmou Oliveira que Henriques teria feito uso do livro dos Reis e da experiência de alguns personagens bíblicos como Gedeon, Judas Macabeu e Josué. Em todas as batalhas travadas por eles, Oliveira encontrou relações com a situação portuguesa e as aproveitou para endossar, mais uma vez, a presença e auxílio divinos. Outro recurso recorrentemente utilizado foi a inserção de trechos que supostamente haviam sido proferidos por Henriques. Nestes casos, o autor sempre abriu novos parágrafos e os dedicou exclusivamente aos discursos do futuro monarca. Colocar as palavras em sua boca significava elevá-las ao patamar de verdade.

Carlo Ginzburg discutiu a relação entre teoria e método no interior da polêmica sobre a escrita do historiador enquanto narrativa de ficção ou como narrativa histórica. Para ele, afirmar que um texto histórico partilha alguns elementos de um texto de ficção não surte muito efeito. Mas interessante é indagar porque se percebem como reais os fatos contidos em um texto histórico. Este efeito, segundo Ginzburg, é produzido por elementos extratextuais e textuais. Sobre os últimos, nos quais se concentrou, propôs que foram os utilizados por historiadores clássicos e modernos para produzir o desejado efeito de verdade.⁵⁵⁵

Sobre os Antigos, demonstrou que Políbio, ao escrever sobre Homero, concluiu que, mesmo escrevendo poesias, sua produção se encontrava no campo da história - e por isso da verdade. Isto porque o objetivo de seus poemas eram a vivacidade, a *enargeia*, que significava clareza, nitidez, evidência. O trabalho era então resultado de uma experiência direta, da vivência, e não do que se ouviu. Na época clássica era comum que o historiador transmitisse a verdade “(...) fazendo uso da *enargeia* para sensibilizar e persuadir o leitor”.⁵⁵⁶ Um autor anônimo, também da Antiguidade, utilizava termos equivalentes para definir *demonstratio*. Esta

⁵⁵⁵ GINZBURG, Carlo. Ekphasis e citação. In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Diffel, 1989, p.215-217.

⁵⁵⁶ *Id. Ibid.* p. 219.

se situava no gesto do orador em apontar para um objetivo inexistente, tornando-o visível, tal qual fez Oliveira ao inserir em seus livros os pretensos discursos de Afonso Henriques. Dessa forma, encontrava-se “(...) apto a transmitir sua própria experiência, direta, como testemunha, ou indireta, pondo uma realidade invisível debaixo dos olhos dos seus leitores”.⁵⁵⁷

Demétrio igualmente cuidou de definir a *enargeia*, afirmando que o efeito estilístico nascia “(...) de uma narração exata, que não descuida nenhum pormenor e que não suprime nada”.⁵⁵⁸ Este método tornou-se essencial em uma sociedade sem arquivos, em que a cultura oral desempenhava ainda papel primordial. Se tal constatação refere-se ao cenário da Antiguidade, continuou valendo, ainda que em outra medida, também para a modernidade. A metodologia originada em Homero propunha então um modelo estilístico, mas também cognitivo. Trata-se de um gesto retórico, ao qual se acrescenta também a pintura, “(...) uma *demonstratio* apontando um objeto invisível – tornando visível, palpável, até ao <cúmulo da *enargeia*>, pelo poder da *ekphrasis*.”⁵⁵⁹

O fazer historiográfico contemporâneo difere então do modelo clássico por basear-se, para atingir a “verdade” histórica, na *evidence*, ou seja, na prova, e não na *evidentia* – a tradução latina de Quintiliano para *enargeia*. Dessa forma, de acordo com as discussões realizados no capítulo anterior sobre o estatuto de verdade no período clássico e moderno, afirma-se que esta era um exercício de persuasão e não um encontro objetivo com a realidade.⁵⁶⁰

A introdução da passagem em que Oliveira tratou do milagre propriamente dito, ou seja, da aparição de Jesus Cristo, é a que desdiz radicalmente o que havia afirmado na *Arte da Guerra do Mar*. Nesta, conforme discutido no início do item, Oliveira postulou de forma enfática que as guerras não eram lugar para oração, mas sim para a ação.⁵⁶¹ Na *História de Portugal* observa-se a construção de outra forma de comportamento na batalha:

⁵⁵⁷ *Id. Ibid.* p. p. 220.

⁵⁵⁸ *Id. Ibid.* p. 221.

⁵⁵⁹ *Id. Ibid.* p. 222-223.

⁵⁶⁰ *Id. Ibid.* p.224. Gradativamente a Época Moderna assistiu à rejeição, ou melhor, a uma admiração menos intensa à reconstituição rigorosa da realidade a partir da retórica, para centrar-se na verdade, ainda que as narrativas que davam conta desta não fossem tão ricas. Refere-se especialmente aos *Anais históricos*, nos quais deveria primar a erudição e não a retórica. Neste não era indicada a inserção de longos e detalhados discursos que na realidade não existiam. Ao contrário, quando necessário, documentos antigos deveriam ser citados com a utilização de notas. p. 225-229.

⁵⁶¹ OLIVEIRA, Fernando. *Arte da Guerra do mar...*p.110.

Dom Afonso Henriques, a maior parte dela esteve em oração, como nos tais tempos acostumava. Por todos geralmente se diz que, então, lhe apareceu Cristo crucificado e lhe deu firme esperança da vitória que logo houve. E dizem que ele para animar os seus lhes contou publicamente como Cristo lhe aparecera e lhe prometera vitória.⁵⁶²

Mais do que evidenciar o milagre, inserindo a narrativa em uma lógica providencialista que se acentuaria mais ainda nos anos seguintes, Oliveira cuidou também de detratar os que dele duvidavam. Franco apontou que muito possivelmente o autor fazia referência a Duarte Nunes de Leão (1530-1608),⁵⁶³ de quem se tratou brevemente acima. Este era filho de cristãos-novos, e sobre os que recebiam graças do reino, mas o detratavam, Oliveira afirmou: “E pode Portugal dizer por ele: Criei filhos alheios e eles me desprezaram. E merece isto quem põe igual de si o estrangeiro.”⁵⁶⁴ Leão, contemporâneo de Oliveira, foi também um humanista que atuou como jurista, gramático e historiador.⁵⁶⁵

Sua *Genealogia verdadera de los reyes de Portugal* (1590) tem início com um capítulo sobre a origem e a vida do conde D. Henrique.⁵⁶⁶ Nas páginas em que tratou sobre o reinado de D. Afonso Henriques, compartilhou de algumas tópicas da narrativa sobre Ourique, no entanto não fez menção à aparição de Jesus Cristo, nem ao caráter milagroso da batalha. Leão não negou a ocorrência do milagre, o que por certo inviabilizaria a autorização de publicação da obra. Mas a escolha de não o mencionar, em um tempo que a maioria das narrativas o faziam de forma entusiástica, é suficiente para demonstrar sua descrença em relação a ele.⁵⁶⁷

⁵⁶² *Id.* **História de Portugal...** p.442.

⁵⁶³ FRANCO, José Eduardo. *Op. Cit.* p. 442. A consideração é realizada em nota de rodapé da História de Portugal.

⁵⁶⁴ OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...**p.442.

⁵⁶⁵ Entre suas principais obras estiveram as destinadas ao estudo da língua portuguesa: **Orthographia da lingoa portuguesa** (1576) e **Origem da lingoa portuguesa** (1606) e as de caráter genealógico e histórico: **Genealogia verdadera de los reyes de Portugal: con sus elogios y sumario de sus vidas** (1590), **Primeira parte das Chronicas dos reis de Portugal** (1600), **Descrição do Reino de Portugal** (1610) e **Cronicas del rey Dom João de gloriosa memoria, o primeiro deste nome, e dos reys D. Duarte e D. Afonso** (1643).

⁵⁶⁶ O prefácio da obra traduz exatamente a concepção da história como mestra da vida. Segundo Leão, se até mesmo os animais sem razão, nascidos para ferir e obedecer ao homem, poderiam ensinar e inflamar, o que seriam capazes os exemplos dos parentes, avós e pais, a quem nos inclinamos com maior intensidade naturalmente? A inspiração advinha de Virgílio, que na obra *Eneas* conta que este disse a seu filho que quando crescesse, seria indicado que imitasse aos seus feitos e de seu tio. LEÃO, Duarte Nunes. **Genealogia verdadera...**p.10.

⁵⁶⁷ *Id.* *Ibid.* Segundo Leão, da morte de sua mãe até Ourique, D. Afonso Henriques chamava-se Príncipe de Portugal. Depois da batalha, começou a nomear-se rei. Nesta havia vencido os cinco reis mouros, causando-lhes

Grande parte dos livros que trataram da trajetória de D. Afonso Henriques sob a ótica da genealogia das origens deu também destaque às querelas que teve com sua mãe, D. Tereza. De acordo com o que se discutiu acima, ambos apresentaram escolhas políticas distintas quando da morte do conde D. Henrique. Olivera, tal como fez com o Milagre de Ourique, produziu duas narrativas. Desta vez as diferenciações ocorreram apenas nas duas obras de caráter historiográfico. Na primeira delas, o *Livro da Antiguidade*, o parecer sobre D. Tereza foi completamente negativo.

Neste, Oliveira escreveu que logo após a morte do pai, Henriques passou a chamar-se infante, e não conde, e separou Portugal imediatamente de Leão e Castela. No entanto, D. Tereza levantou-se contra ele, alegando que os territórios eram seus, visto que haviam sido doados por seu pai, D. Henrique. Em nenhum momento utilizou o termo condado, condição que de fato possuía Portugal no período, sendo denominado de condado Portucalense. Para Oliveira, desde que D. Tereza clamou pelas terras portuguesas “(...) se chamava rainha e não condessa, porquanto Portugal era reino e não condado”.⁵⁶⁸

A rainha agia a partir de uma aliança com D. Fernão Pires de Trava, que era conde de Trastamara e com o qual havia contraído matrimônio. As pesquisas sobre tal temática demonstram que D. Afonso Henriques e D. Tereza disputam batalhas dinásticas que ocorreram aproximadamente uma década antes da de Ourique, ocorrida em 1139. De acordo com Oliveira, a solução encontrada por Henriques foi prendê-los, tendo sido a mãe “presa em ferros por toda a sua vida”. Mesmo encarcerada, uniu-se com um sobrinho oriundo de Castela e Leão para fazer guerra, da qual Henriques saiu vitorioso.⁵⁶⁹ Trata-se da batalha de São Mamede, ocorrida em 1128, perto da cidade de Guimarães.

Na *História de Portugal*, mesmo tendo sido escrita em uma temporalidade tão próxima, o cenário foi completamente alterado. O ambiente de conflito com os castelhanos e leoneses, é

grande estrago. Em memória desses dividiu o brasão de armas, que continha uma cruz azul, em cinco escudos, fazendo referência às chagas de Jesus. Cada escudo continha também cinco besantes de prata, em referência a tentativa de Judas de vender Cristo aos romanos. Henriques havia sido responsável por livrar da tirania dos mouros e devolver aos cristãos cidades como Évora, Santarém, Leria, Torres Novas, Sintra, Beja e outras, repetindo neste ponto as mesmas informações mobilizadas por Oliveira. A diferença é que Leão creditou o sucesso da reconquista ao próprio esforço de Henrique, e não à intervenção divina. As forças de seu corpo eram tantas que os inimigos o viam como um leão furioso. Mas, em casa, vestia habito de monge como os de Santa Cruz. O ponto mais perto que chegou da lógica milagrosa foi ao afirmar que o monarca era tão religioso que peleava para Deus. “E assim parecia que Deus peleava por ele, em razão das muitas vitórias que dos inimigos alcançava”. Cf. p. 24-25.

⁵⁶⁸ OLIVEIRA, Fernando. *Livro da Antiguidade...*p.516.

⁵⁶⁹ *Id. Ibid.* p.515-516.

claro, foi mantido, entretanto, D. Tereza perdeu o lugar de protagonista. Nesta segunda narrativa, inclusive, o casamento com o conde de Trastamara pertencia apenas à ordem dos boatos. Mais ainda, as histórias da “tragédia” dos seus “casamentos e prisão” eram mentiras de difamadores. As uniões matrimoniais foram citadas no plural porque, segundo Oliveira, os mesmos difamadores mentiam que primeiramente D. Tereza havia se casado com D. Vermium, irmão de D. Fernando de Trastamara, que a havia tomado.⁵⁷⁰

Segundo costume rememorado pelo autor, as mulheres honradas naquele tempo não se casavam depois de enviudar, por pelo menos um ano. Como iria então ela se casar em apenas um mês, ainda mais por duas vezes, questionou o autor. Além disso, Oliveira recorreu à idade avançada da rainha. Segundo ele, Henriques morreu com mais de oitenta anos de idade. Sua esposa não deveria ser muito mais velha, e se o fosse, a diferença estaria assentada em não mais do que vinte anos. Sendo assim, teria mais do que sessenta anos, o que a impediria de ser tão incontinente como os detratores afirmavam.

Não bastasse negar os ditos sobre D. Tereza, os quais havia defendido fervorosamente no *Livro da Antiguidade*, os transferiu aos seus principais alvos. Utilizando, como o fez em vários momentos, o prestígio da *Crônica Geral*, de autoria de Afonso X, afirmou que quem deixou o marido, rei de Leão, foi D. Urraca, irmã de D. Tereza. A fim de enfatizar ainda mais a veracidade do que escrevia, informou que tal conteúdo encontrava-se no capítulo quatro da crônica. E que o mesmo informava sobre as uniões nefastas de D. Urraca com alguns condes e do aprisionamento que seu filho moveu contra ela.⁵⁷¹

A conclusão da argumentação se deu com a constatação de que o escrito, mesmo sendo de autoria de um castelhano, não fazia menção alguma aos boatos inventados sobre D. Tereza. As menções à ela ocuparam espaço tão significativo na *História de Portugal* que Oliveira as mobilizou em diferentes capítulos. Um deles foi destinado à comprovação da concórdia com que viveu Afonso Henriques com sua mãe, após a morte do conde D. Afonso.⁵⁷² Não interessa retomar aqui todo o conteúdo deste. Em suma, baseou-se também em contradizer a dissidência política entre mãe e filho, mas principalmente em apresentar os bons feitos pelos quais haviam sido responsáveis.

⁵⁷⁰ *Id. História de Portugal...* p.420.

⁵⁷¹ *Id. Ibid.* p.421-422.

⁵⁷² Cf. OLIVEIRA, Fernando. *História de Portugal...*p.431-437.

Para tanto, utilizou “escrituras de muita autoridade”, as quais comprovavam como eram mentirosos alguns escritores. Referia-se a documentos localizados em “(...) cartórios das vilas e cidades, igrejas e mosteiros deste reino, nos quais há doações, forais e privilégios e outras escrituras de muita fé (...).”⁵⁷³ No transcorrer destas páginas o autor realmente fez uso de tais fontes, citando excertos específicos.

Retoma-se aqui também o posicionamento oliveiriano acerca da eleição de um bispo negro e da desobediência ao sumo pontífice por parte de Henriques, especialmente em razão da polêmica e da grande circulação que obtiveram nas obras historiográficas do século XVI e XVII. Segundo Oliveira, os difamadores de D. Tereza alegavam que, quando estava presa, motivada pelos maus tratos de seu filho, recorreu ao papa. Como resposta, foi enviado um cardeal a fim de admoestar Afonso Henriques. Este, além de desobedecê-lo o, espancou e roubou. Além disso, teria nomeado um bispo negro por ser este conivente com as suas aspirações.⁵⁷⁴ À explicitação do pretense caráter enganoso de tais conteúdos, Oliveira acrescentou de uma praga: “Negra seja a vida de quem tais mentiras escreve”.⁵⁷⁵

Apesar da importância do registro escrito para a consolidação e expansão do mito de Ourique, há que se atentar para a existência de relatos orais anteriores ao Quinhentos. Estes não tratavam ainda do milagre, mas de episódios específicos que deram o tom da lenda e provavelmente se organizaram como um canto épico, conforme apontou António José Saraiva.⁵⁷⁶ Francisco Saraiva Fino, em artigo sobre o desenvolvimento do mito, concordou com Lindley Cintra quando este considerou a hipótese da origem leonesa da lenda de Ourique. Um dos motes para a interpretação está na intertextualidade com relação a uma lenda leonesa.⁵⁷⁷

A lenda refere-se a D. Afonso VII e sua mãe D. Urraca. A narrativa apresenta uma lógica bem parecida com a de Afonso Henriques e Dona Tereza, pautando-se em relações de traição e

⁵⁷³ *Id. Ibid.* p. 431.

⁵⁷⁴ Em 1851, o historiador, escritor e jornalista Alexandre Herculano publicou o conto *O bispo Negro*. O romance histórico, que mescla elementos de realidade e ficção foi escrito a partir da conhecida crítica do autor ao absolutismo e à Igreja Católica. O conto faz parte de uma obra mais ampla, denominada *Lendas e Narrativas*. Nesta, dividida em dois tomos, Herculano escreveu treze contos, a maioria deles ambientado durante o final da Idade Média. HERCULANO, Alexandre. **O bispo negro**. Lisboa: Atlântico Press, 2012.

⁵⁷⁵ OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal...** p.436.

⁵⁷⁶ Cf. SARAIVA, António José. **A cultura em Portugal**. Volume II. Lisboa: Gradiva, 1991, p.163-166.

⁵⁷⁷ Cf. FINO, Francisco Saraiva. Na Fábrica do mito. Algumas notas sobre a estória de Afonso I. In: **Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas**. Porto. Número XVI, 1999, p.234-235.

conflitos dinásticos. Foi exatamente a partir desta referência que Oliveira, conforme se discutiu em alguns parágrafos anteriores, finalizou a sua argumentação em torno de D. Tereza defendendo-as de atos que, na verdade, haviam sido realizados por Dona Urraca.⁵⁷⁸

As alterações drásticas em relação a tais episódios podem ser explicadas em razão das mudanças ocorridas em seu contexto de produção. No *Livro da Antiguidade*, quando ainda era possível esperança em torno da manutenção da liberdade portuguesa, Oliveira associou D. Tereza aos interesses dos que objetivavam a todo custo intervir no destino glorioso português. Na *História de Portugal*, a estratégia precisou, mais uma vez, ser alterada. O objetivo era o de que, mesmo com a União Ibérica, sua soberania fosse mantida. Por isso, fazia-se necessário demonstrar como, em todas as etapas de sua constituição, os seus principais representantes, neste caso Afonso Henriques e sua mãe, estiveram comprometidos com o plano divino e providencial traçado para Portugal.

Por fim, conclui-se com dois apontamentos principais. O primeiro diz respeito às alterações em torno da narrativa do Milagre de Ourique. Considera-se que estas responderam tanto às próprias mudanças que a lenda sofreu ao longo do século XVI, quanto aos intuitos que Oliveira possuía quando a relatou em diferentes períodos. O segundo se relaciona com o lugar da produção oliveiriana no interior das práticas historiográficas renascentistas. Percebeu-se que em seu anseio de comprovar a antiguidade e nobreza de Portugal, Oliveira escreveu uma história com um caráter epistemológico e metodológico que pode parecer ambíguo aos nossos olhos. No entanto, a análise historiográfica mostra que não, e que, além disso, não se trata de uma contradição, mas sim de uma combinação de elementos, que vão do providencialismo à crítica documental, e que situa suas produções em um contexto de início da profissionalização do ofício do historiador.

⁵⁷⁸ Cf. OLIVEIRA, Fernando. *História de Portugal*...p. 436.

Considerações finais

Como analisar determinado contexto a partir da trajetória de um indivíduo? Como compreender suas ações e produções com base em seus locais de inserção? As duas perguntas, que não podem ser respondidas isoladamente, deram o tom dessa pesquisa. Para além de um viés metodológico, de uma forma de aproximação com as permanências e discontinuidades do período, tais questionamentos se relacionaram à tentativa de percepção do passado a partir de uma perspectiva mais “humana”. Se, à primeira vista, as ambiguidades e contradições próprias ao homem parecem uma pedra no sapato na definição de caracterizações mais gerais, das quais, ao fim, não podemos nos distanciar por completo em nome da inteligibilidade, elas possibilitaram uma percepção mais densa, intrigante e multifacetada.

A trajetória de Fernando Oliveira, em conjunção com sua produção, foram as fontes mobilizadas para o entendimento de facetas do humanismo luso durante o século XVI. Se este foi o objeto da tese, sua problemática esteve em perceber como diferentes prerrogativas humanistas estiveram à serviço da consolidação do reino e do império português. A análise das intenções e metodologias mobilizadas por Oliveira permitiram pensar o trabalho em duas partes. De uma forma que pode parecer reducionista, como todas as classificações, mas funcional e representativa de duas noções significativas naquele momento, partiu-se da divisão entre experiência e tradição.

Apesar da heterogeneidade das expressões humanistas lusas, e das diversas nuances que assumiram em indivíduos diferentes concluiu-se que duas tendências mais amplas podem caracterizar esses processos. A primeira diz respeito à esfera religiosa e educacional, a partir de um aspecto reformista. Em Oliveira, a religiosidade se manifestou em vários momentos, mas notadamente após sua temporada na Inglaterra na década de 1540. Os autos de seu Processo Inquisitorial,⁵⁷⁹ de tônica semelhante em alguns aspectos a outros do período, demonstram, se lidos à contrapelo, a inserção em um contexto de desejo de reformas que se estendia bem antes das proposições de Erasmo de Roterdã.

As acusações que sofreu em razão de sua suposta adesão ao luteranismo levam a consideração de que vários desses casos revelam, muito mais, indivíduos influenciados pelos

⁵⁷⁹ **Processo inquisitorial de Fernando Oliveira...** p.100-116.

princípios erasmistas, do que propriamente adeptos da teologia luterana. Esta situação refere também ao próprio desconhecimento do que propunha a doutrina idealizada por Lutero, tanto por parte dos inquisidores como da sociedade portuguesa em geral.

No que tange ao observou que, se até meados do século XVI, aproximadamente, observou-se uma abertura às propostas reformistas erasmistas, houve, nos anos seguintes, medidas de contenção e cerceamento. Conclui-se que tal cenário não significou um retrocesso ou uma dicotomia durante o reinado de D. João III. Ao contrário, entende-se tais medidas no interior da tentativa mais ampla de dominação política, assentada especialmente na expansão do catolicismo.

Se tais contextos puderam ser percebidos a partir da atuação de Oliveira, o mesmo, com intensidade ainda mais evidente no que diz respeito a ação, pode ser dito em relação aos temas investigados durante os capítulos 2 e 3. Estes se ocuparam com os saberes náuticos no cenário da expansão marítima, partindo-se de uma noção mais alargada do processo de desenvolvimento da ciência na primeira modernidade, do qual a Península Ibérica participou ativamente. Oliveira não atuou diretamente na Casa da Índia ou nos Armazéns da Ribeira como oficial encarregado de alguma função específica. Porém, sua atuação e produção se deu exatamente de acordo com os auspícios dessas instituições, os quais centravam-se na organização e aperfeiçoamento dos saberes náuticos.

O *Regimento do Cosmógrafo-mor*, datado de 1592, mas do qual se sabe ter havido uma edição de meados do século, constitui-se como uma prova do esforço que vinha se fazendo em relação ao aperfeiçoamento da náutica em Portugal.⁵⁸⁰ A base de tal intento esteve na tentativa de aproximação entre o saber erudito, capitaneado especialmente pelos cosmógrafos e matemáticos, e o conhecimento prático, representado pela figura do marinheiro e outros oficiais.

Manuais de marinharia, destinados especialmente às questões relativas à navegação astronômica, foram publicados em Portugal no início do século XVI. Obras de mesmo teor voltaram a ser editadas apenas no final do século. Porém, sabe-se que desde o final de Quatrocentos circulavam, em forma de folhetins manuscritos, entre os pilotos. Tal prática se manteve ao longo de todo o século XVI. Assim, mesmo perante a carência de tais publicações,

⁵⁸⁰ Regimento do *Cosmógrafo-Mor* (1592). In: MOTA, Avelino Teixeira da. *Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal...*

percebeu-se, notadamente pelas medidas descritas no *Regimento*, um esforço no que tange a normalização e melhoria dos conhecimentos náuticos.

Se vários trabalhos já se ocuparam em analisar o desenvolvimento e a constituição desses saberes de forma específica, esta tese teve como foco entender a interação entre prática/experiência e teoria neste cenário. Percebeu-se que a intersecção entre a herança Clássica, as Escrituras, e os saberes matemáticos e cosmográficos que se assentavam nestas bases, com a experiência e a prática, intensificadas pelas demandas da expansão e da codificação do Novo Mundo não ocorreu de forma de todo orquestrada, planejada e sem conflitos.

Fernando Oliveira é exemplo desse indivíduo em formação, que, perante as necessidades da navegação e a inserção em seu ambiente prático, e possuidor do conhecimento erudito e teórico, representou uma ponte entre tais saberes. Sua produção e atuação demonstra um esforço significativo de conciliação entre o estilo humanista e as bases teóricas advindas das universidades, com as necessidades práticas advindas da expansão. Essa configuração acabou sendo responsável por uma relação que surge com a experiência e sua sistematização a partir de então.

Um dos resultados mais evidentes desta empreitada e do contributo de Portugal para o desenvolvimento das bases da ciência moderna foram as medidas e publicações voltadas para o exercício da navegação e suas decorrências. *A Arte da Guerra da Mar* e o *Livro das Fabrica das Naus* são completamente representativos deste processo. Talvez tais fatores, aliadas às razões de cunho religioso e político, expliquem o porquê do sucesso na expansão e na conquista, mas não de uma contribuição epistemológica, ao menos neste primeiro momento, para as discussões de caráter científico. Se não houve no âmbito das letras e da compreensão erudita e teórica acerca do mundo, avanços ou rupturas significativas, com a existência do cosmógrafo mor e de eruditos destinados a vincular teoria à ação, observou-se uma mudança, gradual, sem dúvidas, no que tange a forma como a prática náutica passou a ser conduzida.

A produção de Oliveira aponta para mais algumas conclusões centrais nesse processo. O desejo de contribuir efetivamente com a expansão foi resolvido a partir de alguns pressupostos: pela recusa de uma linguagem puramente teórica e matemática, pela organização do conhecimento de forma clara, sistematizada e em vernáculo e pela ode da experiência como fator de validação e de autoridade. Tais esquemas se relacionam com a problemática proposta nestes dois capítulos – a do contributo das práticas náuticas e cosmográficas para o desenvolvimento da ciência moderna. Ora, os pressupostos indicados, além de possibilitadores

de avanços no sentido estritamente pragmático, estiveram em consonância e foram também responsáveis pela ideia de avanço do saber com o passar do tempo, pela contestação e superação dos Antigos e pela valorização da teoria, mas no sentido de contribuir para uma prática mais aprimorada, todos estes cernes de uma relação com o conhecimento que passa a ser cada vez mais comum no desenrolar do período moderno.

A experiência foi central neste processo. Para Oliveira, assim como para muitos de seus coetâneos, esta significava a chave de validação do conhecimento que se produzia. Somente através dela era possível a percepção do que realmente se fazia necessário e funcionava. Dessa forma, esteve estritamente relacionada com o pragmatismo que marcou a expansão lusa. A experiência defendida por Oliveira dizia então muito mais respeito a prática oriunda de vivências, do testemunho de vista, e não de uma observação de todo metódica, orquestrada e sistemática. Esteve imbuída, em alguns momentos, do questionamento dos Clássicos. No entanto, não em todos os casos e nem sempre a partir de propostas completamente inovadoras. Porém, para além de uma “simples” defesa da observação, representou, no caso oliveiriano, o desenrolar de uma metodologia e epistemologia científica centrada em sua intersecção com a teoria.

A segunda parte da tese se ocupou com outra faceta da produção de Oliveira – a escrita da história. O primeiro dos capítulos demonstrou que apesar de produzidos em temporalidades muito próximas e seguindo o mesmo objetivo de contar a história do reino desde as origens, o *Livro da Antiguidade* e a *História de Portugal* possuíram intenções distintas. O primeiro, anterior à resolução da Crise Sucessória, e imbuído de uma lógica providencialista e de uma concepção de não distanciamento em relação ao passado, intentou defender a liberdade lusa frente as investidas castelhanas.

Percebeu-se que, para tanto, Oliveira investiu na defesa do alçamento de um rei natural. Em nenhum momento tratou claramente de episódios de seu presente. No entanto o tratamento dispensado ao passado visava, da forma mais clara possível, referir-se criticamente a um episódio do presente, com vistas a atuar em seu desenrolar, de acordo com a fórmula da *magistra vitae*. A busca de acontecimentos exemplares no passado tinha o intuito de demonstrar que a falta momentânea de um monarca não significa a ausência de soberania, e que, em situações de exceções, era permitido e indicado que o povo interferisse nos rumos sucessórios.

A segunda obra, escrita quando do início da União Ibérica, não podia mais clamar pela pretensa liberdade lusa. Datada possivelmente do início da resolução da Crise Dinástica, quando não era possível a Oliveira mensurar sobre a configuração que esta adquiriria mais tarde,

centrou-se na esperança da manutenção da soberania. Para isso, e sob os mesmos auspícios epistemológicos utilizados na obra anterior, mobilizou a pretensa antiguidade do reino português, utilizando-a a favor de suas pretensões.

O último capítulo da tese tratou especificamente desta questão – do lugar das origens, na produção de Oliveira e da historiografia do Renascimento. A forma como abordou dois episódios centrais, o Dilúvio Geral e o Milagre de Ourique, trouxeram conclusões que se situam para além do motivo de sua utilização, mas centram-se também no estatuto adquirido pela história naquele momento. No que tange a função das origens, percebeu-se que foram utilizadas a partir de uma tradição que se estendia especialmente desde o medievo e que diz respeito a, pelo menos, dois intentos. O primeiro, a ser a base para uma história do mundo que se pretendia universal. O segundo, relacionado ao teor sagrado e providencialista da narrativa e com a importância e o significado da origem neste processo.

Tal modelo, para além de sofrer uma fragmentação centrada na escrita de histórias mais específicas, passou a ser questionado pelos ideais em formação, de uma “história perfeita”, isenta de fabulações e mitos e pautada na utilização de uma metodologia que fosse crível. Esses pressupostos, de origem humanista, mas não pertencentes a um programa comum, de fácil identificação e localização, passaram a ser divulgados nas *Ars Historicae*. Portugal não contou com nenhuma publicação do gênero, mas as mesmas premissas permearam, em maior ou menor grau, os prefácios e o próprio desenrolar dos livros como um todo.

O distanciamento entre a história que deveria ser escrita e a que realmente se escrevia, aliada ao seu estatuto ambíguo, assentado em uma história arte e literária ou em uma história profissional, foi central não apenas para estudiosos posteriores, que marcaram excessivamente essa pretensa dicotomia e distanciamento. Ocuparam-se também dessas questões os próprios historiadores do período, imbuídos de marcar diferenças e fronteiras em suas práticas. Concluiu-se que a produção de Oliveira, tanto no que diz respeito a como acreditava que deveria ser a escrita da história, como à forma que a escreveu, foi um cruzamento destes caminhos, condição que acabou por definir uma série de outras características em sua obra.

Perceber que a historiografia oliveiriana se encontra no meio termo das duas possibilidades, não significa classificá-la como uma adaptação, ou como incompleta em meio a dois modelos possíveis e totalizantes, que, na realidade, correspondem apenas a tipos ideais. Ao contrário, significa atentar para sua especificidade e buscar, em meio a padronizações, as intenções que nela desejou imprimir. A oscilação em torno do episódio de Ourique, primeiro, descreditando em seu viés religioso, e depois, enfatizando sua aurora milagrosa, demonstra

que Oliveira, de acordo com os auspícios do período, estava mais preocupado em produzir uma história verossímil, digna de valor, do que verdadeira. O estatuto de verdade somente poderia pertencer às Escrituras, ou às obras produzidas pelos Pais da Igreja.

O caráter verossímil, porém, somente seria atingido a partir da adoção dos pressupostos teóricos-metodológicos que cada vez mais ganhavam força. Mais do que qualquer outra coisa, estes corresponderam, em Oliveira e seus contemporâneos, pela presença consciente e intencional de abordagens e modos de fazer próprios, que respondiam tanto aos seus intentos como ao que se entendiam como funções da escrita da história. À sua função de historiador somaram-se, entre outras, as de piloto, religioso, filólogo e cosmógrafo. Todas foram acompanhadas de experiências permeadas pelas reformas religiosas e educacionais, pelo contexto da expansão marítima, e pela constante necessidade de adequação e readequação no cenário normativo em que esteve inserido e caracterizou o Antigo Regime português. Ao fim, se conclui que sua trajetória e produção corresponderam, de acordo com o tom que desejou e pôde imprimir a eles, aos pressupostos humanistas em voga no momento. Tanto os relacionados com a experiência, como os mais arraigados em tradições de diversas ordens, estiveram, acima de tudo, a serviço da consolidação do reino português e da ideia de ação em seu(s) cenário(s) de atuação.

Obras de Fernando Oliveira

OLIVEIRA, Fernando. **Gramática da Linguagem Portuguesa**. [1536] Edição crítica organizada por ASSUNÇÃO, Carlos; COSERIU, Eugenio; TORRES, Amadeu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

OLIVEIRA, Fernando. **Arte da Guerra do Mar**. Coimbra: Casa de João Alvarez, 1555.

OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Fabrica das Naus**. [c.1570]. In: MENDONÇA, Henrique Lopes de. O padre Fernando Oliveira e a sua obra nautica. Memoria comprehendendo um estudo biográfico sobre o afamado grammatico e nautografo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito Livro da Fabrica das Naos. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.

OLIVEIRA, Fernando. **Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal**. [c.1578]. In: FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal. A primeira história de Portugal e sua função política**. Lisboa: Roma Editora, 2000.

OLIVEIRA, Fernando. **História de Portugal**. [c.1580]. In: FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal. A primeira história de Portugal e sua função política**. Lisboa: Roma Editora, 2000.

Fontes

Alvará de el-Rei D. Sebastião, concedendo uma tença ao licenciado Fernão de Oliveira clérigo de missa. ANTT. Chancellaria de el-rei D. Sebastião. 1º 16. Doações, f.356.

BANDARRA, Gonçalo Annes. **Paráfrase e Concordância de algumas profecias de Bandarra**. Paris: Martim Verac Editor, 1603.

BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Lisboa: *Lodovicum Rotorigium Typographum*, 1540.

BRAGA, Teóphilo. **História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Publica Portuguesa**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892.

BRAY, Gerald. **Documents of the English Reformation**. Cambridge: James Clarke, 1994.

BRANDÃO, Francisco. **Quinta parte da Monarchia Lusytana que contém a história dos primeiros vinte e três anos del Rey D. Dinis**. Lisboa: Oficina de Pedro Crasbeeck, 1650.

BRANDÃO, Mário. **Alguns documentos relativos a 1580**. Coimbra, 1943.

BRITO, Bernardo de. **Monarchia Lusytana. Parte primeira que contem as histórias de Portugal desde a criação do mundo até o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo.** Mosteiro de Alcobaça: Alexandre de Siqueira e Antônio Alvarez, 1597.

_____. **Monarchia Lusytana. Segunda parte em que se continuam as histórias de Portugal desde o nascimento de Nosso Salvador Jesus Cristo até ser dar em dote ao Conde Dom Henrique.** Mosteiro de São Bernardo: Pedro Crasbeeck, 1609.

CALVINO, João. **Sobre o governo civil.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas.** Paris: Livraria Europea de Baudry, Livraria Portuguesa de J.P. Aillaud, em casa de Stassin e Xavier, 1846.

CARVALHO, António Nunes. **História de Portugal de Fernando Oliveira.** Arquivado no Fundo Memorial do Conselheiro Fernando Martins de Carvalho da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, 1831. Cota original: M.E. IX número 9112, penúltimo fólio.

CASTRO, D. João. Roteiro de Lisboa a Goa. *In: Obras completas.* v. 1. Lisboa: Academia Internacional da Cultura portuguesa, 1969.

CASTRO, João de. **A aurora da quinta monarquia.** *In:* CARVALHO, José Adriano de Freitas (supervisão científica); SERAFIM, João Carlos Gonçalves (introdução e edição). Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória e Edições Afrontamento, 2011.

CENÁCULO, Manuel do. **Compendio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas Sciencias e nos professores, e diretores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por elles fabricados.** Lisboa: Regia Officina Typografica, 1771.

CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da. **Portugaliae Monumenta Cartographica.** Volume III. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1960.

DESIDÉRIO, Erasmo. **Elogio da Loucura.** Porto Alegre: LP&M, 2003.

GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. **Compendio historial de las chronicas y universal historia de todos los Reynos d'España, donde se escriven las vidas de los Reyes de Castilla, y Leon.** Anvers: Christophoro Plantino, 1571.

HERCULANO, Alexandre. **História da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal.** Porto Alegre: Editora Pradense, 2002.

_____. **O bispo negro.** Lisboa: Atlântico Press, 2012.

JOSEFO, Flávio. **Antiguidades dos Judeus contra Apion.** Curitiba: Juruá, 2011.

Juramento atribuído a D. Afonso Henriques sobre a milagrosa aparição do Campo de Ourique. Arquivado na Torre do Tombo no Fundo de Documentos referentes ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Maço 92/Cota 87.

LEÃO, Duarte Nunes. **Genealogia verdadera de los reyes de Portugal: con sus elogios y summary de sus vidas**. Lisboa: António Alvarez, 1590.

_____. **Origem da Língua Portuguesa**. Lisboa: Impressa por Pedro Crasbeeck, 1606.

LUTERO, Martinho. **Sobre a autoridade secular**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana**. v. II. Coimbra: Atlântida Editora, 1966.

MEDINA, Pedro de. **Arte de Navegar**. Valladolid: Casa de Francisco Fernandez de Córdoba, 1545.

MENDONÇA, Henrique Lopes de. **O padre Fernando Oliveira e a sua obra nautica. Memoria comprehendendo um estudo biográfico sobre o afamado grammatico e nautografo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito Livro da Fabrica das Naos**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.

Monitório inquisitorial de 1536. Disponibilizado em: TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. **Judaísmo e Inquisição**. Estudos. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MORVILLIERS, Nicolas Masson. España. *In: Encyclopedia metódica dispuesta por orden de materias. Geografía moderna*. v. II. Madrid: Imprenta de Sancha, 1792.

NUNES, Pedro. **Tratado da Carta em defensam da carta de marear**. *In: Revista de Engenharia Militar*. Lisboa: Typographia do Comércio. Ano XVI, n. 5, 1911.

O Regimento do Cosmógrafo-Mor de 1592. *In: MOTA, Avelino Teixeira da. Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969.

OCAMPO, Florian. **Los quatro libros primeros de la Crónica general de España que recompila el maestro Florian de Ocampo, criado y cronista del emperador**. Zamora: Juan Pedro Musseti, 1543.

PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.

Processo inquisitorial de Fernando Oliveira. ANTT: 12099. Disponibilizado em: **O padre Fernando Olivera e a sua obra nautica. Memoria comprehendendo um estudo biográfico sobre o afamado grammatico e nautografo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito Livro da Fabrica das Naos**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.

Processo inquisitorial de George Buchanan. ANTT: 6469. Disponibilizado em: HENRIQUES, George. **George Buchanan in the Lisbon Inquisition. The records of his trial, with a translation thereof into English, fac-similes of some of the papers and an introduction**. Lisboa: Typographia da Empreza da História de Portugal, 1906.

Recopilacion de leyes de los Reinos de las Indias. Mandadas imprimir y publicar por la magestad católica del rey Don Carlos II, nuestro Señor. Va dividida en cuatro tomos, con el índice general, y al principio de cada tomo el especial de los títulos que contiene. Editada por BOIX, Ignácio. Madri, 1841.

Regimento das cousas comuns e gerais, aos officiaes dos Armazens. Pertencente ao Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes. Tomo III. Disponível no sítio eletrônico: *O Governo dos Outros. Imaginários políticos no Império Português*. <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/>. Acesso em: 04/07/2018.

RESENDE, André de. **História da antiguidade da cidade de Evora.** Évora: Mestre de Burgos, impressor do Cardeal-Infante, 1553.

_____. **Libri quator de antiquitatibus Lusitaniae.** Évora: Academia Tipográfica de Martinho Burgêncio, 1593.

SACROBOSCO, João de. **Tractatus de Sphaera. Tratado da Esfera.** Traduzido e editado por MARTINS, Roberto de Andrade. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SALVÁ, D. Miguel; BARANDA, D. Pedro Sainz de (eds.). **Colleccion de Documentos Ineditos para la Historia de España.** Tomo 4. Madrid: Imprenta de la viuva de Calero, 1845.

SOUSA, Manuel de Faria e. **Epitome de las historias portuguesas.** Madrid: Casa de Francisco Martinez, 1628.

_____. **Europa portuguesa.** Tomo I. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Melo, 1668.

_____. **Europa portuguesa.** Tomo II. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Melo, 1669.

_____. **Europa portuguesa.** Tomo III. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Melo, 1670.

Referências bibliográficas

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. **A Reforma da Igreja em Inglaterra. Acção feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo e o nascimento da historiografia moderna. In: PIRES, Francisco Murari (org). **Antigos e Modernos.** São Paulo: Alameda, 2009.

ALBUQUERQUE, Luís de. Fernando Oliveira, um português genial aventureiro e insubmisso. In: **Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses. Séculos XV-XVI.** v. II. Lisboa: Círculo de Leitores e Caminho, 1987.

_____. **O Livro de Marinharia de André Pires.** Lisboa: Vega/Colecção Documenta Historica, 1989.

_____. Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo. *In: Oceanos.* n.º49, 2002.

ALBUQUERQUE, Martin de. Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder. *In: Estudos de Cultura Portuguesa.* v.2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000.

ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc. Cartografia e viagens. *In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. História da expansão portuguesa.* Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

ÁLVAREZ, Fernando Bouza. **Portugal en la Monarquía Hispánica. (1580-1640): Felipe II, Las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico.** 2v. Tese doutoral defendida na Universidad Complutense de Madrid, 1987.

_____. De un fin de siglo a outro. Union de Coronas Ibéricas entre D. Manuel y Felipe II. *In: AA.W. El Tratado de Tordesías y su época.* Congreso Internacional de Historia. Valladolid, 1995.

_____. **Portugal no tempo dos filipes. Política, Cultura, Representações (1580 – 1668).** Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

_____. **Filipe I.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

BAQUERO MORENO, Humberto. Portugal e o reino das Astúrias no período de formação. *In: Astúrias e Portugal. Relações históricas e culturais. Actas do Colóquio.* Lisboa: Academia Portuguesa da Historia, 2005.

BARATA, João da Gama Pimentel. **Enciclopédia de conhecimentos marítimos e o primeiro tratado científico de construção naval (1570).** Lisboa: Centro de Estudos de Marinha, 1972.

BARKER, Richard. **Fernando Oliveira: The English Episode (1545-47).** Lisboa: Academia de Marinha, 1992.

BARRERA-OSORIO, Antonio. **Experiencing Nature: The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution.** Austin: University of Texas Press, 2006.

BARRETO, Luis Felipe. **Os descobrimentos e a ordem do saber: uma análise sociocultural.** Lisboa: Gradiva, 1987.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

BASSALA, George. The spread of Western Science. *In: Science.* v. 156, 1967.

BESSE, Jean-Marc. **Les grandeurs de la Terra. Aspects du savoir géographique à la Renaissance.** Lyon: ENS Éditions, 2003.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV-XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONILHA, Alexandre da Cruz. **Manuel de Faria e Sousa, historiador.** 247p. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, 2011.

BOWEN, Margarita. **Empirism and Geographical thought. From Francis Bacon to Alexander Humboldt.** New York: Cambridge University Press, 1981.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825).** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Mário. **O Colégio das Artes.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

BROCHADO, I. da Costa. Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques. *In: Suplemento de Anais* – 11ª série. v.8, Lisboa, 1958.

BUESCU, Ana Isabel. Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. *In: BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). A memória da nação – Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian.* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

_____. O poder régio. *In: Dom João III. (1502-1557).* Lisboa: Círculo dos Leitores, 2005.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Gramáticos portugueses do século XVI.** Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

_____. **Babel ou A ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981.

BURCKHARDT, Jacob. **A cultura do Renascimento na Itália. Um ensaio.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CALAFATE, Pedro (organizador e comentador). **Portugal como problema, séculos XVII e XVIII. Da obscuridade a evidência geométrica.** v. II. Lisboa: Fundação Luso-Americana; Público, 2006.

CAMARA, José de la Peña. La Copulata de Leyes de Indias y las ordenanzas ovandinas. *In: Revista de Indias.* v. 6, 1941.

CARDIM, Pedro. Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I. *In: Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. v. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. **Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil**. Teresina: EDUFPI/FAPEPI, 2009.

CASADO, Carlos. España y la Revolución Científica: estado de la cuestión de uma polémica secular. *In: Circumscribere*. v. 13, 2013.

CATTANEO, Ângelo. Scritture di viaggio e scrittura cartografica. La mappamundi di Fra Mauro e i racconti di Marco Polo e Niccolò de Conti. *In: Itineraria*. 3-4, 2005.

_____. **Fra Mauro's Mappa Mundi and Fifteenth – Century Venice**. Turnhout: Brepols Publishers, 2011.

CERQUEIRA, André Sekkel. **A Donzela Alada: Reflexão sobre retórica e história em Portugal no século XVII**. 172p. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHAUNU, Pierre. **O tempo das reformas. (1250 – 1550)**. Lisboa: Edições 70, 1975.

CORTESÃO, Armando. **Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI. (Contribuição para um estudo completo)**. v. I. Lisboa: Seara Nova, 1935.

CORTEZ PINTO, Américo. **Da Famosa Arte da Imprimissão: da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar**. Lisboa: Ulisseia Limitada, 1948.

COSTA, Leonor Freire. Carpinteiros e Calafates da Ribeira das Naus. Um olhar sobre Lisboa de Quinhentos. *In: Penélope. Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, 1994, n. 13.

_____. **Naus e Galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo**. Cascais: 1997.

CROSBY, Alfred W. **A mensuração da realidade**. São Paulo: Unesp, 1999.

CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. *In: MAGALHÃES, R.J. No alvorecer da modernidade (1480 – 1620)*. Lisboa, 1993.

DEDIEU, Jean-Pierre. La inquisición en el reinado de Felipe II. *In: Chronica Nova*. n. 26, 1999.

DELUMEAU, Jean. **La Reforma**. Calabria/Barcelona: Editorial Labor, 1967.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Portugal e a Cultura Europeia. Séculos XVI a XVIII**. Porto: Campo das Letras, 2006.

DOMINGUES, Francisco Contente. Experiência e conhecimento na construção naval portuguesa do século XVI: os tratados de Fernando Oliveira. *In: Revista da Universidade de Coimbra*. v 32, 1985.

_____. Fernando Oliveira crítico de Pedro Nunes. *In: Oceanos*. n. 49, 2002.

_____. **Os navios do mar Oceano. Teoria e empiria naval portuguesa dos séculos XVI e XVII**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

DORÉ, Andréa. Manuel Godinho de Erédia e a cartografia sobre o Estado da Índia no Período Filipino. *In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira*. Retratos do império. **Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. Sitiados. **Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. Vendre le monde: les préfaces des cosmographie dans la Renaissance. *In: Margine bassel. Gionale della dedica e altro*. v.11, 2017

DRESDEN, Sem. **O Humanismo no Renascimento**. Porto: Editorial Inova, 1968.

DUNN, Walter Kevin. **“To the Gentle Reader”: Prefatory Rhetoric in the Renaissance**. PhD. Dissertation. Yale University, 1988.

ESTEVE, Cesc. Orígenes, causas e inventores en la historiografía del Renascimento. *In: Talia Dixit*. n. 3, 2008.

FALCON, Francisco. História e poder. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (orgs.)*. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

_____. A escrita da história no período moderno: arte ou ciência, verbo ou fonte. *In: CADIEU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves (orgs.)*. **Como se faz a história. Historiografia, Método e Pesquisa**. Petrópolis: Editora Vozes.

FEBVRE, Lucien. Rabelais, Erasmo e a filosofia de Cristo. *In: O problema da incredulidade no século XVI. A Religião de Rabelais*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

FERNÁNDEZ, Luis Gil. Los Studia Humanitatis en España durante el reinado de los Reyes Católicos. *In: Península. Revista de Estudos Ibéricos*. n. 2, 2005.

FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. Pilotos e cosmógrafos: o ensino da náutica. *In: DOMINGUES, Francisco Contente*. **Navios, marinheiros e arte de navegar (1500 – 1668)**. Lisboa: Academia de Marinha, 2012.

FERREIRA, J. Carlos Viana. *Primórdios da modernidade em Inglaterra. Um estudo de cultura inglesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

FINO, Francisco Saraiva. Na Fábrica do mito. Algumas notas sobre a estória de Afonso I. *In: Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Porto. n. XVI, 1999.

FRANCO, José Eduardo. **O mito de Portugal. A primeira história de Portugal e sua função política**. Lisboa: Roma Editora, 2000.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de. **O Estado em Portugal (séculos XII – XVI). Modernidades medievais**. Lisboa: Alethéia, 2012.

GASPAR, Joaquim Alves. Pedro Nunes e a carta de marear. *In: Anais do Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*. Coimbra, 2011.

GINZBURG, Carlo. Ekphasis e citação. *In: CASTELNUOVO, Enrico; GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Diffel, 1989.

_____. O inquisidor como antropólogo. *In: Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 1, n. 21, set. 1990, fev.1991.

_____. Provas e possibilidades à margem de <Il ritorno de Martin Guerre, de Natalie Zemon Davis. *In: A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

_____. O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. *In: Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOMES, Altino Magalhães. Acerca da *Ars Náutica*. *In: Revista de Marinha*. n. 752, Lisboa, 1986.

GRAFTON, Anthony. A sketch map of a lost continent. The Republic of Letters. *In: World made by words: scholarship and community in the modern west*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.4, n.8, 1991.

_____. **A Virada. O nascimento do mundo moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo. História de uma mundialização**. São Paulo, Belo Horizonte: Edusp, Editora da UFMG, 2014.

GUNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Idade Moderna. *In: KOSELLECK, Reinhart (org.). O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV). O espelho do rei: “- Decifra-me e te**

devoro". 289f. (Tese de doutorado) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

_____. Os Trastâmara de Pero Lopez de Ayala (1332-1407) ou quando os heróis são de acanhado fulgor. *In*: COSTA, Ricardo da; SANTOS, Bento Silva (orgs). **Anais do VIII Encontro Internacional de Estudos Medievais. As múltiplas expressões da Idade Média: Filosofia, Artes, Letras, História e Direito**. Cuiabá: EDUFMS, 2011.

_____. As intenções da escrita da História no outono da Idade Média. *In*: BASSI, Rafael; TEIXEIRA, Igor S. (org.) **A Escrita da História na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos Editora, 2015.

HAIGH, Christopher. **The English Reformation Revised**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *In*: **Matraga**. v. 20, n.33, 2013.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la história de la cartografía**. México: Fondo de Cultura Ecocómica, 2005.

HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. *In*: HESPANHA, Antonio Manuel (org.); MATOSSO, José (coord.). **História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Estampa, 1998.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do desejado. A construção do sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. Um Rei indesejado: notas sobre a trajetória política de D. Antônio, Prior do Crato. *In*: **Revista Brasileira de História**. v.30, n.59, jun/2010.

_____. Politics and diplomacy in the Portuguese succession crisis: the candidacy of D. Antônio, Prior do Crato (1578-1580). *In*: **Gionale di Storia**. v.13, 2014.

_____. Um papa entre dois casamentos: Gregório XIII e a sucessão de Portugal (1578-80). *In*: **Portuguese Studies Review**. v.22.2, 2016.

HERMANN, Jacqueline; MARTINS, William de Souza. (Org.). **Poderes do Sagrado. Europa Católica, América ibérica, África e Oriente portugueses (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.

HIRSCH, Elisabeth Feist. **Damião de Góis**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

HOOYKASS, Reijer. **O Humanismo e os Descobrimentos na Ciência e nas Letras Portuguesas do século XVI**. Lisboa: Gradiva, 1983.

HUIZINGA, Johan. **O outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

JAPIASSÚ, Hilton. A Revolução Científica. Suas condições socioculturais. *In: A Revolução Científica Moderna. De Galileu a Newton*. São Paulo: Letras e Letras, 1997.

JOUANNA, Arlette. La notion de Renaissance: réflexions sur un paradoxe historiographique. *In: Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. n. 49, 2002.

KAGAN, Richard. **Los cronistas y la corona. La política de la Historia en España en las Edades Media y Moderna**. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica y Marcial Pons Historia, 2010.

KLAUS, A. Vogel. Cosmography. *In: DASTON, Lorraine; PARK, Katherine; PORTER, Roy (eds.). The Cambridge History of Science III. Early Modern Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KAPP, Amanda Cieslak. A trajetória de Fernando Oliveira e seu posicionamento frente ao poder da Igreja Católica e a questão da escravidão negra. *In: Anais do Simpósio Internacional de Estudos Inquisitoriais: História e historiografia*. Cachoeira: UFRB, 2011.

_____. Arte da Guerra do Mar de Fernando Oliveira e o debate sobre a guerra justa na Península Ibérica do século XVI. *In: Anais do XIII Encontro Estadual de História: a escrita da História*. Londrina: Anpuh-PR, 2012.

_____. **Fernando Oliveira e o humanismo português no século XVI**. 157 f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____. Servidão natural, conversão pacífica e direito das gentes na concepção de Guerra Justa em Arte da Guerra do Mar (1555) de Fernando Oliveira. *In: Revista 7 Mares*. v. 3, n. 2, out./2013.

_____. Reformas religiosas em Portugal do século XVI: protestantismo e humanismo erasmista nos autos da Inquisição. *In: Escritas*. v. 7, 2015

_____. A 'heresia luterana' em Portugal de Quinhentos: ecos do humanismo e das Reformas Religiosas. *In: Temporalidades*. v. 8, 2016.

KNECHT, Richard J. **Renaissance Warrior and Patron: The Reign of Francis I**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, Editora Puc-Rio, 2006.

KRISTELLER, Paul Oskar. **El pensamiento renascentista y sus fuentes**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993.

KUHN, Thomas. Tradition mathématique et tradition expérimentale dans le développement de la physique. *In: Annales*. 30^o anné, n.5, 1975.

LAMB, Ursula. **A Navigator's Universe: The Libro de Cosmographia of 1538**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

_____. **Cosmographers and Pilots of the Spanish Maritime Empire**. Aldershot: Variorum, 1995.

LEITÃO, Henrique. O Comentário de Pedro Nunes à Navegação a Remos. In: **Problema mechanicum Aristotelis de Motu nauigij ex remis**. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2002.

_____. Sobre a difusão europeia da obra de Pedro Nunes. In: **Oceanos**. n. 49, 2002.

_____. Sphaera Mundi. In: MARTINS, Lúcia (coord.) **Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

LEITÃO, Henrique; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. La ciência ibérica: aparte o parte de la ciencia moderna? In: **Revista de Occidente**. Madrid: Fundación José Ortega y Gasset. Número 433, junho/2017.

LESTRINGANT, Frank. The Crisis of Cosmography at the End of the Renaissance. In: DESAN, Philippe (ed.) **Humanism in Crisis: The Decline of the French Renaissance**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1991.

_____. O modelo cosmográfico. In: **A oficina do cosmógrafo ou a imagem do mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LINEHAN, Peter. Castile, Navarre and Portugal. In: JONES, Michel. **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge University Press, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

_____. Reciprocidade mediterrânea. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2009.

LIMA, Luís Filipe Silvério. O percurso das Trovas de Bandarra: circulação letrada de um profeta iletrado. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs). **O império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI-XIX)**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

LOPES, Marco Antônio. *Ars Historica* no Antigo Regime: a História antes da Historiografia. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte. v. 23, n. 40, jul-dez, 2008.

LOREIRO, Vanessa. O Padre Fernando Oliveira e o Livro da Fabrica das Naus. In: **Revista Portuguesa de Arqueologia**. v. 9, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

MARQUES, João Francisco. **A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina**. Porto: Centro de História da Universidade, 1986.

_____. Para uma história do protestantismo em Portugal. *In: Revista da Faculdade de Letras*. Porto, II série, v. XII, 1995.

MARTINS, Estevão de Resende (org.) Introdução: o renascimento da história como ciência. *In: A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José V. de Pina. **Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI. Estudo e textos**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1973.

MARAVALL, José Antonio. **Antiguos y Modernos**. Madri: Alianza, 1986.

MATOS, Luís. A *Ars Nautica* de Fernando Oliveira. *In: Boletim Internacional de Bibliografia Luso- -Brasileira*. v. I, 1960.

MATOS, Rita Cortês de. O Cosmógrafo-mor: o ensino náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII. *In: Oceanos*. n. 38, 1999.

MATTOS e SILVA, Rosa Virginia. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. *In: MATTOS e SILVA, Rosa Virginia; MACHADO FILHO, Américo V. L. (orgs). O Português Quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFPS, 2002.

MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2014.

MENDONÇA, Manuela. Portugal na *Christiana Respublica*. *In: MOREDA, Santiago López; SOARES, Nair de Nazaré Castro. Génese e consolidação da Ideia de Europa. Idade Média e Renascimento*. Volume IV. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

MICHELET, Jules. **A agonia da Idade Média**. São Paulo: Educ/ Imaginário, 1992.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2014.

MORAIS, Carlos (coord.) **Fernando Oliveira: Um Humanista Genial. V Centenário do seu Nascimento**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010.

MOTA, Avelino Teixeira da. **Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do Ensino Náutico em Portugal**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969.

_____. Instruções náuticas para os pilotos da Carreira da Índia nos começos do século XVII. *In: Separata da Colectânea de homenagem ao professor Damião Peres*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar 1974.

MULLET, Michael. **A Contra - Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna Europeia**. Lisboa: Gradiva, 1985.

NIETO OLARTE, Maurício. **Las máquinas del império y el reino de Dios: reflexiones sobre ciência, tecnologia y religion en el mundo atlântico del siglo XVI**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2013.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América. Reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

OLIVEIRA, Rui A. Costa. Resquícios históricos da presença da Reforma no espaço lusófono durante o século XVI. *In: Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Ano V, 2006, n.9/10.

OSÓRIO, Jorge Alves. Crítica e humanismo no Renascimento. *In: Humanitas*. Coimbra. Volume 26/27, 1975.

_____. **O humanismo português e Erasmo. Os Colóquios de Erasmo editados em Coimbra no século XVI. Estudo e apresentação crítica do texto**. 2 tomos. 860 p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1978.

PAES, Maria Paula Dias Couto. De Romatinas a Christianitas: o Humanismo à portuguesa e as visões sobre o reinado de Dom João III, O Piedoso. *In: Varia História*. Belo Horizonte. v. 23, n. 38, jul/dez 2007.

PADRÓN, Ricardo. **The Spacious World: cartography, literature, and empire in early modern Spain**. Chicago: The University of Chigago Press, 2004.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. Introdução ao Tratado da Carta em defensam da carta de marear pelo doutor Pedro Nunes. *In: Revista de Engenharia Militar*. Lisboa: Typographia do Comércio. Ano XVI, n. 5, 1911.

PINEDA, Victoria. La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antologia de textos. *In: Talia Dixit: revista interdisciplinar de retórica e historiografia*. n.2, 2007.

POLÓNIA, Amélia. Mestres e Pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648). Subsídios para o seu estudo. *In: História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. n. 6, 2005.

PORTUONDO, María M. **Secret Science: Spanish Cosmography and the New World**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

RADULET, Carmen M. Fernando Oliveira: a primeira anotação da língua portuguesa. *In: DOMINGUES, Francisco Contente; GUERREIRO, Inácio (org.). Fernando Oliveira e seu tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento europeu (1450 – 1650). Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*. Cascais: Patrimonia, 1999.

RANDLES, W.R. **Da terra plana ao globo terrestre. Uma mutação epistemológica rápida (1480-1520)**. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. v.3. Campinas: Papirus, 1997.

RIETH, Eric. Les écrits de Fernando Oliveira. In: **Neptunia**. n. 165, Paris, 1987.

_____. Remarques sur une série de illustrations de *Ars Náutica* (1570) de Fernando Oliveira. In: **Neptunia**. n. 169, Paris, 1988.

RODRIGUES, Manuel Augusto. Do humanismo à Contra-Reforma em Portugal. In: **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 3, 1981.

RODRIGUES, Rute Massano. “Pitoresco e Romântico”: premissas para a conservação do Sítio da Arrábida, segundo o doutor António Nunes de Carvalho, responsável do Depósito das Extintos Conventos. In: **ARTSON**. Revista de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa. n. 1, 2015.

ROSSI, Paolo. O cientista. In: VILLARI, Rosário (org.). **O homem barroco**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

_____. Sobre as origens da ideia de progresso. In: **Naufrágios sem espectador. A ideia de progresso**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001.

SABEH, Luiz Antonio. **Colonização Salvífica. Os Jesuítas e as Coroas Ibéricas na construção do Brasil (1549-1640)**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SALDANHA, António Vasconcelos de. **O almirante de Portugal. Estatuto quatrocentista e quinhentista de um cargo medieval**. Coimbra: Separata da Revista da Universidade de Coimbra, 1998.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Antonio. El problema de la variación magnética en la cartografía atlántica: Diego Gutiérrez y la polémica de las cartas de doble graduación. In: **Revista de Historia Naval**. n. 27, v. 106, 2009.

_____. **La representación cartográfica en el Siglo de Oro de la cosmografía española: categorías epistémicas en la fabricación de modelos visuales**. 540 f. Tesis Doctoral presentada ao Programa de Doctorado Ciencia y Cultura de la Universidad Autónoma de Madrid. Facultad de Filosofía e Letras. Madrid, 2010.

_____. La institucionalización de la cosmografía americana: la Casa de la Constratación de Sevilla, El Real y Supremo Consejo de Indias y la Academia de Matemáticas de Felipe II. In: **Revista de Indias**. v. LXX, n. 250, 2010.

_____. La voz de los artesanos en el Renacimiento Científico: cosmógrafos y cartógrafos en el preludio de la “nueva Filosofía Natural”. In: **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**. 743, mayo-junio, 2010.

SANDMAN, Alison. Spanish Natural Cartography in the Renaissance. *In*: WOODWARD, David. **History of Cartography. Cartography in the European Renaissance**. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2007.

_____. **Cosmographers versus Pilots: Navigation, Cosmography and the State in Early Modern Spain**. Ph.D dissertation. University of Wisconsin, Madison, 2001.

SARAIVA, António José. **A cultura em Portugal**. v. II. Lisboa: Gradiva, 1991.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O reinado de D. António, Prior do Crato (1580 – 1582)**. Volume I. Coimbra, 1956.

_____. **Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

SERRERA, Ramón María. La Casa de Contratación en el Alcázar de Sevilla (1503 – 1717). *In*: **Boletín de la Real Academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae**. n. 36, 2008.

SHAGAN, Eyhan H. **Popular politics and the English Reformation**. Cambridge University Press.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SNYDER, John P. Map projections in the Renaissance. *In*: WOODWARD, David. **Cartography in the European Renaissance**. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

SOARES, Luís Ribeiro. Diogo de Gouveia, O Velho, e os “Negócios Estrangeiros” da Expansão Portuguesa. *In*: **Presença de Portugal no Mundo, Atas do Colóquio**. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982.

TAVARES, Severino. Centenário do Colégio das Artes (1548-1948). *In*: **Revista Portuguesa de Filosofia**. Tomo 4, fascículo 2, abril-junho, 1948.

TEYSSIER, Paul. L’Historia de Portugal de Fernando Oliveira d’après le manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris. *In*: **Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**. Lisboa, 1959.

THOMAZ, Luís Filipe F.R. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos Descobrimentos. *In*: **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

TORGAL, Luís Reis. **Ideologia Política e teoria do estado na Restauração**. Volume I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. Identidades fragmentadas. *In*: **Jerusalém Colonial. Judeus portugueses no Brasil holandês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VELOSSO, J.M.Queiroz. **O Reinado do Cardeal D. Henrique: a perda da independência**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

_____. **O interregno dos governadores e o breve reinado de D. Antônio**. v.3. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1953.

VEYNE, Paul. Os conceitos em história. *In*: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Editora Cultrix, 1976.

_____. **Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1982.

VIANA, Mário. O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média. *In*: ANDRADE, Amélia Aguiar; Bochaca, Miguel; SOLÓRZANO, Jesús Ángel (eds). **Gente del mar en la ciudad atlántica medieval**. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012.

VIGNERAS, L.A. The Cartographer Diogo Ribeiro. *In*: **Imago Mundi**. v. 16, 1962.

VINCENT, Bernard. Os acontecimentos. *In*: **1492 – Descoberta ou Invasão?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

VILLALTA, Luiz. Carlos. El-Rei, os vassalos e os impostos: concepção corporativa de poder e método tópico num parecer do Códice Costa Matoso. *In*: **Varia História**. Belo Horizonte, v. 21, 1999.

VITERBO, Souza. **O movimento tipográfico em Portugal no século XVI: apontamentos para a sua história**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

VOIGT, Lisa. Introduction. *In*: **Writing captivity in the Early Modern Atlantic. Circulations of Knowledge and Authority in the Iberian and English Imperial Worlds**. Williamsburg: University of North Carolina Press, 2009.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: **Max Weber. Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

WOODWARD, Ernest Llewellyn. **Uma história da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 196